

TALITA DE CÁSSIA MARINE

*Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal
dos demonstrativos no Português Contemporâneo*



ARARAQUARA – S.P.
2009

TALITA DE CÁSSIA MARINE

Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no Português Contemporâneo

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Morfossintática, Semântica e Pragmática

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: CNPq/ Capes-PDEE

ARARAQUARA – S.P.
2009

Marine, Talita de Cássia

Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos
demonstrativos no português contemporâneo / Talita de Cássia
Marine – 2009

220 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Rosane de Andrade Berlinck

1. Linguística. 2. Língua Portuguesa. 3. Mudanças linguísticas.
4. Língua Portuguesa -- Pronome. 5. Língua Portuguesa -- Brasil.
6. Língua Portuguesa -- Portugal.I. Título.

TALITA DE CÁSSIA MARINE

Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no Português Contemporâneo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Morfossintática, Semântica e Pragmática

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: CNPq/ Capes-PDEE

Data da defesa: 17/ 02/ 2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosane de Andrade Berlinck
UNESP - FCL/ Araraquara

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Marymarcia Guedes
UNESP - FCL/ Araraquara

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Eva Ucy Miranda Soto
UNESP - FCL/ Araraquara

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Anna Christina Bentes
IEL – UNICAMP/ Campinas

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Maria Célia Pereira Lima-Hernandes
FFLCH - USP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus pais, Hélio e Luci, ao meu amor,
Cássio, e à minha avó, Laudelina (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Quatro anos se passaram... e, enfim, o trabalho “se conclui”... tantas histórias nesse período, tantas pessoas, tantas emoções que ficam! Chegar aqui não foi fácil, mas graças a Deus tive muitas pessoas maravilhosas ao meu lado, verdadeiros “anjinhos da guarda” que sempre estiveram por perto, ajudando-me a caminhar... a vencer os obstáculos! Por isso, não poderia deixar de dedicar algumas palavras de agradecimento a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esta etapa tão importante da minha vida fosse concluída.

Em primeiro lugar agradeço a DEUS, que sempre me guiou, iluminando meu caminho e dando-me forças para seguir sempre adiante.

Agradeço à minha família tão querida, especialmente aos meus pais, Hélio e Luci, a minha amada avó, a “vó Dilina” (*in memoriam*) e às minhas irmãs, Alessandra e Kátia. Obrigada pelas palavras sempre otimistas e pelo amor que dedicaram a mim.

Agradeço ao Cássio, meu amor, meu marido, minha paixão, meu companheiro, meu amigo para todas as horas! Se não fosse sua ajuda, sua compreensão, seu carinho e o seu abraço no decorrer desta trajetória, o que seria de mim?

Agradeço à Rosane, minha orientadora. Uma pessoa encantadora, marcante, dedicada, perspicaz, amiga, companheira, divertida e da qual já estou sentindo saudades... Obrigada por tudo, principalmente por você sempre ter confiado em mim e no meu trabalho.

Agradeço à professora Marymarcia, que me orientou na Iniciação Científica, acompanhando meus primeiros passos... sou muito grata por tudo que você fez por mim, pelas palavras de incentivo em momentos tão difíceis e, sobretudo, pela sua amizade. Você não pode imaginar a grande alegria que me deu quando aceitou o convite para participar da minha “defesa”.

Agradeço à professora Maria Antónia Coelho da Mota, minha co-orientadora do estágio PDEE, realizado em Lisboa, por ter me recebido gentilmente em Portugal, dando-me atenção e contribuindo com preciosas sugestões para a realização deste estudo.

Agradeço também a todos os amigos que fiz em Portugal, aos professores com os quais convivi e com quem aprendi muito, especialmente à professora Rita Marquilhas, cujas aulas foram inesquecíveis.

Agradeço à chefe de Redação da *Ragazza*, a senhora Teresa Netto, que foi extremamente solícita e atenciosa durante todo o período que estive na Hachette, coletando os dados para minha pesquisa.

Agradeço à dona Rosa, minha “mãezinha portuguesa”, que me acolheu e encheu minha vida de alegria durante o período que estive em Portugal.

Agradeço àqueles professores da Unesp que contribuíram para a minha formação desde a Graduação, em especial às professoras Rosane Berlinck, Marymarcia Guedes, João Moraes, Clotilde Murakawa e Renata Marchezan.

Agradeço, de maneira muito especial, à professora Ucy Soto, por ter aceitado o convite para participar da minha qualificação e, posteriormente, por aceitar, também compor a banca da minha defesa. Serei sempre muito grata pela sua atenção e pelas preciosas sugestões que deu a este trabalho. Muito obrigada também por “aquele” abraço no dia da minha qualificação. Não foi fácil passar por tudo aquilo, mas acho que foi Shakespeare quem disse certa vez que “não é digno de saborear o mel, aquele que se afasta da colméia com medo das picadas das abelhas”. Por isso, aqui estou.

Agradeço também às professoras Maria Célia Lima-Hernandes e Ana Christina Bentes por terem aceitado o convite para participarem da minha banca. Tenho certeza de que as contribuições ao meu trabalho serão preciosas.

Agradeço a todos os meus amigos! Sempre tão presentes e tão dedicados. Agradeço muito à Meg por ter me ajudado MUITO neste trabalho, sobretudo pela grande ajuda na digitação das cartas da “Capricho”. Obrigada a todos os colegas do NEVAR, pelos os momentos inesquecivelmente divertidos que passamos juntos, especialmente ao Niguelme, meu “caríssimo” amigo. Obrigada Poliana, Carina e Clariana (até rimou!), porque mesmo quando “distantes”, sempre estiverem super presentes.

Agradeço também à Elena Alonso, alguém muito especial e que só pude ter a chance de conhecer por intermédio desta pesquisa, quando estive em Portugal;

agradeço também a Lourdes e ao Paulo por tudo que vivemos em Lisboa e pela força de vocês, sempre.

Agradeço, em especial, à Juliana Barbosa Bertucci, ou “Ju”, ou ainda “Jujuba”; um dos frutos mais preciosos que colhi por intermédio deste Doutorado. O que teria sido de mim sem você em Portugal?! Mais que uma amiga, uma parceira. Acho que até já conquistamos alguns títulos por conta dessa amizade: “as brasileiras”, “as meninas”, ou melhor, “as meninas da Rosane”. Obrigada por tudo, Ju! Pela ajuda aqui, lá e sempre... Sua amizade é muito importante para mim!

Agradeço também aos funcionários da Unesp por toda atenção e auxílio dispensados.

Agradeço à CAPES pela bolsa PDEE, que me permitiu o estágio de Doutorado “Sanduíche” junto à Universidade de Lisboa.

E por fim, agradeço imensamente ao CNPq por ter financiado esta pesquisa durante quatro anos.

*Se de tudo fica um pouco,
mas por que não ficaria
um pouco de mim?*

(ANDRADE, C. D., 2007, p.93).

RESUMO

Partindo de uma perspectiva sócio-discursiva dos fenômenos da linguagem, este estudo apresenta uma análise descritivo-comparativa do sistema dos pronomes demonstrativos do Português do Brasil (doravante PB) e do Português de Portugal (doravante PP), a fim de caracterizarmos a configuração em que se encontram tais pronomes no uso contemporâneo da língua. Para isso, consideramos as formas demonstrativas variáveis e invariáveis (“este/isto”; “esse/isso”; “aquele/aquilo”), analisadas a partir da observação dos seguintes fatores lingüísticos: funções adjetiva e substantiva dos pronomes, matização nas referências e usos exofóricos e endofóricos. Cabe ressaltar que as referências exofóricas foram tipificadas em quatro realizações dêiticas: dêixis espacial, temporal, textual e de memória; já as referências endofóricas foram tipificadas a partir de cinco diferentes usos: anáfora fiel, infiel, por nomeação, de memória e por elipse. É importante destacar que este estudo foi parcialmente embasado pelo modelo teórico-metodológico da sociolingüística laboviana (cf. Labov 1994; 2001; 2008) visto que, o principal objetivo desta pesquisa foi verificar se o sistema pronominal do Português se mostra ternário, tal como determina a norma culta, ou se tal, como já apontaram alguns estudos a esse respeito (cf. Nascentes, 1965; Câmara Jr. 1970, 1971, 1975; Castilho, 1978, 1993; Cid, Costa e Oliveira, 1986; Pavani, 1987; Roncarati, 2003; Marine, 2004; Pereira, 2005), mostra-se, na verdade, binário. Para a realização desta análise foi utilizado um *corpus* constituído por cartas de leitoras da revista brasileira **Capricho**, e da portuguesa **Ragazza**, no período de 1994 a 2005. Esse *corpus* nos forneceu 1449 ocorrências de pronomes demonstrativos, das quais 667 compuseram a amostra de dados do PB, e 782, do PP. Procedidas as análises, verificamos que nosso *corpus* favoreceu uma ocorrência expressiva do uso endofórico - a exceção das catáforas - e não favoreceu o uso exofórico. Confirmamos a tese de que o sistema pronominal dos pronomes demonstrativo no PB é, de fato, binário, visto que a predominância de “esse/isso” foi patente nos usos anafóricos, dentro de um *corpus* cujas referências se mostraram eminentemente endofóricas. Para o PP, acreditamos que o sistema pronominal nesta variedade do Português se encontra em um processo de variação, que de ternário tende a se tornar binário, tal como no PB, visto que as formas de 2ª pessoa têm assumido uma frequência de uso maior que as de 1ª em situações discursivas que as colocam como formas concorrentes. É relevante mencionar que as formas demonstrativas de 2ª pessoa foram as mais produtivas em nosso *corpus*. Por fim, há de se destacar que a análise dos pronomes demonstrativos de 3ª pessoa nos chamou a atenção para a necessidade de se estudar as três formas demonstrativas quando se objetiva descrever o sistema em que se configuram tais pronomes. Isso porque, na medida em que as formas de 3ª pessoa desempenham as mesmas funções referenciais - dêiticas e anafóricas - das formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas, percebemos que existem situações discursivas em que as formas de 3ª competem com as de 1ª e 2ª e, outras, nas quais são protagonistas. Da mesma forma, existem situações discursivas cuja referência é protagonizada ora por “este/isto”, ora por “esse/isso”.

Palavras-chave: pronomes demonstrativos; variação e mudança lingüísticas; referência, Português do Brasil; Português de Portugal.

ABSTRACT

From a socio-discursive view of language phenomena, this study provides a descriptive and comparative analysis of the system of demonstrative pronouns in Brazilian Portuguese (henceforth BP) and the Portuguese of Portugal (hereafter PP). It aims to characterize the setting of the pronouns in the contemporary use of language. For this, we consider variables and invariables demonstrative forms ("este/isto"; "esse/isso"; "aquele/aquilo"), analyzed from the observation of the following linguistic factors: adjective and substantive functions of pronouns, tint in the referentiation and exophoric and endophoric uses. Exophoric referential achievements were classified in four deitic ways: spatial, temporal, textual and memory deixis; while endophoric referentiations were categorized from five different uses: faithful, unfaithful, by appointment, by the memory and ellipse anaphora. It is important to emphasize that this study was partially based on the Labovian sociolinguistics methodology (see Labov 1994; 2001; 2008) since the main objective of this study was to examine whether the pronominal system of Portuguese is ternary, as determined by the cultured norm, or whether, as some studies have pointed out in this regard (see Nascentes, 1965; Câmara 1970, 1971, 1975; Castilho, 1978, 1993; Cid, Costa and Oliveira, 1986; Pavani, 1987; Roncarati, 2003; Marine, 2004, Pereira, 2005), it is actually binary. For this analysis we used a *corpus* consisting of letters from readers of two magazines, *Capricho* and *Ragazza*, Brazilian and Portuguese, respectively, covering the period from 1994 to 2005. This corpus gave us 1449 occurrences of demonstrative pronouns, from which 667 composed the sample of BP, and 782, of PP. After the analysis, we found that our corpus favored a significant occurrence of the endophoric use – the exception of cataphoras – and it did not favor the exophoric use. This confirms the thesis that the pronominal system of demonstrative pronouns in BP is, in fact, binary, as the predominance of "this / that" was evident in anaphoric uses, within a corpus whose referentiations were eminently endophoric. For the PP, we believe that the pronominal system, in this variety of Portuguese, is in a changing process, which tends to become binary instead of ternary, as in BP, since the forms of 2nd person have taken a greater frequency of use than the 1st in discursive situations that put both of them as competitor forms. It is important to point out the demonstrative forms of 2nd person were the most productive in our corpus. Finally, it should be stressed that the analysis of demonstrative pronouns for 3rd person called our attention to the need to study the three demonstrative forms showing when the purpose is to describe this system. This is because, in the sense that the forms of 3rd person perform the same referential functions - deitics and anaphorics - of demonstrative forms of 1st and 2nd persons, we realize that there are discursive situations in which the 3rd person forms compete with 1st and 2nd forms and, others, in which the 3rd forms are protagonists. Similarly, there are discursive situations whose referential is played either by "este/isto", or by "esse/isso".

Key-words: demonstrative pronouns, linguistic variation and change, referentiation, Brazilian Portuguese, Portuguese of Portugal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. QUESTÕES REFERENCIAIS	16
2.1. Uma perspectiva sociocognitiva e interacionista acerca das questões referenciais.....	16
2.2. Revendo algumas noções-chave	20
2.2.1. Referência ou referenciação?	20
2.2.2. O referente	22
2.2.3. O SN: empregos referenciais e atributivos	24
2.2.4. Dêixis	26
2.2.4.1. Tipos de dêixis	33
2.2.5. Anáfora	40
2.2.5.1. Tipos de anáfora	44
2.2.6. Antecedente e desencadeador do antecedente	49
3. OS PRONOMES DEMONSTRATIVOS: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO	53
3.1. Latim clássico e vulgar	53
3.2. Português arcaico	56
3.3. Português clássico	60
3.4. Português contemporâneo	64
3.4.1. O que dizem as gramáticas	67
3.4.2. A visão das pesquisas lingüísticas	72
4. O CARÁTER SOCIAL DA LINGUAGEM	90
4.1. Norma, norma-culta e norma-padrão: uma breve reflexão	90
4.2. Variação e mudança: noções básicas	92
4.3. Oralidade e escrita: duas faces de uma mesma moeda	97
4.3.1. A "língua oral-escrita"	100
4.4. Aspectos da interação verbal	106
5. FUNDAMENTANDO A ESCOLHA DO CORPUS	115
5.1. Algumas considerações	115
5.2. A escrita feminina	119

5.3. “Revistas femininas”: mais que um rótulo	123
5.4. O <i>corpus</i> : por que cartas?	128
5.4.1. E por que “cartas de leitoras de revistas femininas”?	131
5.5. Definindo o <i>corpus</i> : aspectos metodológicos	145
6. DELIMITANDO OS FATORES DE ANÁLISE DO PB E PE	147
6.1. Grupo de fatores	147
6.1.2. Função substantiva e adjetiva	147
6.1.3. Uso exo- e endofórico	149
6.2. Tipos de dêixis	150
6.2.1. Dêixis espacial	150
6.2.2. Dêixis temporal	151
6.2.3. Dêixis textual	152
6.2.4. Dêixis de memória	153
6.3. Tipos de anáfora	156
6.3.1. Anáfora fiel	156
6.3.2. Anáfora infiel	157
6.3.3. Anáfora por nomeação	159
6.3.4. Anáfora de memória	161
6.3.5. Anáfora por elipse	163
6.4. Matização nas referências	164
7. ANÁLISE DOS DADOS	167
7.1. Considerações iniciais	167
7.2. Resultados gerais: “este/isto” e “esse/isso”	168
7.3. O papel dos fatores lingüísticos: analisando as formas este, esse, isto, isso	170
7.4. Os usos de “aquele” e “aquilo” no PB e no PP	189
7.5. Uso catafórico das formas demonstrativas variáveis e invariáveis de 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a pessoas	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210

1. INTRODUÇÃO

Um estudo sócio-discursivo, tal como nos propomos a realizar, necessita, primeiramente, definir o conceito de língua e o de uso da linguagem. Assim, ressaltamos que a definição de língua assumida e defendida em nossa pesquisa é aquela que enxerga a língua como uma realidade dinâmica e multifacetada, em constante “fazimento”, tal como propunha Coseriu (1979), e que, portanto, é um conjunto de variedades resultantes

[...] das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a usa: como ele se constitui, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante (FARACO, 1991, p.18).

A partir disso, há de se destacar que concordamos com Mondada (1998, p.132), ao afirmar que em

[...] uma abordagem que considera a primazia das práticas lingüísticas e interacionais contextualmente postas em ação pelos atores sociais, a língua não pode mais ser definida como um espaço lógico e abstrato de possibilidades, pré-existente à ação, e que a ação apenas atualizaria.

Isso porque, no dizer de Marcuschi (2007b, p.96), “a língua não pré-existe; ela se dá emergencialmente nas situações concretas de uso”.

Coadunamo-nos também com Clark (1996), quando afirma que a linguagem é utilizada para fins sociais; ou seja, quando a utilizamos, pretendemos sempre atingir ou realizar algo (combinar, ensinar, aprender, convencer etc.). Nesse sentido, a linguagem é uma espécie de instrumento envolvido numa atividade social.

Portanto, de acordo ainda com Clark (1996), o uso da linguagem é uma ação conjunta - “quer isto dizer que pelo menos dois interlocutores são necessários, mesmo que um deles seja apenas fruto da imaginação” (FARIA, 2003, p.58) -, que envolve produção de sentido por parte daquele fala/escreve e compreensão por parte de quem ouve/lê.

Essa produção/compreensão de sentido pelos interlocutores, que ocorre incessantemente numa dada interlocução, é o que Bakhtin (2004) chama de “atitude responsiva-ativa”. Cabe observar que, embora a situação clássica para o uso da linguagem seja a conversação face-a-face, muitos outros contextos são perfeitamente adequados ao uso da linguagem, visto que todo texto, seja este oral ou escrito, pressupõe, como já afirmamos anteriormente, pelo menos um locutor e um interlocutor.

De acordo com Faria (2003, p.58),

[...] o estudo do uso da linguagem é, simultaneamente, uma ciência cognitiva e uma ciência social. Do ponto de vista da ciência cognitiva, os falantes e os seus interlocutores tendem a ser estudados enquanto indivíduos. Já na perspectiva das ciências sociais, o estudo do uso da linguagem tem sido encarado, em primeiro lugar, como uma actividade social, uma acção conjunta, em detrimento do indivíduo. A conjugação de ambas as perspectivas, cognitiva e social, parece necessária para uma visão global.

E acrescenta que

[...] qualquer enunciado produzido pode, assim, ser considerado como a representação verbal de outras representações. Por esta razão, o enunciado transporta para o plano verbal o jogo de relações implicadas no conhecimento e na interação social em que é produzido (FARIA, 2003, p. 58).

No âmbito da abordagem do que entendemos como “língua” e “uso da linguagem”, nossa pesquisa tem como grande objetivo, fazer um estudo descritivo-comparativo do sistema contemporâneo dos pronomes demonstrativos variáveis (**este/ esse/ aquele**) e invariáveis (**isto/ isso/ aquilo**), nas variedades portuguesa (doravante PP) e brasileira (doravante PB) do Português, amparada teoricamente:

a) por uma visão sócio-cognitiva e interacionista da linguagem, a fim de analisar as relações de referenciação estabelecidas pelos pronomes demonstrativos nos seus usos exofórico (dêitico) e endofórico (anáfora/ catáfora) , a partir de uma amostra de dados composta por cartas de leitoras de duas revistas femininas – a brasileira, **Capricho**, e a portuguesa, **Ragazza** – no período que vai de 1994 a 2005.

b) pelo modelo teórico-metodológico da Sociolingüística Laboviana, por meio do qual Labov (1994; 2001; 2008) demonstrou que as pressões sociais que motivam uma

dada mudança podem ser observadas e descritas. De acordo com o estudioso, a fala dos indivíduos, se não tem o poder de influenciar os padrões sociais, pode, ao contrário, ser afetada por estes.

O fato de considerarmos os princípios da Variação e Mudança Lingüísticas em nosso estudo, justifica-se, não só pelo nosso entendimento de língua como fato social, mas, principalmente, por não acreditarmos na existência de um sistema pronominal terciário bem marcado, baseado nas três pessoas do discurso (eu/ tu (você)/ ele), tal como propõem as gramáticas normativas da Língua Portuguesa.

Acreditamos, sim, num uso binário de tais pronomes que se mostra bastante produtivo há tempos em nossa língua. A esse respeito, Marine (2004), a partir de uma amostra de dados do PB do século XX, a qual denomina “língua oral-escrita” – textos escritos profundamente marcados por traços típicos da oralidade –, propõe que, a fim de manter as três formas demonstrativas, o sistema desses pronomes se organizou num uso especializado, em que a oposição **este (e flexões) vs. aquele (e flexões)** marca o uso exofórico, e a oposição **esse (e flexões) vs. aquele (e flexões)** marca o uso endofórico.

Assim, como grandes objetivos desta tese de Doutorado, traçamos:

- i) verificar, a partir de uma amostra de dados relativa aos anos de 1994 a 2005, composta pelo que Marine (2004) denomina “língua oral-escrita”, se o sistema dos pronomes demonstrativos da Língua Portuguesa, nas variedades brasileira e portuguesa, continua mostrando-se binário no PB e, se tal binarismo também está marcado no PP;
- ii) observar se o fenômeno de especialização das formas apontado por Marine (2004) - em que as formas **este vs. aquele** se especializaram no uso exofórico, enquanto **esse vs. aquele** se especializaram no uso endofórico, continua produtivo no PB;
- iii) verificar se, tal como no PB, o PP também apresenta um sistema pronominal especializado para os demonstrativos.

iv) analisar não apenas o comportamento e a produtividade das formas variáveis dos pronomes demonstrativos em nosso *corpus*, como também das formas invariáveis;

v) verificar e analisar os tipos de usos assumidos pelos pronomes demonstrativos de terceira pessoa (**aquele** e **aquilo**) em nosso *corpus*, já que acreditamos que seus usos ultrapassam as possibilidades previstas pela norma gramatical.

É importante destacar que os objetivos acima citados, traçados para a realização da presente pesquisa, partiram do pressuposto de acreditarmos, tal como Coseriu (1979), que para que a língua possa ser considerada "viva" deve estar em contínuas mudanças lingüísticas. Por isso, há de se estar atento para o fato de que, mesmo quando um estado de língua é praticamente idêntico a um anterior, isso não significa que esse estado permanece, mas apenas que se reconstrói com eficiente fidelidade.

Também concordamos com o estudioso, quando afirma que as mudanças se manifestam na sincronia, nas formas "esporádicas", nos chamados "erros correntes" em relação à norma gramatical estabelecida; por isso a mudança lingüística não é senão a manifestação da criatividade da linguagem na história das línguas. Assim, estudar as mudanças não significa estudar "alterações" ou "desvios", mas, sim, estudar a consolidação de tradições lingüísticas, ou seja, o próprio "fazimento" das línguas, que se dá a todo o instante, incessantemente. Afinal, há de se reconhecer que todo sistema lingüístico "vive" num equilíbrio sempre precário.

Cabe ressaltar que esta "precariedade" a qual nos referimos não deve ser entendida de maneira pejorativa; pelo contrário, afinal um "equilíbrio precário" é um equilíbrio "temporário", intrínseco e necessário à dinamicidade da língua. Assim, para fechar esta seção, fazemos das palavras de Marcuschi (2007b, p.108), as nossas:

[...] dinâmica por natureza, a língua é estável, mas não é estática e permite que os indivíduos a sigam. Deixa-se normatizar, embora de forma variável e variada. A linguagem é um dos nossos nichos humanos mais antigos. Muito anterior à invenção do machado e da roda; anterior à descoberta do fogo e da pólvora. Foi o motor da própria construção da condição social do homem que só assim conseguiu fazer o outro saber que pensa e o quê pensa.

2. QUESTÕES REFERENCIAIS

Chega mais perto e contempla as palavras
 Cada uma
 tem mil faces secretas sob a mesa face neutra
 e te pergunta, sem interesse pela resposta,
 pobre ou terrível, que lhe deres:
 Trouxeste a chave? (Drummond, 2007, p.25-26).

2.1. Uma perspectiva sociocognitiva e interacionista acerca das questões referenciais

A idéia de que a língua é um sistema de “etiquetas” que se ajustam mais ou menos bem às “coisas” pareceu inquestionável a muitos estudiosos da linguagem por longos anos. Inúmeros quadros conceituais tentaram explicar (e/ou entender) de que maneira a língua refere o mundo, apoiados nas teorias clássicas da referência, manifestadas através das “metáforas do espelho”, segundo as quais as estruturas lingüísticas refletiriam diretamente as coisas, ou seja, seriam capazes de representar adequadamente a realidade ou o pensamento. “A linguagem, tida como realidade mental, seria um espelhamento do mundo sendo este uma realidade extra-mental. Daí surgiria a noção de correspondência” (MARCUSCHI, 2007b, p.105).

No entanto, com o advento da enunciação como “categoria” de análise, tanto na filosofia da linguagem, quanto na lingüística, as teorias clássicas da referência foram preteridas.

Atualmente, falar em “questões referenciais” é falar em discurso; ou seja, a referência – ou referenciação, numa abordagem mais moderna – é tirada do isolamento do signo ou da sentença e incluída no quadro da enunciação, isto é, “no funcionamento dialógico da língua, que inclui locutor, alocutário, contexto situacional” (CARDOSO, 2003, p.76).

Há muitos anos, discutir conceitos como “referente”, “referência” e “referenciação” acaba gerando muita polêmica, dada a diversidade de linhas teóricas que tratam do assunto e, sobretudo, a quantidade de inúmeros “sub-conceitos” e temas que nascem das questões referenciais na Lingüística, tais como discussões sobre a noção de anáfora, catáfora, dêixis, polissemia, ambigüidade, conhecimento compartilhado, entre outros.

De acordo com Mondada (2005, p.11),

[...] a questão da referência atravessa a filosofia da linguagem e a Lingüística, assumindo formas teóricas diferenciadas: para uns, a referência é concebida no interior de um modelo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo, de modo que a validade das primeiras é avaliada em um quadro vericondicional; para outros, a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores, e é suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos.

Como podemos observar, a primeira forma teórica apresentada por Mondada (2005) é a que chamamos de tradicional, a qual já perdurou muito tempo nas tradições filosófica e lógica, enxergando a referência como um problema de representação do mundo e que, ainda hoje, embora de maneira bem menos expressiva que outrora, possui alguns defensores, como, por exemplo, Milner (2003), que, recorrendo sempre a sentenças descontextualizadas, construída para um fim específico, propõe descrições de diferentes tipos anafóricos.

Já a segunda, define a visão de anáfora - e de referência de modo geral - como a representação de uma entidade construída no discurso e pelo discurso, de acordo com pressupostos compartilhados pelos participantes da comunicação e com outros fatores contextuais. Tal perspectiva vem ganhando cada vez mais adeptos e, conseqüentemente, mais espaço para discussões no meio acadêmico.

Esta segunda abordagem teórica, que adota uma perspectiva sociocognitiva e interacionista no tratamento da linguagem, oriunda de reflexões provenientes das ciências humanas e sociais, evidencia-nos que a língua não é espelho do mundo que refere, mas sim, um eterno “amoldamento” ao que está sendo negociado entre os interlocutores de um texto e às suas intenções, visto que, como nos lembra Bahktin (2003), todo texto tem uma intenção.

Este “amoldamento” gera, obviamente, uma instabilidade discursiva em todos os níveis da organização lingüística e, para Mondada e Dubois (2003, p.29), “esta instabilidade é particularmente observável na produção oral, podendo ser observada também nos textos escritos”. Isso porque, de acordo com as autoras, a referenciação é um processo cuja precisão nunca é perfeita, dada a dinamicidade da língua e dos contextos lingüísticos em que, os interlocutores – agentes da referenciação – se encontram. No entanto, elas afirmam que mesmo em meio à instabilidade discursiva,

podemos falar de um refinamento dentro de uma dada referenciação, em que os locutores podem enumerar “candidatos” (nomes, pronomes, metáforas etc.) possíveis na busca pelo elemento lingüístico mais adequado às suas intenções.

Cabe ressaltar que, apesar da estrutura sintática do discurso oral se caracterizar pelo que Blanche-Benveniste (1987) chama de “titubeação”, hesitação, interrupções da linearidade sintagmática, mudanças e rupturas do tratamento sintático em tempo real, o refinamento da referenciação não é exclusivo da fala, em que o locutor tem a oportunidade de ir adequando o seu discurso ao contexto da enunciação, construindo assim, no ato de fala, recursos de referenciação que julga como mais pertinentes.

Por outro lado, a estudiosa enfatiza que esse “refinamento” também não é exclusivo do texto escrito formal, em que o seu produtor pode ver, rever e corrigir o seu texto com tempo e sem a intromissão imediata e real do seu interlocutor. Para ela, o refinamento da referenciação também é possível em textos escritos menos formais, por meio de estratégias “roubadas” da sintaxe oral, como por exemplo, numa oração do tipo: “Minha avó, ou melhor, minha maior amiga foi sempre muito compreensiva comigo”.

Como pode ser observado, o uso da expressão “ou melhor” - típica da fala e de textos escritos com menor grau de formalidade – mostra-se como uma espécie de “correção” imediata do que acaba de ser dito; trata-se de uma reformulação discursiva, em que o locutor rapidamente muda seu recurso de referenciação por outro que julga mais eficiente, mais adequado à sua situação enunciativa. Assim, neste caso, o locutor acredita que o uso de “minha maior amiga” seja mais adequado do que “minha avó”.

Já em um texto escrito de maior formalidade, em que expressões típicas da oralidade devem ser evitadas, o locutor certamente reescreveria esta oração, corrigindo-a segundo o seu julgamento do que considera mais adequado. Assim, no caso de o locutor julgar como mais adequado fazer uma referenciação à sua avó, chamando-a de “minha maior amiga”, ele poderia “corrigir” a oração, reescrevendo-a, como “Minha avó, que sempre foi minha melhor amiga, sempre foi muito compreensiva comigo” ou “Minha maior amiga foi sempre muito compreensiva comigo”.

Apresentadas tais considerações, cabe ressaltar que, por compartilharmos da visão de língua tal como um fato social, construída no e pelo discurso – aqui

entendido tal como propõe Bakhtin (2003) – e que, portanto, apresenta um caráter dinâmico e multifacetado, visto que as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são preexistentes, nem dados, mas sim elaborados no decorrer de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos, a linha teórica que seguiremos nesse trabalho no tratamento dos fenômenos lingüísticos concernentes às questões de referenciação de um modo geral será pautada na idéia de que tais questões constituem representações de entidades construídas no discurso e pelo discurso, de acordo com pressupostos compartilhados pelos interlocutores; assim, as categorias e os “objetos do discurso”, ou seja, os referentes são marcados por uma “instabilidade constitutiva”, tal como propõem Mondada e Dubois (2003).

Marcuschi (2007b, p.108, grifos do autor), ao negar a ultrapassada “metáfora do espelho”, em que a linguagem é tida como realidade mental e seria um espelhamento do mundo, sugere a “metáfora da lâmpada”, já que para ele, a língua, ao invés de ser uma representação especular do mundo,

[...] é uma apresentação; a língua não é um *retrato* e sim um *trato* do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que *capital*, a língua é uma *moeda*, servindo para trocas; mais do que um *almoxarifado* de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais) a língua é uma *carpintaria* (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla de *trilhos* a ligar dois pólos – o mundo e a mente -, mas um conjunto de *trilhas* que decidimos seguir mesmo que dê em aporias.

Vale observar que, como nos lembra Possenti (2003), a história do estudo das línguas sempre passa de alguma forma por tentativas de se resolver ou evitar o problema da relação entre as palavras e as “coisas”. Todavia, segundo o autor, parece haver atualmente ao menos dois consensos a respeito do assunto:

i) cada caso, cada discurso, cada língua devem ser individualmente considerados. Mesmo quando falamos do que parece mais evidentemente real, como uma “pedra”, por exemplo, é fundamental levarmos em consideração como a vemos – a vemos como um pedregulho, uma rocha, um paralelepípedo, um obstáculo? Ou seja, pode ser que a “coisa” exista, que isso nem se discuta, que é dela que falamos, mas se não o fazemos apontando-lhe o dedo e dizendo “isso aqui”, o tal consenso pode desaparecer;

ii) quando a língua é utilizada para falar de algo, passou a ser evidente que nunca se trata de “algo em si”, mas sempre da forma como algo parece a um certo grupo de falantes, em virtude de questões sociais, culturais e ideológicas.

Esses consensos propostos por Possenti (2003), remetem-nos mais uma vez a Marcuschi (2007b, p.70), quando este ressalta que

[...] a língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as palavras isoladas também não nos dão sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos. Assim, dizer que todo sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente.

Evidentemente, isso não quer dizer que as palavras sejam vazias de sentido, mas sim, que o sentido por nós atribuído às palavras, em cada uso, é providenciado pela atividade cognitiva situada. Para ilustrar tal pensamento, Marcuschi (2007b, p.70) sugere que pensemos nos referentes de expressões corriqueiras, como: “Silêncio, Hospital” ou “Devagar, Escola”, expostas em placas de trânsito e, em seguida, afirma: “elas não remetem a hospitais nem escolas, mas a doentes e estudantes e é por causa deles que se pede silêncio ou cuidado”. Exemplos como esses, demonstram o quanto “a referenciação é um ato de construção criativo e não um simples ato de representação ou de designação extensional de uma expressão no mundo extra-mental” (MARCUSCHI, 2007b, p.79).

2.2. Revendo algumas noções-chave

2.2.1. Referência ou referenciação?

A nova tendência no estudo das questões referenciais, caracterizada pela abordagem sociocognitiva e interacionista da linguagem, é assinalada pela substituição do termo **referência** por **referenciação**, tal como apontam Koch, Morato e Bentes (2005, p.8), visto que

[...] passam a ser objeto de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o 'mundo real', mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discurso*.

Justamente por isso é que Koch e Marcuschi (1998) chamam a atenção para o fato de que o termo “referenciação” substitui a noção mais restrita de “referência” e enfatizam que referir não é um ato de ostensão direta entre linguagem e mundo. Para Marcuschi (2007b, p.94),

a questão referencial vem hoje pensada em nova roupagem teórica e não mais na linha vericondicional nem na linha de um idealismo mentalista auto-suficiente. O fator interativo e o aspecto discursivo a ele relacionado parecem tornar-se constitutivos da decisão final relativa à referenciação. E neste caso tudo ocorre porque os sinais usados, os signos lingüísticos, são insuficientes e o mundo não se acha discriminado ou discretizado da forma como é dito. Dizer é um modo de construir o mundo, mas dizer é dizer para alguém, de modo que a construção do mundo pelo discurso é dialógica, isto é, interativa. Daí porque ela se dá no discurso.

Como podemos observar, para Marcuschi (2007b, p.101), a referenciação é uma ação interativa, construtiva e não representacional, “possivelmente componencial, que fornece pistas de acesso para a elaboração de sentidos”.

Nesse mesmo sentido, Apothéloz (2000) defende a idéia de que o processo de referenciação não se completa apenas com o emprego de expressões referenciais, já que o referente é criado a partir de um conjunto de ações em que os co-enunciadores ajustam suas ações conversacionais e, assim, constroem os sentidos em cada evento. Daí o fato de que a relação “língua-mundo” deixa de ser interpretada apenas por referentes que representam o mundo ou “autorizam” sua representação, passando a assumir uma visão textual-discursiva, interativa e sociocognitiva da referenciação. Assim, “os objetos de discurso não preexistem à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas são produtos desta atividade” (BENTES; RIO, 2005, p.266).

Já afirmava Rastier (1989, p.19) que a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados das coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não lingüística da prática em que ele é produzido e interpretado”. Logo, as categorias discursivas e cognitivas podem evoluir de acordo

com uma mudança de contexto ou de ponto de vista. Por isso, concordamos com Marcuschi (2007b, p.69), quando ressalta que a “referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação”.

Para o autor, “a compreensão torna-se possível e efetiva, supondo-se indivíduos com conhecimentos de mundo e competências cognitivas similares e *partilhadas*, o que é garantido pelas próprias faculdades cognitivas, em virtude de sua natureza social” (MARCUSCHI, 2007b, p.101). E ressalta: “as entidades construídas e referidas no discurso podem constituir domínios explícitos ao serem mencionadas ou domínios implícitos construídos numa atividade inferencial na perspectiva da construção de espaços mentais que vão sendo integrados” (MARCUSCHI, 2007b, p.102).

Por isso, concordamos com Marcuschi (2004, p.270) ao afirmar que

[...] tudo indica que o melhor caminho não é analisar como representamos o que representamos nem como é o mundo ou a língua e sim que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Não vamos analisar se o mundo está ou não discretizado nem se a língua é um conjunto de etiquetas ou não. Vamos partir da idéia de que o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sócio-cognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto.

Logo, a substituição do termo **referência** por **referenciação** assinala uma mudança de postura em relação às questões referenciais e, assim, acaba nos remetendo à busca de como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas se estruturam e dão um sentido ao mundo.

2.2.2. O referente

Segundo Epstein (1999, p.17), algo comum às várias definições propostas de signo é a de que “signo é algo que está por outra coisa”. Por isso, podemos afirmar que na Semiótica, o referente, junto com o significante e o significado compõe o signo lingüístico. Se pensarmos no signo “flor”, o significante é a imagem acústica, o

significado é o conceito que foi atribuído a esta imagem que, por sua vez, tem um referente “real no mundo”, ou seja, o objeto em si.

No entanto, cabe observar que o referente do discurso não é a realidade propriamente dita, mas aquilo que o discurso declara como realidade, visto que os referentes são construídos pelos locutores na interação. Assim, o referente ou o “objeto do discurso”, tal como preferem Mondada e Dubois (2003), está vinculado à representação do mundo, ou dos sujeitos do mundo, e ocorre de maneira mental ou exterior, já que todo referente estabelece um vínculo cultural com a linguagem, com o homem e com a realidade.

Nesse sentido, ainda pensando no signo “flor”, dependendo do significado que tal signo adquire em um dado contexto, a condição de referente deste signo será variada, justamente porque, como já afirmamos anteriormente, o referente do discurso é aquilo que o discurso declara como realidade. Observemos os exemplos abaixo:

(1) A rosa vermelha é minha **flor** preferida.

(2) Aquela menina é uma **flor**.

(3) Este garoto parece uma **flor**.

Nos três exemplos que apresentamos, o signo “flor” adquire diferentes significados, e esses diferentes valores de sentido, que são perfeitamente compreendidos e freqüentemente usados em nossa sociedade e em nossa língua, são construídos no e pelo discurso.

De acordo com Bréal (1992), o referente evoca na consciência do falante uma noção que é transportada pelo item lexical, o que faz com que este item contenha a totalidade de idéias associadas ao referente. Para ele, seria apenas nesse momento que aquilo que o falante pensou a respeito do referente está expresso no nome. Como podemos observar, o autor antecipa a visão sócio-cognitiva da referenciação.

Para Koch, Morato e Bentes (2005, p.8),

[...] analisada em meio às práticas sociais e às situações enunciativas, a língua muito facilmente deixou de ser identificada com a capacidade apenas mental (racional, intuitiva) de corresponder ou ser equivalente apenas à realidade. Tanto quanto o mundo, ela seria uma construção

simbólica para a qual concorrem vários fatores psicossociais; na relação com o mundo, ela seria, a um só tempo, dialeticamente determinada e determinante, estruturada e estruturante, organizada e organizadora.

2.2.3. O SN: empregos referenciais e atributivos

De acordo com Lyons (1977), é importante considerar que nem todo sintagma nominal é necessariamente utilizado para referir algo, por isso existem empregos não-referenciais de sintagmas nominais, inclusive daqueles cujo nome é precedido por um determinante definido, como “o” ou por um demonstrativo, como “este”, por exemplo.

Na verdade, esta distinção entre emprego referencial e emprego atributivo deve-se a Donellan (1966), quando ele distinguiu o “uso referencial” e o “uso atributivo” de descrições definidas, postulando que, no caso dessas expressões, poderia ocorrer um conteúdo descritivo falso, sem prejuízo da determinação referencial. Observemos os exemplos abaixo, emprestados de Levinson (2007, p.73):

(4) O homem que está bebendo champanhe é Lord Godolphin.

(5) O homem que conseguir erguer esta pedra é mais forte do que um touro.

Em (4) temos, sem dúvida, um **uso referencial**, pois mesmo que a descrição estivesse errada (por exemplo, o homem poderia estar bebendo limonada), a referenciação teria sucesso de qualquer maneira, pois o homem referido em (4) seria necessariamente “Lord Godolphin”.

Já em (5), há um **uso atributivo**, já que o falante não teria nenhum indivíduo específico em mente. Poderíamos, inclusive, parafrasear o exemplo (5) com um enunciado do tipo “Qualquer um que consiga erguer esta pedra é mais forte do que um touro”.

Todavia, de acordo com Donellan (1978) e Kaplan (1978), esses dois usos podem ser ambíguos. A intenção do falante e a localização bem-sucedida do destinatário do referente pretendido é o que importa no primeiro uso e não a adequação exata da descrição; daí os autores denominarem este uso de “referência

do falante”, em oposição à “referência semântica”, para qual apresentamos o seguinte esquema:



Esquema 1. Referência do falante vs. referência semântica, segundo Donellan (1978) e Kaplan (1978)

Cabe observar que, de acordo com Mondada e Dubois (2003), mesmo nas situações em que os locutores controlam seus processos de construção de sentido, a fim de produzir respostas explícitas e completas às questões tão unívocas quanto possíveis, como é o caso das conversações, os “objetos de discurso”, isto é, os referentes, são sensíveis à variação contextual. Imaginemos, por exemplo, a seguinte situação discursiva entre os interlocutores A e B:

(6) A – A senhora vai comprar a pia de mármore branco?

B – Esta piazinha de pedra-sabão, você quer dizer. Lógico que não!

Como podemos perceber, o discurso aponta para uma não correspondência entre “palavras” e “coisas”. A referenciação emerge justamente, neste caso, da inadequação das categorias sintagmáticas disponíveis, já que “a pia de mármore branco”, apresentada pelo falante A ao B não é reconhecida como “representação de algo real do mundo”. Assim, B, a partir de uma transformação discursiva do **objeto de discurso**, exibe uma melhor adequação – de acordo com seu ponto de vista - ao apontar “a pia de mármore branco” como, na verdade, uma “piazinha de pedra-sabão”¹.

¹ Tal questão, em especial, será melhor discutida, posteriormente, nas seções 2.2.5 e 2.2.5.1 deste trabalho, quando formos apresentar a conceituação de anáfora em linhas gerais, acompanhada de uma separação de tipos a partir de uma série de possíveis realizações anafóricas.

2.2.4. Dêixis

De acordo com Lahud (1979), mais de noventa por cento das unidades frásicas de uma língua natural apresentam unidades lexicais de função dêítica. Estas se organizam em paradigmas gramaticais que servem de base para qualquer abordagem lingüística: os pronomes, os artigos, os advérbios, entre outros. É justamente por isso que a atualização do sistema da língua passa necessariamente pela ativação desses “marcos de referência” enquadrados numa situação discursiva particular, da qual decorre a sua referência e funcionalidade.

O termo “dêixis”, de acordo com Levinson (2007), tem sua origem no grego e significa, essencialmente, “apontar ou indicar”; realiza-se no uso dos demonstrativos², dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, nos tempos verbais, nos advérbios de tempo e lugar específicos, como “aqui” e “agora”, entre outros traços gramaticais diretamente ligados à situação da enunciação - os participantes do ato verbal, o lugar e o momento em que eles se situam.

Ainda segundo Levinson (2007, p.65),

a dêixis diz respeito às maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala e, portanto, também diz respeito às maneiras pelas quais a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação.

Para Lyons (1977, p.589),

[...] os fatos da dêixis devem servir de lembrete constante para os lingüistas teóricos do fato simples, mas imensamente importante, de que as línguas naturais destinam-se primariamente, por assim dizer, a serem usadas na interação face a face e que, portanto, há limites para a extensão em que podem ser analisadas sem que isto seja levado em conta.

Segundo Fonseca (1996), foi com Karl Bühler - o primeiro teorizador da linguagem a atribuir ao fenômeno da dêixis uma importância central no funcionamento

² “Demonstrativos” é a tradução latina do termo grego “dêixis”, que prevaleceu na terminologia gramatical. Cf. FONSECA, F. I. Deixis e pragmática lingüística. In: FARIA, I. H., PEDRO, E. R., DUARTE, I., GOUVEA, C. A. M. (Org.). **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996, p. 437-445.

da linguagem verbal -, que começa a processar-se um significativo alargamento teórico acerca do fenômeno dêitico.

De acordo com Bühler (1978), o triplo fator funcional da linguagem³ surge da orientação "indivíduo - mundo - sociedade". Para o estudioso alemão, a **função Representativa** se dá mediante uma coordenação dos signos de expressão a conteúdos determinados e a **função Expressiva** é aquela através da qual se expressam diretamente as emoções e atitudes interiores do falante em relação ao objeto de estudo. Já a **função de Apelo** tem por objetivo conduzir as atividades exterior e interior do ouvinte a uma direção determinada. É justamente nesta função que, segundo Bühler (1978), encontra-se a noção de signo como "sinal", ou seja, como algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém (PEIRCE, 1974).

Esta noção é verificada especialmente nas palavras com valor demonstrativo. Assim, as formas demonstrativas, entendidas como "sinais", distinguem-se das palavras "símbolo", como os substantivos e os verbos, por exemplo, cuja função lingüística se daria no plano da objetividade representada. Assim, Bühler (1978, p.80) divide a representação lingüística em dois grandes campos: o "mostrativo" (*Zeigfeld der Sprache*) e o "simbólico" (*Symbolfeld der Sprache*).

De acordo com o estudioso alemão, o "campo mostrativo", engloba todos os dêiticos, os quais têm sua determinação referencial na relação com os contextos e os falantes. Para ele, os dêiticos distinguem-se do que ele denomina "signos conceituais" (*Nennwörter*), que pertencem ao "campo simbólico" e possuem sua identificação referencial preenchida de maneira diferente ao possuírem uma "determinação substantiva" (*Wasbestimmtheit*). Ou seja, no momento da situação enunciativa estão irradiadas as coordenadas que situam a esfera referencial em relação aos participantes, ao tempo e ao espaço atuais; está assinalado, deste modo, o "campo mostrativo", onde se encontram os dêiticos. Por outro lado, ao contrário destes, existem os signos "conceituais" que, de acordo com Bühler (1979), fixam a sua precisão significativa no "campo simbólico", alheio ao acontecimento verbal concreto. Por isso, diversos falantes em situações diversas, podem designar um dado objeto, mesmo se este estiver ausente da situação enunciativa, com relativa precisão e similaridade (BÜHLER, 1978, p.101-103).

³ Funções a que Bühler (1978) denomina: função de Representação, de Expressão e de Apelo, correspondentes respectivamente às funções Referencial, Emotiva e Conativa de Jakobson (1969).

Esta divisão proposta pelo estudioso alemão não é compartilhada por nós no que diz respeito aos “signos conceituais”, visto que não acreditamos na existência de signos que possuam uma “precisão significativa”, cujo conteúdo semântico esteja alheio ao acontecimento verbal concreto. Tanto os dêiticos, quando os “signos conceituais” só se realizam plenamente no e pelo discurso, seja *in praesentia*, seja *in absentia*.

Todavia, é inquestionável que em sua obra “Teoria da Linguagem” (*Sprachtheorie*), Bühler (1978) dedicou extensos e densos capítulos às questões relacionadas à referenciação, cuja leitura é essencial para quem se “aventura” no estudo dos fenômenos dêiticos e anafóricos. Inclusive, na opinião de Marcuschi (2007, p.76), a abordagem que o pesquisador alemão estabelece em relação à dêixis é um dos aspectos mais originais de sua obra.

De acordo com Bühler (1978, p.123-126) existem três “modos de mostração” (*Modi des Zeigens*):

- a) “Dêixis Muda” (*Stumme Deixis*), cuja mostração se dá com o apontar do dedo, com o olhar ou com gestos, sem palavras;
- b) Anáfora (*Anaphora*), neste caso, a mostração é audível ou estabelecida, por exemplo, por meio de elementos pronominais ou adverbiais (de lugar, tempo e espaço). Para Bühler, a anáfora é um tipo de retomada com base numa memória co-textual direta;
- c) “Dêixis Fantasma” (*Deixis am Phantasma*), que constitui um processo referencial indireto e realizado pela imaginação, por “uma fantasia construtiva”.

Bühler (1978) embora estabeleça esse três “modos de mostração”, considera a “dêixis muda” e a “dêixis fantasma” muito parecidas, diferentemente da anáfora. Ressalta que todas as mostrações podem ser realizadas pelos mesmos elementos lingüísticos, porém com características construtivas diversas. Para ele, no caso da anáfora, esta seria impossível de ser compreendida se não houvesse o “campo simbólico” do discurso, pois “a anáfora parece ser invocada de forma eminente para ligar a “mostração” com a própria representação” (BÜHLER, 1978, p.123). Por isso,

de acordo com o estudioso alemão, a anáfora deve ser tratada após a análise do campo simbólico, pois só assim poderá ser compreendida.

A esse respeito, Bühler (1978, p.124) afirma que “o próprio contexto emergente de um discurso se torna um campo mostrativo quando apontamos anaforicamente”. Como podemos observar, para Bühler (1978), o funcionamento da anáfora está atrelado à contextualidade. O autor sugere também que o “campo simbólico” e o “campo dêitico” seriam conectados por um “terceiro campo”: o “campo dêitico contextual” (Kontextliche Zeigfeld) (BÜHLER, 1978, p.124). Para Marcuschi (2007b, p.77), este contexto proposto por Bühler (1978) seria “aquele emergente na própria imanência textual e hoje chamado de *co-texto*”.

Ainda em relação à dêixis, em especial aos pronomes demonstrativos, Pavani (1986) afirma que tais pronomes pressupõem um “valor de significação”. Esta “significação” atribuída aos demonstrativos é, segundo a autora, explicitada de maneira acessória, de acordo com a situação enunciativa. Ou seja, tal “significação” é aquela de valor expressivo, acrescentada à “significação principal”.

Nesse mesmo sentido, Halliday e Hasan (1976) declaram que as línguas possuem alguns itens que têm a propriedade de referência; estes itens, como os pronomes demonstrativos, por exemplo, não são interpretados semanticamente por si mesmos, mas sim, quando fazem referência a alguma coisa. A esse respeito, Carvalho (1973, p.664-665) afirma que

[...] para que a deixis funcione [...] é imprescindível que exista um termo ou ponto de referência [...]: esse termo ou baliza referencial é a pessoa do próprio sujeito que fala, no momento em que fala e em que, apontando ou chamando a atenção para si próprio, se designa como EU.

Tal interpretação semântica, possível quando os “itens referenciais” estão contextualizados, ou seja, quando estão estabelecendo uma referenciação a algo dentro de um processo enunciativo, é justamente o que Pavani (1987), referindo-se aos pronomes demonstrativos, denomina “significação acessória”, justaposta à significação principal.

Ainda em relação à propriedade referencial dos demonstrativos, para a qual Halliday e Hasan (1976) nos chamam a atenção, há de se ressaltar que os autores dividem-na em dois diferentes tipos: a **exofórica** (referência situacional) e a

endofórica (referência textual), sendo esta, subdividida em **anafórica** - quando a referência está ligada a algo que acabou de ser dito - e **catafórica** - quando a referência está ligada a algo que será dito em seguida.

Para Lyons (1977), o sentido endofórico ou exofórico dos demonstrativos só pode ser notado através da situação enunciativa, podendo ser, inclusive, ao mesmo tempo, endo- e exofórico. Isso quer dizer que para classificarmos um pronome demonstrativo quanto à referência que este está estabelecendo em um determinado enunciado, não podemos nos restringir apenas a uma análise microlingüística.

Segundo o autor, diante de um enunciado como "Ana Maria queria **aquela** caneta", o pronome "aquela" pode estar se referindo exoforicamente a uma entidade do contexto situacional, existindo, provavelmente, alguma característica paralingüística concomitante, atraindo a atenção do ouvinte para o referente, como por exemplo, um olhar dirigido. Por outro lado, "aquela" pode estar fazendo uma referência endofórica a uma expressão correlata, que tanto pode estar situada na mesma frase, como não.

Além disso, Lyons (1981) afirma que a marca de distância que geralmente acompanha os demonstrativos é um recurso suplementar, ou seja, uma espécie de demonstração física que ajuda a colocar o referente em evidência. De acordo com Pavani (1987, p.22, grifo da autora),

[...] este recurso também facilita a referência demonstrativa a mais de uma entidade, sendo também muito útil para a indicação de contraposição, ou contraste, entre entidades, isto é, se ocorre um este na enunciação, está-se admitindo a possibilidade do outro.

Bosque e Demonte (1999), na *Gramática Descritiva de La Lengua Española*, afirmam que os dêiticos são palavras ou expressões lingüísticas que reduzem as dimensões do léxico, ao mesmo tempo que permitem fazer referência a um número ilimitado de entidades do mundo. Tais propriedades – economia e versatilidade – derivam da idiossincrática maneira de referir dos dêiticos. Assim, os dêiticos são "termos abertos", cuja referência não está fixada de antemão e nem se mantém constante, mas, sim, cada vez que falante e ouvinte trocam as coordenadas espaço-temporais dos atos de enunciação. Numa oração como "Eu agora não vivo aqui", "eu" é um dêitico de pessoa, já que se refere necessariamente ao falante, "aqui" é um

dêitico locativo, pois identifica o lugar do ato de enunciativo, e “agora” é um dêitico temporal, por identificar o momento da enunciação.

A dêixis é, pois, um tipo de vínculo referencial entre certas unidades ou expressões lingüísticas e aquilo que representam no mundo ou no universo do discurso, por meio do qual identificam “indivíduos” em relação com as variáveis básicas de todo ato comunicativo: o falante e o ouvinte inseridos num dado espaço e tempo. Essa definição de dêixis contém duas afirmações que, de acordo ainda com Bosque e Demonte (1999, p.932), convém serem ressaltadas:

a) Indivíduos, partindo do ponto de vista da lógica, denotam entidades definidas que se correspondem com objetos físicos ou com noções mais abstratas que vão sendo reiteradas. Nesse sentido, os dêiticos não somente identificam entidades de primeira ordem (pessoas, animais e objetos), mas também entidades de segunda ordem (acontecimentos, situações e estados de coisas que se produzem ou existem no mundo físico);

b) Na caracterização das unidades dêiticas, participam as expressões referenciais dêiticas (“tu, esta casa, ali naquele tempo...”) e as não-dêiticas (Juan, a casa, em Paris, em 1975). Essas duas classes de expressões referenciais identificam “indivíduos” no momento da enunciação e requerem informação contextual para poderem ser interpretadas, porém essa informação contextual é distinta em ambos os casos. Somente nas unidades dêiticas, o estabelecimento do referente depende crucialmente de quem produz o enunciado e de onde e quando o faz.

A esse respeito, Carvalho (1967) afirma que a “mostração verbal” de algo é sempre a do sujeito realizada pelo próprio sujeito; logo, “a dêixis alarga-se, assim, à noção, fundamental, de **sui-referencialidade** da enunciação” (FONSECA, 1996, p.437). Já a referência não-dêitica não necessita desse tipo de informação. Por exemplo, o nome próprio “Juan” e as frases preposicionais “em Paris” e “em 1975”, apresentadas no parágrafo anterior, identificam, respectivamente, uma entidade humana, um lugar e uma localização temporal definida.

Portanto, para Bosque e Demonte (1999, p.932), nem todas as expressões referenciais, cujo significado está parcialmente determinado pelo contexto, são dêiticas; somente aquelas que estão “orientadas egocentricamente”.

Já para Câmara Júnior (1986, p.49), por dêixis entende-se a

[...] faculdade que tem a linguagem de designar, mostrando em vez de conceituar. A designação dêitica ou mostrativa figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema lingüístico. Podemos dizer que o signo lingüístico apresenta-se em dois tipos – o símbolo, que em um conjunto sônico representa ou simboliza, e o sinal, em que o conjunto sônico indica ou mostra. O pronome é justamente o vocábulo que se refere aos seres por dêixis, em vez de o fazer por simbolização como os nomes. Essa dêixis se baseia no esquema lingüístico das três pessoas gramaticais que nomeia o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais situados fora do eixo falante – ouvinte.

Como podemos observar, de acordo com Câmara Junior (1986), os dêiticos seriam apenas “sinais lingüísticos” que mostram ou apontam algo ou alguém.

Ilari (2001), por sua vez, afirma que a dêixis é interpretada como referência a elementos do contexto extralingüístico em que ocorre a fala. Para ele, a dêixis diz respeito, sobretudo, às pessoas que participam da interação verbal, ou a lugares e tempos que são localizados a partir da situação discursiva; os dêiticos realizam uma espécie de “ancoragem” da fala na realidade e ocorrem, principalmente, por meio dos pronomes, dos artigos, dos tempos verbais e de alguns advérbios. O lingüista nos chama a atenção para a importância dessa “ancoragem”, e cita como exemplo, a dificuldade que teríamos para entender de quem partiu um pedido de socorro trazido pelo mar numa garrafa fechada, sem data, sem referência a lugares e assinado por um desconhecido.

A identidade do falante e sua situação espaço-temporal no momento da situação enunciativa são essenciais para atribuir um referente a um elemento dêitico. A esse respeito, Benveniste (1976) já ressaltava que termos dêiticos como “eu”, “hoje”, “amanhã”, “agora”, “aqui”, “daqui a três dias”, entre outros, bem como os pronomes demonstrativos, jamais atingem significação plena, caso desconsideremos que a dêixis é contemporânea da instância do discurso, a qual tem o indicador de pessoa; é desta referência que os demonstrativos carregam o seu caráter sempre único e particular, próprio da realidade do discurso.

Estabelecidas algumas considerações quanto ao termo “dêixis”, cabe lembrar que as categorias tradicionais da dêixis são: pessoa, lugar e tempo. A estas, Lyons (1977) e Fillmore (1976) acrescentam categorias de ordem discursiva e social. Não poderíamos deixar de destacar também, um tipo dêitico bastante curioso, proposto

por Bühler (1978): a *Dêixis am Phantasma* (doravante denominada “dêixis fantasma”), denominada mais tarde por Fonseca (1996) como “dêixis transposta” e que, parecem ser justamente o que Kleiber (1986) chama de “pensamento indicial” e que Apothéloz (2003) denomina como “dêixis de memória”.

Dada a complexidade e a diversidade dos “tipos de dêixis”, na seção seguinte faremos a apresentação de alguns tipos dêiticos, acompanhada de uma breve explicação conceitual.

2.2.4.1. Tipos de dêixis

A **dêixis de pessoa** diz respeito à codificação do papel dos participantes no acontecimento discursivo em que a enunciação em questão é proferida. A categoria “primeira pessoa” é a gramaticalização da referência do falante a si mesmo, a “segunda pessoa”, a codificação da referência do falante a um ou mais destinatários e, a “terceira pessoa”, a codificação da referência a pessoas e entidades que não são falantes nem destinatários da enunciação em questão. Maneiras conhecidas pelas quais tais papéis dos participantes são codificados na linguagem são, evidentemente, os pronomes pessoais e as concordâncias de predicado associadas (LEVINSON, 2007).

Já a **dêixis de lugar**, de acordo com Levinson (2007), está ligada à codificação das localizações espaciais relativas aos participantes do discurso. Provavelmente a maioria das línguas naturais gramaticaliza pelo menos uma distinção entre proximal (perto do falante) e distal (perto do destinatário) e, essas distinções são codificadas nos demonstrativos, como **este vs aquele**, e nos advérbios de lugar, como **aqui vs lá**.

Por **dêixis de tempo** entende-se a codificação de pontos e extensões temporais relativamente ao tempo em que uma enunciação foi pronunciada ou uma mensagem foi escrita. A este tempo denomina-se “tempo de codificação ou TC”, que pode ser diferente do tempo de recepção. Por exemplo, se chegamos em casa e encontramos um bilhete de um familiar escrito simplesmente “Estarei de volta em uma hora”, como não sabemos quando o bilhete foi escrito, não temos como saber quando a pessoa que o escreveu, retornará (FILLMORE, 1971; LEVINSON, 2007). Este tipo

de dêixis é comumente gramaticalizada nos advérbios dêíticos de tempo, como “agora”, “então”, “ontem”, “este ano” e, acima de tudo, no tempo verbal.

A **dêixis de discurso** (ou dêixis textual) diz respeito à codificação da referência feita a porções do discurso em andamento, no qual se localiza a enunciação (que inclui a expressão que faz referência ao texto). Conte (1981) diz que a dêixis textual tem uma função metatextual que permite organizar o espaço do texto e facilita, assim, a orientação do leitor ou do ouvinte neste espaço, tal como podemos observar no exemplo que se segue:

(7) Neste parágrafo, abordaremos questões essenciais ao estudo do genoma.

Segundo Guimarães (2006, p.141), embora este tipo de dêixis possa ser encontrado no Português do Brasil em textos “informais” e “pessoais”, “é bastante freqüente em textos escritos formais, como os jurídicos e os científicos”.

A **dêixis social**, por sua vez, trata das distinções sociais relativas aos papéis dos participantes, particularmente dos aspectos da relação social entre o falante e o(s) destinatário(s) ou entre o falante e algum referente. Em muitas línguas, por exemplo, existem distinções sutis entre o grau hierárquico do falante e do destinatário que são sistematicamente codificados por meio da escolha dos pronomes, das formas de interpelação ou vocativos e expressões de tratamento.

Já a “**dêixis fantasma**”, proposta por Bühler (1978), é explicada pelo autor por meio de uma comparação com o universo teatral: a “dêixis fantasma” mostra-se como uma forma de tornar presente o ausente, assim como o ator no teatro personifica o personagem sem sê-lo “em carne e osso”. Para o estudioso alemão, este tipo de dêítico é uma representação e não uma *mímesis*, nem uma retomada; assim como o ator é uma representação do ausente, os interlocutores situam-se imagetivamente num tempo e espaço no qual a “dêixis fantasma” funciona como uma arena teatral. Portanto, este tipo de dêixis se constitui como um processo referencial indireto e realizado pela imaginação. Para Martins (2000, p.91), a designação deste dêítico “não causará estranheza, se tivermos presente o significado primeiro de ‘fantasma’ enquanto imagem ou espaço imaginário formulado pela mente, não percebido pelos sentidos”.

Ainda em relação à “dêixis fantasma”, também denominada por Fonseca (1996, p.442, grifo da autora) como “**deixis transposta** (ou **projectada**)”,

[...] não há qualquer evidência real que viabilize o acto de mostrar; a sua possibilidade assenta numa 'evidência mental' compartilhada por locutor e interlocutor: utilizando dados presentes na sua memória (mediata ou 'a longo prazo') e que supõe serem constitutivos da **memória comum** que compartilha com o interlocutor, o locutor reproduz ou constrói (imagina) uma determinada situação distinta daquela em que estão inseridos, propondo ao interlocutor uma **transposição** para essa situação imaginada. O contexto compartilhado que é utilizado, neste caso, é a memória comum.

A fim de ilustrarmos este tipo dêitico, emprestaremos um exemplo de Fonseca (1996, p.442, grifo da autora):

(8) Na Rotunda da Boavista, estás a ver *aquela casa verde, à direita*, depois de saíres do Correio? É *aí*.

No exemplo acima, percebemos que locutor estabelece o cenário imaginário de sua referenciação e, "de comum acordo" com seu interlocutor, transportam-se para um mundo sem ancoragem na situação real: o mundo da recordação ou o mundo possível. Fonseca (1996, p.442), ao comentar o exemplo (8), afirma que

[...] a mostração realiza-se num espaço evocado mentalmente pelo locutor supondo (ou sabendo) que o interlocutor conhece o lugar em questão e que pode também 'transpôr-se' mentalmente para lá. Trata-se de uma mostração 'in absentia', logo, de uma mostração fictiva; sendo o acto de mostração que induz a evocação de um campo perceptivo, esta modalidade de deixis ilustra a possibilidade de criação, pela linguagem (na narração, nomeadamente) do seu próprio contexto referencial.

Para Martins (2000), em um enunciado como o que observamos em (8), "transposição" é uma palavra essencial para a compreensão da "dêixis fantasma" ou "transposta", como prefere Fonseca (1996); a situação enunciativa observada em (8), remete-nos justamente à transposição para um espaço ausente que arrasta consigo todo o sistema de coordenadas enunciativas. Tais coordenadas acabam se adequando a uma nova ancoragem que, embora imaginária, é compartilhada pelos interlocutores. De acordo com Martins (2000, p.92, grifo do autor), "o campo mostrativo *am phantasma* não pre-existe à produção discursiva, mas é configurado

aquando do acto de transposição para o espaço fictivo que essa produção discursiva proporciona. Eis o infinito poder referencial da linguagem”.

A definição de “dêixis fantasma” ou “transposta”, portanto, muito se assemelha, a nosso ver, ao que Apothéloz (2003) denomina como **dêixis de memória**, já que, segundo o lingüista, este tipo dêítico ocorre quando um sintagma nominal pode remeter-se *in absentia*, ou seja, na ausência de qualquer designação antecedente de seu referente e sem que este esteja presente na situação enunciativa. Abaixo, apresentamos dois exemplos retirados de nosso *corpus*, os quais julgamos como representantes da dêixis de memória:

(9) [...]. Olha só os dilemas que a esperam no futuro. Morar um ano na Inglaterra vai valer a pena? Saio da casa dos meus pais e vou morar sozinha? Vou morar com o meu namorado? Esse emprego vai ser bom para mim? Caso ou compro um guarda-chuva? Perder a virgindade é um belo passaporte para **esse mundo** adulto. [...].

(**Capricho**, Abril de 1994).

(10) Sempre fui uma miúda certinha, incapaz de sair com dois rapazes ao mesmo tempo. Mas o meu problema começou quando o meu namorado me disse que tínhamos de acabar porque o Natal se estava a aproximar e ele, muito sem-vergonha, não sabia se conseguiria aguentar sem me pôr os cornos. Quem não aguentou fui eu e desde **essa altura** que tenho saído com um rapaz diferente cada fim-de-semana. As minhas amigas começam a murmurar nas minhas costas e eu não sei o que fazer para resistir às tentações. Podem-me ajudar? Diana-Alenquer. [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1995).

Acreditamos ser notória a referenciação *in absentia* - caracterizadora da dêixis de memória - nos exemplos (9) e (10); justamente por ser uma referenciação dêítica, “esse mundo” e “essa altura” evocam um referente espaço-temporal, discursivamente construído, a fim de aproximá-lo do momento da situação enunciativa.

Como se pode observar é possível “tipificar” o fenómeno dêítico a partir dos diferentes tipos de informação dêítica. No entanto, Bosque e Demonte (1999) afirmam que, além desta, existe outra maneira de classificar as unidades dêíticas, a qual tem a ver com o grau em que tais unidades dependem de gestos ou de informações

contextuais adicionais para identificar o seu referente. Segundo este ponto de vista, é possível estabelecer a seguinte distinção: “**dêiticos transparentes ou completos**” e “**dêiticos opacos ou incompletos**”. Ou seja, quanto mais as unidades dêiticas dependerem de gestos ou informações adicionais para auxiliar numa eficiente identificação do referente, mais “incompletas” ou “opacas” serão. E vice-versa.

Baseando-nos em Bosque e Demonte (1999, p.935), apresentamos, na forma de quadro, as características do que tais pesquisadores denominam como **dêiticos transparentes ou completos** e, **dêiticos opacos ou incompletos**:

Dêiticos transparentes ou completos	Dêiticos opacos ou incompletos
a) determinam, a priori, o tipo de referente denotado; b) só podem se empregar em um único tipo de situação possível (não criando assim, enunciações ambíguas); c) seu referente não pode ser trocado por meio de um gesto, <u>o que não quer dizer que não possam ser reforçados por meio de gestos.</u>	a) sua mera enunciação não garante a exata identificação do referente; b) é possível fazer referência a distintos elementos da situação de enunciação; c) é possível trocar (mudar) a referência por meio de gestos.

Quadro 1. Proposta de classificação dêitica, segundo Bosque e Demonte (1999)

Para ilustrarmos o que é um dêitico transparente e um dêitico opaco, sugerimos os seguintes exemplos:

(11) Ganhei esta caneta do meu pai.

(12) Paulo costumava a pegar o seu carro para passear.

Em (11), temos um caso de dêitico transparente, já que o objeto apontado está bem marcado; não é uma caneta qualquer, mas sim “esta”, uma caneta em especial que o falante ganhou do pai. Portanto, o referente é “transparente”. Já em (12), temos um exemplo de dêitico opaco, pois não está claro de quem é o carro: se o carro for de Paulo, temos em “seu carro”, uma anáfora, porém, caso seja um dêitico, o carro

pertence a um “tu/você” que não está claro no enunciado; essa “opacidade” acaba gerando, inclusive, uma ambigüidade no texto.

Para Levinson (2007, p.78), é essencial distinguir, também, os diferentes tipos de uso da expressão dêitica, ou seja, os diferentes tipos de unidades lingüísticas ou morfemas para os quais o uso dêítico é básico ou central, pois a maioria dessas expressões tem usos não-dêíticos. Além de usos dêíticos em contraposição a usos não-dêíticos das expressões dêíticas, é importante que se diferenciem os tipos de uso dêítico que, segundo Fillmore (1971) e Levinson (2007) são dois: o “uso gestual” e o “uso simbólico”. Em seguida, na forma de quadro, apresentamos tais usos:

GESTUAL	SIMBÓLICO
Só podem ser interpretados com referência a um monitoramento áudio-visual-tátil e, geralmente, físico do acontecimento discursivo.	Este uso requer, em geral, para sua interpretação, o conhecimento (específico) dos parâmetros espaço-temporais básicos do acontecimento discursivo. Porém, em algumas ocasiões, parâmetros sociais, do papel dos participantes e do discurso precisam ser considerados.

Quadro 2. Uso gestual e simbólico dos dêíticos, segundo Fillmore (1971) e Levinson (2007)

Se pensarmos numa situação discursiva em que a interlocução se dá face a face, podemos apresentar como exemplo de interpretação de um uso gestual:

(13) Eu não quero este casaco, quero este.

Já se pensarmos num uso simbólico, para interpretá-lo, basta:

a) conhecermos a localização geral dos participantes;

(14) Este sapato é mesmo confortável.

b) conhecer o conjunto de destinatários potenciais na situação discursiva;

(15) Essas crianças podem ir comigo se quiserem.

c) saber quando a interação está ocorrendo para identificar a que ano está se fazendo referência;

(16) Neste ano quero ir à praia novamente.

Como podemos observar, a interpretação dos usos gestuais exige um monitoramento físico do acontecimento discursivo momento a momento, ao passo que os usos simbólicos fazem referência apenas a coordenadas contextuais disponíveis para os participantes antes da enunciação.

Esses dois tipos de uso dêitico contrastam com o uso não-dêitico das mesmas palavras ou morfemas. Os exemplos abaixo ajudarão a esclarecer essa tríplice distinção (uso gestual de expressões dêiticas; uso simbólico de expressões dêiticas e uso não-dêitico de expressões dêiticas). No entanto, cabe ressaltar que a plena compreensão dos exemplos abaixo dependerá de uma abstração por parte do leitor, a fim de construir um contexto de uso para tais frases e transportar-se para a situação enunciativa, visto que, como se sabe, neste trabalho sempre partimos do universo discursivo, e não apenas físico, para entendermos e analisarmos os fenômenos referenciais.

(17) Este biquine não serve mais para mim. (uso gestual)

(18) Essa comida geralmente é muito boa. (uso simbólico)

(19) Essa não! (uso não-dêitico)

Estabelecidas todas as informações, considerações e discussões a respeito dos tipos de dêixis apresentados nesta seção, voltaremos nossa atenção, na seção seguinte, para outro tipo de fenômeno relacionado ao universo da referenciação: a anáfora.

2.2.5. Anáfora

Na retórica clássica, o termo anáfora era entendido como a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início da frase. Para Milner (2003, p.94), autor que possui uma visão formal sobre os fenômenos de referência, “há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B só é interpretável na medida em que ela retoma, inteira ou parcialmente A”. Assim, segundo Milner (2003), há anáfora quando há retomada de um antecedente num processo de co-referência.

Em Marcuschi (2007b), percebemos que essa visão de anáfora que encontramos em Milner (2003) diz respeito a um tipo específico de anáfora: a **anáfora correferencial**, que, para Marcuschi (2007b, p.78, grifo do autor), embora seja um fenômeno discursivo, tal como os demais tipos de anáfora,

[...] é uma maneira de pôr o indivíduo num ‘andador’ tirando-lhe a liberdade de criar e obrigando-o a circunstanciar-se ao que vinha em andamento. Pois a anáfora obriga a recobrar algo anterior e tem seus limites nessa operação de recuperação, o que permite entender que as anáforas indiretas seriam algo próximo à *déixis am phantasma* de Bühler por irem além dum simples processo de recuperação.

Conforme Bosch (1983), a adoção do termo “anáfora” foi, de certa forma, uma solução hábil para os problemas causados pelo termo “pronominalização”, pois o sentido literal da palavra “pronome” pode levar a interpretações inadequadas. Pronomes são mais do que um substituto para um substantivo ou sintagma nominal que poderia ser utilizado em seu lugar. O enfoque baseado na substituição também encontra dificuldades para lidar com referências pronominais a entidades do discurso que não foram explicitamente introduzidas ou cujos referentes são passagens inteiras de discurso.

A referência anafórica é um fenômeno habitualmente associado aos pronomes, especialmente aos pronomes pessoais, todavia o fenômeno também está relacionado aos pronomes possessivos e demonstrativos, por exemplo.

Atualmente, como afirma Marcuschi (2003), o termo é usado para designar expressões que, no texto, reportam-se a outras expressões, enunciados, conteúdos

ou contextos textuais - retomando-os ou não -, a fim de contribuir para a continuidade tópica referencial.

Seguindo uma perspectiva mais cognitiva, o nível central da análise do funcionamento da anáfora discursiva é a representação discursiva localizada na mente dos interlocutores, mais precisamente, o modelo mental ou modelo discursivo que resulta da produção e da interpretação oral ou escrita de um discurso (Lyons, 1977; Cornish, 1999). Tal modelo é constituído por:

- a) representações das entidades evocadas ao longo do discurso (“entidades mentais”) que são representativas dos objetos de discurso (referentes) a que o falante se refere;
- b) propriedades que lhes são atribuídas;
- c) relações que são estabelecidas entre essas entidades mentais.

Nesta perspectiva, a anáfora discursiva pode ser compreendida como um procedimento de acesso a uma representação mental que faz parte (ou que é inferível) de uma representação discursiva.

Cabe observar que algumas vezes as referências presentes num dado discurso não fazem referência a trechos do texto e, neste caso, tal como propõem Halliday e Hasan (1976), são chamadas de referência **exofórica** ou **situacional** que, na verdade, equivale a dizermos que se trata de uma referência por **dêixis**.

Quando a referência é estabelecida dentro do próprio texto, mesmo que o referente não esteja explicitado, apenas inferido ou pressuposto, temos outro tipo de referenciação: a **endofórica** ou **textual**, sendo que esta é subdividida em **anafórica** - quando a referência está ligada a algo que acabou de ser dito - e **catafórica** - quando a referência está ligada a algo que será dito em seguida.

Alguns autores preferem denominar como uso **fórico** o que Halliday e Hasan (1976) chamam de uso endofórico, já que o sentido da referência contextual pode ser, como acabamos de observar, ambivalente; afinal, tal referência tanto pode ser relativa a um antecedente (anafórica), como a um conseqüente (catafórica). Neste sentido, teríamos uma distinção do uso referencial marcada pela oposição **exofórica** vs. **fórica**. Cabe ressaltar que optamos por estabelecer tal distinção por meio da

oposição sugerida por Halliday e Hasan (1976) ou, simplesmente, pela oposição **dêiticos vs anafóricos**, sobretudo porque os casos de catáfora foram pouco expressivos em nosso estudo.

Esclarecidas essas questões conceituais, julgamos importante destacar algo que nos chamou bastante a atenção no uso endofórico: as referências anafóricas, enquanto descrições definidas, pronomes pessoais e pronomes possessivos, têm como candidatos preferenciais a antecedente, os sintagmas nominais; já as referências anafóricas estabelecidas por pronomes demonstrativos podem referenciar não apenas um SN, mas também, o predicado de uma sentença, uma sentença inteira, um conjunto de sentenças ou mesmo um texto inteiro.

Quando uma referência possui essas características, a anáfora é denominada, segundo Eckert (2000), *discourse deictic anaphor*, ou seja, uma espécie de **anáfora dêitica**. Já Marine (2004, p.97) prefere definir tal anáfora como **anáfora do tipo III** que, segundo a autora, “caracteriza-se por, através do demonstrativo, retomar não apenas um nome, mas toda uma idéia ou uma ação. Em alguns casos, ela só pode ser compreendida se houver um conhecimento compartilhado entre os interlocutores”.

Pensando neste tipo anafórico e nas questões referenciais de um modo geral, a partir de uma postura sócio-discursiva, lembramos aqui de Clark (1996, p.92) ao afirmar que qualquer coisa que façamos conjuntamente com outras pessoas nos processos interativos dependerá de informações, conhecimentos, situações, interesses, culturas, normas, língua comuns ou partilhados.

É importante destacar que existe também outro aspecto das referências pronominais demonstrativas endofóricas e exofóricas ligado ao uso referencial e atributivo do SN, que merece nossa atenção. Acreditamos que toda referenciação realizada por um SN formado por “demonstrativo+nome” terá sempre um uso atributivo quando o núcleo do SN não for idêntico ao nome referenciado, pois, como sabemos, nenhuma língua natural possui sinônimos perfeitos e, sendo assim, ao escolher um sinônimo, uma sinonímia ou uma expressão/sentença sinônima para um dado nome, o falante estará, consciente ou inconscientemente, atribuindo um valor, ou seja, um matiz afetivo ao objeto de discurso.

Afinal, não podemos associar essa “troca” do nome a ser referenciado apenas a questões estilísticas, já que, ao assumirmos uma perspectiva discursiva na análise dos fenômenos da referenciação, consideramos todos os elementos envolvidos na ação discursiva, como, por exemplo, contexto textual e/ou situacional, a intenção do

falante, o grau de formalidade, o conhecimento compartilhado, inferível ou pressuposto, entre outros.

Cabe observar que o valor deste matiz afetivo - positivo ou negativo - será compreendido pelo ouvinte de maneira ora mais, ora menos explícita, já que os valores do matiz jamais poderão ser “classificados” de maneira precisa pelo ouvinte. Assim, cremos na existência de um *continuum* do matiz afetivo, o qual poderá ser classificado numa escala que vai das formas mais - seja positiva ou negativamente -, para as formas menos matizadas. Considerando esta proposta e apoiadas por uma perspectiva sócio-discursiva do fenômeno da referenciação, poderíamos classificar as formas “menos matizadas”, como aquelas que representariam os “sinônimos quase-perfeitos”.

Observemos alguns exemplos:

(20) **Pedro** não estuda para as provas e mesmo assim este pequeno notável só tira nota 10. (forma “mais matizada”, positivamente)

(21) **Pedro** não estuda para as provas e mesmo assim este moleque só tira nota 10. (forma “mais matizada”, negativamente)

(22) **Pedro** não estuda para as provas e mesmo assim este garoto só tira nota 10. (forma “menos matizada”)

Evidentemente, nós não negamos o cerne da dêixis em todas as sentenças acima, sobretudo pelo fato das referenciações terem sido estabelecidas por SNs, cujos determinantes são pronomes demonstrativos, sendo inegável, portanto, a presença do aspecto “mostrativo” em tais referenciações. Todavia, cremos que a escolha do núcleo do SN, nestes casos, é muito expressiva e, por isso, os exemplos (20), (21) e (22) são exemplos de uso atributivo do SN e, não, de uso referencial. Caso a referenciação tivesse sido feita pelo pronome “ele” ou simplesmente pelo pronome demonstrativo em função substantiva – “este” -, por exemplo, teríamos, sem dúvida, um uso referencial do pronome.

Por fim, já que uma série de diferenciações é estabelecida nas referenciações anafóricas e, conseqüentemente, uma série de “tipos” é definida por diferentes autores, na seção seguinte, por meio de uma listagem, apresentaremos alguns

desses “tipos de anáfora”, com suas respectivas definições acompanhadas de um exemplo.

2.2.5.1. Tipos de anáfora

Seguindo uma orientação sociocognitiva, discursiva e interacionista do fenômeno anafórico, apresentamos alguns tipos de anáfora.

- I) **Anáfora fiel** (Apothéloz, 2003); **Anáfora do tipo I** (Marine, 2004)⁴: a retomada do antecedente é feita por um SN (definido) cujo nome nuclear é aquele mesmo por meio do qual foi introduzido. Assim, este tipo de anáfora é uma das possibilidades de correferência. Exemplo:

(23) Havia **uma casa** à venda naquela avenida. **Esta/A casa** parecia ser bastante confortável.

- II) **Anáfora infiel** (Apothéloz, 2003): o nome da forma de retomada é diferente daquele da forma introduzida (trata-se, mais freqüentemente, de um sinônimo ou de um hiperônimo). Marine (2004) afirma que neste tipo de anáfora, a qual a autora chama de **anáfora do tipo II**, a retomada do antecedente é feita pela união “pronome demonstrativo + sinônimo direto ou contextual do nome anteriormente mencionado” e acrescenta que “sinônimos diretos ou contextuais” podem ser realizados de diferentes maneiras, porém em seu trabalho considera apenas os seguintes mecanismos lingüísticos: sinonímias, hiperonímias, hiponímias e silepses de gênero e/ou número. Exemplos:

(24) **A menina** adora pipoca. **A/Esta garota** come pipoca todos os dias.

(25) **As meninas** adoram dançar. **Essas crianças** praticam jazz a tarde toda.

⁴ Cabe ressaltar que as tipificações anafóricas propostas por Marine (2004) invariavelmente estão relacionadas com o uso dos pronomes demonstrativos.

(26) **O garoto** foi jogar bola de novo. **Esse menino** não sai do clube.

(27) **Pelé** é conhecido do mundo inteiro. **Esse futebolista** é exemplo para muitos atletas.

(28) Você pode até não ter pego esta doença por **contato sexual**, mas pode transmiti-la por **essa via**.

III) Anáfora por nomeação (Apothéloz, 2003): quando o sintagma nominal transforma em referente, ou seja, em objeto individuado, o processo denotado por uma proposição anterior; a nomeação pode retomar o conteúdo proposicional da proposição ou o ato de fala realizado por meio da enunciação. Assim, como propõe Marine (2004), focando seu estudo nas anáforas estabelecidas pelos pronomes demonstrativos, neste tipo de anáfora (**anáfora do tipo III**) a retomada do antecedente, que neste caso não constitui apenas um nome, mas toda a idéia⁵ pode ser realizada de duas maneiras diferentes: *i*) “pronome demonstrativo + sinônimo direto ou contextual da proposição anteriormente mencionada” ou *ii*) “pronome demonstrativo + proposição de mesma referência em relação ao antecedente”. Muitas vezes, acrescenta a autora, o uso deste tipo de anáfora implica em um conhecimento compartilhado do assunto/tema do texto por parte dos interlocutores (escritor/leitor; falante/ouvinte); caso contrário, ela tende a se tornar incompreensível a um dos interlocutores e, portanto, ineficiente, tanto do ponto de vista textual, quanto do discursivo. É importante ressaltar que a anáfora do tipo III pode ser realizada também pelas formas invariáveis dos pronomes demonstrativos (isto/ isso/ aquilo), já que tais pronomes têm a capacidade de estabelecer uma referência textual bastante ampla, podendo retomar toda uma idéia. Observemos os exemplos:

⁵ O conceito de “idéia” é utilizado por nós de forma bastante abrangente, designando assuntos, proposições, posicionamentos, ações diversas, entre outros.

(29) Os arquivos dos jornais serão doados a algumas bibliotecas. **Essa doação** vai acontecer no fim deste ano.

(30) Todos os sábados eles saem e usam vários tipos de drogas, mas eu não gosto **dessas coisas**.

(31) Toda vez que ele tem prova na escola, inventa uma nova doença para não ir à escola. **Isso** não pode acontecer mais.

Acreditamos que esse tipo de anáfora coincida com o que Conte (2003) chama de “**encapsulamento anafórico**”. Para ele o encapsulamento anafórico é um recurso coesivo pelo qual um SN funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença). Ainda segundo Conte (2003), o SN anafórico é construído com um nome geral (por exemplo, “fato”, “questão”, “assunto”, “situação” etc.) como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa. Exemplos;

(32) Hoje em dia a Internet exerce forte influência na construção da opinião pública. **Este fato** pode ser bastante preocupante para um mundo globalizado.

(33) Grandes porções de terra fértil sob domínio de uma minoria. **Essa situação** não muda no Brasil!

Pelo encapsulamento anafórico, um novo referente discursivo é criado sob a base de uma informação velha; ele se torna o argumento de predicções posteriores. Como um recurso de integração semântica, os sintagmas nominais encapsuladores rotulam porções textuais precedentes; aparecem como pontos nodais no texto. Quando o núcleo do SN anafórico é axiológico, ou seja, “avaliativo”, o encapsulamento anafórico pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor, tal como demonstramos no exemplo abaixo:

(34) Mais um vazamento de óleo da Petrobrás aconteceu ontem. **Essa catástrofe** matou milhares de animais na fauna marinha.

Cabe ressaltar que o termo “encapsulamento” apresentado por Conte (2003) não possui nenhuma relação com o que Lyons (1977) denomina “encapsulamento”, visto que, para este autor, tal termo denota o fenômeno de inclusão sintagmática. Exemplo: *to bark* (latir) encapsula o sentido de *dog* (cachorro).

IV) Anáfora associativa (Apothéloz, 2003): sintagmas nominais definidos que apresentam simultaneamente as seguintes características: *i*) de um lado, uma certa dependência interpretativa relativamente a um referente anteriormente (às vezes, posteriormente) introduzido ou designado; *ii*) de outro lado, a ausência de correferência com a expressão que introduziu ou designou anteriormente (às vezes posteriormente) esse referente. Logo, as anáforas associativas apresentam o seu referente – objeto de discurso – como já conhecido (ou identificável), sempre que ele não tiver sido ainda objeto de nenhuma menção, e que não indicar mais sua relação com outros referentes ou com outras informações explicitamente formuladas. Um exemplo clássico deste tipo de anáfora, já discutido em vários artigos, é o seguinte:

(35) Nós chegamos a uma cidade. **A igreja** estava fechada.

Neste exemplo, o antecedente anafórico, que na verdade é um *trigger*, ou seja, um “desencadeador”, segundo Hawkins (1977), é o sintagma definido “uma cidade”. Já o sintagma definido “a igreja” – que, neste exemplo, poderia ser também “a farmácia”, “a escola”, “a prefeitura”, entre outros – é o que se denomina, ainda segundo Hawkins, *associate*, isto é, “associado”: sintagma definido cujo emprego como primeira menção de um objeto de discurso (referente) se torna possível graças ao “desencadeador”, sem que haja ambigüidade sobre a identidade deste objeto de discurso.

Algumas vezes a informação discursiva que nos permite identificar o “associado” é dada apenas depois do anafórico, constituindo assim, uma **catáfora associativa**. Vejamos o exemplo emprestado de Apothéloz (2003, p.78):

(36) ENTERRADA VIVA – Uma menina de 8 anos foi retirada viva dos escombros de um prédio de três andares que desmoronou ontem, em Nápoles,

deixando seis mortos e muitas pessoas desaparecidas. Os bombeiros conseguiram tirar Valentina Giannelli dos entulhos depois de duas horas de trabalho. **A explosão** foi provavelmente devida a um vazamento de gás (*Le Matin*, 17/12/1992).

- V) **Anáfora de memória:** partindo do que Apothéloz (2003) define como “dêixis de memória” e do que Bühler (1978 apud Marcuschi, 2007) define como “dêixis fantasma”, conforme já mencionado neste trabalho, propomos um novo tipo de anáfora: **a anáfora de memória**, que se caracteriza pela remissão ao antecedente feita *in absentia*, ou seja, na ausência de qualquer designação explícita e prévia de seu referente. Neste caso, a referência é estabelecida pela união “pronomes demonstrativos + nome ou idéia resgatada na memória de um dos interlocutores”. Cabe ressaltar que este “resgate” de uma idéia estabelecido pelo escritor/falante deve ser, necessariamente, compartilhado pelo seu leitor/ouvinte, para que a comunicação entre ambos tenha um sentido pleno. Abaixo segue um exemplo retirado do *corpus* que, como poderá ser observado adiante, utilizamos em nossa pesquisa:

(37) Tenho quinze anos e como todas as raparigas da minha idade gosto de homens mais velhos. Há quase um ano conheci uma rapariga que se tornou a minha melhor amiga. Tenho muita ternura por ela, se bem que por vezes penso que sinto algo mais... Sei que a atraio e que ela gosta muito de mim, porém não me atrevo a confessar-lhe que me atrai com medo de perdê-la como amiga. Que posso fazer? Laura-Almoçageme/ O melhor é ficares completamente certa do que sentes pela tua amiga. Tem a conta que na adolescência é muito normal viver situações de incerteza ou confusão sexual. Não deves ter medo de manifestar a tua própria maneira de amar; porém, antes de dar um grande passo, assegura-te de que na verdade queres **essa pessoa** quer seja rapaz ou rapariga. [...].

(*Ragazza*, Fevereiro de 1994).

(38) Para mim, **esse negócio de virgindade** nunca foi muito importante. Talvez por isso, quando transei pela primeira vez não foi tão emocionante. Mas para

uma coisa é ótimo, quebra aquela barreira que a gente sempre coloca na hora de ir além de abraços e beijinhos com os namorados. N.P., 19 anos.

(**Capricho**, Abril de 1994).

VI) Anáfora com elipse (Marine, 2004): a retomada do antecedente é feita por meio, exclusivamente, do pronome demonstrativo, visto que o antecedente encontra-se elíptico no sintagma nominal. É importante destacar que este antecedente elíptico pode ser apenas um nome (39) ou toda uma “idéia” (40, 41), tal como nas anáforas por nomeação.

(39) O primeiro namorado de Maria era muito mulherengo. Ela não teve muita sorte com este, mas dizem que o atual é um rapaz bastante sério.

(40) O mais certo é que ele parta do princípio que todas as miúdas gostam que estejam em cima delas constantemente e que ache que essa é a melhor forma de te mostrar o seu carinho e amor. [...].

(**Ragazza**, Abril de 1998).

(41) Mas pense bem: uma coisa é crítica e ponto de vista; outra é falar mal por pura fofoca. Esse é outro departamento. [...].

(**Capricho**, Novembro de 2003).

2.2.6. Antecedente e desencadeador do antecedente

Para Apothéloz (2003), as expressões anafóricas⁶ têm propriedades bastante particulares, conforme sejam ou não controladas sintaticamente por seu antecedente. Quando tal controle existe, a interpretação do anafórico (ou do dêitico) tem a inferência de uma interpretação sintática, caso contrário ela é dependente de fatores

⁶ As expressões “anáfora” ou “anafórico” utilizadas pelo autor designarão sempre, salvo indicação contrária, uma forma de retomada.

contextuais e pragmáticos. Abaixo forjamos três exemplos que demonstram o raciocínio de Apothéloz (2003):

(42) **Pedro** está com fome. **Este menino** precisa comer.

(43) **Pedro** olha-**se** com freqüência no espelho.

(44) **Pedro** acha que **ele** está doente.

Em (42), “Pedro” e “este menino” são expressões que se encontram em frases diferentes. Designando ou não o mesmo referente, eles não podem ser ligados por uma relação sintática; a interpretação do pronome demonstrativo+nome é exclusivamente dependente do contexto.

Já em (43), o pronome “se” está ligado sintaticamente a “Pedro”. Existe entre eles uma relação de dependência; esta relação é exatamente a mesma que existe entre o sujeito de um verbo e a flexão verbal de pessoa, por exemplo. Portanto em (43), a interpretação do pronome está condicionada pela relação sintática que mantém com seu antecedente.

No exemplo (44), podemos chegar a duas interpretações distintas. “Ele” pode estar designando uma pessoa que não o “Pedro” ou “ele” pode justamente estar fazendo menção “Pedro”. Seguindo a primeira interpretação, não há nenhuma relação referencial entre o pronome e o sujeito da oração, pois as duas expressões teriam referentes distintos e a interpretação do pronome é dependente de fatores contextuais, tal qual constatamos no exemplo (44). Já seguindo a segunda interpretação, o pronome está ligado à posição sintática de seu antecedente “Pedro” e é regido por esta expressão, tal como em (43).

Assim, segundo Bosch (1983) e Apothéloz (2003), os pronomes ligados sintaticamente a seu antecedente não têm nenhum valor referencial e são puros morfemas regidos; são pronomes não-referenciais visto que podem estar ligados a expressões não-referenciais, como “ninguém”, por exemplo:

(45) **Ninguém** olha-**se** com freqüência no espelho.

Apothéloz (2003), a respeito do termo “referente”, chama-nos a atenção para a concepção geral do que é uma forma de retomada. Para ele, deve-se rejeitar a idéia de que um anafórico “se refere a seu antecedente”, pois as formas de retomada são, antes e acima de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo e, portanto, a interpretação do anafórico depende não apenas de uma interpretação sintática, mas também de fatores contextuais e pragmáticos.

O autor ressalta também que o que se chama comumente de “antecedente”, ou seja, um segmento de texto situado antes do anafórico que estabelece com este uma relação de interpretação ou de co-referência, não é um elemento indispensável ao funcionamento das formas de retomada. Afinal, podem ocorrer situações em que a expressão anafórica é um SN cujo nome explora, para fins de identificação do referente, não mais uma denominação anterior a ele, mas atributos que lhe foram dados por meio de uma predicação. Vejamos o seguinte exemplo, emprestado de Apothéloz (2003, p.58):

(46) Um jovem suspeito de ter desviado uma linha telefônica foi interrogado há alguns dias pela polícia em Paris. Ele “utilizou” a linha de seus vizinhos para ligar para os Estados Unidos por uma quantia de 50000F. O *tagarela* foi levado ao tribunal (Libération, 4.8.1993).

Este exemplo é, de acordo com Apothéloz (2003), duplamente interessante. Além das ações explicitamente atribuídas a “um jovem” (ter desviado uma linha telefônica, ter utilizado a linha de seus vizinhos e ter gasto 50000F em ligações para os EUA) e do atributo que foi utilizado ao lado do artigo definido como forma de retomada para identificar o referente (“o tagarela”), muitas informações e inferências se encontram como “pano de fundo” da situação explicitada. Afinal, para a compreensão plena do que foi enunciado, é fundamental, por exemplo, ter uma idéia do valor das tarifas telefônicas para inferir que uma conta de telefone no valor de 50000F corresponde a muitas horas de comunicação.

Ainda de acordo com o lingüista, o desafio que representa o exemplo (46) para a noção de antecedente foi muito bem visto por Cornish (1987, 1990), que propôs nomear de “desencadeador de antecedente”, o segmento textual (quando ele existe) que mais provavelmente tornou a referência anafórica possível e, de “antecedente”, simplesmente a interpretação do anafórico. Com isso é possível distinguir claramente

as ocorrências lingüísticas de seu valor semântico e referencial e, mais uma vez, comprovar que a representação do funcionamento das retomadas anafóricas e das expressões referenciais de modo geral deve fazer intervir uma representação do sentido construído pelo texto.

3. OS PRONOMES DEMONSTRATIVOS: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

3.1. Latim Clássico e Vulgar

[...] as decisões que a língua é levada a tomar no decurso de sua história são explicadas pela situação existente em um dado momento, e que, inversamente, o momento que precede essa crise já preparou os meios para resolvê-la, ou, pelo menos, pode ter preparado tais meios (WARTBURG e ULMANN, 1975, p.135).

Segundo Said Ali (1964, p.72), do Latim *iste, ista, istud* provieram, em Português, as variações pronominais **este, esta, esto**, mudando-se, com o decorrer do tempo, a última forma para **isto**. Reforçadas com a anteposição de *eccu-*, as mesmas formas latinas produziram em nossa língua **aqueste, aquesta, aquesto**, que deixaram de ser usadas no falar moderno.

Ainda segundo o autor, de *ille, illa, illud* procederam *elle, ella, ello* e, com o reforço de *eccu-*, formaram-se **aquelle, aquella, aquello**, convertendo-se este último, posteriormente, para **aquillo**. Já as formas latinas *ipse, ipsa, ipsum*, originou **esse, essa, esso**, passando este último para **isso**, no Português moderno.

É interessante notar que, segundo Said Ali (1964, p.73, grifo do autor), “o emprego de *aquillo*, em lugar de *aquello*, remonta ao século XVI. Mais antiga é a admissão de *isto, isso*; em Fernão Lopes ocorrem já com frequência estas formas a par de *esto, esso*”.

Para Wartburg e Ulmann (1975, p.135), aparentemente, o Latim Clássico possuía um sistema harmoniosamente equilibrado de pronomes, em que *hic* representava o pronome demonstrativo relativo à 1ª. pessoa do discurso, *iste*, o de 2ª. e *ille*, o de 3ª. No entanto, ainda segundo Wartburg e Ulmann (1975), para marcar o uso do pronome demonstrativo relativo à 2ª. pessoa na função de determinante, ou seja, em função adjetiva, usava-se o pronome *is* que, desde o Latim Clássico, passa a ser substituído por *hic*.

Com o deslocamento de *hic*, restaram apenas as formas *iste* e *ille*, como representantes dos pronomes demonstrativos, configurando-se, assim, um sistema pronominal binário. Diante dessa situação de “transição”, a língua passa a ter duas opções: tentar manter, de alguma maneira, a distinção triádica dos demonstrativos ou

"comprar sua tranqüilidade ao preço da renúncia a qualquer diferenciação" (WARTBURG e ULMANN, 1975, p.136).

Devido à tendência que a língua tem a conservar as categorizações (distinções), procurou repor o sistema tripartido entre os demonstrativos e, para isso, recorreu ao "pronome de identidade" *ipse*, que passou a ocupar o lugar de *iste*, como podia ser observado no Latim Vulgar. Tal fenômeno acabou comprovando a afirmação de Wartburg e Ulmann (1975, p.135) de que uma situação de "transição" lingüística pode perturbar o equilíbrio do sistema e promover, por si mesmo, uma outra forma que, por sua vez, atrai uma terceira.

É interessante notar, porém, que a forma *ipse* que surgiu no Latim Vulgar não tinha o mesmo valor que possuía na língua clássica⁷, posto que, na verdade, constituía um equivalente do antigo *iste*, às vezes *hic*.

Dessa forma, de um modo geral, o Latim Vulgar tendeu a desenvolver uma tríplice oposição entre os pronomes demonstrativos, em que *iste* marcava proximidade da pessoa que fala, *ipse*, proximidade da pessoa a quem se fala - embora com um sentido menos definido e menos rigorosamente ligado à 2ª pessoa - e *ille* - fazia referência a uma posição remota.

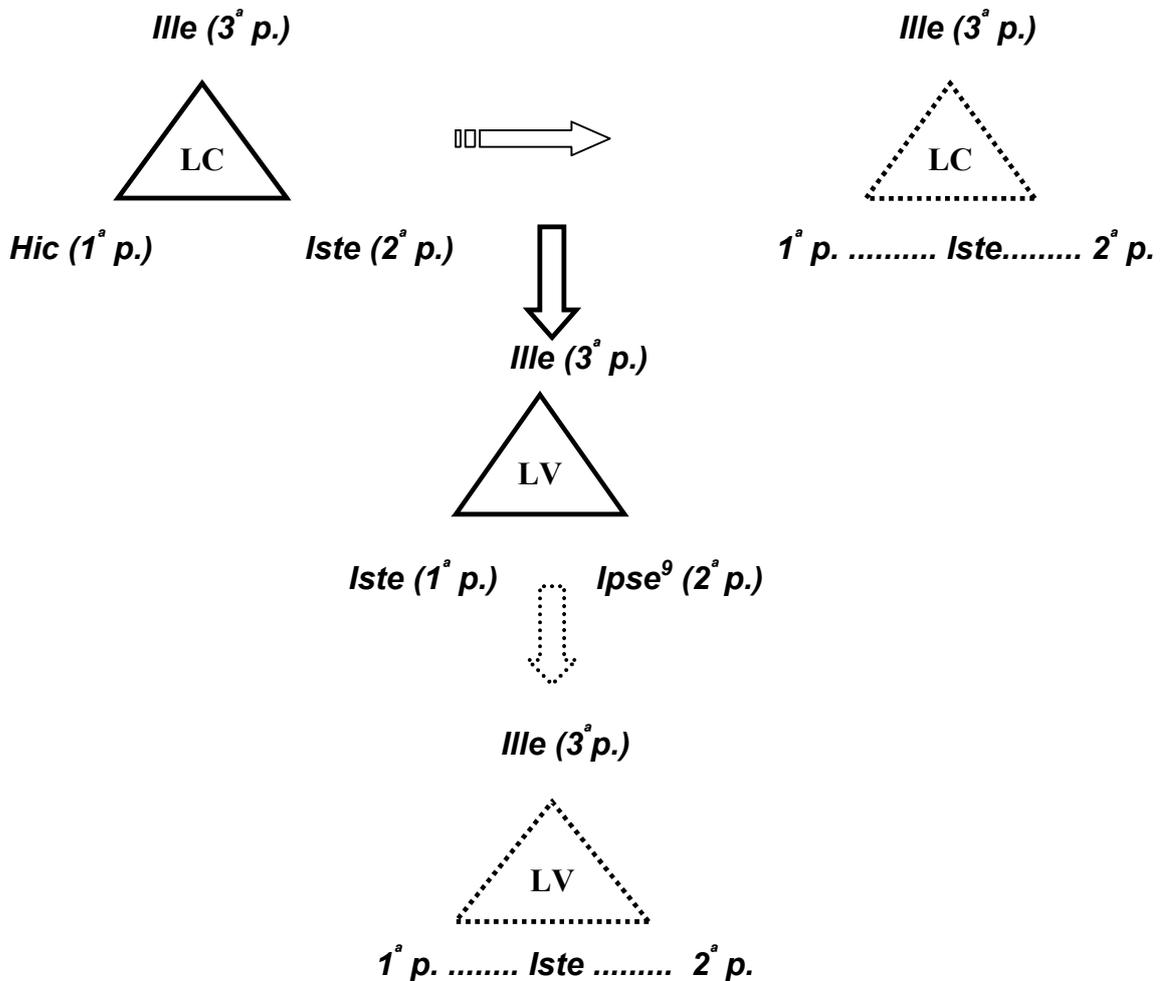
A esse respeito, Coutinho (2005) afirmava que no Latim Vulgar havia uma confusão no uso dos demonstrativos, sendo freqüente encontrarmos um empregado em lugar do outro. "Desde os tempos de César, o pronome da segunda pessoa *iste* substitui o da primeira *hic*, que nos últimos tempos desaparece inteiramente" (COUTINHO, 2005, p. 256).

Câmara Júnior (1975) afirma que, provavelmente, o deslocamento de *iste* foi determinado pelo abandono do demonstrativo de 1ª pessoa (*hic*), fazendo com que *iste*, demonstrativo de 2ª pessoa, passasse a indicar o de 1ª. O autor defende que esse deslocamento tenha sido, a princípio, uma extensão de sua área, para opor o eixo falante-ouvinte a tudo que lhe era exterior (*ille*). Se foi isso o que aconteceu, o antigo sistema ternário acabou sendo restabelecido por meio da restrição de *iste* para o campo do falante e pela transferência de "*ipse* para o campo do ouvinte, propiciada pela presença enfática de *ipse* junto às três pessoas pronominais, especialmente a 2ª." (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 103).

⁷ *ipse* torna-se um demonstrativo de sentido menos enfático do que na língua clássica, tendendo a substituir o antigo *iste*. (MAURER, 1959)

Enquanto grande parte da România Antiga apresenta vestígios desse sistema, desde cedo é possível notar uma tendência no sentido de se conservar um sistema binário entre os demonstrativos, marcando-se apenas a posição de objeto próximo e objeto remoto, em relação ao falante. Portanto, no Latim Vulgar existiam dois demonstrativos de sentido mais definido e persistente - *iste* e *ille* – e, um terceiro, que ocupava uma posição intermediária entre os dois, de "vitalidade mais limitada e, talvez, de sentido um pouco mais vago: *ipse*" (MAURER, 1959, p.110).

Assim, de acordo com Marine (2004, p.76), podemos descrever as variações sofridas pelo sistema dos pronomes demonstrativos do Latim Clássico (LC)⁸ ao Vulgar (LV) por meio do seguinte esquema:



Esquema 2. Evolução dos pronomes demonstrativos do Latim Clássico ao Vulgar

⁸ Considerando-o a partir do seu comportamento triádico.

⁹ Marcando um sentido menos definido em comparação à relação *iste* vs. *ille*.

Esta quarta etapa, apresentada por Marine (2004, p.76), representa a hipótese da autora segundo a qual, se o *ipse* marca um sentido menos definido em comparação à relação *iste vs. ille* presente no Latim Clássico, na verdade, a real oposição entre os demonstrativos no Latim Vulgar era, provavelmente, *iste vs. ille*.

Assim, a forma *iste* no Latim Clássico provavelmente já estava perdendo seu valor referencial relativo à segunda pessoa, o que a teria levado a assumir o lugar de 1^a. pessoa no Latim Vulgar, ficando *ipse* para as referências de 2^a. pessoa. Essa possível tentativa de resgatar o sistema ternário não teria se consolidado, de acordo com a hipótese de Marine (2004), pelo fato de *ipse* marcar um sentido menos definido em comparação a *iste vs. ille*. Logo, o verdadeiro uso dos pronomes demonstrativos em Latim Vulgar era *iste vs. ille*, originado de uma variação do sistema pronominal terciário do Latim Clássico que, no uso, mostrava-se binário.

3.2. Português Arcaico

O período que consideraremos como representante do Português Arcaico seguirá a proposta de Mattos e Silva (2006), segundo a qual corresponde “o período histórico da língua portuguesa que se situa entre os séculos XII e XV” (MATTOS e SILVA, 2006, p.21).

Feita tal consideração, focaremos nosso olhar ao objeto de estudo deste trabalho: os pronomes demonstrativos, que, ainda de acordo com Mattos e Silva (2006, p.108), apresentavam-se organizados, no período arcaico¹⁰, da seguinte forma:

¹⁰ Como nos pautaremos nas obras de Mattos e Silva (1989; 2006), cabe ressaltar que o *corpus* utilizado pela pesquisadora nessas obras, trata-se da versão do século XIV - a mais antiga versão em Português - dos “Diálogos de S. Gregório”, que sempre aparecerá referida em suas obras como DSG 1989.

forma		Simples		reforçada	
referência	num.	sing.	pl.	sing.	pl.
	gen.				
1. campo do Emissor (E)	m.	Este	estes	aqueste	aqueste
	f.	esta	estas	aquesta	aquestas
	n.	esto ~ isto		aquesto ~ aquisto	
2. campo do Receptor (R)	m.	Esse	esses	aquesse	aquesses
	f.	essa	essas	aquessa	aquessas
	n.	esso ~ isso		aquesso ~ aquisso	
3. fora do campo do E e do R	m.	-		aquele	aqueles
	f.	-		~ aquel	
	n.	-		aquela aquele ~ aquilo	aquelas

Quadro 3. O sistema dos pronomes demonstrativos no Português Arcaico, segundo Mattos e Silva (2006, p.108)

Como podemos observar, os pronomes demonstrativos se configuravam em um sistema que apresentava a possibilidade de três posições baseadas no campo do emissor, do receptor e fora do campo emissor/receptor. Essas três formas possuíam variação de gênero (feminino, masculino e neutro) e número (singular e plural), porém as neutras só se realizavam no singular.

É interessante notar também que, de acordo com Mattos e Silva (2006), existiam “formas simples” e “formas reforçadas”, sendo estas reforçadas pelo prefixo *accu-*, formando *aqueste*, *aquesse* e *aquele*, bem como suas respectivas variantes de gênero e número. Apenas os demonstrativos da forma 3 – referentes ao campo fora do eixo “emissor/receptor” - não possuíam formas simples e, foi justamente neles, que a “forma reforçada” permaneceu, “já que a base *ill-* se especializou no português para cumprir a função de pronome pessoal de 3ª. pessoa, singular e plural (ele, eles; ela, elas)” (MATTOS e SILVA, 2006, p.109).

Sobre o desaparecimento das “formas reforçadas”, a pesquisadora afirma que as formas de tipo 2 – *aquess-* - foram pouco documentadas, já as do tipo 1 – *aquest-* - eram muito freqüentes até no século XVI. Para Nunes (1960), as formas “reforçadas” tinham um “valor enfático” e, a esse respeito, Mattos e Silva (2006) afirma que os dados do DSG confirmam as hipóteses do autor.

Quanto às formas *isto*, *aquisto*, *isso*, *aquisso* e *aquilo*, começam a aparecer entre os séculos XIII e XV. Além disso, é possível notar que a variação *aquel* ~ *aquela* também caracteriza o Português Arcaico e, segundo Mattos e Silva (2006), a análise de seus dados não indica um contexto condicionador para a seleção de uma ou outra forma.

Segundo a autora, no Português Arcaico freqüentemente os demonstrativos eram reforçados por *meesmo*, variando com *medês*, tendo permanecido apenas a primeira forma. Além disso, Mattos e Silva (1989) afirma que era usual os demonstrativos serem seguidos de nomes substantivos; ou seja, eram mais utilizados em função adjetiva. Era comum também, o uso do demonstrativo seguido de um nome próprio, quando um ou outro (pronome demonstrativo ou nome próprio) seria suficiente para indicar o que se queria designar. Assim, a pesquisadora observa que, no Português Arcaico, “o uso dos demonstrativos torna-se redundante” (MATTOS e SILVA, 1989, p.163).

Quanto a esse último comportamento do demonstrativo no Português Arcaico, Marine (2004) acredita que, possivelmente, o seu uso ao lado de um nome próprio não constitua, necessariamente, um caso de redundância na língua, como propõe Mattos e Silva (1989), mas, sim, de ênfase, a fim de conferir ao nome próprio um valor afetivo, tal como, por vezes, segundo a autora, utilizamos atualmente. Vejamos os exemplos apresentados por Marine (2004, p.78):

(47) **Esse Pedro** vale ouro! (ênfase com valor de admiração)

(48) **Essa Maria** não vale nada! (ênfase com valor de desprezo)

Por fim, é interessante destacar que Mattos e Silva (1989) observa que a análise do *corpus* lhe permite negar a validade de se propor um sistema ternário para os demonstrativos em que haja nítida oposição na seleção das formas do tipo **este**,

esse e **aquela**, tanto em função dêitica quanto anafórica, pois ela nota que a verdadeira oposição que existia era entre os pronomes **este** e **aquela**.

Um problema interessante que precisaria ser sistematicamente analisado no período arcaico é o de definir se de fato o sistema, no seu uso, é tricotômico: os dados dos DSG permitem levantar a suposição de que a oposição entre as formas dos tipos 1 [este] e 2 [esse] podia ser neutralizada em proveito das do tipo 1, e que a oposição se fazia com clareza entre as dos tipos 1 e 2, em variação, e as do tipo 3 (MATTOS e SILVA, 2006, p.110).

Com isso, podemos concluir que, possivelmente, o sistema ternário que o Latim Vulgar tentou restabelecer através do pronome *ipse*, marcando referência à segunda pessoa do discurso, acabou, de fato, perdendo-se, devido ao sentido vago e pouco definido de *ipse*. Teria permanecido um sistema de oposição bipartido, ou seja, *iste vs. ille*, no qual a forma de 1^a pessoa acaba por englobar o eixo falante-ouvinte.

É interessante destacar que, embora a tradição normativa aponte, desde o Latim Clássico, para um sistema ternário dos pronomes demonstrativos, o uso, em contrapartida, aponta para um sistema binário. Por isso, apesar de estar previsto no Português Arcaico um esquema tripartido na estrutura da língua, a verdadeira expressão desses pronomes ocorre por meio de um esquema bipartido representado pela oposição **este vs aquela**, herdado, provavelmente, do Latim Vulgar, de acordo com Marine (2004).

Poderíamos questionar o porquê das formas *iste* e *ille* terem sido escolhidas pelos falantes e não, por exemplo, *ipse vs. ille*. Acreditamos que essa escolha esteja profundamente ligada ao caráter essencialmente dêitico dos pronomes demonstrativos, o que, em outras palavras, significa dizer, ao seu caráter “mostrativo”, de “apontamento” espaço-temporal. Se pensarmos dessa maneira, veremos que a oposição 1^ap. vs 3^ap. é de fato muito mais expressiva que a oposição 2^ap. vs 3^ap, já que aquela marca de maneira muito mais evidente a noção “perto-longe”. Mesmo considerando o fato de que *iste* no Latim Clássico era a forma que representava o pronome demonstrativo de 2^a. pessoa, no processo evolutivo da língua, tal forma adquiriu valor de 1^a pessoa com o desaparecimento de *hic*, antiga forma do demonstrativo de 1^a. pessoa.

3.3. Português Clássico

Brandão (1963), ao estudar o sistema dos pronomes demonstrativos do Português Clássico, afirma que o povo - e até mesmo os "bons escritores" - nem sempre eram exatos no emprego do sistema dos pronomes demonstrativos, configurado, pelo menos teoricamente, de modo ternário, em que **este** estaria ligado a tudo que está próximo do falante, **esse** a tudo que está próximo do ouvinte e **aquele**, ao que está fora do campo falante-ouvinte. A esse respeito, o autor ressalta que: "notam-se às vezes vacilações que conviria evitar, fixando sobre este ponto normas lógicas e certas, fundadas na autoridade dos clássicos e aceitas pelas pessoas cultas" (BRANDÃO, 1963, p.221).

Como podemos notar, no Português Clássico, tal como no Latim Clássico e Vulgar, bem como no Português Arcaico, o sistema dos pronomes demonstrativos passa por momentos de dissociação entre norma e uso.

Talvez, essas "vacilações" citadas por Brandão (1963), que estavam presentes entre as diferentes classes sociais no uso dos pronomes demonstrativos, estivessem ligadas ao fato de que, no Português Clássico, a principal função desempenhada pelos demonstrativos era a de "determinar ou representar um nome, mostrando a sua posição no espaço, no tempo, e na ordem relativamente às pessoas gramaticais" (BRANDÃO, 1963, p.220). Ou seja, a principal função dos pronomes demonstrativos no Português Clássico era a dêitica, tal como podemos observar nos exemplos abaixo¹¹:

(49) **ESTA** ilha pequena que habitamos/ é em tôda **ESTA** terra certa escala... (Lus., I, 54).

(50) Minha mãe é **ESTA** (Camilo, A enjeitada, p.46).

(51) ... a inteligência do poeta precisa de viver num mundo mais amplo do que **esse** a que a sociedade traçou limites tão mesquinhos (Herc., Eur., 14).

(52) Assim o fez **NESTA** manhã o Divino Amante Cristo (Vieira, Sem., 5^o, 125).

¹¹ Todos os exemplos foram retirados de Brandão (1963, grifo do autor).

Se a dêixis está relacionada com a noção de proximidade e distância espaço-temporal, provavelmente um sistema binário seria suficiente para marcar a noção "perto-longe", em que as formas **este** ou **esse** marcariam proximidade do falante e **aquele**, distância. O próprio estudioso, embora faça distinções de uso das formas **este** e **esse** nas referências espaciais baseadas nas pessoas gramaticais¹², afirma haver, para o uso dêitico temporal, um sistema binário marcado pelas formas **este** e **aquele**, em que “**êste** exprime uma fração do tempo que inclui o momento em que se fala e **aquele** indica tempo já transcorrido, mais ou menos remoto” (BRANDÃO, 1963, p.223, grifo do autor).

Embora o uso dêitico dos pronomes demonstrativos tenha sido bastante produtivo no Português Clássico, Brandão (1963) observa também outra função desempenhada pelos demonstrativos: a anafórica.

Quando os demonstrativos servem de indicar o que estamos dizendo, quando lembram ao nosso ouvinte ou leitor o que acabamos de enunciar e chamam-lhe a atenção para o que vamos dizer, têm o nome de anafóricos (BRANDÃO, 1963, p.227).

Na função anafórica, as formas **este**, **esta** e **isto** exprimem aquilo de que se está tratando, o que já foi referido ou algo de que se continua a falar. Observemos os seguintes exemplos, emprestados de Brandão (1963):

(53) Por fora **DESTA** grande cêrca... estão vinte e quatro mil jazigos de mandarins (Fernão Mendes Pinto, Peregr., c, 105).

(54) **ESTAS** palavras tais chorando espalha: 'Quantos povos a terra produziu... (Camões, Lus., III, 102-103).

Já as formas **esse**, **essa** e **isso** devem, ainda segundo Brandão (1963), ser empregadas com referência ao que foi dito por nosso interlocutor:

¹² O autor divide o uso dêitico espacial por meio das pessoas gramaticais a partir de três situações: 1^a) A forma **este** é usada para indicar o que está junto de nós ou em nós (em nosso corpo ou alma), **esse** refere-se à 2^a pessoa, mostrando o que está próximo dela ou o que existe nela e **aquele** exprime o que está distante das duas primeiras pessoas e diz respeito a 3^a; 2^a) Usa-se **este** quando se fala daquilo que se acha perto de nós e da pessoa a quem nos dirigimos e **esse**, pode designar coisas um tanto distantes de nós, sem se referir, entretanto, ao nosso interlocutor ou leitor; 3^a) deve-se usar **este** para exprimir o que fazemos, pensamos ou dizemos e **esse** para fazer referência ao que nosso interlocutor faz, diz ou pensa. (BRANDÃO, 1963, p.221-223).

(55) **NESSE** caso que dizes, o que jaz doente, jaz fraco (Sá de Miranda, Obras, II, 169-170).

(56) Deixai-o ir que **ESSAS** são as maravilhas da minha Providência (Vieira, Serm., 5^o, 182-183).

O estudioso destaca que as formas **esse**, **essa** e **isso** se encontram, também, referindo-se ao que ficou atrás mencionado, apresentando assim, um sentido bastante semelhante ao de **este**, porém mais fraco:

(57) ...qual foi aqui o milagre?... O apartar-se de Cristo de nós, **ÊSSE** foi o milagre (Vieira, Serm., 5^o, 17).

Cabe ressaltar que da mesma forma que Brandão (1963) observa um uso binário na referência por dêixis temporal, marcado pela oposição das formas **este** vs **aquêle**, tal como já foi exposto anteriormente, o mesmo ocorre no uso anafórico “quando se faz referência a duas pessoas ou coisas já mencionadas, [em que] *êste* indica a última [e] *aquêle* representa a primeira” (BRANDÃO, 1963, p.229, interpolação nossa; grifo do autor). Observemos o exemplo (58):

(58) **AQUÊLES** vícios (referidos em primeiro lugar) procedem da corruptela e fragilidade da natureza humana, e **ÊSTE** (o último referido)... tem grande deformidade contra a mesma natureza (Bern., N., Fl., 2^o, 183).

Outra característica interessante no uso anafórico dos demonstrativos do Português Clássico para a qual Brandão (1963, p.229) nos chama atenção, é a de que “parece de rigor empregar-se **ÊSSE**, quando representa pleonástica ou enfaticamente um têrmo da frase (sujeito, objeto, etc.)”:

(59) ... o fogo das mesmas línguas, **ÊSSE** não passou, mas permaneceu (Vieira, Serm., 5^o, 346).

(60) ... a (cegueira) que cega deixando os olhos abertos; **ESSA** é a mais cega de todas (Vieira, Serm., 4^o, 86).

Dias (1970, p.77) também observa essa função enfática conferida pela forma **esse** em determinadas situações:

[...]. o pronome **esse** emprega-se também emphaticamente representando uma pess. ou cousa como devendo, pela sua celebridade, etc., estar na mente das pessoas a quem fallamos ou a quem se suppõe que fallamos: 'Que é, pois, a caixa econômica essa arvore que produz taes fructos de benção?' (Herc., Op. I, 161).

Além dessas duas funções básicas, ou seja, a dêitica e a anafórica, há, de acordo com Brandão (1963), uma terceira função entre os pronomes demonstrativos, que é derivada das primeiras, para qual existem palavras próprias: a função identificativa. A finalidade dela é indicar um ser em si mesmo, de modo mais ou menos preciso. Infelizmente, o autor não apresenta exemplos desse tipo de função.

O estudioso destaca ainda que, quando os demonstrativos estão unidos a um nome, são adjetivos – “**NÊSTE** momento aquelas vozes harmoniosas cessaram (Herc., Eur., 132)” - e, somente quando aparecem sós são pronomes – “Por **ÊSTES** vos darei um Nuno fero (Camões, Lus., I, 12)” (BRANDÃO, 1963, p.224, grifo do autor).

No Português Clássico existiam também os **demonstrativos compostos**, porém tais formas, atualmente, já caíram em desuso. “Quando se quer distinguir dois ou mais seres que se acham na mesma situação espacial ou temporal em relação com as pessoas gramaticais, recorre-se aos demonstrativos compostos ou discriminativos (*êste outro ou estoutro, êsse outro ou essoutro, etc.*)” (BRANDÃO, 1963, p. 225, grifo do autor). Abaixo, seguem alguns exemplos:

(61) Quem será **ESTOUTRO** cá...? (Lus., VIII, 5).

(62) ... matem-me **NESSOUTROS** vales (Sá de Miranda, 1^o, 15).

Por fim, é interessante notar que, na “Gramática da Língua Portuguesa”, de João de Barros (1971), editada pela primeira vez em 1540, o filólogo apresenta uma oposição de usos das formas **este** e **esse**, em que **este** devia ser entendido como “dêitico” e **esse** como “anafórico”.

Isso nos parece bastante interessante, já que ambas as formas são previstas, porém assumindo usos diferenciados; o fato de a forma de 1^a pessoa assumir o uso

dêitico reforça a hipótese de Marine (2004), que aponta para a existência de um sistema pronominal binário dos demonstrativos desde o Latim Clássico, fortalecido pela oposição **1ª pessoa vs. 3ª pessoa**, dado o caráter essencialmente dêitico de tais pronomes.

Se considerarmos as afirmações de Barros (1971 [1540]), assumiremos que, por meio de uma especialização de formas, os três pronomes demonstrativos (este/isto; esse/isso; aquele/aquilo), baseados nas três pessoas do discurso (eu/ tu (você)/ ele), foram mantidos no Português Clássico, porém em um sistema pronominal binário especializado, aonde teríamos a oposição **este/isto vs. aquele/aquilo** marcando o uso dêitico e **esse/isso vs. aquele/aquilo** marcando o uso anafórico.

3.4. Português Contemporâneo

Segundo descrições de cunho normativo, o sistema dos pronomes demonstrativos da Língua Portuguesa é distribuído da seguinte maneira:

	Variáveis				Invariáveis
	Masculino (Singular/Plural)		Feminino (Singular/Plural)		
Formas de 1ª p.	este	estes	esta	estas	isto
Formas de 2ª p.	esse	esses	essa	essas	isso
Formas de 3ª p.	aquele	aqueles	aquela	aquelas	aquilo

Quadro 4. Formas variáveis e invariáveis dos pronomes demonstrativos do Português

Ao pesquisar as definições conferidas aos pronomes demonstrativos em algumas gramáticas do Português, observamos que Cunha (1986), Infante (2002), Cipro Neto e Infante (2002) e Bechara (2006) definem os pronomes demonstrativos - de modo geral -, como aqueles que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso (**1ª pessoa**: este, esta, isto; **2ª pessoa**: esse, essa, isso; **3ª**

pessoa: aquele, aquela, aquilo) e acrescentam que esta localização pode se dar no tempo, no espaço ou no discurso. Assim, temos as formas de 1ª pessoa marcando referência ao campo do falante, as de 2ª, marcando referência ao campo do ouvinte, e as de 3ª fazendo referência ao que estiver fora do campo falante-ouvinte.

Vale lembrar que as formas variáveis podem funcionar como pronomes adjetivos ou substantivos:

(63) **Aquele** carro é meu.

(64) Meu carro é **aquele**.

Já as formas invariáveis são sempre pronomes substantivos:

(65) **Isto** é meu.

(66) **Aquilo** foi divertido.

Neves (2000), ao discutir a “natureza dos pronomes demonstrativos” em sua “Gramática de Usos do Português”, classifica os demonstrativos como palavras fóricas, já que sempre fazem referência, seja ao contexto, seja à situação do discurso. Vejamos os exemplos apresentados por Neves (2000, p.491, grifo da autora):

(67) Quando me davam um **texto**, eu já sabia como ia fazê-lo. Aí, **AQUELE texto** não me interessava [referência ao contexto].

(68) Eu lhe agradeço a presença **nESTA** mesa, **nESTA** ceia [referência à situação do discurso].

Para a pesquisadora, os demonstrativos podem ser empregados como referenciador textual (uso endofórico) e como referenciador situacional (uso exofórico). Na verdade, o que Neves (2000) chama de referenciador textual nada mais é o que em outras gramáticas conhecemos pelo nome de anáfora. Já o

referenciador situacional é o que mais comumente as gramáticas denominam como referência espaço-temporal ou simplesmente uso dêitico do pronome.

Quanto ao uso textual, Infante (2002, p.362, grifo do autor) afirma que os “pronomes demonstrativos também podem estabelecer **relações entre as partes do discurso**, ou seja, podem relacionar aquilo que já foi dito numa frase ou no texto com o que ainda se vai dizer.” Nesse caso, o autor destaca que “este” se refere ao que ainda vai ser dito na frase ou texto (catáfora) e “esse”, ao que já foi dito (anáfora), tal como podemos observar nos exemplos que seguem abaixo:

(69) Minha palavra final é **esta**: não!

(70) Para mim o respeito é a base de qualquer tipo de relação inter-pessoal. **Essa** é a minha opinião.

Já Bechara (2006, p.189), em relação a tal uso, declara que “no discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que ele acabou de narrar (anáfora) ou ao que vai narrar (catáfora), emprega este (e flexões)”. Para o autor, a forma “esse” só será usada se a referência for feita às palavras da pessoa com quem se fala ou quando for expresso um nome a que, na construção do discurso, se quer juntar uma explicação, comparação, ou se lhe quer salientar alguma característica. Nesses casos, costuma-se repetir o nome (ou o que lhe serve de explicação, comparação, ou característica) acompanhado do demonstrativo de segunda pessoa.

Como podemos observar, “as regras” relativas ao sistema dos pronomes demonstrativos em nossa Língua estão longe de serem claras. Todas as gramáticas pesquisadas, evidentemente, apresentam características mais detalhadas – umas mais, outras menos - do uso desses pronomes. Tais características nos colocam diante da diversidade e, em alguns casos, das particularidades de emprego dos demonstrativos. Por isso, a fim de tentar compreender melhor o sistema pronominal dos demonstrativos, faremos uma breve descrição da maneira como a qual alguns gramáticos apresentam a configuração deste sistema.

No entanto, antes de iniciarmos tal descrição, gostaríamos de destacar que, dentre os gramáticos ora considerados, Cunha (1986) e Bechara (2006), embora apresentem uma distribuição ternária do sistema pronominal dos demonstrativos, assim como os demais gramáticos, reconhecem que nem sempre o uso desses

pronomes corresponde à norma gramatical; “estas distinções que nos fornece o sistema ternário dos demonstrativos em português não são, porém, rigorosamente obedecidas na prática” (CUNHA, 1986, p.342, grifo do autor). Isso porque, segundo Bechara (2006, p.167), no uso dos pronomes demonstrativos “muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática”.

3.4.1. O que dizem as gramáticas

Cunha (1986, p.322) afirma que “a capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo, a chamada função deíctica (do grego *deiktikós* = ‘próprio para demonstrar, demonstrativo’), é a que caracteriza fundamentalmente esta classe de pronome”.

Todavia, o autor destaca que os demonstrativos são empregados também para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi dito ou o que irá se dizer; “é a sua função anafórica (do grego *anaphorikós* = que faz lembrar, que traz à memória)” (CUNHA, 1986, p. 322, grifo do autor).

Partindo das relações estabelecidas com as pessoas do discurso (eu/ tu (você)/ ele), Cunha (1986, p.323-324) estabelece as seguintes características gerais para os pronomes demonstrativos:

1º.) **Este, esta e isto** indicam:

- a) o que está perto da pessoa que fala;
- b) o tempo presente em relação à pessoa que fala.

2º.) **Esse, essa e isso** indicam:

- a) o que está perto da pessoa a quem se fala;
- b) o tempo passado ou futuro com relação à época em que se coloca a pessoa que fala

3º.) **Aquele, aquela e aquilo** denotam:

- a) o que está afastado tanto da pessoa que fala como da pessoa a quem se fala;
- b) um afastamento no tempo de modo vago, ou uma época remota.

No entanto, além dessas características gerais, Cunha (1986, p.325-326) apresenta alguns “empregos particulares” dos pronomes demonstrativos:

1. **Este/ esta/ isto** – usados para chamar a atenção sobre aquilo que dissemos ou vamos dizer;
2. **Esse/ essa/ isso** – usados – tal como este/ esta/ isto - para aludir ao que mencionamos ou para referirmos ao que foi dito por nosso interlocutor;
3. **Nisto** – usa-se no sentido de “então”, “nesse sentido”;
4. **Além disso/ isto é/ isto de/ por isso** (raramente **por isto**)/ **nem por isso** – usados como expressões que se tornaram fixas, devido ao uso.

Cunha (1986, p.327) também destaca que, quando queremos aludir, discriminadamente, a termos já mencionados, usamos “aquele” para o que foi referido em primeiro lugar e, “este” para o que foi nomeado por último:

(71) **Caio** e Mariana foram viajar. Esta foi para Bahia e **aquele** para o Rio de Janeiro.

A esse respeito, Neves (2000, p.503)¹³ afirma que, se houver mais de um nome antecedente, a referência com “este/isto” seleciona o mais próximo (72), porém observa que não é necessário que o antecedente do “este” anafórico esteja bem próximo dele (73). Por outro lado, se houver mais de um nome antecedente, a referência com “aquele/aquilo” seleciona sempre o mais distante (74):

(72) Hoje saí para ver umas bolsas. Gostei de uma preta e de uma azul, mas sem dúvida **ESTA** era muito mais bonita.

¹³ Cabe observar que os exemplos emprestados de Neves (2000) oriundam de usos observados em uma base de dados de 70 milhões de ocorrências que está armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – Campus de Araraquara; esse *corpus* abriga textos escritos de literaturas romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, garantindo, assim, uma diversidade de gêneros discursivos, além de permitir a abrangência de diferentes situações de enunciação, inclusive a interação.

(73) O perfil do jovem brasileiro mudou muito. **Preocupam-se muito com prazeres individuais e efêmeros e já não cultivam muitos sonhos, tampouco traçam objetivos de vida.** ESTAS características assustam cada vez mais a sociedade atual.

(74) **A fome** e a falta de trabalho são as grandes vilãs da sociedade brasileira e, o pior, caminham sempre juntas. Afinal, com esta como suprir **AQUELA?**

Cabe ressaltar que Cunha (1986) faz um apontamento acerca dos pronomes demonstrativos bastante curioso e que não foi encontrado por nós em nenhuma outra gramática, exceto por algumas considerações feitas por Neves (2000). De acordo com o autor “os demonstrativos reúnem o sentido de atualização ao de determinação. São verdadeiros ‘gestos verbais’, acompanhados em geral de entoação particular e, não raro, de gestos físicos” (CUNHA, 1986, p.328). Daí a capacidade desses pronomes de fazerem aproximar ou distanciar no espaço e no tempo as pessoas e as coisas a que se referem, permitindo-lhes expressar variados matizes afetivos – de admiração, confiança/esperança, indignação, pena/comiseração, malícia, sarcasmo, desprezo -, em especial, os irônicos (CUNHA, 1986, p.328).

Ainda em suas considerações a respeito dos valores afetivos que podem ser transmitidos pelos pronomes demonstrativos, Cunha (1986, p.330) destaca que, quando aplicados a pessoas, os neutros “isto”, “isso” e “aquilo” têm, em geral, sentido fortemente depreciativo. Vejamos um dos exemplos por ele apresentados:

(75) *Aquilo* tem o diabo n'alma. (Fialho de Almeida)

Todavia, “pelos contrastes que não raro se observam nos empregos afetivos, podem esses demonstrativos expressar alto apreço por determinada pessoa” (CUNHA, 1986, p.330). Observemos o exemplo seguinte:

(76) *Aquilo*, sim, é que era mulher!

Neves (2000, p.505) também tece algumas considerações a respeito do valor matizado do demonstrativo para o qual Cunha (1986) nos chama a atenção. A autora afirma que os demonstrativos, quando usados junto de determinados substantivos

abstratos de qualidade, podem estabelecer uma matização irônica, caso se refiram a pessoas. Vejamos um dos exemplos por ela apresentados:

77) Eu não avisei a **ESSA** beleza, quando ela chegou, quem era Romeu? Ela se perdeu por gosto.

Ainda de acordo com Neves (2000, p.505), os demonstrativos ao lado de adjetivos qualificadores disfóricos, fazem referência desairosa a uma pessoa, especialmente num registro mais popular:

(78) Não permitirei que **ESSA desavergonhada** fique mais um só dia nesta casa.

(79) E tudo, por quê? Uma besteira – por causa **DAQUELE idiota do barbeiro**, que mal tinha onde cair morto.

Um outro uso que chama a atenção de Cunha (1986, p.330) e também de Neves (2000, p.508) está nas formas femininas “esta” e “essa”, que se fixaram em expressões elípticas, como:

(80) Entra nessa!

(81) Essa não/ Essa, não!

(82) Ora essa!

(83) Mais esta!

(84) Essa/Esta é boa!

Inclusive, Neves (2000) atribui sentidos a essas expressões. Assim, segundo a autora: (80) significa deixar-se envolver, (81) marca discordância veemente, (82) marca rejeição com espanto, e, por fim, (83) e (84) marca crítica com espanto.

A autora destaca também as construções do tipo “de+substantivo” ou “de+um enunciado”, para as quais o demonstrativo utilizado será “esse”.

(85) **Esse** negócio **de internet** transformou-se numa febre mundial.

(86) **Essa** coisa **de “Vamos nos unir”** está me irritando.

De acordo com Cunha (1986), existem algumas situações em que, a fim de conferir maior clareza ou ênfase às pessoas ou coisas a que nos referimos, “reforçamos” os demonstrativos com advérbios (87) ou com as palavras “mesmo” e “próprio” - (88) e (89):

(87) Aquela ali é sua filha?

(88) Isso mesmo.

(89) Essa própria.

Outra característica interessante, relativa ao uso dos pronomes demonstrativos, para a qual Cunha (1986, p.324, grifo do autor) nos chama a atenção, diz respeito ao fato de que

[...] com freqüência, na linguagem animada, nos transportamos pelo pensamento a regiões ou épocas distantes, a fim de nos referirmos a pessoas ou objetos que nos interessam particularmente, como se estivéssemos em sua presença. Lingüisticamente, esta aproximação mental traduz-se pelo emprego do pronome *este* (*esta, isto*) onde seria de esperar *esse* ou *aquele*.

E acrescenta: “ao contrário, uma atitude de desinteresse ou desagrado para com algo que esteja perto de nós pode levar-nos a expressar tal sentimento pelo uso do demonstrativo *esse* em lugar de *este*” (CUNHA, 1986, p.324, grifo do autor).

A esse respeito, Bechara (2006, p.187) afirma que “na linguagem animada, o interesse do falante pode favorecer uma aproximação figurada, imaginária, de pessoa ou coisa que realmente se acham afastadas dos que falam”. Em situações como esta, o autor ressalta que se exige o uso de “este”. Por outro lado, afirma que a forma “esse” tem a “missão” de afastar de nós, pessoa ou coisa que se acham ou poderiam achar próximas.

3.4.2. A visão de algumas pesquisas lingüísticas

Bechara (1972), ao examinar a sintaxe dos demonstrativos **este** e **esse** em setenta crônicas dispostas no livro "A mulher do vizinho", de Fernando Sabino (1962) - excelente representante do uso da linguagem coloquial escrita do português do Brasil, segundo Bechara - percebe que, "dentre as centenas de exemplos que se distribuem pelas duzentas e poucas páginas do livro, raríssimas são as vezes que Fernando Sabino deixa de refletir a lição geral da gramática normativa" (BECHARA, 1972, p.60). Ou seja, a marcação tripartida dos demonstrativos, que considera a oposição dos campos do falante e do ouvinte, é preservada pelo escritor. A esse respeito, o gramático afirma que:

[...] impassíveis às múltiplas perspectivas gramaticais, semânticas e estilísticas dos demonstrativos, esses clichês vêm resignada e coerentemente vencendo, através dos tempos a onda inovadora que perpassa por todos os níveis da língua e nos dão uma das maiores demonstrações de estabilidade numa seara tão convidativa e propícia a mudanças (BECHARA, 1972, p.67).

Como podemos observar, para Bechara (1972), há uma preservação do sistema tripartido, pelo menos na "língua coloquial escrita". No entanto, apesar de o estudioso considerar Fernando Sabino um ótimo representante dessa "língua coloquial escrita", não podemos desprezar o fato de que estamos diante de um escritor, ou seja, de um indivíduo que domina a norma gramatical da língua e que, portanto, pode estar, consciente ou inconscientemente, colocando em prática essa norma.

Rodrigues (1983), ao analisar os pronomes demonstrativos da língua portuguesa, uniu as formas variáveis e invariáveis desses pronomes e sugeriu que fossem designados como "ostensivos próximos" e "afastados" do falante e do ouvinte, divididos de maneira tripartida. Abaixo, apresentamos a sugestão de Rodrigues (1983), por meio de esquema, focando apenas os demonstrativos relativos às três pessoas do discurso:

Isto, este (s), esta(s) ⇒ ostensivos próximos do ouvinte.

Isso, esse(s), essa(s) ⇒ ostensivos próximos do falante.

Aquilo, aquele(s), aquela(s) ⇒ ostensivos afastados do falante e do ouvinte.

Esquema 3. Ostensivos próximos e afastados, de acordo com Rodrigues (1983)

Pontes (1978), por meio do recurso à propriedade [+/-animado], propõe que os demonstrativos têm uma forma própria para pessoas e outra para coisas. No entanto, a esse respeito, Rodrigues (1983) afirma que o recurso a essa propriedade não permite suprir adequadamente o sistema dos pronomes demonstrativos do Português, pois segundo a propriedade [+/-animado], as formas variáveis se refeririam às pessoas, as invariáveis, às coisas, mas não haveria nenhuma forma específica usada apenas para os animais. Ou seja, segundo tal propriedade há uma forma para [+animado, +humano] e outra para [-animado, -humano], mas não há uma forma para [+animado, -humano].

Há de se destacar que Câmara Júnior (1970) também já havia atribuído a formas como **isto**, por exemplo, referência a “coisas” - propriedade [-animado] -, mas, para Rodrigues (1983), este tipo de atribuição não lhe parece bem fundamentada, pois as formas invariáveis **isto**, **isso** e **aquilo** podem ser também, perfeitamente aplicadas a seres animados não humanos e humanos, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(90) Isto é um peixe.

(91) Aquilo que você vê lá são meninos jogando bola.

De acordo com Rodrigues (1983), a especificação do objeto referido é um dos fatores significativos para uma eficiente análise morfológica dos demonstrativos do Português. De acordo com essa análise, a oposição das formas **isto** X **este, esta, estes, estas** é caracterizada pelos valores da propriedade [+/-especificado], em que teríamos a forma **isto** atrelada à propriedade [-especificado] e, as formas **este, esta, estes, estas** à propriedade [+especificado].

Cabe observar que, como já apresentado neste trabalho, segundo Cunha (1986), os demonstrativos têm a capacidade de aproximar ou distanciar no tempo e

no espaço as pessoas e as coisas a que se referem, permitindo-lhes expressar variados matizes afetivos, como admiração, confiança, indignação, malícia, pena e desprezo. Quando isso ocorre, o uso das formas variáveis e invariáveis pode ocorrer indistintamente na referência a seres animados e inanimados, tal como podemos verificar nos exemplos (92 e 93):

(92) **Isso** é um monstro! (referindo-se a um homem)

(93) **Essa** é horrível! (referindo-se a uma casa)

Assim, coadunando-nos com Cunha (1986), acreditamos que não podemos limitar o campo de referência das formas variáveis a seres animados, nem, tampouco, o das formas invariáveis a seres inanimados, como propõem Câmara Júnior (1970) e Pontes (1978).

Quanto à proposta de Rodrigues (1983), pela qual os pronomes demonstrativos seriam marcados pela propriedade [+/- especificado], acreditamos que esta seja mais adequada que a de Câmara Júnior (1970) e Pontes (1978); no entanto, quando o uso dos demonstrativos estiver ligado a valores afetivos, isto é, matizados, esta propriedade pode, em determinadas situações enunciativas, não apresentar uma análise compatível com a realidade de uso desses pronomes.

Em (92) – “**Isso** é um monstro!”-, por exemplo, a forma que denominaríamos como [-especificado], ou seja, "isso", contém maior valor afetivo, no caso, desprezo, contribuindo para melhor expressão do sentido que se quer atribuir a "homem". Numa frase como: "**Isso** não quer estudar de jeito nenhum", a forma invariável do demonstrativo - referindo-se a um menino - é muito mais expressiva que a forma variável posta na mesma frase: "**Esse** não quer estudar de jeito nenhum" ou "**Esse menino** não quer estudar de jeito nenhum". A esse respeito, Cunha (1986, p.330) afirma que "quando aplicados a pessoas, os neutros **isto**, **isso** e **aquilo** têm, em geral, sentido fortemente depreciativo".

Na primeira frase construída com “esse”, em que há a elipse do nome “menino”, o demonstrativo, dependendo da situação enunciativa, pode ou não possuir valor afetivo, porém, caso possua, será bem menor que na frase construída com a forma invariável. Já na segunda, o demonstrativo parece funcionar mais como um

mero especificador do referente e, portanto, parece, também, atribuir um valor menos matizado em relação àquilo que refere.

Diante disso, podemos afirmar que, em determinados contextos de uso, as formas [-especificadas] são muito mais expressivas e precisas do que as formas [+especificadas]. Tais considerações confirmam, cada vez mais, o fato de que não podemos limitar os pronomes demonstrativos a uma análise puramente microlingüística.

Acreditamos, também, que seja de fundamental importância para o estudo dos demonstrativos, atentarmos-nos para o fato de que a matização que pode ser atribuída nas referências estabelecidas por tais pronomes, sejam elas anafóricas ou dêiticas, não pode ser analisada a partir da simples identificação das formas em variáveis ou invariáveis.

Além de a situação enunciativa ser de capital importância para o estudo dos demonstrativos, já que tais pronomes são uma espécie de signos "vazios", não referenciais em relação à "realidade", que só se tornam "plenos" dentro de um dado discurso e que, portanto, têm como condição para a sua utilização, a situação do discurso e mais nenhuma outra (BENVENISTE, 1992, p.46), temos que levar em consideração também:

a) no caso das formas variáveis, o sentido que o substantivo acompanhado pelo pronome assume em determinada situação discursiva (94; 95), bem como o valor de sentido atribuído ao predicado (96):

(94) **Esse professorzinho** pensa que sabe tudo.

(95) **Esta incompetente** deveria ir embora. (referindo-se à funcionária de uma dada empresa)

(96) **Isso não vale nada.** (referindo-se a uma mulher)

b) no caso das formas invariáveis, observar o significado e o sentido assumido pelo adjetivo ou pelo nome que forma o predicativo do sujeito em enunciados do tipo:

(97) **Isso é horrível.** (referindo-se a um gato)

(98) **Isso é uma cachorra.** (referindo-se a uma mulher)

O que pretendemos demonstrar com os exemplos acima (94 a 98) é que o valor de sentido assumido pelos substantivos, adjetivos e pelos enunciados como um todo, em uma dada situação discursiva envolvendo referências por meio de pronomes demonstrativos, tem, notoriamente, uma força muito maior na matização dos referentes.

Algo a respeito, porém considerando um “recorte” menor de possibilidades de usos, já propunha Neves (2000, p.505) ao afirmar que os demonstrativos, quando usados junto de determinados substantivos abstratos de qualidade, podem estabelecer uma matização irônica, caso se refiram a pessoas. Além disso, para Neves (2000, p.505), os demonstrativos, ao lado de adjetivos qualificadores disfóricos, fazem referência desairosa a uma pessoa, especialmente num registro mais popular.

Retomando as discussões acerca da divisão tripartida dos pronomes demonstrativos prevista pelas gramáticas normativas da Língua Portuguesa, diferentemente do que propõe Bechara (1972) e da divisão ostensiva e tripartida proposta por Rodrigues (1983), algumas pesquisas lingüísticas apontam para uma simplificação do sistema dos demonstrativos, que de ternário (**este/ esse/ aquele**) teria passado a binário (**este-esse/ aquele**) no Português do Brasil (doravante PB).

De acordo com Câmara Júnior (1970), isso se explica devido ao apagamento da distinção entre o campo referencial do ouvinte e o do falante a fim de se criar apenas uma distinção dicotômica entre **perto** e **longe**, tal como ocorre no inglês através dos pronomes *this/ that*. Para o estudioso, a relação entre **este** e **esse** representa uma “evolução em marcha” na língua portuguesa.

Ainda segundo Câmara Júnior (1971, p.328), um dos motivos desse “apagamento” está na sintaxe da língua, pois “o emprego anafórico dos demonstrativos, ao assumir apenas a oposição entre **este** e **aquele** com aparecimento de **esse** também, para o ponto próximo, como variante livre”, tal como a língua escrita se esforça por preservar, acaba interferindo no emprego dêitico, mesmo sendo este mais conservador em relação à preservação do esquema ternário. Ou seja, como elementos anafóricos, os demonstrativos centram-se no campo mostrativo do falante e, com isso, o sistema tripartido fundamentado na oposição “falante-

ouvinte” perde o seu sentido. Dessa forma, cria-se uma "oposição entre o âmbito contextual do momento da comunicação e quaisquer outros, anteriores ou posteriores, de que o falante se acha atualmente afastado” (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p.105).

Além disso, Câmara Júnior (1970) observa que a distinção fonológica entre **este** e **esse** é tão pequena (/st/ : /s/) que acaba promovendo um intercâmbio entre as duas formas na língua coloquial, mesmo em função dêitica, tornando-os gramaticalmente equivalentes.

De acordo com o pesquisador, a forma **esse** predomina sobre **este** no Rio de Janeiro, o que equivale à mudança de /ste/ para /s/, e acrescenta que “a norma escolar combate essa tendência no sentido de repor o sistema tricotômico, em que *êsse* se circunscreve ao campo do ouvinte; e por *êle* se pauta a língua escrita e o registro formal da língua oral culta” (CÂMARA JÚNIOR, 1970, p.114).

Todavia, devido ao fato de "uma língua reluta[r] em regra em abandonar qualquer das suas riquezas expressionalis, mesmo quando de maneira geral se afigura excessiva" (CÂMARA JÚNIOR, 1971, p.331), muitas vezes o "prejuízo expressional" causado pela neutralização no uso das formas **este** e **esse** acaba sendo sanado por meio de um novo recurso que procura repor de algum modo o sistema tripartido dos demonstrativos: o uso dos advérbios locativos relacionados, relacionados às três pessoas do discurso: **aqui** (1^a), **aí** (2^a) e **ali** (3^a). Assim, segundo o autor, por meio desses reforços adverbiais, cria-se um sistema tripartido não mais marcado exclusivamente pelo demonstrativo, mas sim pelos advérbios **aqui - aí - ali**, originados dos pronomes demonstrativos.

Já Nascentes (1965) afirma que as formas **este** e **esse** lutam entre si para não serem desbancadas e que, talvez, a forma vitoriosa seja **este**, por ser de 1^a pessoa e indicar maior proximidade do que **esse**. A tese de Nascentes, a princípio, parece-nos teoricamente viável: afinal, com um sistema bipartido, a oposição tornar-se-ia mais simples, marcando a noção "perto-longe" do referente, seja esta textual, espacial ou temporal.

Para Câmara Júnior (1975, p.106, grifo do autor), por exemplo, "a norma imanente da língua escrita brasileira é usar **esse** em oposição a *aquele*, para comunicação global do momento, e recorrer a **este** como variante enfática de **esse**".

A esse respeito, algo bastante curioso aponta Pereira (2005, p.13), ao afirmar que, quando os valores estilísticos tomam frente aos gramaticais, o falante pode optar

pelo uso de “esse” para fazer referência a algo que dele está próximo, a fim de desvalorizá-lo. Como podemos observar, de acordo com Pereira (2005), se “este” e “esse”, por um lado, têm se mostrado equivalentes gramaticalmente, estilisticamente apresentam usos distintos.

Cabe observar que, sobretudo na língua escrita mais formal, tanto em Portugal como no Brasil, tenta-se preservar a distinção entre **este** e **esse** para referências dentro de um dado contexto lingüístico; porém, a regra que se criou para manter essa distinção, além de se mostrar divergente em algumas gramáticas (cf. Infante, 2002, p.363; Bechara, 2006, p.188-189), apresenta-se como uma convenção subjetiva, fora da realidade lingüística e que não é seguida com rigor.

Voltando às considerações de Câmara Júnior (1970, 1971, 1975), podemos observar que o lingüista reconhece uma variação no sistema dos pronomes demonstrativos do PB, que, de ternário, passou a binário, com predominância de uso da forma **esse**, tanto em função anafórica, quanto em função dêitica.

Embora, como destaca Roncarati (2003), os resultados baseados em *corpus*, apesar de ainda se restringirem, geralmente, às dimensões geodialetais paulista e carioca, também apontam para a existência de um sistema binário para os pronomes demonstrativos, com predominância de uso da forma “esse”.

Cid, Costa e Oliveira (1986 *apud* Roncarati, 2003), estudando a fala culta dos cariocas com dados do NURC/RJ, constataram que o discurso universitário prioriza “esse” (91,8%) em detrimento de “este”, reservado a contextos de maior formalidade.

Castilho (1978), ao analisar os pronomes demonstrativos na norma culta de São Paulo, centrando-se no estudo dos demonstrativos relacionados aos pronomes pessoais, verificou que, dentre as 177 ocorrências encontradas no *corpus* utilizado¹⁴, 107 eram do pronome **esse** e apenas 22 ocorrências correspondiam a **este**. Em relação aos valores semânticos predominantes, o pesquisador observou que o uso endofórico ultrapassou o exofórico numa proporção de 73,4% para 8,9%, distribuindo-se 17,7% entre os outros usos. No entanto, de acordo com Castilho (1978, p.31), a “vitória” da forma **esse** sobre **este** não pode ser entendida de forma simplista, pois “o esquema binário é substituído pelo ternário assim que o locutor entra em assunto em que se faz necessário especificar melhor a posição de cada coisa”. Por outro lado, coadunando-se com Câmara Júnior (1970), o pesquisador afirma que mesmo o esquema binário pode repor o ternário por meio dos advérbios **aqui**, **aí** e **ali**.

¹⁴ *Corpus* retirado do projeto NURC/ SP.

Em pesquisa posterior e mais recente, no âmbito do projeto “Gramática do Português Falado”, Castilho (1993) também encontra a hegemonia da forma “esse”: 58%. Cabe observar que, para esta contagem, o pesquisador incluiu a forma “aquele”, a qual respondeu por 29% das ocorrências, restando a “este”, uma frequência de uso de apenas 13%. Além disso, o autor também confrontou as formas neutras, acrescentando, inclusive, o mostrativo “o” - considerado como demonstrativo na Gramática Tradicional, sempre que é seguido de “de” e “que” -, e constatou que “isto” responde por apenas 4% das ocorrências, enquanto “isso” aparece em 67%, “aquilo”, 6% e “o”, 23% dos casos observados.

De acordo com Castilho (1993, p.127, grifo do autor), “as gramáticas do português fixaram-se na cara dêitica de *este*, *esse*, *aquele*, estabelecendo que esses itens correspondem à primeira, à segunda e à terceira pessoa respectivamente”, mas, segundo o próprio pesquisador, esse “arranjo” não corresponde ao uso contemporâneo do Português do Brasil. “Primeiro, porque esses itens não são exclusivamente dêiticos. Segundo, porque mesmo em seus usos dêiticos eles não mostram uma estrita adesão às três pessoas do discurso, na forma como isso foi formulado” (CASTILHO, 1993, p.127). Todavia, o autor, mais uma vez, prefere não “decretar” o desaparecimento do sistema ternário, já que “na língua escrita, quando se configuram algumas necessidades dêiticas, esse sistema reaparece claramente” (CASTILHO, 1993, p.127).

Pavani (1987, p.85), em sua dissertação de mestrado acerca do uso das formas **este**, **esse** e **aquele** no Português culto falado em São Paulo, afirma ter encontrado “uma alternância entre as formas demonstrativas este e esse, as quais se mostravam gramaticalmente equivalentes”, tanto em função endofórica, como exofórica. Dessa forma, a autora conclui que:

na linguagem oral culta, apesar de serem utilizadas as três formas demonstrativas (este, esse, aquele), há uma tendência a se reduzir o esquema dos demonstrativos de ternário a binário (este/ esse X aquele). Nossos dados mostram, ainda, uma significativa prevalência de esse sobre este: das 954 ocorrências destas duas formas demonstrativas, 799 são de esse (83, 75%) e apenas 155 são de este (16, 25%). É a vitória de esse sobre este que se prenuncia em nossos dados (PAVANI, 1987, p.86, grifo da autora).

Jungbluth (1998), partindo do pressuposto de que o sistema pronominal dos demonstrativos do PB está passando por um processo de mudança que o tem levado

a uma configuração binária, ao analisar folhetos de poesia de cordel, encontra uma produtividade bastante expressiva da forma “este” e sugere que as pesquisas a respeito de tais pronomes passem a respeitar “os tipos de discurso”¹⁵.

Todavia, a autora acredita que o sistema ternário continua sendo usado pelas línguas românicas em função dêitica, especialmente na comunicação face a face, situação em que os oradores e ouvintes estão pessoalmente envolvidos, desenvolvendo a conversação como atividade de junção. Para ela, se havia tradicionalmente um sistema tridimensional em uso, como no latim e no inglês antigo, por exemplo, essa tradição lingüística é continuamente praticada, especialmente na fala informal do dia-a-dia, mesmo se a norma escrita oficial ou em uso formal realmente tiver abandonado o sistema antigo e atualmente apenas faça uso de um sistema bidimensional menos diferenciado (JUNGBLUTH, 1999).

No entanto, como já pôde ser observado na seção 3.1 deste trabalho, no Latim Clássico e, principalmente, no vulgar, já havia uma variação no sistema dos demonstrativos, estabelecendo-se, na verdade, uma oposição binária. Por isso, acreditamos ser no mínimo “arriscado” afirmar que a tradição lingüística de um sistema tridimensional esteja sendo continuamente praticada pelas línguas românicas, sobretudo porque esse sistema demonstrou ser bastante instável desde o Latim.

No PB, por exemplo, acreditamos que a existência de um sistema binário seja fato, e, se uma tradição lingüística vem realmente sendo mantida no sistema dos pronomes demonstrativos dessa variedade do Português, então, talvez essa tradição esteja justamente na manutenção de um sistema binário, observado desde o Latim Clássico e vulgar, passando pelo Português Arcaico e pelo Português dos séculos XIX e XX.

Outro aspecto que nos intrigou bastante nas considerações de Jungbluth (1999) relacionadas ao sistema dos pronomes demonstrativos em função dêitica nas línguas românicas diz respeito ao fato dela destacar que o esquema ternário é praticado, especialmente, na fala informal do dia-a-dia. Por ser tratar do uso dêitico desses pronomes em situação de fala “informal”, acreditamos que o mais provável seria encontrarmos um esquema binário, marcado pela oposição “perto/longe”, já que, em situações de conversação face a face, pode-se recorrer a fatores extralingüísticos

¹⁵ Cabe observar que questões relativas aos tipos e gêneros do discurso foram consideradas na escolha e montagem do *corpus* a ser utilizado em nossa pesquisa, e não como um grupo de fator.

– um gesto ou um olhar direcionado, por exemplo -, caso uma dada referência dêitica não tenha sido clara para o interlocutor. Além disso, a própria língua pode marcar o uso dêitico tripartido dentro de um esquema binário; basta que o falante recorra aos advérbios **aqui**, **aí** e **ali**, criando, assim, um sistema pronominal tripartido, não mais marcado exclusivamente pelos demonstrativos, mas sim, pelos advérbios locativos (cf. CÂMARA JÚNIOR, 1971, 1975; CASTILHO, 1978, 1993; PAVANI, 1986; RONCARATI, 2003).

Por outro lado, não podemos nos esquecer de que o próprio Inglês antigo, que de acordo com Jungbluth (1999), mantinha um esquema ternário, acabou o perdendo com o passar do tempo, utilizando, atualmente, um esquema binário (*this/ that*) que cumpre perfeitamente o seu papel referencial.

A esse respeito, inclusive, parece-nos pertinente destacar que, de acordo com Halliday e Hasan (1976), no uso exofórico da língua inglesa, a forma *this* é usada para indicar tudo o que está próximo do falante e *that* indica tudo o que está longe, próximo ou não do ouvinte. Todavia, ainda segundo os autores, há alguns dialetos do Inglês que possibilitam o uso de três formas, a saber:

1. “*this*”, indicando perto do falante;
2. “*that*”, indicando perto do ouvinte;
3. “*yon, yonder*”, indicando para algo que está longe dos campos do falante e do ouvinte.

Roncarati (2003), em estudo acerca dos mostrativos na variedade falada carioca, afirma estar havendo uma reconfiguração paradigmática no sistema dos mostrativos de primeira (**este**) e segunda (**esse**) pessoas, pressionando, assim, a implementação de um sistema binário. Os resultados de sua pesquisa apontam para uma elevada produtividade do uso da forma “*esse/isso*” e para uma ocorrência inexpressiva das formas “*este/isto*” que, quando usadas, concentram-se em “falantes de mais idade” e em contextos discursivos-pragmáticos específicos, com ênfase e focalização de constituintes, por exemplo.

Destaca a pesquisadora que a liderança da forma “*esse/ isso*” ocorre, sobretudo, na faixa etária mais jovem e observa que “está-se instalando um mecanismo compensatório visando a restabelecer o sistema ternário visivelmente debilitado” (RONCARATI, 2003, p.157). Esse “mecanismo compensatório”, ao qual se

refere pesquisadora, trata da combinação dos mostrativos com advérbios dêiticos (ou locativos), como, por exemplo, “esse aqui”. Cabe ressaltar que tal mecanismo, que consiste no emprego de reforços adverbiais, já havia sido apontado por Câmara Júnior (1970) e Castilho (1978).

É interessante observar, também, que, de acordo ainda com Roncarati (2003, p.157), nos usos discursivo-pragmáticos dos mostrativos dêiticos e fóricos (anafórico e catafórico) na língua falada carioca, nota-se "o avanço de funções confinadas a casos de referência de domínios inferíveis", ou seja, a casos em que o conhecimento compartilhado entre os falantes é imperativo:

em nossos dados há eloqüentes exemplos diante dos quais o recurso ao contexto imediato da situação não preenche satisfatoriamente as condições de identificabilidade dos referentes. Em alguns casos nem mesmo o apelo ao princípio da continuidade referencial resolve o problema da progressão referencial. Nas amostras analisadas, por exemplo, encontramos referentes introduzidos sem continuidade referencial, outros, sem referência prévia, a exigir cálculos inferenciais (RONCARATI, 2003, p.146).

Em pesquisa de Iniciação Científica intitulada "Os pronomes demonstrativos nos anúncios de jornais do século XIX", Marine (2001) constatou um desequilíbrio no sistema dos demonstrativos do PB, no qual as formas **este** e **esse** se encontravam em variação, com predominância no uso do demonstrativo **este** de forma bastante significativa no *corpus*, tanto em função dêitica como anafórica. Como essa característica se opunha, em parte, aos estudos realizados para o século XX, a autora resolveu prolongar sua pesquisa para o início do século XX, mais especificamente até 1910, e verificou que a forma **este** ainda era a mais utilizada, tal como fora no Português Arcaico, segundo Mattos e Silva (1989).

Posteriormente, Marine (2004) realizou um estudo diacrônico acerca dos pronomes demonstrativos no PB, comparando dados do século XIX – anúncios de jornais – a três períodos do século XX: 1901 a 1915; décadas de 1960/70 e década de 1990, sendo o primeiro período constituído por jornais – em especial, pelas chamadas “seções livres”, que constituíam seções escritas por leitores e que eram publicadas sem nenhum tipo de edição; justamente por isso a Redação dos jornais deixava bastante claro aos seus leitores que se eximia de qualquer responsabilidade pelo que ali era exposto.

Os demais períodos considerados pela autora eram representados por cartas de revistas femininas, e não, simplesmente, por revistas femininas, tal como afirma Pereira (2005) em sua dissertação de mestrado. Essa observação é de grande importância, pois, como pode ser visto no trabalho de Marine (2004), a escolha de seu *corpus* – classificado pela autora como representante da “língua oral-escrita” - é de capital relevância para um estudo variacionista. Como se sabe, segundo a teoria variacionista laboviana, é na fala que as primeiras manifestações de variação lingüística se mostram e, apenas quando ganham aceitação pelas classes dominantes, é que passam a aparecer na escrita, apontando assim, para uma possível mudança.

Logo, um texto escrito que seja expressivamente marcado por características típicas da fala, pode, tal como propõe Marine (2004), representar uma excelente amostra de dados para estudos de caráter variacionista, já que, se a variação de um dado elemento lingüístico estiver se mostrando neste tipo de texto, isso certamente é um forte indício de que a variação já está num estágio avançado.

Em sua pesquisa, Marine (2004, p.123) constata que desde o Latim Vulgar o sistema dos demonstrativos mostra-se, de fato, binário. Apesar disso, acrescenta a autora que “a norma da nossa língua insiste na existência de um sistema ternário e, com o apoio das escolas, mantém tal concepção ‘viva’, pelo menos do ponto de vista teórico”. Para ela, talvez, inclusive, seja por isso que as formas **este** e **esse** sempre tenham coexistido ao longo do tempo, visto que em nenhum período de tempo estudado, as formas **este** ou **esse** caíram em desuso.

Por fim, Marine (2004, p.124), levando em consideração o comportamento sintático dos demonstrativos, bem como o seu aspecto referencial, conclui haver uma tendência à especialização das referências no uso das formas **este** e **esse**, na qual aponta a oposição **esse vs aquele** para caracterizar o uso **endofórico** e **este vs aquele**, para o uso **exofórico**. Segundo a autora, a forma “este” sempre predominou no uso dêitico, o que para ela pode ser explicado pelo fato de que, sendo o dêitico um “localizador” espaço-temporal, a noção “perto-longe” acaba se apresentando de modo mais evidente ao opormos os demonstrativos de primeira aos de terceira pessoas. Por meio dessa especialização, observa Marine (2004), nenhuma das variantes cai em desuso, apenas assumem funções diferentes dentro do sistema pronominal.

Já Pereira (2005) não acredita no fenômeno de especialização de formas proposto por Marine (2004). Em sua dissertação de mestrado “*Este versus Esse no*

Português Brasileiro e no Europeu”, na qual trabalha com: a) textos de caráter ficcional – traduções brasileiras e portuguesas de dois romances ingleses -; b) textos de caráter não-ficcional – matérias jornalísticas de temas variados de jornais brasileiros e portugueses – e c) material cinematográfico - filmes brasileiros e portugueses que, segundo o autor podem ser considerados como “simuladores” de língua falada -, o autor propõe que o que está de fato ocorrendo no Português do Brasil é um processo de substituição de formas dentro de uma configuração binária; para ele, a forma “este” ainda existe por haver alguns contextos de resistência que, segundo o autor, não podem ser confundidos com indícios de especialização de formas.

Ainda segundo Pereira (2005), os percentuais de freqüência de uso das formas **este** e **esse** apresentados por Marine (2004), nos usos endo- e exofórico não são “robustos” o suficiente para caracterizarem um processo de especialização de formas. No entanto, acreditamos que os argumentos do autor não se sustentam pelos seguintes motivos:

- embora dialogue com a pesquisa de Marine (2004) em diversos momentos de seu estudo, Pereira (2005) demonstra ter feito algumas leituras equivocadas do trabalho da pesquisadora, a começar pelo fato de caracterizar como *corpora* utilizado pela autora, ora “revistas femininas”, ora “língua oral”. Na verdade, nenhuma das duas definições caracteriza adequadamente os tipos de *corpora* utilizados pela pesquisadora, já que Marine (2004) trabalhou com anúncios de jornais do século XIX, “seções livres” de jornais do início do século XX e cartas de leitoras de revistas femininas nas décadas de 1960/70/90, sendo estas últimas, uma modalidade textual bastante peculiar, cuja linguagem é denominada pela autora como “língua oral-escrita”.
- O autor não julga os percentuais de freqüência de uso das formas **este** e **esse** apresentados por Marine (2004), nos usos endo- e exofórico como “robustos” o suficiente para caracterizarem um processo de especialização de formas. Pereira (2005) questiona, sobretudo, os percentuais do último período analisado por Marine (2004), isto é, a década de 1990 e afirma que, embora a freqüência de “este” seja de 58,5% no uso exofórico, a produtividade de “esse” (41,5%) se mostra bastante elevada para não considerá-la pertinente para explicar os casos de exófora.

Todavia, Marine (2005) chama a atenção em seu trabalho justamente para estes dados, ao observar que o uso dêitico no *corpus* utilizado para a década de 1990 é reforçado, na maioria das ocorrências, por uma imagem (foto ou desenho). Dessa forma, com a união "pronome demonstrativo + imagem", o uso dêitico, entendido acima de tudo como um "mostrador", torna-se claro, independentemente da forma utilizada (**este** ou **esse**) para marcar tal referência.

Isso, inclusive, vai ao encontro do que afirma o próprio pesquisador ao constatar que o gesto pode favorecer o uso de "esse" na oralidade do PB, visto que o mostrador (imagem ou desenho) apontado por Marine (2004), nada mais é do que uma espécie de gesto dentro de um texto caracterizado pela "língua oral-escrita".

➤ Ao analisar a parte de seu *corpora* composta por romances traduzidos, observa que, para os dados brasileiros poderia levantar a hipótese de especialização de formas em função do tipo de referência (**este**: exofórica; **esse**: endofórica), tal como propõe Marine (2004). Todavia, ressalta que este tipo de texto, os romances, "está sujeito a uma pressão das normas gramaticais dos manuais que pode alterar o que seria natural para um usuário da língua. A alta incidência de 'este' no PB e a ativação da ancoragem espacial podem sem dúvida ter ocorrido em função disso" (PEREIRA, 2005, p.65-66). Essa observação do pesquisador nos leva a duas colocações:

a) concordamos com o fato de que as normas gramaticais podem influenciar o sujeito quanto ao uso das suas escolhas lingüísticas, sobretudo num texto literário, fazendo-o "optar" por usos ditos mais adequados da língua, mesmo que tais usos não lhe pareçam muito naturais; todavia o processo de especialização de formas, tal como proposto por Marine (2004), não é descrito por nenhuma gramática normativa da Língua Portuguesa;

b) por outro lado, se o pesquisador considera os romances como tipos textuais que podem ser fortemente influenciados por pressões normativas da língua, então o mesmo não deveria considerar os diálogos de filmes – outra modalidade textual utilizada pelo autor em sua pesquisa – como exemplares tão expostos a tais influências quanto os romances? Afinal, os diálogos dos filmes são simulações da interação face-a-face, pertencentes à esfera artística de produção, que ora podem ser

pressionados por normas gramaticais, ora por um uso caricato da língua. Assim, questionamos o uso deste tipo de texto como “simulador da língua oral”, tal como propõe o pesquisador;

➤ Ao proceder a análise de seus dados referentes aos jornais, constata para o PB uma preferência pelo uso de “esse” e afirma que a maior parte das ocorrências se deu na forma de anáforas. Tal constatação, como podemos observar, acaba confirmando a especialização da forma “esse” no uso endofórico, previsto por Marine (2004);

➤ Na análise dos diálogos dos filmes, Pereira (2005) afirma que no uso endofórico “oral”, a forma “esse” predominou em seus dados, sendo que a produtividade de “este” no PB é apenas residual; essa constatação também acaba apontando para o fenômeno de especialização da forma “esse” em contextos endofóricos;

Feitas todas essas considerações e questionamentos a partir de um diálogo entre as pesquisas de Marine (2004) e Pereira (2005), acreditamos que o fato deste último apostar num fenômeno de “substituição de formas”, em que **este** tenderia a desaparecer totalmente, contribuindo, assim, para uma concretização binária do sistema pronominal dos demonstrativos do PB marcado pela oposição **esse vs aquele**, pode ter sido influenciado por *corpora* cujos usos referenciais são predominantemente endofóricos.

Na verdade, a grande incidência de anáforas nos *corpora* utilizados pelo pesquisador, somada à predominância de uso da forma “esse” no PB só reafirmam a tese de especialização de formas proposta por Marine (2004).

Cabe ressaltar que, nesse processo de revisão das pesquisas lingüísticas realizadas sobre o sistema pronominal do Português, percebemos que alguns estudos foram feitos para a modalidade brasileira do Português; já para a modalidade portuguesa não encontramos nada a respeito. Ao menos, nenhum estudo específico acerca dos demonstrativos; apenas alguns estudos de caráter pragmático-discursivo que, por abordarem o fenômeno da referenciação, consideravam as ocorrências dos demonstrativos, porém não abordavam questões relativas ao sistema em que se configuram tais pronomes.

Já a pesquisa de Pereira (2005) se comprometeu a um estudo comparativo das formas **este** e **esse** nas modalidades portuguesa e brasileira do Português e, por isso, para finalizar esta seção, apresentaremos, abaixo, as “variáveis” que o pesquisador utilizou para a análise qualitativa de seu estudo, bem como as conclusões gerais a que chegou com o término de sua pesquisa.

Para a análise de seus dados, o pesquisador elencou os seguintes fatores:

- função substantiva (pronome isolado) vs. função adjetiva (pronome acompanhando um nome);
- paralelismo da função sintática (relação estabelecida pelo pronome e seu antecedente);
- impactos dos “traços de referencialidade” do uso de **este** e **esse**, a saber:
 - i) traço [referencial] associado ao demonstrativo: o demonstrativo se refere a uma sentença, e portanto tem traço [-referencial], exceto quando há “encapsulamento anafórico”¹⁶, já que neste caso há retomada de uma sentença com traço [+referencial];
 - ii) traço [concreto] associado ao demonstrativo: o demonstrativo é marcado pelo traço [+concreto] (ex.: “este/esse aparelho”) ou [-concreto] (ex.: “este/esse sentimento);
 - iii) traço [humano] associado ao demonstrativo: o demonstrativo tem traço [+humano] (ex.: este/esse homem) ou [-humano] (ex.: este/esse gato).
- verificação do pronome e seu antecedente segundo as sentenças: essa relação ocorre em sentenças adjacentes ou há uma sentença diferente entre eles?;

¹⁶ Fenômeno no qual “na base da informação velha, um novo referente discursivo é criado e se torna argumento de predicacões futuras.” (CONTE: 2003, p. 183)

- verificação do campo de interlocução: a) o locutor se refere a algo por ele mesmo dito; b) o locutor aponta para algo que está próximo dele mesmo; c) o locutor se refere ao que foi dito pelo interlocutor ou d) o locutor mostra algo distante;
- verificação do uso das formas **este** e **esse** no uso endofórico: se anáfora ou catáfora;
- em contextos conversacionais, checar se o falante, ao usar o demonstrativo para apontar algo, utiliza ou não um gesto para melhor identificá-lo.

A partir desses critérios de análise, Pereira (2005) chegou às seguintes conclusões:

1ª) o sistema demonstrativo do Português do Brasil (doravante PB) oral não está se tornando idêntico ao do Inglês, já que o PB reserva para a forma **esse** um papel que incorpora os usos de *this*, mas também de *that*. Assim, sua transformação em binário manteria o seu uso clássico, incorporando o uso de **este** – forma que substituiu;

2ª) a mudança para o sistema binário não tem implicado em nenhuma perda para o PB, já que há mecanismos compensadores dessa nova configuração, já apontados por outros pesquisadores, como o uso dos locativos e de gestos;

3ª) comparando os dados do PB e do Português Europeu (doravante PE), o pesquisador observou algumas semelhanças e algumas diferenças entre os dois sistemas pronominais:

- ambos são marcados por um aumento do uso de **este** nos gêneros discursivos caracterizados por um maior controle das revisões gramaticais;

- o fato de o antecedente e o pronome possuírem funções distintas não foi relevante para alterar a distribuição de **este** e **esse**, tanto no PB como no PE;

- de forma geral, no PB e no PE, há um aumento do uso de **este** nos contextos em que o demonstrativo aparecia isolado;

- os *corpora* do PE apresentam, em geral, uma distribuição que prioriza a forma **este**, embora reserve a **esse** um papel ativo;

- nos dados do PB **esse** é praticamente a única forma existente para o material que simula a oralidade, mantém-se como forma mais usada na escrita jornalística e divide funções com **este** na escrita ficcional;

- a questão da ancoragem ao campo de interlocução demonstra que: a) no PB, em filmes, o uso de **esse** é maior no uso endo- e exofórico, já nos romances, **esse** predomina apenas no uso endofórico; b) no PE o uso de **esse** só ocorre no uso endofórico, tanto nos filmes, quanto nos romances;

- na maior parte dos *corpora* analisados, **este** encontrou, nos contextos marcados por um maior grau de referencialidade, as condições ideais para aumentar a sua produtividade. Todavia, isso não se confirmou no PB oral, em função da residualidade da forma **este**;

- o fácil acesso do pronome ao antecedente favoreceu o aumento do uso de **este** no PB, e de **esse** no PE. No entanto, quando há uma sentença separando antecedente e pronome, no PB opta-se mais pelo uso de **esse**, já o PE prefere **este**.

Por fim, cabe ressaltar que todas as conclusões apontadas pelo estudo de Pereira (2005) que puderem ser comparadas com os resultados das análises da presente pesquisa, serão postas em diálogo, a fim de verificarmos se os apontamentos do pesquisador a respeito do sistema pronominal dos demonstrativos, no PB e no PP, convergem ou divergem dos nossos.

4. O CARÁTER SOCIAL DA LINGUAGEM

Todo lingüista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato (LABOV, 2008, p.302).

4.1. Norma, norma-culta e norma-padrão: uma breve reflexão

Dado o fato de nosso estudo assumir uma concepção de língua como fato social dinâmico e multifacetado, e que, portanto, no dizer de Coseriu (1979), está em constante “fazimento”, já que, como tão bem ressalta Faraco (2008), a língua é, empiricamente, fruto de um conjunto de variedades, acreditamos ser de capital importância, estabelecer, brevemente, algumas considerações a respeito dos conceitos “norma”, “norma-culta” e “norma-padrão”.

Partindo de uma perspectiva sociolingüística, falar em “norma” é falar em “variedades”, já que uma mesma língua é composta por diferentes normas. A esse respeito, Faraco (2008, p. 42) afirma que norma “é o termo que usamos, nos estudos lingüísticos, para designar os fatos da língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade de fala”.

É por isso que, ainda segundo o lingüista, numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, por exemplo, existem diversas normas lingüísticas e, justamente por isso, um mesmo falante domina mais de uma norma.

É interessante destacar que, como as normas são, em geral, fatores de identificação de diferentes grupos sociais, de acordo com Faraco (2008, p.43),

[...] podemos afirmar que o senso de pertencimento inclui o uso das formas de falar características das práticas e expectativas lingüísticas do grupo. Nesse sentido, uma norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas lingüísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas.

Para Coseriu (1979), o termo “norma” não corresponde ao que “se pode dizer”, já que isso é tarefa do sistema, mas sim, ao que já “se disse” e tradicionalmente “se diz” numa dada comunidade. Nesse sentido, de acordo com Faraco (2008), é possível conceituar tecnicamente a norma como um conjunto de fenômenos lingüísticos –

considerados em todos os seus níveis – que são habituais, correntes, ou seja, que são considerados “normais” em e para uma determinada comunidade de fala.

Estabelecidas essas considerações a respeito do conceito “norma”, acreditamos, assim como Faraco (2008), que é de capital importância compreender que a “norma culta” e a “norma padrão” são dois diferentes tipos de normas possíveis dentro de uma língua; não podemos tratar, portanto, os termos “cultura” e “padrão” como intercambiáveis, nem tampouco, confundir “língua” com “norma culta”.

De acordo com Bagno (2007, p.19-20), em contraposição à concepção dinâmica de língua, há a concepção tradicional que “tenta nos apresentar” como sinonímia de “língua”, a “famosa norma culta”, como se esta fosse

[...] um corpo estável, homogêneo, um produto acabado, pronto para o consumo, uma caixa de ferramentas já testadas e aprovadas, que devem ser usadas para se obter determinado resultado e devolvidas para a caixa no mesmo estado em que a encontramos.

A norma culta é, na verdade, um conjunto de fenômenos lingüísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações de maior monitoramento da fala e da escrita. Para Faraco (2008, p.73), “esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social”. Por isso é que as demais “normas” (variedades) da língua são consideradas pela própria sociedade como degradação da “língua verdadeira”.

Daí, segundo Bagno (2007) o surgimento do “preconceito lingüístico” ou do que Leite (2008) prefere denominar como “intolerância lingüística”, que é tão agressiva quanto qualquer outra, já que atinge o “cerne das individualidades”.

Inclusive, para Leite (2008, p.13), “a linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas”.

Respeitar as variedades lingüísticas é respeitar a si próprio e ao “outro”, pois não há, como “pensa o senso comum, a língua de um lado, e, de outro, as variedades. A língua é em si o conjunto de variedades” (FARACO, 2008, p.73). A norma dita culta é apenas uma delas, com funções socioculturais bem específicas. Segundo Faraco (2008, p.74), há de se destacar que “seu prestígio não decorre de

suas propriedades gramaticais, mas de processos sócio-históricos, que agregam valores a ela”.

Já a “norma-padrão” é, de acordo com Bagno (2007), um “construto sócio-histórico” que serve de referência para estimular um processo de uniformização. Nesse sentido, para Faraco (2008, p.75), “a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência”. Todavia, o lingüista nos chama a atenção para o fato de que, embora a norma-padrão não possa ser confundida com a norma-culta, certamente elas se mostram mais “próximas”, mais parecidas em relação às demais, pois os usuários da norma-culta são justamente os “guardiões” e “cultores” da norma-padrão.

Por fim, ressalta Faraco (2008, p.80) que

[...] o padrão não conseguirá jamais suplantar integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e o indesejável, obviamente): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador sobre as demais normas.

4.2. Variação e mudança lingüística: noções básicas

O diferente é apenas diferente, não falho. As diferenças que o sujeito apresenta em relação a outros que estão a sua volta não podem levar à criação de uma imagem negativa; construir uma imagem positiva do diferente é um caminho interessante e necessário (BUIN, 2003, p.191).

Para Martinet (1970), a necessidade de comunicação de uma dada comunidade pode ser entendida como ponto de partida para a análise e compreensão da evolução lingüística. Afinal, novos objetos, novas experiências, profissões, novos valores, conceitos, novas tecnologias, enfim, as mais diversas “novidades” sempre determinam a história da evolução humana e, por conseguinte, da própria língua.

De acordo com Marçalo (1994, p.90), a língua é um instrumento de comunicação e, “o seu funcionamento, em oposição ao que durante alguns séculos se pensou, não é conflitual com a mudança, antes pelo contrário implica-a”. Isso porque, de acordo com Marcuschi (2007b, p. 48),

[...] não importa se escrita ou falada, a língua não é autônoma e só opera como uma forma de apropriação do real pela mediação da experiência. Não de uma experiência direta e individual, mas uma experiência socializada, pois a língua não surge em cada um individualmente e se dá sempre como um evento sócio-cognitivo.

Logo, se considerarmos a língua como uma realidade dinâmica e social, assumiremos, então, que a língua muda porque “funciona” e tal como já afirmava Martinet (1989), o sistema existe em movimento e, portanto, não há contradição entre sistema e mudança.

Cabe observar também que, se a língua é fruto do uso de seus falantes, é importante destacar que a interação verbal está relacionada ao conhecimento que cada falante tem da sua língua materna, o qual, ressalta Faria (2003), é sempre superior àquilo que cada falante tem consciência de saber.

O indivíduo usa determinados subconjuntos de estruturas lingüísticas com maior freqüência, já outros, praticamente não utiliza, limitando-os a determinados tipos de situação comunicativa e a contextos interativos de menor freqüência ou maior formalidade. A esse respeito, Faria (2003, p.67) declara que “a variação de uso, por parte de cada falante, está na base das mudanças lingüísticas que se vão operando ao longo do tempo”.

Dessa forma, a evolução lingüística, ou seja, as modificações pela qual a língua, entendida como realidade social e, portanto, dinâmica e multifacetada, passa, desenvolvem-se ao longo de vários anos e são provocadas pela transformação social, visto que língua e sociedade são indissociáveis. Logo, torna-se impossível concebermos a existência de uma sem a outra.

Além disso, para que a língua possa ser considerada “viva”, deve estar em contínuas mudanças lingüísticas; por isso, mesmo quando um estado de língua é praticamente idêntico a um estado anterior, isso não significa que esse estado permanece imutável, mas apenas que se reconstruiu de maneira fiel e eficiente pela fala, que é onde a língua funciona e se realiza concretamente (COSERIU, 1979). Portanto, a mudança lingüística é da natureza da língua, é intrínseca à sua essência.

Segundo Faria (2003, p.67),

[...] é fácil verificar que a variação se estende a todo conjunto de falantes de uma mesma língua, ainda que tal processo seja desencadeado por factores tão distintos como a pertença a uma dada geração, a inserção num determinado grupo socioprofissional, a

vivência prolongada numa dada região, o contacto com outras comunidades, etc.

Como podemos observar, toda variação lingüística é sustentada por uma frequência de uso que está ligada a diversos fatores externos à língua - como, por exemplo, localização espaço-temporal, desenvolvimento pessoal, formação profissional, posição sócio-econômica, entre tantos outros -, mas que atuam seletivamente nas mais diferentes situações comunicativas.

Em relação aos fenômenos de variação e mudança lingüística, Saussure (1916) falava de "deteriorações" produzidas pelas mudanças no "mecanismo da língua", já que, para ele, a mudança é exterior ao sistema, visto que, em primeiro lugar, sua razão ou causa não se acha no próprio sistema, na língua, mas sim, na fala que faz evoluir a língua. A esse respeito, Meillet (1965 [1921], p.230) ressalta que, "ao separar a variação lingüística das condições externas de que ela depende, Ferdinand Saussure a priva de realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável".

É importante destacarmos que, a princípio, toda variação e possível mudança – já que toda mudança provém de uma variação, mas nem toda variação acarreta uma mudança (cf. Weinreich, Labov, Herzog, 2006) - ocorre primeiramente na fala, pelo fato de a escrita se apresentar como uma modalidade mais conservadora da língua. Inclusive, as "inovações" comuns na língua falada¹⁷ não são aceitas de imediato pela língua escrita mais formal porque a primeira reação dos falantes às formas inovadoras é negativa, já que são consideradas erradas. A esse respeito, Faraco (1991) afirma que geralmente as mudanças ocorrem na fala informal de grupos intermediários, ganham aceitação na fala informal dos grupos mais altos, chegam a situações formais de fala e só assim conseguem ser aceitas pela escrita.

Muitas vezes, o falante só passa a ter consciência de que algo "mudou", quando identifica na escrita – quando situada em contextos de uso mais formais - uma dada mudança, já que a este registro, em geral, é atribuído um *status* de maior formalidade, prestígio social e conseqüente "aceitação". A esse respeito, Faraco (1991, p.14) acredita que o falante comum só perceberá uma dada variação na língua, quando sentir dificuldades específicas ao escrever com certas estruturas que, embora sejam correntes na fala, ainda são inaceitáveis na escrita.

¹⁷ Entendida tal como o *vernáculo* laboviano.

Para Bagno (2007, p.27-28),

[...] quando o 'erro' já se tornou uma *regra* na língua falada pelos cidadãos letrados, ele passa despercebido e já não provoca arrepios nem dores de ouvido – muito embora contrarie as regras da gramática normativa, aquelas que, teoricamente, deveriam ser seguidas pelas pessoas 'cultas', sobretudo quando escrevem textos que exigem mais 'cuidado'. Assim, há *erros* mais 'errados' (ou mais 'crassos') do que outros – a escala de 'crassidade' é inversamente proporcional à escala do *prestígio social*: quanto menos prestigiado socialmente é um indivíduo, quanto mais baixo ele estiver na pirâmide das classes sociais, mais *erros* (e *erros* mais 'crassos') os membros das classes privilegiadas encontraram na língua dele.

No âmbito da abordagem que adotamos em nosso estudo, que enxerga a língua tal como um conjunto de variedades e, portanto, considera toda heterogeneidade que está vinculada a ela, destaca-se o nome de William Labov. Embora não tenha sido o pioneiro nos estudos sociolingüísticos, foi ele quem estabeleceu o modelo teórico-metodológico denominado "Sociolingüística Quantitativa ou Correlacional". Por meio desse modelo, Labov (1994; 2001; 2008) demonstrou que as pressões sociais que motivam uma dada mudança podem ser observadas e descritas. De acordo com o estudioso, a fala dos indivíduos, se não tem o poder de influenciar os padrões sociais, pode, ao contrário, ser afetada por estes.

Assim, atualmente, grande parte dos estudos sociolingüísticos é embasada teórica e metodologicamente pela teoria da variação e mudança de William Labov. Os princípios gerais dessa proposta teórica foram apresentados por Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.125-126), na célebre obra "Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança lingüística", os quais elencamos abaixo, resumidamente:

- a mudança lingüística não deve ser identificada como força aleatória procedente de variação inerente à fala; ela tem início quando a generalização de uma alternância particular em um dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de diferenciação ordenada;
- a associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos por meio de regras que regem a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas;

- nem toda variação e heterogeneidade implicam em mudança, mas toda mudança pressupõe variação e heterogeneidade;
- a generalização da mudança lingüística por toda a estrutura lingüística não é nem uniforme, nem instantânea; ela envolve a “co-variação” de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico;
- as gramáticas em que a mudança lingüística ocorre são gramáticas da comunidade de fala, visto que as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas pelas funções sociais; os idioletos não fornecem a base para gramáticas completas ou internamente consistentes;
- a mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer discontinuidades encontradas na mudança lingüística são produtos de discontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos;
- fatores sociais e lingüísticos estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Assim, explicações que fiquem restritas a um ou outro aspecto, mesmo que sejam bem construídas, fracassarão ao explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico.

Finalmente, estabelecidas todas as considerações apresentadas nesta seção, bem como na seção imediatamente anterior a esta, fica-nos evidente o caráter social da linguagem, visto que a própria língua é um fato social. Logo, a língua deve ser concebida como uma construção de heterogeneidades; afinal são os usos – dinâmicos por natureza – que a tecem constantemente.

Sob tal ótica, acreditamos que estudar a língua é, entre outros aspectos, estudar os processos de variação e/ou mudança pelos quais passa, a fim de se

ajustar aos novos contextos de uso determinados pelas intenções sócio-discursivas dos falantes.

4.3. Oralidade e escrita: duas faces de uma mesma moeda

Falar em oralidade e escrita é falar em práticas sociais realizadas por meio da linguagem, materializadas de maneiras distintas: a primeira possui uma materialidade fônica e, a segunda, gráfico-visual. Todavia, como bem observou Marcuschi (2007b, p.50), “em qualquer caso, não se trata de uma relação dicotômica nem paralela, mas complementar”, afinal, “ambas acham-se, ora numa relação de integração e ora numa relação de contínuo”. Ainda de acordo com o estudioso, inexistem propriedades exclusivas de uma ou de outra modalidade, exceto a questão da materialidade, para a qual já atentamos.

Concordamos com Marcuschi (2007b, p.52, grifo do autor), quando o estudioso esclarece que distinguir a língua oral da língua escrita só é relevante

[...] quando deixarmos de lado seus aspectos tecnológicos e as observamos como duas práticas sociais situadas em estruturas de poder, tal como observam Scribner (1997), Graff (1987), Heath (1983), Street (1984) e Olson (1997), entre outros. Isto porque se estaria crescendo a dimensão sócio-política que faz da língua um ‘órgão cognitivo’ do *ser humano em sociedade*.

Atualmente, tende-se a utilizar o termo “letramento” para designar, de acordo com Kleiman (2008), a prática social formalmente ligada ao uso da escrita, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e poder, conferindo ao termo “escrita”, o valor de materialidade do letramento. Nesse sentido, segundo Graff (1995), o letramento possui uma história rica, multifacetada, não-linear e cheia de contradições. Para Marcuschi (2007a, p.16, grifo do autor),

[...] numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela *se tornou* um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo

moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso (...) ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Além disso, à escrita foi conferido um “peso” muito maior que o da fala, em diversas sociedades, porque se passou a ver na escrita, mais que a possibilidade, o “poder” de registrar algo (juízos de toda espécie, informações, acordos etc.) que ficaria marcado em um determinado espaço e tempo, não “abrindo espaço” para o “eu não disse isso” ou “o que eu quis dizer”, já que “o que eu disse” se torna, praticamente, sentencial. Daí o surgimento de expressões do tipo “preto no branco”. Inclusive, a esse respeito, discutindo a origem de algumas expressões populares, a escritora baiana Miriam Sales Oliveira, publicou no site “Recanto das Letras”, no dia 16/10/2008, algumas considerações a respeito de tal expressão:

Pôr o preto no branco é registrar por escrito uma promessa para que depois não caia no esquecimento e fique o dito pelo não dito. É uma forma de proteção contra caloteiros e enganadores de toda espécie, pois, se o papel aceita tudo, o que está escrito não se apaga, se for escrito com tinta, claro. Por isso é importante pôr o preto, a tinta, no branco.

E continua, de maneira bem-humorada:

Devíamos fazer isso com todos os políticos salafários que nos abordam, nem que seja para depois esfregar-lhes o papel nas suas caras lavadas. Mais moderno, o falecido cacique Juruna, usava um gravador e, com ele, infernizava a vida dos deputados. Hoje, com a internet, como fazer? Temos que instituir a assinatura eletrônica para tudo. Até para as palavras de amor enviadas por e-mail. Vale o que está escrito.

Evidentemente, isso não quer dizer que a escrita seja mais importante que a fala. Nem o contrário. Segundo Bloch (1989), na cultura chinesa a palavra escrita é tida como padrão e as formas orais são consideradas derivadas. Na Índia é justamente o contrário, já que a forma oral é sagrada e a escrita não inspira confiança. Para Olson (1998, p.68), “só se entende o papel da escrita atentando para a estrutura da cultura em que ela é introduzida”. O que é fato, segundo Stubbs (1980), é que a oralidade tem uma primazia cronológica indiscutível em relação à escrita; e,

“se é bem verdade que todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram ou têm uma tradição escrita, isto não torna a oralidade mais importante ou prestigiosa que a escrita” (MARCUSCHI, 2007a, p.17).

Como pode ser observado, nossa visão acerca da oralidade e da escrita não se volta para as tradicionais distinções entre fala e escrita, tal como aquelas estabelecidas por Chafe (1982) – ao propor a fala como envolvente e fragmentária e a escrita como distanciada e integrada, ou as distinções feitas por Halliday (1985), que acredita que a fala tem menor densidade lexical em relação à escrita; nossa visão, assim como a de Marcuschi (2007b, p. 53),

[...] nada tem a ver com outras características em geral postuladas, tais como a abstração, a formalidade, informatividade e planejamento para a escrita *versus* concretude, informalidade, variação, implicitude e não-planejamento prévio para a fala. Todas estas distinções tomam oralidade e escrita já como dois fatos empíricos bem caracterizados (quase-polares) e só buscam os elementos que caracterizam de modo mais adequado essa relação entre dados empíricos de textos corporificados.

Ressalta Marcuschi (2007a, p.10), que “não se dão raciocínios mais abstratos na escrita em relação a processos de compreensão na oralidade, tendo em vista que, cognitivamente, o que sobra na escrita é o que estava na fala”. E acrescenta, “novo é o meio em que se dá a produção e não a atividade sociocognitiva desenvolvida”.

Portanto, é inaceitável, embora ainda comum atualmente, vermos tentativas de diferenciação entre textos falados e escritos tendendo a verdadeiras dicotomizações entre tais modalidades da língua, como se o “oral” e o “escrito” fossem dois opostos de realização de uma dada língua, como se pudessem ser simplesmente separados em dois blocos distintos: o da escrita, marcado pelo rebuscamento lingüístico, pela formalidade, e o da fala, pela despreocupação com as normas gramaticais e pela informalidade.

Como se sabe, existem contextos de escrita – a produção de uma carta pessoal, por exemplo - que permitem ao indivíduo usar uma escrita menos formal, mais despreocupada com a questão das normas gramaticais, caso os interlocutores se vejam como “pares”. Em situações desse tipo, **o que se diz** (o conteúdo) é tido como mais importante do que o **modo como se diz** (forma). Por outro lado, existem contextos de fala que exigem do locutor um grau maior de formalidade, como, por exemplo, uma palestra no meio acadêmico. Isso porque em situações como esta,

muitas vezes o **modo como se diz** é tão ou mais valorizado do que **o que se diz**, visto que a fala mais formal, em tais contextos, confere prestígio ao falante e, essa maior formalidade, é inclusive, esperada pelos ouvintes, já que a questão da formalidade é um aspecto da situação enunciativa.

Bezerra (1998, p.27) já afirmava que

[...] a língua falada e a escrita são consideradas como um *continuum*, em cujas extremidades encontramos os textos típicos de cada uma dessas modalidades, incluindo uma escala gradativa de formalismo. Assim, parece não serem as modalidades de língua, mas os tipos de textos e suas situações que determinam esse formalismo gradativo; daí a presença de traços informais em um discurso formal poder causar estranhamento.

Além disso, há de se destacar que qualificar uma modalidade da língua em detrimento da outra é ignorar a língua como fato social, como uma das formas mais complexas de expressão do homem. Afinal, ambas – fala e escrita - permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos, exposições mais ou menos formais, variações estilísticas, sociais e dialetais, por exemplo.

Assim, tal como declara Marcuschi (2007a), a oralidade e a escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não opostas a ponto de caracterizarem dois sistemas lingüísticos ou uma dicotomia. A oralidade e a escrita são, pois, “duas faces de uma mesma moeda”, ou seja, duas possibilidades de uso de uma mesma língua.

4.3.1. A “língua oral-escrita”

Coadunando-nos com a postura de Marcuschi (2007a, p.37) de que “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos”, cabe destacar que este contínuo pode ser visto na forma de uma gradação ou de uma “mesclagem”, já que, segundo o estudioso “tudo dependerá do ponto de vista observado e das realidades comparadas” (MARCUSCHI, 2007a, p.18).

Em um estudo sobre letramento, Heath (1983) demonstrou que existem algumas situações com ações orais que se mesclam com ações escritas, como, por exemplo, nas leituras e respostas de cartas pessoais em família; nessas situações, as cartas eram lidas em voz alta, discutidas em grupo e respondidas coletivamente. A escrita acabava se tornando, de acordo com o pesquisador, um evento mesclado pela oralidade e produzido em autoria coletiva.

Atualmente, em decorrência do grande *boom* ocasionado pela Internet na vida do homem moderno, alguns trabalhos científicos a respeito das ditas “escritas síncronas” - comunicações escritas estabelecidas pela Internet em tempo real, como nos *chats* (salas virtuais de “bate-papo”), por exemplo - têm ganhado espaço cada vez maior para o debate no meio acadêmico. Apesar da sensação de estarem falando, para Hilgert (2000, p.17), os interlocutores produzem enunciados que são construídos por meio de um “texto falado por escrito” ou como prefere Barros (2000, p.74), por uma “conversação com expressão gráfica”.

Assumindo a noção de diálogo, tal como propõe Bakhtin (2004)¹⁸, para Bernardes e Vieira (2001, p.48) “o *chat* se apresenta na forma de um diálogo concreto entre pessoas”, no qual podemos observar um “ritmo conversacional” (XAVIER e SANTOS, 2000, p.55), que se aproxima da esfera comunicacional cotidiana.

Somando-se a tudo isso o pressuposto de que não podemos tratar as relações entre oralidade e escrita de maneira estanque e dicotômica, concordamos com Marcuschi (2007a, p.9), quando este sugere que tais relações sejam vistas dentro de um “quadro mais amplo no contexto das práticas comunicativas e dos gêneros textuais”. De acordo com o estudioso, esta “sugestão segue uma visão funcional e preserva um contínuo de variações, gradações e interconexões, a depender do que compara” (MARCUSCHI, 2007a, p.7).

¹⁸ De acordo com Bakhtin (2004, p.123), mais do que constituir uma forma de interação verbal - “é verdade que das mais importantes” -, pode-se entender o significado de “diálogo” em um sentido mais amplo, isto é, “não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja”.

Abaixo, apresentamos o gráfico proposto por Marcuschi (2007a, p.38), utilizado para ilustrar, de modo esquemático, sua postura:

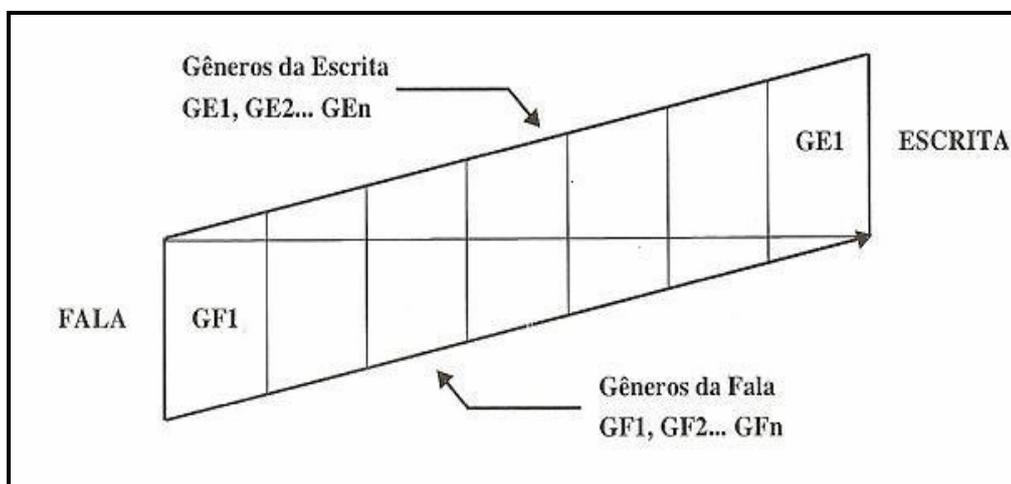


Gráfico 1. Fala e escrita no contínuo dos gêneros textuais

Com este gráfico, Marcuschi (2007) demonstra que entre os dois domínios lingüísticos (fala e escrita) se encontram os gêneros textuais (G), os quais se apresentam num *continuum* em que temos os gêneros da fala (GF1, GF2... GFn) e os gêneros da escrita (GE1, GE2... GEN).

Assim, segundo o lingüista, o GF1 representaria uma espécie de protótipo da modalidade “fala”, como, por exemplo, uma conversa espontânea e, o GE1, uma espécie de protótipo da escrita, como um artigo científico. De acordo ainda com Marcuschi (2007, p.38), existe uma série de textos produzidos em condições naturais e espontâneas nos mais diversos domínios discursivos das duas modalidades e, muitas vezes, esses textos se entrecruzam sob muitos aspectos, chegando, por vezes, a constituírem “gêneros mistos”.

A fim de explicitar as “relações mistas dos gêneros textuais”, o autor, a partir de alguns postulados como “meio” – ora **sonoro**, ora **gráfico** - e “concepção” – que diz respeito à natureza discursiva - apresenta o seguinte gráfico¹⁹, tendo em vista que a fala é de concepção oral e meio sonoro, enquanto a escrita é de concepção escrita e meio gráfico:

¹⁹ Cf. Marcuschi, 2007a, p. 39.

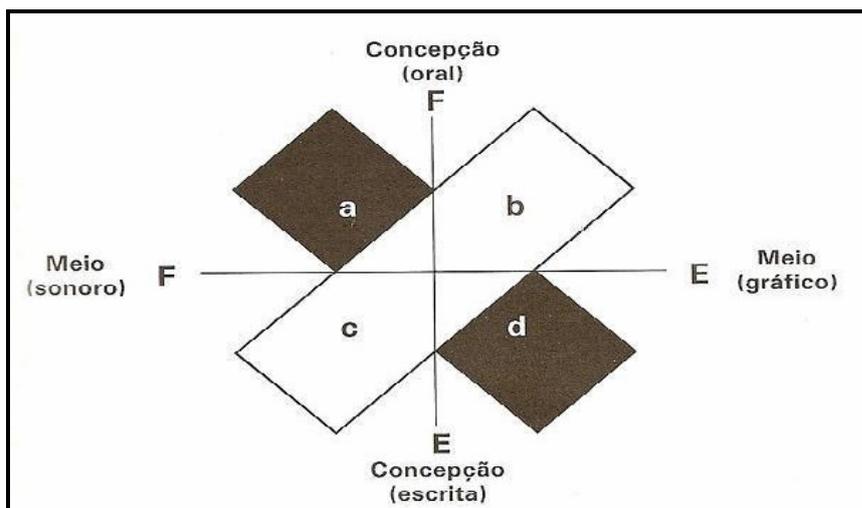


Gráfico 2. Oralidade e escrita segundo a concepção e o meio de produção (MARCUSCHI, 2007a, p.39)

Ao analisarmos o gráfico acima, podemos observar que os domínios “a” e “d” são prototípicos – “a” possui concepção oral e meio sonoro; “d” possui concepção escrita e meio gráfico -, já “b” e “c” são mistos, pois neles a concepção e o meio são de naturezas distintas: em “b”, a concepção é oral, mas o meio é gráfico, já em “c”, a concepção é escrita, porém o meio é sonoro. Para exemplificar sua tese, Marcuschi (2007a, p.38) propõe a seguinte reflexão:

Observe-se o caso dos textos de um noticiário televisivo. Trata-se de textos originalmente escritos que o leitor só recebe oralmente. A questão é: o noticiário de televisão é um evento de oralidade ou letramento? Por outro lado, temos certos eventos muito comuns, tais como uma aula expositiva, que em parte se compõe de leituras que o professor faz e de comentários que lhe acrescenta e, em parte, são exposições originais sem um texto escrito prévio base. No entanto, tratamos uma aula como um evento tipicamente oral.

Marine (2004), por exemplo, compõe e utiliza em parte de sua pesquisa de mestrado, um *corpus* formado por cartas de leitoras de revistas femininas, o qual denomina como “língua oral-escrita” e define-a como uma modalidade intermediária entre escrita e fala, caracterizada por uma escrita fortemente marcada por traços típicos da fala menos formal. Observando o gráfico 2 proposto por Marcuschi (2007a), percebemos que essa “língua oral-escrita” proposta por Marine (2004) pode ser considerada um exemplo do que Marcuschi (2007a) denomina como “gêneros mistos”, já que, dentro do que propõe a autora, as cartas das leitoras de determinadas

revistas femininas seriam textos de concepção oral - dado o caráter fortemente interlocutório travado na relação revista-leitora e vice-versa - e meio gráfico, visto que se concretizam, ou seja, materializam-se por meio da escrita, podendo, assim, enquadrar-se no domínio “b” do gráfico 2.

Acreditamos que os *chats* também se enquadram nesse domínio e podem ser representantes do que Marine (2004) denomina como “língua oral-escrita”, já que, tal como as referidas cartas das leitoras de determinadas revistas femininas, os *chats* apresentam uma concepção oral e um meio escrito; daí, inclusive, Hilgert (2000, p.17), referir-se à “conversa” travada pelos interlocutores nos *chats*, como “texto falado por escrito” e Barros (2000, p.74), por sua vez, denominar tal atividade comunicativa como uma “conversação com expressão gráfica”, como já mencionamos.

Essa visão em hipótese alguma enxerga a escrita como “representante especular da fala”, pois isso seria impossível por uma série de razões, como o fato de, por exemplo, a escrita jamais poder registrar a prosódia e a gestualidade, nem, tampouco, ignora a materialidade distinta entre a fala e a escrita; mas, assim como Marcuschi (2007a), acreditamos na existência de “gêneros mistos”. Tanto que é comum identificarmos “gêneros [escritos] que se aproximam da oralidade pelo tipo de linguagem e pela natureza da relação entre os indivíduos, [como], por exemplo, as cartas íntimas e pessoais” (MARCUSCHI, 2007a, p.38). Ainda de acordo com esse conceito de “gênero misto”, acreditamos também que um discurso político pode ser considerado como tal, já que representa uma modalidade intermediária entre fala e escrita, caracterizando-se por sua concepção escrita e meio sonoro, enquadrando-se no domínio “c”, do gráfico 2.

Assim, parece-nos evidente que

o contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos* (MARCUSCHI, 2007a, p.42, grifo do autor).

Por isso é que, ainda de acordo com Marcuschi (2007a, p.42), acreditamos que, ao compararmos

[...] uma carta pessoal em estilo descontraído com uma narrativa oral espontânea, haverá menos diferenças do que entre a narrativa oral e um texto acadêmico escrito. Por outro lado, uma conferência universitária preparada com cuidado terá maior semelhança com textos escritos do que com uma conversação espontânea.

Cabe observar que as questões apresentadas nesta seção são de grande importância para presente pesquisa, pois, embora esta seja parcialmente fundamentada pelo modelo da Teoria da Variação e Mudança Lingüísticas (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006; LABOV, 1994; 2001; 2008), cujas pesquisas privilegiam o estudo da modalidade falada da língua, em contextos de menor formalidade²⁰, nosso estudo se pauta na modalidade escrita da língua.

Essa escolha se justifica na medida que, compartilhando das idéias de Marcuschi (2007a) quanto ao fato de que tanto a fala quanto a escrita apresentam um *continuum* de variações que devem ser consideradas a partir de um *continuum* dos gêneros textuais acreditamos que “recorrer à escrita em estudos variacionistas apenas quando se propõe a pesquisar sincronias passadas, acaba preterindo modalidades de escrita menos formais” (MARINE, 2008, p.2753). Na verdade, esse tipo de texto pode constituir um *corpus* bastante eficiente para estudos de variação e mudança lingüística: se o pesquisador puder observar variações lingüísticas nesse tipo de texto, isso demonstrará que o fenômeno pesquisado se encontra em um estágio avançado de variação, já que está “se mostrando” no universo do texto escrito, mesmo que em contextos de menor formalidade.

Afinal, lembrando Faraco (1991), geralmente as mudanças ocorrem na fala informal de grupos intermediários, ganham aceitação na fala informal dos grupos mais altos e chegam a situações formais de fala e só assim conseguem ser aceitas pela escrita.

²⁰ Daí o recurso à entrevista sociolingüística, em que o pesquisador deve gravar situações naturais da comunicação lingüística, em grande quantidade e com boa qualidade sonora (TARALLO, 2001, p.21), pois se acredita que as narrativas orais, provenientes de experiências pessoais, constituem-se como uma situação enunciativa de menor “policiamento”, em que o falante tende a se mostrar menos preocupado com a norma padrão e, por isso, mais vulnerável a variações de uso.

4.4 Aspectos da interação verbal

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido (BAKHTIN, 2003, p.289).

Para alguns lingüistas, determinadas "funções" relativas ao falante e ao ouvinte ainda persistem, no sentido de atribuírem apenas ao falante uma atitude ativa no processo de comunicação verbal, "restando" ao ouvinte uma atitude passiva, ou seja, a de quem apenas "recebe" a mensagem. Assim como Bakhtin (2003), acreditamos que esse tipo de postura, quando pretende representar o todo real da comunicação verbal, acaba se transformando em "ficção científica". Afinal, é evidente que uma compreensão passiva é apenas um elemento abstrato de um fato real que é constituído pela "compreensão responsiva ativa".

A esse respeito, Bakhtin (2003, p.271, grifo do autor) afirma que

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado lingüístico do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição *responsiva*: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e de compreensão desde o seu início, às vezes, literalmente a partir da primeira palavra do falante.

Tal como o estudioso russo, acreditamos que toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz; assim, o ouvinte torna-se o locutor. Todo enunciado, dialógico por natureza, constrói-se, portanto, levando em conta as atitudes responsivas do *outro* (ou dos *outros*). Para Bakhtin (2003, p.301, grifo do autor),

o papel dos *outros*, para quem constrói o enunciado, é excepcionalmente grande (...). Esses outros, para os quais meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.

O locutor é, em certo grau, um "respondente", pois não é o primeiro locutor; ele sempre se utiliza de enunciados anteriores - dele próprio ou do "outro" - aos quais o

seu enunciado está vinculado por algum tipo de relação. De acordo ainda com Bakhtin (2003), nossas manifestações verbais, ou seja, nossos enunciados estão repletos de palavras dos "outros"; as palavras dos "outros", embora tenham sua própria expressividade e o seu tom valorativo, ao serem "tomadas" em nossos enunciados, são reestruturadas, modificadas.

A visão de mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal e isso constitui o discurso do "outro" que, por sua vez, não pode deixar de repercutir no enunciado. Daí, o caráter dialógico da linguagem. Como dizia Bakhtin (2003, p.299), "cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados". É interessante destacar o que Marchezan (2006, p.118) afirma a esse respeito: "os diálogos não se repetem de maneira absoluta, mas não são completamente novos, reiteram marcas históricas e sociais que caracterizam uma dada cultura, uma dada sociedade".

De acordo com Pontes (1988), no plano da interação verbal há de se considerar, também, a relação social em dois níveis: o **macro-social** (em que os interlocutores são classificados de acordo com a sua posição social na hierarquia sociocultural e profissional de uma dada comunidade) e o **micro-social** (onde são caracterizados os papéis sociais distribuídos nas situações concretas de interação).

Segundo Bakhtin (2003), o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito do discurso e não pode existir fora dessa forma. Koch e Travaglia (1989) afirmam que é preciso verificar o que é adequado à determinada situação enunciativa, como o grau de formalidade, a variedade dialetal e o tratamento a ser dado ao tema, por exemplo. O lugar e o momento da comunicação, as imagens recíprocas que os interlocutores fazem uns dos outros, bem como os papéis que desempenham, os pontos de vista que assumem, o objetivo da comunicação, enfim, todos os dados situacionais influenciam tanto na produção do texto como na sua compreensão.

Para Bakhtin (2003), enquanto o locutor fala, ele leva em conta o fundo aperceptivo sobre o qual a sua fala será recebida pelo destinatário, visto que o grau de informação que esse destinatário tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos - segundo a visão do locutor -, suas simpatias e antipatias, por exemplo, são aspectos que condicionarão sua compreensão responsiva do enunciado.

Os fatores que determinam a produção de dados enunciados ou de determinadas trocas verbais estão relacionados **ao que se diz e à forma como se diz**. Por isso, de acordo com Faria (2003), cada enunciado é regulado pelo “discurso anterior”, num processo de “tomada de palavras” (ou “tomada de vez”) entre os interlocutores, que pode ocorrer:

a) de forma automática, como na saudação;

A – Tudo bem?

B – Tudo.

b) pela repetição do verbo;

A – Você gosta de pizza?

B – Gosto.

c) pela utilização de um hiperônimo;

A – Por que você não compra um passarinho?

B – Não gosto de animais.

d) pela ordem de apresentação da informação nova no enunciado;

A – Qual é o seu nome e quantos anos tem?

B – Ana e tenho 15 anos.

Porém, nem todas as “tomadas de palavras” ocorrem de maneira tão explícita, pois o falante A, por exemplo, pode, a partir do conhecimento adquirido e/ou compartilhado com B, resgatar um enunciado de B, exposto há algum tempo no processo interacional, para a partir disso, criar um novo enunciado:

A – Você malha bastante?

B – Sinceramente não gosto de esportes.

A- Então você deve fazer regime...

B – Na verdade, eu controlo pouco minha alimentação.

A – E como faz para manter esse “corpinho”?

B- Eu costumo andar bastante a pé e de bicicleta. Evito usar o carro.

A – Mas há pouco você disse que não gostava de esporte

Como podemos observar, ao analisarmos um processo de interação verbal, não podemos julgá-lo apenas pelo que é comunicado, mas também pelas formas em que e como a comunicação se estabelece. Como destaca Marcuschi (2007b, p.14), “a coerência não é um requisito a ser preenchido pelo texto e sim uma atividade desenvolvida num momento de colaboração”.

Para Koch e Travaglia (1989), o processo de compreensão do texto obedece a regras de interpretação pragmática; daí o fato da coerência textual não se estabelecer sem que se leve em conta a interação e as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores. Textos aparentemente incoerentes, por exemplo, tornam-se compreensíveis quando inseridos em um contexto que os legitime. Portanto, a coerência se mostra como algo dinâmico, que “estaria mais na mente do que no texto” (MARCUSCHI, 2007b, p.13).

Ainda segundo Marcuschi (2007b), existem pelo menos três tipos de noções de coerência: a estrutural, a inferencial e a interacional (cf. Marcuschi, 2007b, p.14-15), sendo esta com a qual compartilhamos, tal como Marcuschi (2007b). Assim, cabe destacar que a noção interacional assume uma

[...] perspectiva que não concebe a coerência como uma propriedade do texto nem como um processo inferencial apenas, mas como uma construção resultante do trabalho colaborativo do ouvinte/leitor no ato de co-produção do texto oral interativamente²¹. A operação de produção de coerência não é um ato puramente individual, mas coletivo. Neste caso, a coerência não tem uma evidência empírica instalada no texto, [tal como prevê a “noção estrutural”], nem é uma atividade em que se dá primazia aos processos inferenciais [como na “noção inferencial”]. Rigorosamente, a noção interacional de coerência toma como base para a produção de sentidos, os processos colaborativos no uso efetivo da língua. O sentido passa a ser uma construção social realizada na comunicação (MARCUSCHI, 2007b, p.15 [interpolação e nota nossas]).

Para Bourdieu (1997), o discurso revela condições emocionais, sistemas de valores e pode veicular as representações de um grupo, em condições sócio-econômicas e culturais específicas. Nesse sentido, podemos concluir que diferentes grupos, vivendo em diferentes condições de ordem pessoal, social e econômica,

²¹ Embora o autor se refira à fala, ele mesmo ressalta que não exclui a escrita da noção interacional de coerência, pois, segundo o autor, no processo da escrita, o autor simula uma série de movimentos interativos com seu interlocutor. O autor avança um conjunto muito grande de elementos que visam ao diálogo com seu possível leitor, oferecendo-lhe pistas para processamento.

produzem diferentes representações sociais, expressas em diferentes discursos. Os discursos do indivíduo são, portanto, “discursos de representação” do que ele é, enquanto indivíduo socialmente construído; como sabemos, a linguagem não é neutra e assim, todo discurso tende a refletir e, ao mesmo tempo, difundir valores culturais. A escolha das

[...] **formas de tratamento** entre locutores, os **tipos de saudação**, a expressão das emoções, os graus de maior ou menor formalidade na seleção do léxico a utilizar e, nomeadamente, das expressões idiomáticas, a expressão verbal da maior ou menor distância e solidariedade entre os falantes, são aspectos que reflectem a existência de normas de natureza sociocultural a preservar na interação verbal, a par dos graus de adequação que a frequência de uso pelas diferentes gerações e entre gerações diferentes lhes reconhece (FARIA, 2003, p.677, grifo da autora).

Em relação às formas de “tratamento” entre os interlocutores, no Português existem duas formas básicas: no PP, o “tu” e o “senhor” e, no PB, o “tu/você” – na maior parte do país, usa-se o “você” – e o “senhor”. Essas formas, geralmente, costumam ser distinguidas, respectivamente, como “informais” e “formais”. Entretanto, acreditamos que a questão é mais complexa do que parece.

É comum atribuímos valores às formas de tratamento que nem sempre estão vinculados à questão da formalidade – ou apenas a ela - mas sim, a padrões hierárquicos ou costumes culturais ou regionais, por exemplo. Por isso, um rapaz, mesmo em um ambiente dito “informal”, como em um evento de confraternização na empresa em que trabalha, pode continuar se dirigindo ao seu chefe como “senhor”, mesmo que neste ambiente, ambos dispensem a relação “chefe-funcionário” e estabeleçam uma relação de “pares”.

Um outro exemplo: pensemos numa situação envolvendo familiares, já que a literatura, de um modo geral, costuma tratar esse “espaço” como protótipo da informalidade; um filho, por maior “liberdade” e intimidade que tenha com seus pais, pode chamá-los de “senhor” e “senhora” e, isso, nada ter a ver com formalidade, mas, provavelmente, com um costume de uma determinada família, de uma dada região ou até mesmo de uma geração. Por outro lado, numa situação que costumamos classificar como “formal”, como uma conferência acadêmica, por exemplo, um ouvinte pode se dirigir ao conferencista por “você” ou “tu”, caso o identifique como um “par”.

E, mais uma vez, podemos observar que a forma de tratamento não está ligada à questão da formalidade.

Por isso, concordamos com Faria (2003, p.59), ao afirmar que “o tipo de relação social, estabelecido a partir de relações de semelhança ou dissemelhança entre locutores, regula, à partida, o processo interacional”. Afinal, muitas estratégias discursivas são criadas numa situação de interlocução a partir não apenas da intenção que o locutor tem ao fazer uso da linguagem, mas também do tipo de relação que estabelece com o seu(s) interlocutor (es), a qual pode ser de proximidade ou distância (pessoal, social e espacial).

O sujeito, assim, sempre procurará reconhecer sua posição social dentro de um ato ilocutório e, feito isso, tentará utilizar uma linguagem adequada a tal situação, a partir do que Faria (2003) chama de “**formas de auto-referência**” que, segundo a autora, permitem-lhe se apresentar como um indivíduo específico (“eu”) ou como uma categoria mais geral (doente/ médico; mulher/homem; jovem/idoso etc). A escolha dessas “formas de auto-referência” está condicionada a diversos fatores, dos quais a autora destaca o assunto tratado pelos interlocutores, a intenção que lhes motiva a atividade verbal e, sobretudo, o reconhecimento da posição social que ocupam dentro do ato ilocutório.

Ainda em relação às formas de tratamento, Faria (2003) ressalta que, embora reconheça que a relação social tenha, muitas vezes, tradução nas formas de tratamento utilizadas pelos interlocutores, nem sempre a relação social se rege pelo mesmo conjunto de princípios. A esse respeito, a autora afirma que,

[...] se, por exemplo, doente e médico partilharem valores materiais e simbólicos que lhes permitam reconhecer-se reciprocamente como semelhantes, as formas seleccionáveis para se dirigirem um ao outro, mesmo dentro da situação de entrevista médica, são as disponíveis no sistema de tratamento entre semelhantes (FARIA, 2003, p.60).

Segundo Gumperz (1992), existem “pistas de contextualização”, sinais verbais ou não verbais que os interlocutores utilizam para relacionar o que está sendo dito num dado momento e num dado lugar com o conhecimento adquirido por experiências anteriores. Essas “pistas” orientam os interlocutores a um procedimento de facilitação da interpretação, o qual é essencial para que o sentido se faça.

Afinal, como nos lembra Faria (2003, p.71, grifo da autora),

[...] a interpretação de um dado enunciado não depende exclusivamente do conteúdo proposicional das frases que o constituem, mas do significado que resulta da utilização de mecanismos, nomeadamente inferenciais, que atribuem à frase, ou ao mesmo conjunto de frases que constituem o enunciado, um **significado pragmático** ou comunicativo para a situação específica de interação.

Numa situação de interação verbal é fundamental considerarmos também o nível de **conhecimento** que é **(com) partilhado** entre os interlocutores, pois isso resultará, inclusive, no uso de estratégias de referenciação diferenciadas; **quanto mais conhecimento mútuo existir entre os interlocutores, maior será o universo de referência.**

Cabe ressaltar que este “conhecimento compartilhado” é fruto não apenas do conhecimento de mundo do falante/ouvinte, mas também das **inferências** que podem ser construídas no momento da interlocução, a partir da retomada analítica de algo que já foi dito pelo interlocutor. Informações extralingüísticas, de natureza social, como por exemplo, o conhecimento da idade, da profissão e das crenças políticas do “outro” podem servir, também, para a elaboração de **pressupostos** verbalmente exteriorizados no ato de fala.

Faria (2003) ressalta que não podemos falar em interação verbal se a “informação não passar”. Isso porque a informação,

[...] assenta sobre o pressuposto de que os interlocutores, numa dada situação ou cenário, partilham ou podem vir a partilhar conhecimentos, convicções, gostos, planos, interesses, etc., isto é, que existe uma *base comum* de que partem para, em conjunto, produzirem e compreenderem o sentido da interação. Tal base pode ser definida enquanto um conjunto partilhado de representações que recrutam, em cada locutor, uma certa analogia de percepções, conhecimentos, crenças, pressupostos (FARIA, 2003, p.69-70, grifo da autora).

Por fim, não poderíamos deixar de dedicar nesta seção, mesmo que de maneira breve, uma referência ao filósofo da linguagem Paul Grice (cf. Grice, 1975), que propôs o “Princípio da Cooperação” para as situações de interação verbal. Tal princípio diz respeito à contribuição que cada um dos sujeitos do discurso dá ao processo interativo do qual participam e que, segundo ele, é o princípio básico que

rege a comunicação humana. Ao se referir a este princípio, Koch (2007, p.27), afirma que “quando duas ou mais pessoas se propõem interagir verbalmente, elas normalmente irão cooperar para que a interlocução transcorra de maneira adequada”.

Grice (1975) apresenta quatro máximas que compõem o “Princípio da Cooperação”:

- a) **máxima da quantidade**, segundo a qual não se deve dizer nem mais e nem menos que o necessário;
- b) **máxima da qualidade**, segundo a qual só se deve dizer o que se reconhece como, de fato, verdadeiro;
- c) **máxima da relevância** - muito próxima do que se propõe na “máxima da quantidade” -, segundo a qual só se deve dizer o que for relevante;
- d) **máxima do modo**, segundo a qual o sujeito deve ser claro e conciso, evitando, portanto, a obscuridade, a ambigüidade e a prolixidade, por exemplo.

Ao refletirmos acerca dessas máximas, fica-nos claro que tal teoria nem sempre está evidenciada nas situações enunciativas e, assim como Koch (2007, p.28), acreditamos que

[...] essa teoria não dá conta de toda a ‘malícia’ e manipulação tão presentes na interação verbal humana: estamos constantemente ‘jogando’, ‘blefando’, simulando, ironizando, fazendo alusões e criando subentendidos, fenômenos nem sempre explicáveis apenas com base nas ‘máximas’ griceanas.

Portanto, levando em consideração todos os aspectos da interação verbal ora apresentados, podemos defini-la como um comportamento verbal governado por regras que têm a finalidade de assegurar que as intenções comunicativas sejam adequadamente interpretadas. Tal como afirma Faria (2003, p.73, grifo da autora), “faz parte da *competência comunicativa* de qualquer falante distinguir uma ordem de um pedido, uma intenção de um compromisso, uma asserção de uma representação de um estado emocional”.

Assim, coadunando-nos com a autora, podemos afirmar que existe um significado pragmático subjacente a cada ato de fala. O lugar e o momento da comunicação, as imagens recíprocas que os interlocutores fazem uns dos outros, bem como os papéis que desempenham, os pontos de vista que assumem, o objetivo da comunicação, enfim, todos os dados situacionais influenciam tanto na produção do texto, como na sua compreensão.

5. FUNDAMENTANDO A ESCOLHA DO *CORPUS*

5.1. Algumas considerações

Segundo Nascimento (2002), apesar de existir uma longa tradição de estudos lingüísticos realizados com base em *corpus*, foi na década de 1990, principalmente, que os lingüistas começaram a reconhecer o uso desses inovadores recursos para uma melhor descrição e, conseqüentemente, um melhor conhecimento das línguas. Isso porque, baseando-se também em Nascimento (2002), Barbosa e Marine (2007, p.1) afirmam que

[...] inicialmente, um *corpus* era construído manualmente e, já nas últimas décadas, dado o grande desenvolvimento tecnológico, sobretudo na área computacional, passamos a utilizar recursos eletrônicos, o que favoreceu o surgimento de grandes *corpora*.

Todavia, cabe ressaltar que as opiniões sobre a utilização de *corpus* em pesquisas lingüísticas são bastante divergentes. Alguns pesquisadores, como Sinclair (1991), afirmam que um estudo baseado em *corpus* proporciona novas descrições e hipóteses teóricas, fortalecendo e tornando mais maduras as pesquisas lingüísticas desenvolvidas. Outros, como Leech (1992), argumentam que os estudos sobre *corpus* são uma nova abordagem filosófica, uma nova maneira de pensar a língua. Já estudiosos como Shönfeld (1999), consideram a sua compatibilidade com modelos cognitivistas.

Coadunando-nos, entretanto, com Sinclair (1991), acreditamos que o uso de *corpus* favorece as pesquisas lingüísticas, já que sua utilização proporciona a realização de descrições lingüísticas de base empírica e permite a reflexão sobre questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua.

No entanto, há de se destacar que o lingüista que compõe o seu próprio *corpus* – como é o nosso caso –, deve conhecer muito bem o tipo de texto e o gênero textual²² com o qual pretende trabalhar, já que cada gênero textual apresenta

²² Assim como Marcuschi (2008, p.154-155), acreditamos que seja importantíssimo esclarecer que “tipo textual” e “gênero textual” designam conceitos diferentes; o primeiro diz respeito a uma espécie de construção teórica, definida pela natureza lingüística de sua composição e, em geral,

peculiaridades que implicam não apenas em aspectos estruturais caracterizadores, mas também em tipos de tema mais recorrentes, grau de formalidade, intenção, entre outros. O conhecimento dessas características conduz o pesquisador a um caminho mais adequado no tratamento do texto utilizado como *corpus*, seja este oral ou escrito, o que, por sua vez, garantirá uma análise mais fiel do objeto de estudo de sua pesquisa.

Além disso, um estudo lingüístico que tem por objetivo proceder a uma análise descritivo-comparativa de um dado fenômeno ou construção da língua, tal como o nosso, deve levar em consideração o tipo de *corpus* que irá utilizar, inclusive porque a recorrência ou produtividade de determinado fenômeno lingüístico está diretamente ligada ao gênero textual com o qual se está trabalhando.

Para Pinto (1978), o ideal seria que o pesquisador utilizasse um *corpus* que representasse aquilo que se fala em todas as regiões do território nacional ou a partir de um levantamento realizado nas modalidades escritas: a língua literária, a de informação e a da intercomunicação individual.

Por outro lado, tal como já abordado nas seções 4.2 e 4.3 deste trabalho, a escrita, como se sabe, por muito tempo foi vista como uma manifestação da linguagem mais formal e, justamente por isso, os estudos de variação e mudança lingüísticas norteados pelo modelo teórico-metodológico laboviano (LABOV, 1994; 2001; 2008) inicialmente privilegiaram o estudo da modalidade falada da língua, em contextos de menor formalidade, já que esta, em geral, é tida como menos preocupada em se adequar à norma padrão e, portanto mais vulnerável a variações de uso.

Assim, como nossa pesquisa tem como grandes objetivos: *i)* traçar a configuração – ternária ou binária - do sistema dos pronomes demonstrativos do Português, abrangendo as variedades do Brasil e de Portugal e *ii)* identificar os usos das formas variáveis e invariáveis numa amostra da língua contemporânea, buscando, com isso, apontar-lhes semelhanças e/ou diferenças a partir de critérios que vão além daqueles que são internos à língua, dada a perspectiva sócio-discursiva

abrange “cerca de meia dúzia de categorias como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*”. O segundo “refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas” (MARCUSCHI, 2008, p.155).

que caracteriza nosso estudo, poderia parecer, a princípio, que a escolha pelo trabalho com um *corpus* que representasse a modalidade falada da língua fosse a mais adequada aos objetivos dessa pesquisa. Todavia isso não nos parece tão evidente assim.

O fato de que contextos menos formais de fala - por exemplo, uma conversa do cotidiano entre colegas, amigos ou familiares que se vêem como “pares” - constitua um ambiente bastante favorável às variações lingüísticas, parece-nos inquestionável. Afinal, nessas situações o indivíduo se sente, em geral, tão à vontade diante de seus interlocutores, que acaba não se preocupando com a maneira com a qual fala. Além disso, os próprios temas e os ambientes em que se dão essas conversas, como já ressaltamos anteriormente, proporcionam e acentuam ainda mais esse “clima” de despreocupação com o “como dizer”.

No entanto, como já pôde ser observado na presente pesquisa, acreditamos que as relações entre oralidade e escrita acabam refletindo “um dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua” (MARCUSCHI, 2007a, p.34). Como destaca Koch (2007, p.78), “a escrita formal e a fala informal constituem pólos opostos de um contínuo, ao longo do qual se situam diversos tipos de interação verbal”.

A consideração de tal *continuum* nos levou a assumir uma perspectiva sócio-discursiva²³ dos fenômenos da linguagem – a qual volta sua atenção para os processos de produção de sentido situados sócio-historicamente –, marcada por atividades de negociação ou por processos inferenciais. Sob tal ótica, as categorias lingüísticas não são dadas *a priori*, mas,

[...] como construídas interativamente e sensíveis aos fatos culturais. Preocupa-se com a análise dos gêneros textuais e seus usos em sociedade. Tem muita sensibilidade para fenômenos cognitivos e processos de textualização na oralidade e na escrita, que permitem a produção de coerência como uma atividade do leitor/ouvinte sobre o texto recebido (MARCUSCHI, 2007a, p.34).

Diante de todas essas questões ora apresentadas, propomos a seguinte reflexão: será que a utilização de um *corpus* que represente um estágio intermediário entre oralidade e escrita, ou seja, um “gênero misto”, tal como propõe Marcuschi (2007a), cuja concepção seria oral, mas o meio seria gráfico e que, por fim, fosse

²³ Entendida aqui, tal como Marcuschi (2007a, p.32-35) denomina “perspectiva sociointeracionista”.

caracterizado por um uso menos formal da escrita, não seria tão eficiente quanto um *corpus* de língua falada? Sobretudo, em pesquisas que sigam o modelo teórico-metodológico laboviano (cf. Labov, 1994; 2001; 2008) e que adotem uma perspectiva sócio-discursiva da linguagem?

Creemos que sim. E essa modalidade intermediária entre oralidade e escrita, caracterizada por uma escrita menos formal e fortemente marcada por traços típicos da oralidade, denominada por Marine (2004) como **língua oral-escrita**, constitui uma modalidade de escrita que pode compor um *corpus* bastante eficiente para diversos estudos variacionistas de cunho laboviano.

Afinal, como já mencionamos, se o pesquisador puder observar variações lingüísticas neste gênero textual, isso demonstrará que aquele dado fenômeno pesquisado está em um estágio avançado de variação, visto que já está "se mostrando" no universo do texto escrito. Além disso, concordamos com Marcuschi (2007a, p.34-35), quando este destaca que, em geral, "quem se dedica aos estudos da relação entre língua falada e língua escrita, sempre trabalha o texto falado e raramente analisa a língua escrita", o que acaba nos estimulando ainda mais pelo trabalho com a "língua oral-escrita".

Situada no *continuum* entre a oralidade e escrita, tal "faceta" da linguagem pode ser notadamente observada, por exemplo, na seção de cartas de algumas revistas femininas, em especial nas revistas mais voltadas ao público jovem.

Isso porque acreditamos que a relação construída entre a revista e a leitora é uma relação de amizade (cf. Marine, 2004; Melo, 2006) e, portanto, na interlocução travada entre elas, assim como em toda interlocução entre amigas, não há preocupação com o "certo" ou o "errado" convencionalizado pela Gramática Normativa, mas sim, com a compreensão, com a identidade, inclusive lingüística, que é compartilhada por elas. Por isso, nesse momento de interlocução marcado por uma escrita de menor formalidade, despreocupada com a norma-padrão e com traços típicos da oralidade em contextos coloquiais, muitos fenômenos lingüísticos ligados à variação e à mudança podem ser observados.

5.2. A escrita feminina



Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever. [...]. Pensar é um ato. Sentir é um fato. Os dois juntos – sou eu que escrevo o que estou escrevendo (LISPECTOR, 1998, p.11).

Esta subseção problematiza, em seu próprio título, uma questão que é fundamental em nosso trabalho: há, de fato, uma escrita própria das mulheres? E se há, que traço(s) a diferenciam das demais? Essa preocupação e esses questionamentos nos parecem bastante pertinentes, por utilizarmos como *corpus* para análise lingüística, **cartas de leitoras de revistas femininas**, tal como poderá ser observado posteriormente.

Para tentarmos esclarecer essas dúvidas, cremos que a melhor maneira para identificarmos as características do texto escrito pela mulher seria contrapô-lo ao seu oposto, ou seja, à escrita masculina. Para tal, partimos do pressuposto de que há tempos são comumente aceitas e difundidas as diferenças no modo de pensar, agir e sentir entre homens e mulheres. Segundo Santos (2003, p.17-18),

[...] a cultura e a educação estabelecem parâmetros de vida diferentes entre ambos, estipulando leis que se cimentam sob as razões da história do próprio Homem, mas que se vão vislumbrando como quase naturais, acabando por delinear o que é próprio do homem e próprio da mulher. Diz-se que o homem está mais direcionado a esfera exterior da vida, e a mulher mais próxima da esfera íntima ou doméstica.

Inclusive, ainda de acordo com a autora, também na escrita podemos encontrar diferenças que, *a priori*, podem ser classificadas como próprias da sensibilidade masculina ou feminina. É evidente que nem sempre o “sexo do texto”, coincide com o sexo do autor; no entanto, Branco (1991, p.14), ao analisar uma série de textos cuja

autoria era composta estritamente por mulheres, distingue “um tom, uma dicção, um ritmo, uma respiração próprias” que, em geral, tratam de temáticas recorrentes, tais como a maternidade, o próprio corpo, os relacionamentos afetivos e quase nunca abordam temas como negócios, guerras ou questões não relacionadas ao próprio eu.

Segundo a pesquisadora, certas características são muito comuns em textos produzidos por mulheres, tais como a inflexão da voz, a respiração que, em geral, é simultaneamente lenta e precipitada, bem como o tom oralizante da escrita. É claro que com isso a autora não pretende afirmar que tais características são exclusivas da mulher, já que alguns homens podem apresentar tais características no modo de escrever; todavia, Branco (1991, p.14) afirma que o número de mulheres que se filia na “tradição” da escrita feminina é muito maior que a de homens.

Cabe destacar que o que nos parece realmente relevante nesta discussão é o fato de haver uma escrita com características peculiares e bem marcadas, denominada como “feminina”, independentemente desta ser produzida por homens ou mulheres; ou seja, há um estilo feminino bem marcado, favorecido por determinados gêneros textuais, como os diários, os romances memorialísticos, as cartas íntimo-pessoais, entre outros. Segundo Bakhtin (2003, p.266),

[...] a relação orgânica e indissolúvel do estilo com o gênero se revela nitidamente também na questão dos estilos de linguagem ou funcionais. No fundo, os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos.

Além disso, não podemos ignorar o fato de que a figura da mulher sempre esteve associada à emoção, já a do homem, à razão. Esta idéia não deve ser tratada tal como um postulado, mas também não pode ser simplesmente desprezada, pois se assim o fizermos, estaremos negando a nossa própria História, a Literatura e muitos estudos da Psicologia.

Sabemos que a diferença entre homens e mulheres não é apenas uma questão de sexo, mas também de atitude, de comportamento e de valores social e culturalmente construídos e assumidos. E isso pode ser observado e comprovado pela História, a qual não economiza nos exemplos, ao apresentar os diferentes significados e valores do homem e da mulher no decorrer da história da humanidade.

Caminhando do Feudalismo até a Era Contemporânea, podemos observar que a mulher é, ora mais, ora menos, subtraída das grandes decisões e acontecimentos sociais, sendo tratada como uma mera peça figurativa por uma sociedade predominantemente patriarcal e machista. Inclusive, de acordo com Bauer (2001, p.11), até mesmo a preocupação por parte dos historiadores em estudar a “história das mulheres” só surgiu no final do século XX e, desde então, firmou-se “como uma área específica do conhecimento histórico e passou a obter um efetivo reconhecimento nos meios acadêmicos e culturais nos países europeus, na América do Norte e até mesmo no Brasil”.

Podemos citar, também, a Literatura, nas suas mais diversas facetas e épocas, como forte representante das diferenças entre homens e mulheres. A figura feminina, por exemplo, está geralmente associada às produções poéticas, memorialísticas, romanescas, porém, nunca épicas, pelo menos não como protagonista de grandes feitos históricos, já que isso era papel do homem.

Na literatura brasileira, a primeira e grande heroína que tivemos, imortalizada por José de Alencar, “Iracema, a virgem dos lábios de mel”, era fruto de uma idealização romântica e, embora tenha representado uma “guerreira indígena”, Iracema representou, também, todo o sofrimento e o preconceito que uma mulher “além de sua época” - que rompeu padrões e regras em favor do homem que amava - acabou tendo que enfrentar. Não podemos esquecer também de Luísa, de “Primo Basílio”, do irônico escritor português Eça de Queirós, alvo de severas críticas por representar o estereótipo da mulher romântica – ingênua, sonhadora, bonita -, “aparentemente perfeita”, mas que na realidade, influenciada por leituras “não adequadas” às mulheres, sobretudo as “de família”, torna-se “presa fácil” de Basílio – um sedutor sem pudor e sem caráter.

De acordo com Lyons (2002), a feminização do público leitor de romances reforçava preconceitos existentes ao final do século XIX, na medida em que reafirmava características atribuídas às mulheres em um imaginário social, no qual elas apareciam como “criaturas em que prevalecia a imaginação, com capacidade intelectual limitada, frívolas e emotivas” (p.171).

Já a mulher como produtora de textos, segundo Branco (1991, p.30), apresenta uma significativa assiduidade na produção do gênero memorialístico e,

[...] como explicação para esse fato, as teorias de base histórico-sociológica são eficazes: as mulheres costumam preferir as escritas autobiográficas porque, historicamente confinadas ao universo do lar, ao interior da casa, elas teriam encontrado nesse tipo de escrita o veículo ideal para expressão de sua vida íntima, seus desejos, suas fantasias.

Ainda segundo a autora, além dessas razões sociológicas, provavelmente “a mulher tenha preferido escrever memórias não tanto porque as memórias lhe convenham pelo que elas têm a dizer, mas, sobretudo, pelo modo como elas dizem o que têm a dizer” (BRANCO, 1991, p.30). Isso nos remete a uma afirmação bakhtiniana, segundo a qual

[...] o estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc. O estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento (BAKHTIN, 2003, p.266).

Além disso, a Psicologia, especialmente a Psicanálise e a Psicologia Social, dedicou parte de seus estudos às diferenças entre homens e mulheres e pôde, cientificamente, provar várias teorias a respeito de tais diferenças por meio de estudos empíricos que partiam do pressuposto de que o modo de agir do Homem é determinado pelo grupo social ao qual pertence.

Portanto, considerando as questões por ora abordadas, percebemos que, ao focar nosso olhar para as diferenças entre homens e mulheres, tanto quando recorremos aos livros de História, como aos de Literatura e Psicologia, é notório que, invariavelmente, a mulher está mais ligada ao sentimento, a tudo aquilo que está relacionado ao emocional. O homem, por outro lado, em geral, está associado/ligado à razão.

Ora, se isso é fato, é fato também que a dita “escrita feminina” é geralmente associada a um estilo de escrita mais “íntima”, visto que o ato de escrever se torna um espaço de reflexão em que a mulher aborda temas muito ligados a si própria,

criando, assim, um momento de pessoalidade que lhe conduz a uma escrita marcada pela criatividade do dizer feminino. Criativa porque foge ao esperado do texto escrito - marcado pelo estereótipo da formalidade e da preocupação do **como dizer** -, já que é uma escrita essencialmente preocupada com **o que dizer**.

Cabe ressaltar que esse “como dizer” ao qual estamos nos referindo nada tem a ver com “o modo de dizer” da mulher que lhe é tão peculiar, tal como propõe Branco (1991), já que este tal estilo está completamente relacionado com o que a mulher tem a dizer. O “modo” ao qual nos referimos está associado a alguns padrões textuais baseados nos gêneros discursivos que, muitas vezes, escraviza aquele que escreve, tirando-lhe qualquer possibilidade de produções criativas. A mulher, embora não “escape” das principais características dos textos que escreve – já que isso a levaria a se perder entre os gêneros textuais - não se “prende” de maneira radical às suas regras de produção. Ou seja, “do seu jeito”, tão peculiar, a mulher se envolve mais com o que tem a dizer do que com o modo, com a estruturação formal do que diz.

Assim, tal como Branco (1991, p.12), acreditamos que, se por um lado a escrita feminina “nos direciona para um território nebuloso de ambigüidades, de meias verdades e de meias relações”, já que é uma escrita da emoção, por outro, acaba denunciando uma linguagem, um tempo e uma forma de expressão e de libertação particulares e, portanto, delimitáveis.

Por fim, concordamos com Branco (1991, p.16) quando ela destaca que “qualquer escrita fala mais do que pretende ou do que pensa estar falando” (BRANCO, 1991, p.16).

5.3. “Revistas femininas”: mais que um rótulo

A escolha dos meios lingüísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (idéias) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades estilístico-composicionais (BAKHTIN, 2003, p.289).

Antes de estabelecermos algumas reflexões a respeito das “revistas femininas”, é importante saber o que diferencia a revista dos outros meios impressos de comunicação, como o jornal, por exemplo. A esse respeito, Scalzo (2004, p.14) afirma que, enquanto o jornal “fala” sempre com uma “platéia heterogênea, muitas

vezes sem rosto”, as revistas, ao contrário, têm uma platéia mais definida, com características bem marcadas. Além disso, para Marine (2004, p.39), “ao passo que o jornal é a mídia da informação, a revista é a mídia da interação”.

Outra característica que diferencia claramente a revista de outros meios de comunicação impressa é o seu formato:

[...] ela é fácil de carregar, de guardar, de colocar numa estante e colecionar. Não suja as mãos como os jornais, cabe na mochila e disfarçada dentro de um caderno na hora da aula. Seu papel e impressão também garantem uma qualidade de leitura – do texto e da imagem – invejável (SCALZO, 2004, p.39).

De acordo com Scalzo (2004), as revistas surgiram, em 1663, na Alemanha, mas talvez não seja muito fácil precisar quando surgiram as revistas femininas. Para a jornalista, o que se pode afirmar é que elas começaram a aparecer de modo discreto; geralmente feitas e escritas por homens, traziam as novidades da moda européia, dicas e conselhos culinários, artigos de interesse geral, ilustrações, pequenas notícias e anedotas.

Esse modelo foi repetido, com sutis diferenças, no decorrer de todo o século XIX e na primeira metade do século XX. Entretanto, destaca Scalzo (2004, p.33): “é certo que houve, também nesse período, publicações feitas de mulheres para mulheres, preocupadas com a sua condição na sociedade e seus direitos, mas são poucas e a maioria tem vida curta”. Sullerot (1953) prefere chamar tais publicações de “feministas” e não de “femininas”, já que, embora se dirigissem também às mulheres, distinguiam-se das revistas femininas pelo fato de defenderem suas causas, focando, assim, assuntos bastante específicos.

Scalzo (2004) destaca que duas boas novas fórmulas reforçaram o modelo das ditas “revistas femininas” e foram copiadas ou licenciadas no mundo todo. Uma delas é a revista feminina *Elle*, criada na França por uma mulher – *Hélène Gordon-Lazareff* –, logo após a Segunda Guerra Mundial.

Depois de tantos anos de privação e sofrimento, a leitora encontrou nas páginas de *Elle* idéias para se redescobrir, redescobrir seu país e, principalmente, recuperar sua feminilidade com pouco dinheiro. Podia transformar sua casa e sua mesa com os poucos recursos disponíveis de então. O sucesso foi imediato (SCALZO, 2004, p.24-25).

Atualmente, *Elle*, de acordo com Scalzo (2004), está licenciada em 16 países e, mesmo apresentando algumas diferenças de lugar para lugar, é uma revista que sempre vende bem onde quer que seja editada. A outra é a revista feminina que se tornou “o maior sucesso de todos os tempos” e que hoje é o título que possui mais edições internacionais: 48 edições em 25 idiomas espalhada por diversos países do globo. Esta revista foi inventada por uma secretária, *Helen Gurley Brown*, que escreveu um livro chamado *Sex and the Single Girl*. Diante do extraordinário sucesso do livro, a “secretária escritora” procurou, em 1962, um editor para propor uma revista com os mesmos temas de seu livro: nascia aí a *Cosmopolitan*. No Brasil, recebeu o nome de “Nova” (SCALZO, 2004, p.25).

É interessante destacar que as revistas femininas sempre fizeram muito mais sucesso do que as masculinas (cf. Mira, 2001; Scalzo, 2004). Para Buitoni (1990, p.17-18), “a imprensa feminina elegeu a revista como seu veículo por excelência. Revista é ilustração, é cor, jogo, prazer, é linguagem mais pessoal, é variedade: a imprensa feminina usa tudo isso”. Daí Mira (2001, p.43) afirmar que “a revista é a mídia mais feminina que existe”. Entretanto, já que estamos falando em “revistas femininas”, cabe esclarecermos o que faz de uma revista, feminina.

Para Sullerot (1953), a revista feminina é aquela dirigida e pensada para as mulheres. Wolseley (1972) separa as revistas em dois grupos: as de interesse geral e as especializadas, onde estariam as “femininas”. Duverger (1976) subdivide a imprensa especializada, em imprensa de público especializado e imprensa de assunto especializado. Para o sociólogo, as revistas femininas são de assunto especializado e, o conteúdo seria responsável pelo enquadramento.

Na verdade, acreditamos que a complexidade desta segmentação não se restrinja a meras dicotomias. Concordamos, sim, tal como Sullerot (1953), que o que se convencionou chamar de “revista feminina” é aquela dirigida e pensada para as mulheres, porém, cabe ressaltar, acreditamos que isso acabe por desencadear um processo complexo de construção da revista dita “feminina”. Neste processo, vários fatores devem ser considerados para caracterizá-la, tais como, assuntos mais abordados, tipos de anúncios veiculados, relação revista-leitor e vice-versa, estilo de linguagem, tipos de seções, entre outros.

De acordo com Buitoni (1990), o poder da configuração da revista feminina é tão grande, que influenciou até outros meios não impressos, como programas de rádio e TV.

Um programa que marcou época como o *TV Mulher*, da Rede Globo, foi todo pensado na fórmula de revista, inclusive dispensando, de certo modo, a imagem em movimento: a telespectadora podia ocupar-se dos afazeres domésticos e apenas ouvir o áudio, pois a imagem raramente era imprescindível. Seções de moda, beleza, educação sexual, respostas às cartas do público, em tudo o programa era muito semelhante a uma revista (BUIIONI, 1990, p.57).

Além disso, não podemos ignorar o fato de que as próprias revistas femininas passaram por um processo de segmentação. Isso porque a mídia de um modo geral trabalha em função de um público destinatário, cujo perfil é traçado não apenas por meio da “imagem” que ela cria do seu público-alvo, mas também de dados reais conseguidos através das pesquisas de opinião, freqüentemente encomendadas pelos veículos de comunicação. Assim, atualmente, é possível encontrar revistas femininas para todos os “gostos” e “bolsos”.

Dentre os fatores que julgamos e apontamos anteriormente como essenciais para a caracterização da revista feminina, abordaremos algumas questões acerca de dois apenas, já que estes são de grande importância para a caracterização do *corpus* que utilizamos em nossa pesquisa; trata-se da relação estabelecida entre a revista e as suas leitoras e do estilo de linguagem identificado nessas revistas.

Para Scalzo (2004, p.15), a “revista tem foco no leitor – conhece seu rosto, fala com ele diretamente. Trata-o por ‘você’”. Como prova disso, Scalzo (2004, p.15) apresenta um artigo escrito na edição comemorativa de dezesseis anos da revista *Claudia* – publicada pela primeira vez em 1961 -, pela psicóloga, jornalista e escritora Carmen da Silva que, durante vinte anos, assinou a seção “A arte de ser mulher”; neste artigo, que transcrevemos abaixo, fica bem clara a relação que a jornalista mantém com seu público leitor, no caso, com suas leitoras:

Iniciei esta seção com certa angústia, era minha primeira tentativa de contato com uma entidade abstrata chamada ‘público feminino’. Mais especificamente, ‘público feminino da classe média brasileira do início da década dos 60’. Um longo rótulo que, entretanto, não definia o rosto do fantasma – e eu o imaginava ora desafiante, talvez até hostil, ora cético e desdenhoso, ora simplesmente ignorando-me com olímpica indiferença. Alguns meses e alguns artigos mais tarde, já não era assim. Ao sentar-me ante a máquina eu sentia como que presenças vivas em torno, ouvia respirações, adivinhava vozes, vislumbrava traços. Escrevia para mulheres reais, de carne e osso, que desabafavam suas aflições comigo, confiavam-me dúvidas e perplexidades, pediam ajuda, ora apoiavam e incentivavam, ora protestavam e brigavam – mas cada vez mais próximas,

personalizando o vínculo, mandando retratos, chamando-me para encontros ao vivo, palestras, reuniões, debates. Não mais abstrações: gente, gente comigo, centenas de milhares de rostos debruçando-se dia-a-dia, em estímulo e desafio, sobre minha mesa de trabalho.

Como podemos observar, as revistas femininas querem ir além da informação: querem interagir com seu público leitor. Scalzo (2004, p.92-93), ao falar de sua experiência no processo de “reerguimento” da revista *Capricho*²⁴, no final da década de 1980, afirma que

[...] unida no mesmo propósito, a equipe aprendeu a fazer uma revista que se parecesse, em forma e conteúdo, mais com uma amiga da leitora e menos com sua mãe, com sua professora ou conselheira. O importante naquele momento era, de fato, criar identificação imediata. Para começar, saímos feito loucas ouvindo as leitoras. Fomos atrás delas, nas escolas, nos clubes, na rua. Chamamos grupos de meninas para irem à redação e falar sobre o que pensavam, sobre o que queriam e do que gostavam.

Portanto, é evidente que a revista feminina quer - e precisa, afinal é uma questão de sobrevivência dentro de um nicho de mercado tão competitivo – conhecer suas leitoras, identificar-se com elas para, assim, estabelecer uma relação de amizade. Para isso, vale-se de várias estratégias discursivas que discutiremos na seção seguinte, focando nossas reflexões na “seção de cartas” desse tipo de revista, já que acreditamos que seja neste “espaço” da revista que as estratégias sócio-discursivas – por parte da revista e da leitora - em busca de “aceitação” e “identidade”, estejam mais evidenciadas, dado o caráter interlocutório tão marcante das cartas.

²⁴ A revista **Capricho**, cuja primeira publicação data de 1952, surgiu como uma revista de fotonovelas que, por conquistar maior interesse do público feminino, foi se transformando numa revista tipicamente feminina e de grande sucesso. Todavia, por conta da decadência das fotonovelas na década de 1970, a revista passou por diversos “tropeços editoriais”, sendo relançada, em 1985, com uma nova identidade marcada pelo slogan “a revista da gatinha”. Em 1989, ameaçada pela concorrência, sobretudo das revistas **Querida** e **Carícia**, **Capricho** muda algumas características de sua “personalidade”, a fim de, ao invés de “brigar com a concorrência”, disputando as jovens leitoras da classe C, tornar-se a primeira revista para adolescentes de 12 a 18 anos das classes A e B. Em um ano, de janeiro de 1990 a janeiro de 1991, **Capricho** passou a ser a revista mais vendida do seu segmento (SCALZO, 2004).

5.4. O *corpus*: por que cartas?

A riqueza e a multiplicidade das práticas antigas de escrever cartas conferiram a esse gênero uma poderosa força comunicativa [...] (BAZERMAN, 2006, p.88).

Vives (1978, p.559) afirma que as cartas surgiram para que pudéssemos transmitir aos outros nossas próprias idéias e pensamentos: “fiel intérprete e mensageira entre os homens”. Para Castillo Gómez (2006), surgiram como um meio de comunicação à distância antes da era dos “telefones”, transmitindo informações essenciais não apenas de caráter pessoal, mas também social. Como podemos observar, as cartas possuem uma peculiaridade fascinante: embora cada correspondência tenha uma motivação própria para ser escrita, todas possuem uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: “a complementaridade entre a ausência e a presença” (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p.29).

Para Violi (1999), a carta se baseia em um efeito simultâneo de presença e ausência, no qual, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar; coloca-se em um tempo presente frágil, marcado pela nostalgia da presença perdida e pela ansiosa espera da volta.

Além de servirem como meio de comunicação entre pessoas distantes, as cartas também têm o poder de registrar as memórias e as condições de vida - aspectos sociais, econômicos e culturais - de uma época, servindo como fonte de estudos lingüísticos, sociais, históricos, culturais etc. (cf. PORTELLI, 1989; GIBELLI, 2002; CASTILLO GÓMEZ, 2006; PETRUCCI, 2006).

O texto epistolar, segundo Petrucci (2006, p.2) é “constituído por uma comunicação escrita de natureza informativa, afetiva, argumentativa, de discussão, de polêmica, de acusação, etc.”, que sempre exortam a presença de um leitor e de um destinatário, o que Guillén (1998, p. 190-191) denomina como “interpersonalidade imaginada”, ou seja, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor”. Deste modo,

[...] mesmo que a carta apresente uma situação específica de interação, marcada pela distância temporal e espacial entre escrevente e destinatário, não deixa de representar, na sua essência, uma forma de diálogo; de modo que é possível identificar no texto as marcas da presença do “destinatário ausente” (BERLINCK, BARBOSA e MARINE, 2008, p.70, grifo do autor).

De acordo com Castillo Gómez (2006), no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o “outro”, o seu destinatário, com quem manterá um diálogo. Embora exista a distância que separa o locutor do receptor, a carta procura cultivar o vínculo entre os participantes desse “diálogo”, por meio de uma construção de identidade “do que sou” e “de como devo ser” diante desse “outro” para o qual já detenho uma imagem

De acordo com Soto (2007, p.94),

[...] há uma certa natureza convencional – de gênero – que associa à idéia de carta a expressão dos sentimentos e da intimidade, enquanto tema, e a uma determinada forma: local e data identificados na parte superior do papel, saudação inicial, corpo do texto, despedida na parte inferior, assinatura e possíveis “PSs”. O texto epistolar parece estar tão claramente definido que o que seja uma carta se nos parece estar evidente.

Para Petrucci (2006, p.2), a carta “destinada regularmente a circular em um âmbito restrito e com [um] número de exemplares não superior ao número de destinatários, [é] caracterizada pela previsão de recepção e por uma elevada possibilidade de resposta (...)” (PETRUCCI, 2006, p.2 [interpolação nossa]).

Já de acordo com Bazerman (2007, p.83), a carta, com sua “comunicação direta” entre dois indivíduos e dentro de uma cena enunciativa específica, “parece ser um meio flexível, no qual muitas das funções, relações e práticas institucionais podem se desenvolver – tornando novos usos socialmente inteligíveis, enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções”.

Melo (1999, p.23), referindo-se à sua pesquisa sobre cartas à redação em jornais brasileiros atuais, afirma que

[...] a carta à redação guarda pouca semelhança (ou melhor, tem diferenças relevantes!) com o gênero epistolar carta. Diferentemente das cartas pessoais de cunho privado, a carta de leitor tem um caráter público, eminentemente aberto. Não se escreve para um parente querido, um amigo próximo, ou um jornalista em especial, mesmo quando parece ser o caso. Escreve-se para os possíveis leitores, que podendo ser qualquer um, são todos, é o público leitor, heterogêneo e bastante indeterminado.

Diferentemente da impessoalidade do jornal, de acordo com Scalzo (2004, p.54), nas revistas, “o leitor é alguém específico, com cara, nome e necessidades próprias”. Mira (2001) afirma que na França, por exemplo, as revistas femininas do

século XX - principalmente a partir dos anos 50 - que publicavam trechos de cartas e suas respectivas respostas faziam muito sucesso, enchendo a redação de tormentos e pedidos de ajuda de toda a espécie. A esse respeito, Sullerot (1963, p.57) declara que

[...]. as pessoas são solitárias, principalmente as mulheres, solitárias com seus problemas [...], cada um está se afogando em suas angústias e acredita estar sozinho no seu caso: é preciso dar às mulheres seus próprios problemas, mas de uma forma mais tranqüila, quer dizer, apresentando-os como os problemas dos outros.

Dessa forma, a interação “leitora-revista” na seção de cartas das revistas femininas não ocorre apenas entre uma dada leitora, ou seja, a que envia a carta, e a revista, pois as cartas publicadas retratam situações que estão acontecendo ou poderiam acontecer com qualquer uma das leitoras. Ou seja, a seção de cartas se apresenta como uma espécie de “reunião entre amigas”, onde essas amigas trocam entre si confidências, desabafos, dúvidas, aflições, momentos de alegria, pedem conselhos e sabem que na “voz” da revista e na de suas outras “amigas” leitoras, podem ser encontradas “respostas”. Afinal, lá está a seção de cartas, toda semana (ou mês) para dar-lhes os conselhos, enfim, para dar-lhes a solução aos seus problemas, curiosidades, medos e ansiedades.

Para Bakhtin (2003), a quem se destina o enunciado, como o falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado, enfim, de tudo isso dependem tanto a composição, quanto, particularmente, o estilo do enunciado. Cada gênero do discurso, em cada campo da comunicação discursiva, tem a sua concepção típica de destinatário que o determina.

Assim, considerando todas as informações que por ora apresentamos, percebemos que a carta, uma das manifestações da interação verbal escrita, é um gênero complexo, que passou e vem passando por diversas modificações das mais diferentes espécies. Diante disso, mostra-se como um gênero textual de várias “faces”, a fim de se adequar às novas necessidades do homem, cuja trajetória evolutiva parece cada vez mais veloz, dada a rapidez da descoberta de novas tecnologias, fomentada por uma Ciência de rédeas cada vez menos curtas. Nesse processo, o homem e a linguagem estabelecem relações novas a todo instante, criando-se novos gêneros textuais (orais ou escritos).

Nesse cenário, as cartas, observadas através do tempo, mudaram muito. No entanto, concordamos com Soto (2007, p.94) quando a pesquisadora afirma que mesmo que a carta “apresente contornos desviantes do padrão epistolar que possamos considerar como o mais comum, continua a ser compreendida e recebida como carta”. Novos “tipos” de cartas surgiram, outros desapareceram – sobretudo aquelas eminentemente descritivas -, outras ainda se mantiveram sob a égide pitoresca de alguns amantes do gênero epistolar mais “fechadinho” – ainda ensinado nas escolas, mesmo diante do moderníssimo “correio eletrônico” -, cujo “formato” tem que ter local, data, vocativo, saudação, corpo, despedida e assinatura.

Considerando, então, a grande segmentação sofrida por tal gênero nos últimos tempos e, coadunando-nos com Pessoa (2002, p.197) ao afirmar que a carta é um dos gêneros “mais importantes para se estudar a história das línguas”, pois, além de servirem como precioso material de estudo lingüístico, por meio delas, como ressalta Andrade (2006, p.551), “pode-se pesquisar a evolução do próprio gênero carta, sua função em épocas distintas, além de verificar o papel no desenvolvimento ou (re) criação de gêneros”, em nosso trabalho, optamos pela utilização de um *corpus* composto por cartas. No entanto, por um “tipo” especial de carta, que apresentaremos na próxima seção.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que acreditamos que a seção de cartas das revistas, sobretudo a das revistas femininas, constitui uma modalidade discursiva que merece especial atenção por parte dos pesquisadores da área de Ciências Humanas, sobretudo os lingüistas. Afinal, principalmente depois da segmentação das revistas ocorrida no início do século XX, muitos aspectos, que vão além daqueles do próprio gênero epistolar, podem ser utilizados para caracterizá-lo e descrevê-lo; aspectos estes, que podem, também, apresentarem-se como fatores extralingüísticos condicionadores do fenômeno da Mudança Lingüística.

5.4.1. E por que “cartas de leitoras de revistas femininas”?

Quando se escreve uma carta a alguém de quem se gosta dizem-se coisas mais fundas do que as que se falam de viva voz (LOPES, 1998, p.197).

A construção de uma verdadeira relação de amizade entre a revista e a leitora presente na seção de cartas das revistas femininas pode ser explicada pela Psicologia Social; e, é justamente rumo a algumas reflexões a respeito dessas explicações que conduziremos esta seção.

Como sabemos, a Psicologia tem como objeto de estudo, essencialmente, o **comportamento**, principalmente o do ser humano. Ao termo **comportamento**, estamos atribuindo toda e qualquer ação, seja a reflexa - aquela que se situa no limiar entre a Psicologia e a Fisiologia -, sejam os comportamentos ditos conscientes, os quais envolvem experiências, conhecimentos, pensamentos e ações intencionais, e, num plano não observável diretamente, o inconsciente (LANE, 2004).

Os comportamentos que interessam à Psicologia são todos aqueles que individualizam o ser humano e, o enfoque da Psicologia Social é estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente; ou seja, é estudar a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, “desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade” (LANE, 2004, p.10).

Essa sociedade, aqui entendida historicamente, não é estática e nem imutável; justamente por isso é que cada época possui seu próprio perfil. Nesse sentido, a grande preocupação da Psicologia Social é compreender como o homem se insere nesse processo histórico, como ele é determinado pela história e, acima de tudo, como se torna agente dela e, assim, transforma-a. Sucintamente, podemos afirmar que esse ramo da Psicologia verifica até que ponto e de quais maneiras somos influenciados a agir de acordo com o que “as pessoas” julgam como “adequado”. E, a fim de se examinar essa influência, dois aspectos intimamente ligados devem ser observados: o grupo (ou grupos) a que pertencemos e a maneira como nós vamos definindo, ou seja, construindo a nossa identidade social nessa convivência com o “outro”.

Todavia, para que possamos falar em “construção de identidade”, primeiramente temos que ter em mente que “a identidade do outro reflete na minha e a minha na dele” (CIAMPA, 1984, p.59). São os “outros” que nos permitem desenvolver um sentimento de identidade, e as pessoas com as quais nos sentimos mais à vontade são aquelas que nos “devolvem” uma imagem adequada de nós mesmos; afinal, a identidade de uma pessoa é um fenômeno social e não natural. A

própria individualidade do homem “pressupõe um processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado” (CIAMPA, 1984, p.65).

É interessante destacar que a identificação entre a revista e a leitora, tão marcante na seção de cartas, é justificada, principalmente, por esse “sentir-se à vontade”. Mas, por que elas se sentem à vontade nesse tipo de situação enunciativa?

Para Scalzo (2004, p.76), o segredo de uma boa revista é conhecer o seu leitor, pois “conhecendo o leitor, sabe-se exatamente o tom com que se dirige a ele. É preciso escrever na língua do leitor ou, como diria o jornalista Eugênio Bucci, em ‘leitorês’”. A “identidade de linguagem” é, portanto, essencial para o tipo de relação estabelecida entre revista-leitora e vice-versa.

Além disso, para conhecer o seu público leitor, as revistas estão sempre encomendando pesquisas relacionadas aos hábitos de compra e poder aquisitivo do brasileiro, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), por exemplo. Por meio delas, pode-se caracterizar o público leitor de determinado tipo de revista: suas preferências musicais, esportes preferidos, tipos de lazer, o que lêem, o que comem etc. De acordo com Scalzo (2004), revistas como a **Capricho**, por exemplo, além de se basearem em pesquisas deste tipo, fazem entrevistas em escolas, clubes e, até mesmo, convidam algumas leitoras para “baterem um papo” na redação, a fim de, com isso, traçarem o perfil de suas leitoras. Outras vezes, na própria revista, especificamente na seção de cartas, algumas características das leitoras são apresentadas explicitamente pela leitora, já que é comum que assinem seu nome (fictício ou real), digam a sua idade e, às vezes, a cidade em que residem. Vejamos alguns exemplos:

(99) Eu estava namorando com um cara dez anos mais velho. Sabia que ia viver aquele impasse: transar ou terminar o namoro. Num domingo à tarde, ele me convidou para ir ao motel e eu topei. Ele ficou tão confuso quando eu contei que era virgem que foi um fracasso. Nunca imaginei que isso pudesse acontecer. Só deixei rolar alguma coisa com outro menino quase um ano depois. Nem contei para ele que era minha primeira vez e me arrependo disso até hoje. C.S., **20 anos**.

(**Capricho**, Novembro de 1994).

(100) O que os meninos acham quando a namorada pede um tempo: que a menina não está mais a fim dele ou que ela realmente precisa de um tempo para

pensar?/ **Elaine Scarpioni, 18 anos.**/ Na maioria das vezes, quando as meninas pedem um tempo é porque elas não estão mais a fim de namorar. Ou porque não curtem mais o garoto ou porque tem outro na jogada e elas querem um tempo para escolher. Em 90% dos casos a história é essa. Por isso é que os meninos já têm o maior pé atrás com esse tipo de papo de “preciso de um tempo”...

(**Capricho**, Março de 1995).

(101) **T.M., 14 anos, de Manaus (AM).** (...). Meu pai é careta demais. Tenho o cabelo comprido, ele não quer que eu corte. Mas eu quero. Quem decide isso sou eu, não sou?/ Vamos lá. Claro que é você! Era só o que faltava! E se você deixar ele mandar até no seu cabelo, vai acabar mandando em tudo: roupa, namorado, profissão – quando chegar a hora de escolher uma! Melhor cortar logo o mal pela raiz! E não é ele que tem que mudar, é você. Vá ao salão e corte logo esse cabelo. Pronto! Se ele der um ataque, lembre-se de mulheres incríveis da história que tiveram cabelo curto. Como *Lady Di*. Ou então Joana D’Arc. Ou, sei lá, *Marie Curie* (não sei como era o cabelo dela, mas seu pai também não deve saber. Chute!). Mas tudo muda se o seu pai for cabeleireiro e estiver dando uma opinião *fashion*, pois ele pode saber de antemão que a próxima tendência será cabelo longo. Se for o caso, melhor acatar!

(**Capricho**, Abril de 2002).

(102) Olá, **sou a Marta e tenho dezoito anos.** Estou apaixonada pelo meu namorado, mas desde há um ano que ele está metido na droga. Estou desesperada, que posso fazer? **Marta-Porto**/ Pela tua saúde e pela dele, tens de fazê-lo ver a necessidade de deixar essa vida enquanto é tempo. O melhor que podes fazer é tentar ajudá-lo, convencendo-o a dirigir-se a um centro de assistência aos toxicodependentes, acompanhando-o tu mesma. Em todo caso, procura manter-te à margem desse mundo.

(**Ragazza**, Fevereiro de 1994).

(103) **Somos duas amigas de 15 anos** e gostamos de dois rapazes de 17, mas eles só querem divertir-se e dizem que não gostam de sair com miúdas de 15 anos. Somos amigas deles e eles sabem o que sentimos. O que é que podemos fazer para eles mudarem de opinião e saírem connosco? **Ana e Joana-Coimbra.**/ Vocês é que acham que são amigas deles, mas... e o que é que eles acham? Isso de não

quererem sair com vocês por causa da idade é história. Experimentem começar a sair a sério com rapazes de 18 anos. Vão ver que esses dois tontinhos por quem vocês estão apaixonadas continuam a tratar-vos como se fossem umas criancinhas – ou seja, a desvalorizarem-vos – mesmo que os vossos futuros e hipotéticos namorados vos vejam como vocês são: duas raparigas normais com vontade de ter alguém a seu lado.

(*Ragazza*, Fevereiro de 1997).

(104) **Sou uma rapariga de 19 anos** que está apaixonadíssima. Até aqui tudo bem, o problema é que a pessoa em questão é mais velha, tem até idade para ser meu pai. Conheci-o casualmente e o pior é que quando o encontro morro de vergonha, porque tenho a certeza de que ele sabe o que sinto. Não posso deixar de pensar nele e de tentar cruzar-me com ele. O que devo fazer? **Verónica-Valença/** Questiona-te, antes de mais nada, se essa obsessão não é um pouco de medo da tua parte.

(*Ragazza*, Setembro de 1997).

Pela observação dos exemplos acima, cabe destacar que percebemos que a linguagem utilizada pela leitora e pela revista na seção de cartas dessas revistas é realmente muito semelhante; o “primeiro remetente” sempre será a leitora, isto é, uma adolescente que, ao pedir um conselho à revista, não quer uma resposta que represente a voz de um adulto, mas sim, a de uma amiga, que lhe compreende e “fala a mesma língua”. Por isso, a linguagem ser escrita de modo menos formal e, também, apresentar alguns traços de oralidade que acabam fazendo com essas cartas pareçam um verdadeiro “bate-papo” entre amigas. O “leitorês” realmente existe. Vejamos mais alguns exemplos:

(105) A.A.S., 13 anos, Petrópolis, RJ. Vou fazer 14 anos e quero ficar com vários meninos. Eu até chego fácil neles, mas aí fico nervosa, falo um monte de coisas sem sentido e estrago tudo./ Vamos lá. Em primeiro lugar: sintá-se “um membro da raça humana, que sofre desse mal”. Sim, muita gente – quando encontra um possível ficante – fala coisas desconexas e estraga tudo. Alguns até exageram, comentando sobre o tempo! Ou quem sabe falando sobre o Museu Imperial de Petrópolis! E o pior (ou talvez o melhor): a pessoa percebe que isso é um sinal de

nervosismo porque você tá a fim. Bom, nessas horas, o melhor é manter a calma. Aproveite os minutos de silêncio. Tente acalmar os seus hormônios enlouquecidos. Como você sabe que é assim, fale pouco, seja *cool*.

(**Capricho**, Maio de 2002).

(106) Tenho 13 anos e ando com um rapaz de 14. A primeira vez que curti com ele, meteu-me a mão por dentro das calças. Ao princípio, fazia-me festas no rabiosque, mas desta vez aproximou-se da parte da frente... Estou apaixonada e tenho confiança nele, mas não ao ponto de dizer-lhe que não estou preparada. Tenho medo que ele me deixe. É normal ele fazer isso? Alexandra-Carnaxide/ É normal teres vergonha de dizer que isso não te agrada, ou que tenhas medo de perdê-lo, mas tens de dizer-lhe. [...]. Vá lá, anima-te e diz-lhe o que pensas. E se vires que não reage bem, não te chateies. Isso significa que é bastante insensível e não vale a pena desperdiçares nem um minuto do teu tempo com ele. Ele é que vai ficar a perder!

(**Ragazza**, Março de 2001).

Essa menor formalidade mesclada com traços de oralidade é evidenciada também pelo próprio título dado à seção de cartas dessas revistas. A brasileira **Capricho**, por exemplo, por boa parte da década de 1990, tinha a seção de cartas intitulada “Você na Capricho”, dividida nas seguintes subseções: “Diga aí”, “*Help*” e “Sexo”. No início dos anos 2000, a seção passa a chamar “Assunto de Amiga”, abrindo espaço, também, para uma seção dedicada a depoimentos de leitoras que “falavam” sobre experiências pessoais relacionadas aos mais variados temas: paqueras, drogas, amizade, sexo, escola, profissão, gravidez na adolescência, entre outros; esta seção, por sua vez, foi chamada de “Minha história”. Abaixo apresentamos um exemplo deste tipo de depoimento, que também é enviado para a revista na forma de carta:

(107) Desde pequena, moro em São Paulo, mas em dezembro de 2000 me mudei para Salvador (BA), minha terra natal. Na sala de embarque, reparei em um garoto com uma mala entre as pernas, esperando pelo mesmo vôo. Ele era uma gracinha, trocamos olhares, mas nenhum de nós puxou conversa. Pensei que nunca mais o veria, mas três dias depois cruzei com ele em uma danceteria em Salvador, num show de axé. Um menino começou a dar em cima de mim. De repente, vi o Luiz

e fiz um sinal para ele me salvar! Deu certo. O cara sumiu, nós ficamos e foi ótimo. Mais uma coincidência: ele, que morava em São Paulo, também era de Salvador. Ficamos o mês de dezembro inteiro juntos. Não chegamos a namorar porque ele foi estudar na Inglaterra em janeiro e, quando voltou, foi para São Paulo. Continuei em Salvador cursando o 3º ano (do ensino médio), sem saber dele até que, em julho, ele veio passar as férias na Bahia e nos reencontramos. Depois, nos separamos de novo até voltarmos a nos ver no final do ano. Eu me apaixonei, mesmo sabendo que não era namoro e que não teria fidelidade. Quando as férias terminaram, em fevereiro deste ano, arrumei tudo para voltar de vez para São Paulo. Como sabia que o Luiz também voltaria, liguei para marcar um encontro no aeroporto. Mas ele se esquivou, mudou de assunto. Estranhei. No dia seguinte veio a surpresa: dei de cara com Luiz, no saguão do aeroporto, com outra. O cara me cumprimentou, fez a menina falar ‘oi’ e continuou abraçado... E a coitada sem saber que ele ficou com as duas o verão inteiro! Mesmo sabendo que não era namoro, fiquei muito chateada pela falta de respeito. Ele sabia que eu poderia estar no aeroporto! O Luiz se deu conta da mancada e uma semana depois me ligou pedindo desculpas. Não quis nem saber. Claro que eu imaginava que ele ficava com outras, mas ficar com outra na minha frente, como se nada tivesse acontecido, foi demais.

(**Capricho**, Abril de 2002).

As características que identificamos na **Capricho** também são notórias na **Ragazza**, revista publicada em Portugal desde Novembro de 1993, pela Editora *Hachette*, cujo perfil, segundo a própria chefe de Redação da revista, Teresa Netto, muito se assemelha à linha editorial da brasileira **Capricho**²⁵. A princípio, a seção de cartas era chamada de “Confidencial” e mais tarde, “Correio Desavergonhada”. Assim como a **Capricho**, a **Ragazza** também incorporou uma seção de depoimentos das leitoras, intitulada “Caso real”. Vejamos um exemplo:

(108) Querida Ragazza: escrevo-te porque não deixo de pensar que fui culpada de uma uma coisa horrível e porque preciso desabafar. Eu e a minha melhor amiga, a Maria, voltávamos sempre juntas da escola, porque vivíamos muito perto uma da outra. [...]. A meio do caminho, há uma rua muito larga que tem uma

²⁵ Essas informações são fruto de uma conversa que tive em Lisboa com a gentilíssima Teresa Netto, na Editora *Hachette*, em Abril de 2006, durante meu estágio de PDEE.

passagem regulada por semáforos, exactamente onde menos interessa. Por isso, nós atravessávamos sempre na esquina, onde a rua se une a outra. Esperávamos que o semáforo da rua principal ficasse vermelho e, como pela rua pequena quase nunca há muito trânsito, olhávamos para os lados e corríamos, até ao outro passeio. Nunca tivemos nenhum problema até àquela segunda-feira. A Maria vinha da escola eufórica, a contar-me como se tinha enrolado com um rapaz que adorava. Já me tinha contado a história duas vezes, mas continuava com aquela lengalenga. Como estava na Lua, eu tinha de avisá-la sempre que passávamos por um semáforo! Até que chegámos ao ponto em que atravessamos sem semáforo. Eu vi que estava vermelho para os automóveis e gritei: “Vá, corre!” Demos uma corrida e eu senti qualquer coisa a tocar-me na saia. Ouvei um grito, voltei-me e vi-a estendida no chão. A minha melhor amiga morreu por minha culpa! Por causa disso, ando na psiquiatria. [...]. Anónima-Porto.

(**Ragazza**, Fevereiro de 2001).

Cabe ressaltar que o que estamos denominando como “traços de oralidade” são marcadores conversacionais, ou seja, recursos verbais estereotipados de grande ocorrência e recorrência que, embora não contribuam com informações novas para o desenvolvimento do tópico, situam-no no contexto geral, particular ou pessoal da conversação (MARCUSCHI, 2003). Abaixo elencamos alguns desses traços:

- a hesitação ou a pausa ocasionada por reflexão, que neste tipo de carta é marcada na escrita pelo uso de reticências;
- a euforia ao contar algum fato, marcada pelo uso amiúde do ponto de exclamação;
- a manifestação de indignação diante de algo, marcada através da repetição do que “se disse” seguida do ponto de interrogação;
- o uso de expressões e provérbios populares;
- o uso de gírias;

- o uso de interjeições que, segundo Fraga (2005, p.77) “são expressões fortemente presas ao contexto, expressando sensações, estado de espírito e agindo sobre o interlocutor no sentido de persuadi-lo”.

Em seguida, apresentamos mais alguns exemplos das cartas das leitoras, nos quais destacamos tantos os traços de oralidade (em negrito), quanto os de menor formalidade (sublinhado) mais salientes:

(109) Já aconteceu mais de uma vez. Sempre que o rolo de A.B.S., 14 anos, de São Paulo, vira namoro, ela se interessa por outro e fica com os dois. “Agora estou passando pela mesma coisa: estou namorando um, mas conheci um menino e estou ficando com ele. E esse outro quer namorar comigo! Por que isso acontece?/ Vamos lá. É impressão minha ou você está com aquela síndrome clássica “se ele está a fim de mim, eu não fico mais a fim dele?” Calma, não estou afirmando que você sofra dessa mania. Claro que, às vezes, a gente começa a namorar alguém e, quando vê, se apaixona por uma outra pessoa. E não controlamos nossos sentimentos, ok. Mas, se isso já rolou vááárias vezes, é melhor parar e tentar sacar o porquê desse comportamento. Vai ver você começa a namorar alguém só por empolgação e, quando percebe, nem gosta tanto do garoto assim... Ou talvez seja um caso de auto-sabotagem e medo de se envolver... Sim, os desafios são sempre muito sedutores. Sim, pessoas incríveis podem surgir na sua vida de pára-quedas. O lance é você parar de pensar qual é a sua.

(**Capricho**, Maio de 2002).

(110) A balança – e o senso-crítico – não deixam dúvida: você está um pouco acima do peso. E a auto-estima está lá embaixo. A ponto de achar que o único a se interessar por você é o cara mais cretino do pedaço, que dá em cima de todo mundo. Vale a pena ceder? Pior: você gostou, mesmo achando ele um chato... O que está acontecendo? Vamos lá. Há malas e malas, maletas, valises, *containers*. Depende da categoria que o garoto se encaixa. Mas se você acha ele cretino e chato, faz sentido ficar com ele? E correr o risco de, depois da ficada, ainda ficar se autoflagelando porque ficou com o cretino do pedaço?! Antes só do que mal-acompanhada. Resista a estes tipinhos!

(**Capricho**, Junho de 2002).

(111) Sinto muito prazer com meu namorado, mas em determinado momento tenho vontade de parar. Bate um certo medo... Não sei do que nem por quê. Como resolver esses **grilos**? Paola, de Taubaté (SP)./ A vida sexual é meio complicada mesmo. Pra todo mundo, viu? Ainda mais para quem está começando. E bate um medo mesmo (além da ansiedade). Sem contar as encucações. Será que estou fazendo direito? Será que ele está gostando? Será que vou chegar ao orgasmo? Talvez essas preocupações é que estejam complicando as coisas na hora em que tudo deveria correr **às mil maravilhas**. Que tal simplesmente deixar rolar? Curta as sensações, divirta-se! Sabia que sexo é isso: uma grande diversão? Pois é. Pra que se preocupar tanto? Melhor relaxar... e aproveitar!

(**Capricho**, Junho de 2002).

(112) Mas **bola pra frente!** Veja alguma dicas: 1 Não emita sinais contrários. Às vezes, você acha que não está emitindo nenhum sinal, mas está emitindo sinais negativos, do tipo “eu não estou a fim”, “não se aproxime, cerca eletrificada” ou “se chegar perto, vai levar um fora”. Abaixo a auto-sabotagem. 2 Aproxime-se dele por meio da linguagem de sinais! 3 Faça uma simpatia. Pode não funcionar, mas mal não faz. **Rá, rá!** 4 Peça para uma amiga falar para um amigo dele que... **Ah**, vocês já sabem! Eu falo isso toda quinzena!

(**Capricho**, Abril de 2002).

(113) **Bom**, queria ser popular e tudo mais. Só que há um problema, os populares tiram notas baixas, só querem saber de balada e diversão. Mas minha escola é cara e eu tenho dó de minha mãe pagar. Por isso estudo muito. Como tiro notas muito boas, sou chamada de ce-de-efe e rebaixada. Eu nem sei se vale a pena mesmo ser popular. O que você acha? / Ser popular não é o tipo de objetivo que uma pessoa tenha que nutrir na vida. Parece que todo mundo anda influenciada pela Darlene. Claro que é legal saber que um monte de gente acha a gente bacana. Claro que todos admiram as populares. Quem nunca quis ser uma **que atire a primeira pedra**. Todo mundo quer ser como o Roberto Carlos, e ter um milhão de amigos e com bem mais sorte poder cantar. Mas esse é o tipo de coisa que acontece naturalmente. E, antes de ser popular com os outros, a gente tem que ser popular

com a gente. Isto é, se achar **bacana, legal**. O que não é fácil para a maioria das pessoas. Não é se sentindo rebaixada que alguém vai ser aceita pelo grupo.

(**Capricho**, Maio de 2004).

(114) Tenho um nariz meio grande. **Quem vive dizendo isso** são os garotos do meu colégio. Eles **zoam** comigo o tempo todo. Já pensei em mudar de sala, de cidade ou de nariz. Será que faço uma plástica?/ Será que eles não deviam se preocupar com seus próprios corpos? Ou então com as próprias mentes? Pois, pelo que parece, **são um bando de idiotas**. **Aliás, você estuda com quem???** Com vários clones do *Brad Pitt*, que não têm defeito e se acham no direito de **zoar** os outros? Claro que uma pessoa tem todo o direito de mudar uma parte do corpo da qual não gosta. Fazer regime, plástica, usar tinta no cabelo. Mas, pelo visto, apenas **um bando de mocosongos** acha seu nariz grande. E se eles continuarem a falar isso, apelide o mais feio de todos de Brad Pitt.

(**Capricho**, Maio de 2004).

(115) Anabela-Bragança. Odeio que me encham de areia quando estou na praia. **Dá-me cá uns nervos!** Mas aquele não era definitivamente o meu dia. Porque, ao sair da água, o João – o rapaz **com quem eu andava** na altura – aproximou-se de mim, agarrou-me pela cintura e fez-me um golpe de karaté. **Zás, chão! Fiquei tipo croquete**, com areia por tudo quanto era sítio e **morta de vergonha**. **Atirei-me a ele, começámos a rebolar na areia e a lutar e ficámos sujíssimos. Um nojo! Até que lhe meti uma mão cheia de areia na boca...** Nunca mais fui à praia nesse Verão.

(**Ragazza**, Setembro de 1996).

(116) Era dia 12 de Junho e eu tinha teste de Geografia. Não tinha estudado nada, só lera uma vez os apontamentos. Eu sabia que **a ‘profe’ me tinha um pó que só visto!** Como, apesar disso, só tinha notas positivas nos testes, não estive para me esforçar **por aí além**.

(**Ragazza**, Setembro de 1996).

(117) Uma ‘boa amiga’ te contou, **tintim por tintim**, a ‘**curte**’ dele com outra... pensavas que o amavas mas **caíste nos braços do outro bombom** logo que pudeste. Conhecês histórias destas? Não???? Pois aqui tens dez miúdas que são

verdadeiras peritas em triângulos amorosos. Atenção! A próxima vítima de um ataque de traição podes ser tu.

(*Ragazza*, Outubro de 1996).

(118) Eu já estava farta de ver o Carlos, o meu namorado, **engatar todas as miúdas** que conhecia, e decidi **fazer-lhe ciúmes**. Numa festa, um amigo dele pediu-me para **curtirmos** e eu aceitei. Só queria que o Carlos me prestasse um **bocadinho** mais de atenção mas, em vez disso, o amigo dele ‘emocionou-se’ e tive de **‘refrescar-lhe’ a braguilha** com um copo de água.

(*Ragazza*, Outubro de 1996).

(119) (...). **Abre os olhos sua tonta!** Não vês que não perdeste nada porque nunca o tiveste? Não vale a pena chorares por ele porque **é um parvo que se a-provei-tou de ti**. E nem sequer te escolheu, simplesmente estavas à mão. Ele precisava de alguém para fazer ciúmes à namorada e calhou seres tu. Ele não sente nada por ti, a verdade é que apenas lhe agradaste fisicamente e aproveitou o que lhe ofereceste. Mas tem muita atenção, nada de acreditares que o problema está em ti ou que não podes agradar outros rapazes. Tiveste pouca sorte com este, mas é só isso.(...)”.

(*Ragazza*, Março de 1997).

Parece-nos que é próprio desse tipo de carta a questão da menor formalidade que marca a sua linguagem, afinal, as cartas das revistas femininas **Capricho** e **Ragazza**, muito se assemelham do que Bakhtin (2003) classifica como gênero primário, embora sejam, na verdade, exemplares do gênero secundário. Segundo o estudioso, os gêneros do discurso são divididos em dois grandes “grupos”: os **primários** e os **secundários**. Os gêneros primários são os mais “simples”, aqueles que emanam de situações de comunicação verbal espontâneas, em que fazemos um uso mais imediato da linguagem, como, por exemplo, os diálogos do cotidiano e as cartas pessoais. Já os gêneros secundários são mais “complexos”, vinculados ao meio artístico, científico, sociopolítico etc.; como exemplos, poderíamos citar os romances e a pesquisa científica.

De acordo ainda com Bakhtin (2003), o “meio” em que os gêneros secundários são, geralmente, configurados, é a escrita. É importante observar que o autor destaca que os gêneros secundários absorvem e modificam os gêneros primários, o que

significa que um diálogo coloquial, por exemplo, ao ser incorporado a um romance, deixa de ser “primário” e passa a ser “secundário”, já que ele não pode mais ser visto como um mero diálogo do cotidiano, travado entre dois sujeitos do discurso: na verdade, os diálogos nos romances são simuladores dos diálogos face-a-face. A partir do momento que esse diálogo passa para as páginas de um livro, os elementos da situação enunciativa se alteram: o espaço é outro, o momento é outro e os sujeitos não são mais apenas aqueles que compõem o ato de fala representado no papel: o leitor participa do diálogo, na medida em que assume uma atitude “responsiva ativa” em relação àquilo lê.

Portanto, seguindo a concepção bakhtineana de gêneros do discurso, as cartas das leitoras das revistas femininas são gêneros secundários, já que, embora “pareçam” cartas pessoais, trocadas entre amigas, a partir do momento em que essas cartas são publicadas, elas deixam de ser “pessoais”: o espaço é outro (a própria revista), o tempo é outro (“quando” são publicadas) e o interlocutor é outro (o público leitor da revista).

Para a nossa pesquisa essa característica não é um problema. Ao contrário. As leitoras enxergam, de fato, a revista como uma amiga, assim como as demais leitoras. A revista, por sua vez, precisa se adequar às características de suas leitoras para ser “aceita”, sobretudo quanto à linguagem das suas leitoras e isso precisa ser muito bem feito. Afinal, como já mencionamos, no processo de construção de identidade entre a revista e suas leitoras, a identidade pela linguagem é de importância capital para o sucesso da revista; se a linguagem for caricata, parecer artificial, as leitoras não se identificarão com a revista que estará fadada a morrer.

A esse respeito, a jornalista Marília Scalzo, depois de ter trabalhado alguns anos na “Veja São Paulo” e na “Playboy”, conta como foi adequar sua maneira de escrever à linguagem da **Capricho**:

Acertar a linguagem para falar com essas meninas também não era fácil. Escrevemos e reescrevemos textos até cansar, até achar o tom que julgávamos ideal. Nesse ponto, ter uma equipe basicamente composta por jovens ajudava muito. Muitos dos próprios repórteres eram recém-saídos da adolescência (e mesmo os editores não estavam longe disso), o que os aproximava dos assuntos das leitoras, do jeito de falar e da mesma forma de encarar o mundo (SCALZO, 2004, p.95).

Como podemos observar, a revista, a partir da imagem que tem das suas leitoras, adequa-se a elas, sem questionar se a maneira como responde às leitoras é ou não adequada às normas gramaticais ou aos manuais de redação. Cada grupo social acaba se utilizando de mecanismos lingüísticos bastante específicos à sua comunidade de fala; a escolha desses mecanismos, de acordo com a teoria da Sociolingüística Laboviana, está relacionada a questões como: nível social, escolaridade, sexo, faixa etária, entre outros.

Em nosso estudo, optamos pelas revistas **Capricho** e **Ragazza** porque, além de ambas serem muito semelhantes, destinam-se ao público jovem. Acreditamos que isso acaba favorecendo a despreocupação com a linguagem utilizada, já que, além do “ambiente” da seção de cartas ser visto como um “espaço de amigas”, é fato que os jovens, geralmente, são menos conservadores do ponto de vista lingüístico.

Além disso, Scalzo (2004) afirma que o público de **Capricho**, isto é, meninas adolescentes, é um público muito peculiar e ideal para entender o que a jornalista chama de “forte relação entre um leitor e sua revista”. De acordo com Scalzo (2004, p.88),

[...] essa faixa de público tem algumas características que fazem com que o trabalho para ele seja muito diferenciado. As adolescentes escrevem e se comunicam muito mais com suas revistas do que as mulheres adultas. Cada promoção que envolve as leitoras recebe milhares de cartas. Cada vez que uma pergunta é dirigida a elas, centenas de respostas chegam à redação. As meninas pedem conselhos, ajuda, recorrem ao atendimento ao leitor para pedir informações que vão desde dicas para trabalhos escolares até a maneira adequada de se comportar em determinado ambiente.

Em um ambiente marcado por uma linguagem menos formal, incentivado pelos assuntos abordados (paqueras, sexo, amizade, escola, drogas etc.) que, por sua vez, são caracterizados por um estilo de abordagem descontraído e pela própria “escrita feminina”, levando-as, revista e leitora, à consolidação de uma relação de amizade, vemo-nos diante de uma linguagem muito mais preocupada com “o que diz”, do que com o “como diz”. Daí, também – além da questão da formalidade -, o caráter fortemente oral desse tipo de escrita, dessa “língua oral-escrita” (MARINE, 2004; 2005; 2008).

Todas as características do gênero “carta de leitoras de revistas femininas”, em especial aquelas voltadas ao público jovem, somadas às estratégias sócio-discursivas

da interação verbal presentes neste tipo de carta, tal como veremos na próxima seção, compõem, portanto, a nosso ver, um excelente gênero discursivo para análise de nosso objeto de estudo: o uso e a configuração do sistema pronominal dos demonstrativos.

5.5. Definindo o *corpus*: aspectos metodológicos

Partindo do pressuposto de que cartas de leitores com características “menos formais” estariam em revistas cuja linguagem também fosse “menos formal” e os temas abordados mais ligados a questões pessoais e do cotidiano, percebemos que algumas revistas femininas se encaixavam perfeitamente dentro deste padrão, tais como a brasileira “**Capricho**” e a portuguesa “**Ragazza**”; ambas como já mencionamos, são destinadas a um público jovem essencialmente feminino, de “classe média” e, os temas abordados estão bastante atrelados a questões de relacionamentos amorosos e às angústias, curiosidades e aventuras da adolescência: primeiro beijo, primeira transa, namoros, traições, amizades, drogas, menstruação, dietas etc.

Nessas cartas, é importantíssimo salientar que **não há nenhum processo de edição na maneira como elas foram escritas**. O que há é o “corte” de alguns fragmentos, visto que geralmente as cartas não são publicadas na íntegra. Nelas, vemo-nos diante de um texto escrito pouco formal, com alguns traços de oralidade, inserido num *continuum* entre a escrita e a fala, apresentando-se, portanto, como um “gênero misto”, de acordo com o que propõe Marcuschi (2007a).

Essas revistas, tal como já afirmamos anteriormente, têm orientações editoriais muito semelhantes; é possível notar que a **Ragazza**, revista que surgiu em Novembro de 2003, baseia-se bastante no estilo da **Capricho**, cujas primeiras edições datam do fim da década de 1950, embora seu formato atual esteja mais ligado à reformulação pela qual passou a revista em 1989.

Cabe ressaltar que durante estágio PDEE/Capes realizado na Faculdade de Letras de Lisboa e no Centro de Lingüística da mesma universidade, no período de Março a Setembro de 2006, uma das atividades desenvolvidas foi a coleta, organização e digitação do material lingüístico que seria utilizado como *corpus* do PP.

Este *corpus* foi composto por cartas das leitoras da revista **Ragazza**, publicadas entre os anos de 1994 e 2004. Para cada ano, coletamos alguns exemplares da revista, ou seja, não coletamos dados de todas as publicações dos anos pesquisados, visto que a revista possui tiragem semanal. Todo esse material foi pesquisado e fotocopiado na própria editora da revista (*Hachette*), em Lisboa, para que depois fosse transcrito em documento do Word.

Concluída esta etapa, todos os pronomes demonstrativos de 1^{a.}, 2^{a.} e 3^{a.} pessoas, nas suas formas variáveis e invariáveis, foram destacados – somando **782** ocorrências - para que, em seguida, pudessem ser codificados segundo os grupos de fatores por nós considerados para a análise dos dados. Terminada a codificação desse material, quantificamos os dados por meio do programa VARBRUL e, assim, pudemos proceder à fase final de nosso trabalho: análise quantitativa/qualitativa dos dados.

Já para a composição do *corpus* do PB, utilizamos algumas cartas das leitoras da revista **Capricho**, publicadas no período de 1994 a 2005. Assim como a revista portuguesa **Ragazza**, a **Capricho** é uma revista de publicação semanal e, por isso, dada a dimensão de publicações no decorrer de um ano e a dificuldade de acesso a essas revistas, já que, diferentemente da **Hachette**, a Abril não nos permitiu acesso aos seus arquivos, procuramos compor esse material a partir de alguns exemplares de cada ano de publicação no período de tempo por nós delimitado. Dessa forma, buscamos nivelar o máximo possível o *corpus* do PB ao do PP.

Os dados do PB somaram **667** ocorrências, o que nos possibilitou trabalhar com duas amostras bastante equilibradas em relação ao número de ocorrências dos pronomes demonstrativos, favorecendo uma análise descritivo-comparativa bastante eficiente.

6. DELIMITANDO OS FATORES DE ANÁLISE DO PE E DO PB

6.1. Grupo de fatores

A fim de observarmos a distribuição das formas de primeira, segunda e terceira pessoas dos pronomes demonstrativos do Português, nas suas formas variáveis e invariáveis (“este/isto; esse/isso; aquele/aquilo”), em suas variedades brasileira e portuguesa, delimitamos alguns aspectos a serem considerados para análise de nossos dados. Dado o caráter sócio-discursivo deste estudo, escolhemos fatores de caráter gramatical, semântico e discursivo que apresentaremos em seguida.

6.1.2. Função substantiva e adjetiva

O primeiro fator que escolhemos para a análise de nossos dados está ligado à função gramatical que cumpriam no texto: **substantiva** - quando se apresentam “sozinhos” na referência - ou **adjetiva** - quando acompanham um nome e, com ele, formam o sintagma nominal. Cabe lembrar que as formas invariáveis, no Português, só se realizam como pronomes. Abaixo seguem alguns exemplos, nos quais apresentamos os demonstrativos em destaque:

(120) No início do Verão passado achei que estava demasiado gorda para vestir biquíni e lembrei-me de provocar o vômito depois das refeições. Perdi peso mas, felizmente, depois do Verão parei de fazer **aquilo**. Deixei de provocar o vômito todos os dias e comia mais. Como é óbvio, engordei um pouco. Mas agora tive uma recaída – continuo a vomitar além de comer cada vez menos. Estou a escrever-vos porque continuo a fazer **isto** mesmo sabendo que não devo fazê-lo. Dou-me bem com os rapazes e tenho muitas amigas e, por isso, nem eu mesma compreendo o meu comportamento. Ajudem-me, por favor, não imaginam como me sinto mal. Anônima-Venda Nova/ Tens de pôr termo a esta situação já. Por **aquilo** que nos conta na tua

carta, é provável que estejas a atravessar por uma fase de anorexia e **isso**, apesar de ter cura, é uma coisa bastante perigosa com a qual na podes descuidar [...].

(*Ragazza*, Abril de 1998).

(121) David e eu namorávamos há seis meses e, embora nos déssemos bastante bem, tínhamos tido uma grande discussão, porque ele é muito ciumento. Não gostava que eu falasse com outros rapazes ou que vestisse mini-saias para sair à noite, porque olhavam muito para mim. E estava sempre com a mesma conversa: a pergunta se eu ia trocá-lo por outro. A verdade é que, às vezes, chateava-me imenso. O que acontece é que ele tinha um grupo de amigos com quem saíamos muitas vezes e divertíamos-nos à brava. Um deles, o Sérgio, estava sempre a falar comigo. A princípio não ligava muito porque o conhecia há muito tempo e nunca pensei que se fosse atirar a mim e muito menos à frente do David. Mas, pouco a pouco, fui percebendo que o Sérgio era muito amável comigo e o pior é que **isso** começava a agradar-me. Com certeza era porque, ao contrário do David, o Sérgio nunca me chateava e dizia-me sempre que eu estava lindíssima, fosse com ou sem mini-saia. Bem, não sei muito bem como foi, mas o que é certo é que eu comecei a interessar-me por ele. Tudo aconteceu num dia em que o grupo todo foi ao cinema ver o *Scream*. Quando chegamos fiz tudo para ficar ao lado do Sérgio, embora soubesse que não podia acontecer nada porque do outro lado estava David. O filme começou e como assustava toda a gente, entre gritinhos e cenas de suspense, começámos a tocar-nos casualmente e, de vez em quando, agarrava-mos. O David, que estava muito concentrado no filme, nem percebeu. Mas nós saímos do cinema com um sorriso de cumplicidade... estava o caldo entornado! **Disso** eu estava certa. O que eu não tinha a certeza era se queria, mesmo, ter alguma coisa com ele. Até **esse momento** nunca tinha posto em causa a minha relação com o David. [...]. Eu estava para ir para casa com a Sílvia, mas o Sérgio ficou ali parado à minha espera e, **nesse momento**, apeteceu-me muito estar com ele. Com um olhar a Sílvia percebeu o que estava a passar e, discretamente foi embora. [...].

(*Ragazza*, Abril de 1998).

(122) [...]. Você pode inventar histórias, contar mentirinhas, fazer de conta, mas não dá para você ser quem não é. Só nascendo de novo. Tente gostar de você do jeito que é. Ninguém falou que **isso** é fácil, mas é muito melhor quebrar a cabeça

tentando descobrir como pode ser bonita do seu jeito, do que ficar se comparando com outra menina. Temos duas notícias. Vamos dar a ruim primeiro pra você ficar feliz depois. Você já deve estar de saco cheio de ouvir aquela história de que o corpo passa por muitas mudanças durante a adolescência, mas a gente promete que vai tocar nesse assunto só mais uma vez. Você se compara com uma menina oito meses mais velha, que já está com tudo no lugar, e se acha um caso perdido. Se já conseguimos te fazer ficar triste, aí vem a notícia boa: essa fase passa que nem espinha. E se serve como consolo, todas as mulheres já passaram por isso um dia. Dismorfobias à parte, pregamos até agora que você não tem que sofrer para ser igual a ninguém. Mas isso não significa que não pode ficar melhor do que é. [...].

(**Capricho**, Abril de 1994).

(123) Eu gosto muito de bater papo, mas meu namorado tem ciúme. Um dia eu estava teclando com um garoto, ele falou que queria me conhecer. Eu disse que sim e descobri que era meu namorado. Ele agora está muito zangado, pensando até em terminar. O que eu devo fazer? [...]. / O seu namorado é um tratante, porque ele pode entrar em salas de bate-papo e ficar xavecando pessoas. E trair você. Se ele está pensando em terminar, deixe-o terminar. Quem é que precisa de um garoto como **esse** do seu lado?

(**Capricho**, Fevereiro de 2005).

6.1.3. Uso **exo-** e **endofórico**

Outro aspecto essencial da análise de nossos dados diz respeito ao tipo de estratégia de referência estabelecida pelos pronomes: **exofórica (dêitica)** – referência espaço-temporal - ou **endofórica (anafórica/catafórica)** – referência de caráter textual, ao que foi ou ao que vai ser dito pelo falante/escritor.

Todavia, cada um desses usos pode se realizar de diferentes maneiras no discurso, apresentando, assim, características peculiares que merecem ser observadas com atenção. Por isso, distinguimos alguns tipos de realização no uso dêitico e no uso anafórico dos pronomes demonstrativos, tal como apresentaremos em seguida.

6.2. Tipos de dêixis

A fim de aprofundarmos nossas análises em relação aos usos exofóricos estabelecidos pelos demonstrativos, tipificamos as ocorrências dêiticas da seguinte maneira: **dêixis espacial, temporal, textual e de memória**. Nas próximas subseções, definiremos cada um desses tipos de dêiticos, apresentando exemplos elucidativos de tais usos, retirados de nosso *corpus*.

6.2.1. Dêixis espacial

A **dêixis espacial** - também conhecida como “dêixis de lugar” - está ligada à codificação das localizações espaciais relativas aos participantes do discurso. Acredita-se que a maioria das línguas naturais gramaticaliza pelo menos uma distinção entre proximal e distal a partir da relação com as três pessoas do discurso: **eu, você/tu e ele (não- pessoa)**.

No caso dos pronomes demonstrativos, em sistemas de configuração ternária, a localização espacial se dá da seguinte maneira, como já mencionamos neste estudo: **este/isto**, indicando proximidade do falante; **esse/isso**, proximidade do ouvinte e **aquele/aquilo**, distância do eixo falante-ouvinte. Já em sistemas binários, a marcação espacial se dá por meio da oposição **este/esse vs aquele**, em que o primeiro membro marca proximidade do falante, e o segundo, distância. Observemos os exemplos abaixo:

(124) **Este espaço** é reservado para você. Mande tudo que quiser para revista Capricho, seção ‘diga aí’, caixa postal 14110, CEP 02799-970, São Paulo, SP. Se ela for publicada, você ganha uma camiseta. Só não se esqueça de colocar seu nome, idade, endereço escolaridade na carta.

(**Capricho**, Fevereiro de 1994).

(125) Os meus pais divorciaram-se há anos, porque o meu pai enganou a minha mãe com outra mulher. Mas ultimamente têm saído juntos e a minha mãe perguntou-me se eu quero que ela volte para ele. Eu gostava muito, mas tenho medo que ele volte a portar-se mal com a minha mãe e ela sofra ainda mais. Não sei como devo reagir, podem dar-me uma ajuda? Leonor-Coimbra/ O que acontecer sentimentalmente com os teus pais é um problema exclusivo deles. Mas se a tua mãe te fez essa pergunta, responde-lhe com a verdade: Diz-lhe que gostas muito dos dois e que aquilo que mais desejo neste mundo é vê-los felizes, mas que não sabes se conseguirão isso juntos ou separados. [...].

(*Ragazza*, Março de 2000).

6.2.2. Dêixis temporal

Por **dêixis temporal** entende-se a codificação de pontos e extensões temporais relativamente ao tempo em que uma enunciação foi pronunciada ou uma mensagem foi escrita. No caso dos pronomes demonstrativos, a dêixis de tempo pode indicar, geralmente por meio de “este”, o tempo presente em relação a quem fala ou escreve; o passado ou o futuro próximos de quem fala ou escreve (“esse”) ou um passado vago ou remoto (“aquele”). A seguir, apresentamos alguns exemplos:

(126) Todos os anos, nas férias, a minha amiga Ana faz uma *party* na piscina da sua casa. E a deste Verão foi genial! [...] Sofia-Ericeira.

(*Ragazza*, Fevereiro de 1998).

(127) Este Verão, enquanto a minha melhor amiga passava férias no Algarve, saí montes de vezes com o namorado dela e apaixonei-me. [...].

(*Ragazza*, Setembro de 1998).

(128) Em que ano foi feito o primeiro filme brasileiro? Qual filme era?/ Thayana de Moura Macêdo, 13 anos./ Foi preciso mexer em uns arquivos bem empoeirados para achar essa resposta, porque a data do primeiro filme produzido no Brasil nem é deste século: 1898. Na verdade não era um filme, mas uma "colagem" de fotos do

Rio de Janeiro. Cinema brasileiro mesmo só começaria na primeira década deste século, com as produções regionais. [...].

(**Capricho**, Março de 1996).

6.2.3. Dêixis textual

A **dêixis textual** diz respeito à codificação da referência feita a porções do discurso em andamento, no qual se localiza a enunciação (que inclui a expressão que faz referência ao texto). Conte (1981) diz que a dêixis textual tem uma **função metatextual** que permite organizar o espaço do texto e facilita, assim, a orientação do leitor ou do ouvinte neste espaço, tal como podemos observar no exemplo que se segue:

(129) Fez filmes suficientes para encher estas colunas, mas uma boa fã deveria ter visto pelo menos aqueles em que foi dirigido pelo seu compatriota Paul Verhoeven. [...].

(**Ragazza**, Abril de 1994).

Cabe ressaltar que “estas colunas” está fazendo referência ao “espaço” em que o texto foi escrito.

(130) Marcela Oliveira, 15 anos, de Barretos. Acredito que a vida deve ser celebrada e que ano-novo é festa. Que rezar no ano-novo é como jogar água no fogo. Toda a vibração e alegria se esvai com a oração que, naquele momento, deprime as pessoas. O nome festa já diz tudo: festa. Em festa não se reza. Acredito em Deus e sei que ele existe. O meu Deus é diferente. Ele não me cobra nada, simplesmente está comigo e olha por mim. Se eu quiser falar um obrigado para ele, não precisa ser em forma de oração. Ele entende tudo, é uma pessoa legal. Acredito que ler é importante. Quem lê, viaja. Acredito que o amortecedor do meu tênis realmente funciona. Na bondade e na boa intenção das pessoas, e sei que erro também. Na música e em toda sua magia. Acredito no Red Hot Chili Peppers. Acredito em muita coisa. Sonho também. Sempre houve guerra. Sei que esta

também vai acabar. Acredito na união. Acredito no sim. No começo de tudo – teoria do big-bang? Sei lá, um átomo disse sim a outro átomo e eles se uniram e se uniram, e aqui estamos nós. E aqui estou eu. Acredito no amor. Acredito que este texto vai ser publicado.

(**Capricho**, Maio de 2003).

6.2.4. Dêixis de memória

A **dêixis de memória**, proposta por Apothéloz (1995), ocorre quando um sintagma nominal pode fazer uma remissão *in absentia*, ou seja, na ausência de qualquer designação antecedente de seu referente e sem que este esteja presente na situação enunciativa. O que pressupõe que haja conhecimento compartilhado entre os interlocutores ou “pistas” para inferenciações do ouvinte.

Porém, mais do que isso, acreditamos que a dêixis de memória realizada pelos pronomes demonstrativos, caracteriza-se também por tentar remeter o interlocutor a um momento, situação ou acontecimento do passado.

Nas formas de 1ª e 2ª pessoas, sobretudo nas de 2ª, como poderá ser observado posteriormente em nossas análises, o locutor/escritor “dá pistas” do que será “resgatado” pelo ouvinte/leitor, a fim de, ao narrar (contar) algo ao seu interlocutor, consiga remetê-lo espacial e temporalmente a um “evento” vivido pelo locutor/escritor. Dessa forma, torna-se possível que o locutor e o ouvinte possam se transportar a um local, momento ou situação que, ao ser resgatado/localizado pelo dêitico, ganha “vida”, criando um maior grau de cumplicidade entre os interlocutores. Por isso, acreditamos que esse tipo de dêixis, quando realizado pelos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, seja mais recorrente em situações de menor formalidade e maior aproximação entre locutor/escritor e ouvinte/leitor. Vejamos alguns exemplos:

(131) Uma vez na discoteca, descobri o rapaz mais impressionante do mundo. Durante três meses fui lá para o ver. Na altura não aconteceu nada – apenas olhares -, mas, começámos a sair juntos. Às vezes dava-me a mão, mas nada mais. Um dia estávamos a dançar quando ele me pediu para nos sentarmos, porque estava cansado, e foi então que, sem dizer nada, me beijou. Uauuu! Foi alucinante. Não se

desviou com palavras e tudo mais, mas desde esse momento nunca mais nos separamos... e ainda continuamos juntos.[...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1997).

(132) O meu primeiro encontro foi demais. Eu gostava do Pedro e ele de mim, por isso uma amiga comum planeou o nosso ‘arranjinho’. Encontrámo-nos na casa onde costumava reunir-se o nosso grupo de amigos. Estava tudo escuro. Quando o Pedro me convidou para sentar-me ao lado dele, deu-me um ataque de riso tão despropositado que o rapaz até ficou sem fala. [...]. Rir foi, aliás, a única coisa que eu fui capaz de fazer durante toda essa tarde. [...].

(**Ragazza**, Novembro de 1996).

(133) Isa Baggio, por email. Estava caminhando na praia com uma amiga e comecei a contar para ela as minhas táticas para se livrar dos meninos feios que dão em cima da gente. Uma delas é enfiar o dedo no nariz e fingir que está cutucando, e fiz o gesto para ela ver. Nessa hora estava passando uma turma de meninos e um deles gritou: nossa, que feio. Uma mina tão bonita cutucando o nariz?

(**Capricho**, Agosto de 2004)

(134) Na minha classe tem umas meninas que quando vêem alguém pagando mico, no dia seguinte o colégio inteiro fica sabendo. No Carnaval, eu e minha amiga encaramos um baile de fantasia no qual, descobrimos lá, só nós fomos fantasiadas. As meninas da nossa idade estavam de short e camiseta, com pouca maquiagem. Foi aí que vimos essas fofoqueiras e, pior, elas também nos viram. Essa hora eu fervi. [...].

(**Capricho**, Março de 2004)

Já as manifestações da dêixis de memória realizadas pelas formas demonstrativas de 3ª pessoa, embora também resgatem, isto é, localizem um acontecimento do passado, pressupondo conhecimento compartilhado entre os interlocutores ou “pistas sócio-discursivas” que possibilitem ao ouvinte produzir inferências que o conduzam a uma compreensão eficiente do que lhe é “contado”, não há a intenção de “presentificar” o acontecimento “narrado”. Abaixo, seguem alguns exemplos:

(135) O ônibus estava lotado e naquele dia o meu nariz não parava de escorrer, tanto que tive de carregar um rolo de papel higiênico na bolsa. [...].

(**Capricho**, Novembro de 2004).

(136) Era inverno e eu estava morrendo de frio, o carro dele era um jipe todo aberto. Começamos a transar dentro do jipe e fiquei com medo de alguém aparecer. Não sou muito doida e a gente até poderia ter ido a outro lugar aquele dia, mas achei bom para variar um pouco. [...].

(**Capricho**, Novembro de 2001).

(137) As aulas no cursinho haviam começado fazia uma semana quando encontrei o Carlos, meu professor de biologia, na casa noturna onde eu cantava. Isso foi em agosto de 1999. Mas nesse dia a gente conversou um tempão e ele, que é ator, me chamou para assistir à peça dele no dia seguinte. Pintou um clima, ficamos e começamos a namorar. Na época eu tinha 16 anos e enfrentamos uma barra. Minha mãe aceitou numa boa, mas meu pai foi contra por causa da idade do Carlos, 36. Um mês depois a gente resolveu morar junto. Meu pai ficou doido e disse que não permitiria. Depois de três conversas e diante do inevitável, ele deixou, mas avisou que a partir daquele momento só pagaria o meu plano de saúde. [...].

(**Capricho**, Setembro de 2001).

(138) Foi há mais ou menos um ano atrás que as minhas amigas começaram a experimentar drogas leves. Mas eu não gostava daquele ambiente e comecei a isolar-me. [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 2000)

6.3. Tipos de anáfora

Existem diferentes maneiras de realização endofórica, daí a importância de segmentar em tipos essa forma de referenciação. Pensando em algumas nas anáforas realizadas pelos demonstrativos, consideraremos neste estudo cinco tipos anafóricos: **anáfora fiel, infiel, por nomeação, de memória e por elipse**.

6.3.1. Anáfora fiel

A **anáfora fiel** (Apothéloz, 2003), também chamada de **anáfora do tipo I** por Marine (2004), é realizada da seguinte maneira: o antecedente é referenciado por um SN (definido) cujo nome nuclear é aquele mesmo por meio do qual foi introduzido; tal tipo anafórico é uma das possibilidades de correferência. Exemplos:

(139) Fiz 17 anos e desde que o período me veio pela primeira vez que passo muito mal uns dias antes. [...] Um conselho: **nesses dias** segue uma alimentação saudável, para evitar retenções desnecessárias de líquidos. [...].

(*Ragazza*, Março de 1994).

(140) Há alguns meses que gosto de um rapaz. [...]. Ó Maria, estás assim tão apaixonada por **esse rapaz**? [...].

(*Ragazza*, Outubro de 1996).

(141) Eu e meu namorado colocamos piercings nos genitais e agora as camisinhas vivem rasgando. O que devemos fazer?! Vocês não tinham lugar melhor onde colocar **esses piercings**? O pior é que é tudo moda e daqui a pouco vocês vão querer tirar e aí não quero nem ver o estrago. [...].

(*Capricho*, Janeiro de 2002).

(142) Na pista, havia uns laços enormes decorando o ambiente. Perdi o equilíbrio, puxei um desses laços para me segurar e os outros desataram, caindo em cima de todos os convidados. [...].

(**Capricho**, Novembro de 2003).

6.3.2. Anáfora infiel

Segundo Apothéloz (2003), na **anáfora infiel** o nome da forma de retomada é diferente daquele da forma introduzida (trata-se, mais freqüentemente, de um sinônimo ou de um hiperônimo). Marine (2004) afirma que neste tipo de anáfora, a qual a autora chama de **anáfora do tipo II**, a retomada do antecedente é feita pela união “pronome demonstrativo + sinônimo direto ou contextual do nome anteriormente mencionado” e acrescenta que “sinônimos diretos ou contextuais” podem ser realizados de diferentes maneiras. Cabe ressaltar que concordamos com Guimarães (1995, p.30), quando a autora afirma que

[...] já está consabida e aceita a tese da inexistência de sinônimos perfeitos, ou seja, passíveis de serem permutados em quaisquer contextos, dada a diversidade de conotações que pode circundar a essência da carga semântica de palavras apontadas como sinônimas.

Em nosso estudo, consideraremos as realizações dos “sinônimos” por meio de sinonímias, hiperonímias e silepses de gênero e/ou número. Em seguida, apresentamos alguns exemplos:

(143) Penso que tudo isso aconteceu desde que o meu irmão me apresentou um amigo dele, cinco anos mais velho do que eu. Sei que com este borracho não tenho grandes hipóteses, mas eu sou obcecada por ele. [...].

(**Ragazza**, Novembro de 1995).

(144) Tenho dezesseis anos e quero tomar a pílula. Sou nova de mais? É verdade de que tem um monte de efeitos secundários e que me fará engordar? Tânia-Loures/ A pílula é um anticoncepcional que deve ser prescrito por um médico. [...]. Em

relação aos efeitos secundários, *no coments*: há muito alarmismo em torno **deste anticoncepcinal**. [...].

(**Ragazza**, Setembro de 1995).

(145) [...]. Talvez haja mais possibilidades de teres sido contaminada em casas de banho públicas, em piscinas ou em ginásios. Mas apesar de não a teres apanhado por **contato sexual**, podes sempre transmiti-la por **essa via**.

(**Ragazza**, Setembro de 1996).

(146) [...]. Em qualquer caso, a tua prima precisa de **ajuda psicológica** urgente e isso ela só pode conseguir com uma pessoa que tenha acesso a **esses recursos**. [...].

(**Ragazza**, Novembro de 1997).

(147) Eu tinha **um melhor amigo**, eu contava minha vida toda para ele. De uns tempos pra cá, umas meninas começaram a comentar coisas que só ele sabia. Ele me traiu, me traiu feio. [...]./ Acho melhor você não ter **esse cara** como seu confidente. [...].

(**Capricho**, Agosto de 2003).

(148) Depois de uma excursão, minha turma passou a me evitar. **A menina** que ajudou a me enturmar me abandonou. **Ela** diz que é porque eu já falei demais do menino de quem eu gosto, pode? Gostaria de saber o que fazer com **essa amiga** e com o resto da classe. [...].

(**Capricho**, Dezembro de 2003).

(149) Minha melhor amiga agora liga na minha casa pra falar com a minha irmã. Ela é convidada pra sair e a turma nem me chama. Todos estão fazendo isso. Eu estou me sentindo muito mal. Como faço para deixar de ser excluída?/ **Ciúme** entre irmãs é um dos clássicos da vida familiar. E, muitas vezes, assumir que você tem **esse sentimento chatinho** é a melhor solução. [...].

(**Capricho**, Agosto de 2004).

6.3.3. Anáfora por nomeação

A **anáfora por nomeação** (Apothéloz, 2003) ocorre quando o sintagma nominal transforma em referente, ou seja, em objeto individuado, o processo denotado por uma proposição anterior; a nomeação pode retomar o conteúdo proposicional da proposição ou o ato de fala realizado por meio da enunciação.

Marine (2004), focando seu estudo nos pronomes demonstrativos, afirma que neste tipo de anáfora (denominada em seu estudo como **anáfora do tipo III**) a retomada do antecedente pode ser realizada de duas maneiras diferentes: *i*) “pronome demonstrativo + sinônimo direto ou contextual da proposição anteriormente mencionada” ou *ii*) “pronome demonstrativo + proposição de mesma referência em relação ao antecedente”. Muitas vezes, acrescenta a autora, o uso deste tipo de anáfora implica em um conhecimento compartilhado do assunto/tema do texto por parte dos interlocutores (escritor/leitor; falante/ouvinte); caso contrário, ela tende a se tornar incompreensível a um dos interlocutores e, portanto, ineficiente.

É importante ressaltar que a anáfora por nomeação pode ser realizada também pelas formas invariáveis dos pronomes demonstrativos, já que tais pronomes têm a capacidade de estabelecer uma referência textual bastante ampla, podendo, inclusive, retomar uma proposição inteira. Vejamos alguns exemplos:

(150) Estou obcecada por um rapaz há quase um ano. A minha prima – que é a minha melhor amiga – sabe e sentíamo-nos as duas muito apoiadas porque ela está na mesma situação com um amigo dela. Há cerca de um mês, outro rapaz do grupo pediu-me namoro. Eu achei fantástico, mas aconselhada pela minha prima – disse-me que seria injusto porque continuo apaixonada pelo outro rapaz – deixei passar a oportunidade. Agora é ela que sai com ele. Ela não fez o que me aconselhou e eu estou magoada. O que é que faço? Madalena-Campo Maior/ Em princípio a tua prima tem razão: é difícil esquecer um rapaz com outro. Mas podes obrigar-te a esquecer **essa obsessão** e saíres com quem te apetecer. [...].

(*Ragazza*, Março de 1996).

(151) Sónia-Tomar. Uma coisa é andar com um rapaz e outra muito diferente é sair com ele e mais oito. **Isso** era o que me acontecia. [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1998).

(152) O Nando foi um dos meus melhores namorados. Curtíamos imenso juntos! Ele gostava de fazer loucuras a toda a hora e **isso** punha-me louca! [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1998).

(153) Há alguns meses que namoro com um rapaz da minha turma. Vemo-nos todos os dias e sempre nos demos bem. O problema está em que, aos sábados, ele sai com os amigos e acho que se droga. Eu não gosto **dessas ondas** – e já falámos muitas vezes sobre esse assunto – mas como gosto muito dele, tento fazer-me de parva, não sair com ele para não ver o que faz e seguir em frente. [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1998).

(154) Tenho 16 anos e queria entrar em uma boate. Mas eles não permitem menores de 18. Já falsifiquei a minha identidade, mas não sei se vai dar certo. Me dê uma dica. / lh, **essa coisa de adulterar Xerox de identidade pode acabar em choro!** [...].

(**Capricho**, Agosto de 2003).

(155) Como descobrir se o garoto com quem eu estou ficando há cinco meses é a fim de mim? Ele mora longe e eu não convivo com ele. / Infelizmente ainda não inventaram uma bola de cristal. Mas podemos tirar conclusões pelos sinais. Se vocês estão juntos há cinco meses, ele está a fim de você. A não ser que seja um masoquista da pior espécie. Se quando vocês se encontram ele é fofo, amável e carinhoso, **isso** também é uma pista.

(**Capricho**, Abril de 2004).

(156) Linda a homenagem que vocês fizeram para a Daiane dos Santos. Acho que ela é um exemplo de garra e força de vontade para todos nós, e acho que é com **esses valores** e idéias que chegamos a algum lugar. Ana Lúcia Martins, 14 anos, Joinville, SC.

(**Capricho**, Abril de 2004).

(157) A Yasmin Brunet é muito arrogante, acha que o mundo gira em torno dela, e **essa atitude** não é a real, isso não é ter atitude. [...].

(**Capricho**, Abril de 2004).

(158) Meu maior mico foi no último dia dos pais. Eu estava com minha família num restaurante de massas e fui no bufê me servir. Quando terminei de me servir, do nada o salto da minha bota quebrou e eu caí com tudo no chão. Mas o pior não foi isso, depois do tombo, voltei para a mesa e meu pai, minha irmã e minha mãe se levantaram e foram para outra mesa, fingindo que não me conheciam. Depois **dessa** não usei mais bota.

(**Capricho**, Setembro de 2005).

(159) Eu me acho feia, gorda e muito tímida. Não tenho coragem de cumprimentar amigos na rua nem na escola. Agora, tô gostando de um menino superpopular, que quer ficar comigo. Eu quero ficar com ele, mas acho que ele tá tirando uma com a minha cara. Estou desesperada. / Vamos por partes: um menino falou que quer ficar com você. E você é louca por ele. E você não ficou com ele? Como assim? A maioria das garotas sofre de insegurança. E **isso** é normal. O que não pode é essa insegurança impedir você de ficar com o garoto popular. Nessas horas, você tem que respirar fundo e se jogar. Essa história de ‘ele tá tirando uma com a minha cara’ parece mais uma paranóia. Apesar do ataque das minhocas na sua cabeça, você conseguiu dizer que é a fim dele. E é **isso** que importa.

(**Capricho**, Março de 2005).

6.3.4. Anáfora de memória

A **anáfora de memória** faz uma remissão ao antecedente *in absentia*, ou seja, na ausência de qualquer designação explícita e prévia de seu referente. Neste caso, a referência é estabelecida pela união “pronome demonstrativo + nome ou idéia resgatada na memória de um dos interlocutores”. Cabe ressaltar que este “resgate” pelo escritor/falante, trata-se de um assunto ou de uma idéia que deve ser, necessariamente, compartilhado pelo seu leitor/ouvinte, para que a comunicação entre ambos tenha um sentido pleno. Observemos os exemplos abaixo:

(160) Tenho quinze anos e como todas as raparigas da minha idade gosto de homens mais velhos. Há quase um ano conheci uma rapariga que se tornou a minha melhor amiga. Tenho muita ternura por ela, se bem que por vezes penso que sinto algo mais... Sei que a atraio e que ela gosta muito de mim, porém não me atrevo a confessar-lhe que me atrai com medo de perde-la como amiga. Que posso fazer? Laura-Almoçageme/ O melhor é ficares completamente certa do que sentes pela tua amiga. Tem a conta que na adolescência é muito normal viver situações de incerteza ou confusão sexual. Não deves ter medo de manifestar a tua própria maneira de amar; porém, antes de dar um grande passo, assegura-te de que na verdade queres **essa pessoa** quer seja rapaz ou rapariga. [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1994).

(161) Tenta dar um tempo para ver se o que está a passar é apenas um impasse na vossa relação – apesar de me parecer pelo que tu contas que não – ou simplesmente deixaste de gostar dele – porque ainda que não queiras reconhecê-lo, o amor também se acaba, sabia? Um dia estás louca por alguém e no outro vais descobrindo que a chama se apaga. Uma vez que tenhas resolvido esta história com o teu namorado, passas a ter duas possibilidades com o outro [...]. Lembra-te que por muito difícil que seja, não há ninguém inconquistável; se embarcares **nesta aventura**, pisa com segurança no acelerador e verás como cairá na tua rede!

(**Ragazza**, Novembro de 1995).

(162) Meu melhor amigo sempre dava sinais de que estava a fim de mim. Eu o conheço há cinco anos. Ele chegou a me oferecer uma rosa e sussurrar *Crazy in Love* no meu ouvido. Mas eu me fiz de sonsa. Agora, neste ano, eu comecei a gostar dele. A gente se vê bem menos. Será que ainda dá tempo? / Sempre dá tempo para correr atrás do prejuízo, quer dizer, talvez você corra atrás e seja tarde demais, porque o *timing* conta muito na hora das paqueras, mas talvez ainda dê tempo. Se agarre nisso. Ainda mais quando o objetivo é seduzir alguém que sussurra *Crazy in Love* ao pé do ouvido. Mesmo que ele não seja tão a fim de você como era antes, deve ter **aquele famoso tesão enrustido**. [...].

(**Capricho**, Agosto de 2004).

(163) A Fê me contou que estava a fim do Rô, mas eu nem levei a sério porque ela troca de paquera a cada semana. Nessa festa onde o Rô me xavecou, vi a Fê indo embora chorando, mas achei que era cena. Na segunda feira, na escola, percebi que o clima entre eu e a Fê estava chato e fui explicar para ela que não sabia que o cara tinha toda **essa importância**.

(**Capricho**, Outubro de 2004).

6.3.5. Anáfora por elipse

A **anáfora com elipse** retoma o antecedente por meio, exclusivamente, do pronome demonstrativo, visto que o antecedente encontra-se elíptico no sintagma nominal. Abaixo podemos observar alguns exemplos:

(164) [...]. Tentaste fechar os olhos a um problema e, ao seres incapaz de o fazer – o que é óptimo, és uma rapariga porreira – precisas de resolver o assunto. Quando se namora com alguém há, normalmente, alguns pontos em que não se está de acordo e sobre os quais podem chegar a um consenso. Infelizmente **este** não é um deles. [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1998).

(165) [...]. Nesse dia eu usava uma saia bem comprida, **daquelas** que varrem o chão. Fui descendo a escada rolante numa boa quando, de repente, eu não consegui sair da escada. [...].

(**Capricho**, Abril de 2002).

(166) [...]. Nem sempre precisamos ficar ao lado de gente que nos faz mal. É triste, mas **essa** é a verdade. [...].

(**Capricho**, Março de 2003).

(167) A reportagem alerta para um problema sério. Eu já fui zoada e era horrível. Eu usava óculos fundo de garrafa e era chamada de quatro olhos. Chorei por

causa **disso**, mas depois passei a virar a cara, até que o pessoal parou de me xingar. **Esse** é um toque importante que a revista dá. Akina Emori, por email.

(**Capricho**, Agosto de 2005).

6.4. Matização nas referências

Acreditamos que toda referência realizada por um SN formado por “demonstrativo+nome” terá sempre um uso atributivo quando o núcleo do SN não for idêntico ao nome ou à idéia referenciados – ou evocados, nos casos de anáfora e de dêixis de memória. Afinal as escolhas lexicais não são aleatórias. Por isso, muitas vezes o falante/escritor, consciente ou inconscientemente, pode atribuir valores ao que deseja referenciar, ou seja, pode “matizar” seu “objeto de discurso”, ora mais, ora menos, positiva ou negativamente.

Em nosso estudo, cuja abordagem dos fenômenos lingüísticos será de natureza sócio-discursiva, julgamos que considerar o fator “matização” nas referências seja de grande pertinência, sobretudo pelo tipo de interação e relação mantidas entre as leitoras e a revista.

Dado o elevado grau de subjetividade das matizações, cabe observar que nós utilizaremos como critério de observação deste fator, a identificação de referências ora mais, ora menos matizadas, sem caracterizá-las como “positivas” ou “negativas”. Nossa intenção com isso, é observar se as referências estabelecidas pelos pronomes demonstrativos tendem a ser matizadas e, se sim, verificar quais formas demonstrativas predominam, as variáveis ou invariáveis. Vejamos alguns exemplos que representam formas matizadas:

(167) Tenho 16 anos e o meu namorado já tem 19. Conhecemo-nos há alguns meses numa festa, onde uma amiga comum nos apresentou. Posso dizer que foi um verdadeiro caso de amor à primeira vista! Passamos a noite toda a conversar os dois e a rir... Quatro dias depois saímos à tarde, curtimos e... começámos logo a namorar! Foi tudo muito romântico, especial, eu andava completamente nas nuvens. Ele é um rapaz tão carinhoso! Por outro lado, eu dava-me superbem com todos os amigos dele e ele também se entendia na perfeição com os meus e, por isso, até começámos a

sair todos juntos. [...]. Corria tudo às mil maravilhas até que, passado um mês, os meus pais souberam, através de uns vizinhos linguarudos, que eu andava a namorar com um rapaz. Eles passaram-se! Ficaram mesmo zangados comigo porque, para eles, eu era demasiado nova para ter namorado e decidiram que, a partir desse momento, todos os fins-de-semana eu iria com eles para a terra, para não o poder ver. [...]. A verdade é que, ultimamente, eu não me andava a dar muito bem com os meus pais e estava sempre a apanhar broncas por coisas parvas, mas dessa vez exageraram! Durante duas semanas fiz tudo aquilo que podia para me esgueirar de casa e me encontrar com ele. [...]. Eu disse-lhes que ele era um rapaz espetacular, muito boa pessoa, mas quanto mais falava, mais o meu pai se chateava. No fim acabou por me proibir de sair com **essa gente** e muito menos com esse rapaz. Mas a história não acabou por aqui. [...].

(**Ragazza**, Outubro de 1999).

(168) Em casa dizem que eu sou muito cômica. Adoro, principalmente, fazer imitações e os meus alvos preferidos são os professores. Às vezes, os meus colegas pedem-me para imitar este ou aquele professor e todos nos fartamos de rir. [...]. Eu estava superchateada com a minha ‘profe’ de Biologia, porque me tinha dado uma nota muito baixa no último exame, por isso, esmerei-me a imitá-la. [...]. Os meus colegas não paravam de rir e eu continuava a fazer o espetáculo em cima do estrado, até que de repente toda a gente se calou. A professora de Biologia tinha entrado na sala. Estava ao pé da porta e olhava-me fixamente. [...]. Reconheço que exagerei naquela brincadeira. Fiz uma coisa que não devia, apanharam-me, castigaram-me por isso. Até aqui tudo bem. Os problemas vieram depois. Desde aí, a professora de Biologia embirra comigo e não é imaginação minha, [...]. **Esta mulher** está a fazer-me a negra e eu estou a ficar farta desta situação. [...].

(**Ragazza**, Fevereiro de 1999).

(169) [...]. Para falar a verdade, no começo eu nem estava muito animada, mas as idéias foram surgindo e percebi que **aquilo tudo** tinha de virar realidade.

(**Capricho**, Setembro de 2004).

(170) [...]. Assim, o medo vai aumentando e logo você estará achando que dar um beijo na boca é mais difícil do que resolver uma equação de matemática **daquelas bem hardcore**. [...].

(**Capricho**, Julho de 2005).

7. ANÁLISE DOS DADOS

7.1. Considerações iniciais

Em nosso *corpus*, composto por uma amostra de cartas de leitoras da revista **Capricho** e outra da **Ragazza**, obtivemos 1248 ocorrências de pronomes demonstrativos relativos às 1ª e 2ª pessoas do discurso (eu: **este/ isto**; tu/você: **esse/ isso**) e 201 relativos à terceira (ele: **aquele/ aquilo**)²⁶, chegando a um total de 1449 ocorrências. Deste total geral, 667 compõem a amostra de dados do PB e, 782, do PP.

As análises estão divididas em duas partes: primeiramente faremos uma análise descritivo-comparativa dos pronomes “este/isto” e “esse/isso” no PB e no PP, para depois, focarmos nossa atenção na análise de “aquele” e “aquilo”.

Após a apresentação dos resultados gerais, discutiremos o papel dos fatores lingüísticos em nossos dados e, por fim, apresentaremos as ocorrências catafóricas; cabe destacar que este uso endofórico foi inexpressivo em nosso *corpus* e, por isso, as catáforas foram contabilizadas à parte.

É importante ressaltarmos, também, que identificamos no *corpus* alguns usos das formas demonstrativas invariáveis de 1ª e 2ª pessoas (isto/isso) que classificamos como “expressões cristalizadas”, no sentido de que sempre aparecem sob uma “forma fixa” - ora precedidas pela preposição “por” ou pelo advérbio “além”, ora sucedidas pelo verbo “ser” conjugado (“é”) -, estabelecendo, assim, um determinando tipo de conexão textual, ou seja, funcionando como operadores argumentativos. Tais formas não foram consideradas na composição das nossas amostras, porém foram contabilizadas à parte, somando um total de 271 ocorrências, que separamos segundo o tipo de conexão estabelecida no texto, tal como apresentamos em seguida:

²⁶ Todas às vezes que nos referimos às formas variáveis no masculino/singular, estamos considerando, na verdade, suas variações de gênero e número, bem como suas formas preposicionadas com “a”, “em” e “de”, como, por exemplo, “àquela”, “neste” e “dessas”. Quanto às formas invariáveis, embora sempre nos refiramos a elas como “isto”, “isso” e “aquilo”, cabe ressaltar que as formas preposicionadas também foram consideradas. Optamos por tratá-las dessa forma, com o intuito de facilitar a leitura das análises.

Tabela 1. Formas demonstrativas cristalizadas (operadores argumentativos)

FORMAS DEMONSTRATIVAS CRISTALIZADAS	TIPO DE CONEXÃO ESTABELECIDO	OCORRÊNCIAS NO PB (Total: 66)	OCORRÊNCIAS NO PP (Total: 205)
Por isso	Inferência	53 (80,5%)	130 (63,4%)
Além disso	Adição	6 (10,5%)	70 (34,1%)
Isto é	Explicitação/ Particularização	7 (9%)	5 (2,4%)

Como pode ser observado, “por isso” se mostrou como a “forma fixa” mais expressiva de nosso *corpus*, respondendo por 80,5% das ocorrências no PB e 63,4% no PP. No PB, as formas “além disso” e “isto é” apresentam um número percentual de ocorrências quase equivalente: 10,5% e 9%, respectivamente. O mesmo não podemos afirmar para os dados do PP, já que “além disso” responde por 34,1% das ocorrências e, “isto é”, apenas por 2,4%. Todavia há de se destacar que essas formas não são concorrentes, já que servem a propósitos comunicativos diferentes.

7.2. Resultados gerais: “este/isto” e “esse/isso”

Das 1248 ocorrências dos pronomes demonstrativos variáveis e invariáveis de nossa amostra, 577 são pronomes do PB e 671, do PP. Ao separá-los em demonstrativos variáveis e invariáveis, de acordo com a variedade da língua, é possível observar que tanto no PB quanto no PP os pronomes demonstrativos variáveis apresentam maior número de ocorrências: 59,6% e 67,2%, respectivamente:

Tabela 2. Formas variáveis e invariáveis dos pronomes demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas no PB e no PP

	PB	PP
FORMAS VARIÁVEIS	344 (59,6%)	451 (67,2%)
FORMAS INVARIÁVEIS	233 (40,4%)	220 (32,8%)
Total de ocorrências	577 (100%)	671 (100%)

Fazendo uma separação mais detalhada dos pronomes demonstrativos em formas variáveis e invariáveis no PB e no PP, chegamos aos seguintes números:

Tabela 3. Distribuição das formas variáveis e invariáveis no PB e no PP

	PB	PP
ESTE	65 (11,3%)	193 (28,7%)
ESSE	279 (48,3%)	258 (38,5%)
ISTO	3 (0,5%)	56 (8,3%)
ISSO	230 (39,9%)	164 (24,5%)
Total	577 (100%)	671 (100%)

Ao analisarmos as ocorrências acima, considerando os números percentuais, já que em números absolutos temos uma amostra um pouco maior para o PP, verificamos que dentre os pronomes demonstrativos variáveis, o uso de “esse” é mais expressivo que “este”, tanto na variedade portuguesa (38,5%) quanto na brasileira (48,3%) do Português. O mesmo se confirma para a forma invariável “isso”, já que temos quase 40% de usos no PB e 24,5% no PP. “Isto” aparece em 8,3% das ocorrências no PP e apenas 0,5% no PB, o que significa três, dentre as 577 ocorrências dos pronomes demonstrativos desta amostra. Portanto, podemos afirmar que as formas demonstrativas variáveis e invariáveis de 2ª pessoa são muito mais

produtivas – numa abordagem sócio-discursiva - do que as de 1ª, tanto no PB (88,2%) quanto no PP (63%).

7.3. O papel dos fatores lingüísticos: analisando as formas **este, esse, isto, isso**

Para iniciarmos nossa análise qualitativa, dividimos os pronomes demonstrativos de acordo com os usos exo- e endofórico²⁷; chegamos aos seguintes números para o uso exofórico:

Tabela 4. Uso exofórico das formas **este, isto, esse, isso** no PB e no PP

	PB	PP
ESTE	43 (55,9%)	36 (37,5%)
ESSE	32 (41,5%)	57 (59,5%)
ISTO	1 (1,3%)	2 (2%)
ISSO	1 (1,3%)	1 (1%)
Total	77 (100%)	96 (100%)

Observando as ocorrências exofóricas no PB, percebemos que “este” é mais produtivo que “esse”, visto que o primeiro corresponde a 55,9% das ocorrências e, o segundo, a 41,5%. No PP, ocorre o contrário: “este” corresponde a 37,5% dos usos dêiticos de nossa amostra e “esse”, a 59,5%. Já em relação aos pronomes demonstrativos invariáveis, notamos serem pouco produtivos no uso dêitico em nosso *corpus*; todavia, mesmo em pequena frequência, é notório um equilíbrio nas ocorrências de tais pronomes, tanto no PB quanto no PP: 1% de “isto” no PB e 2% no PP e, 1% de “isso” no PB e no PP.

Em seguida, apresentamos um gráfico do uso dêitico, considerando apenas as formas variáveis dos demonstrativos:

²⁷ Trataremos de maneira sinônima os termos “exofórico” e “dêitico”, assim como “endofórico” e “anafórico”. Cabe ressaltar que os usos catafóricos foram analisados à parte e, portanto, serão discutidos posteriormente.

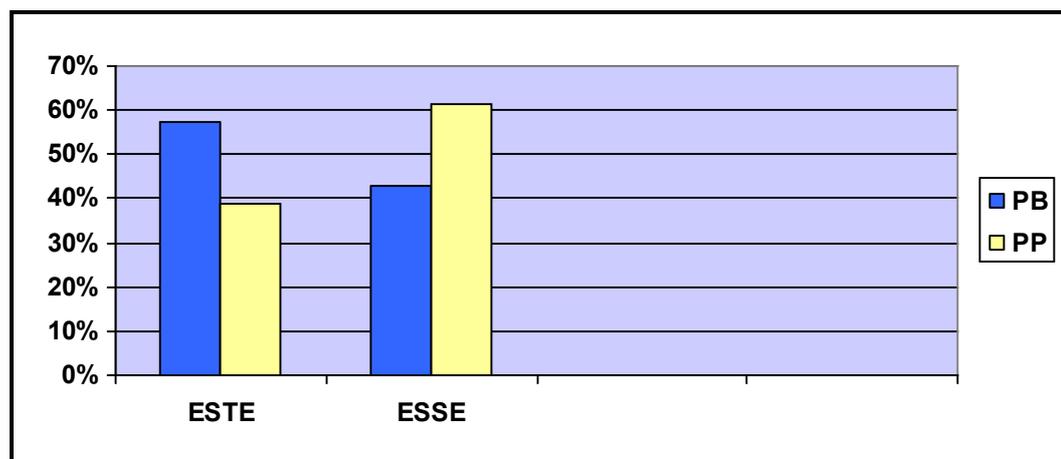


Gráfico 3. Distribuição percentual das formas variáveis em uso dêitico no PB e no PP

Como podemos observar, temos aproximadamente 57% de frequência de uso do demonstrativo “este” no uso dêitico do PB; já no PP, a forma predominante em tal uso é “esse”, a qual corresponde a pouco mais de 60% das ocorrências. Esses dados nos possibilitaram identificar um fato bastante interessante no uso exofórico de tais formas: em números percentuais, as formas “este” e “esse” se apresentam inversamente equilibradas nas amostras do PB e do PP.

Para o uso endofórico, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 5. Uso endofórico das formas **este**, **isto**, **esse**, **isso** no PB e no PP

	PB	PP
ESTE	22 (4,4%)	157 (27,3%)
ESSE	247 (49,4%)	201 (35%)
ISTO	2 (0,4%)	54 (9,4%)
ISSO	229 (45,8%)	163 (28,3%)
Total	500 (100%)	575 (100%)

É possível observarmos que no uso endofórico, tanto nas formas variáveis quanto nas invariáveis, os demonstrativos de 2ª pessoa predominam em relação às

formas de 1ª pessoa: temos 476 ocorrências de “esse/isso” no PB e apenas 24 de “este/isto”. Isso significa que no uso anafórico do PB, “esse/isso” respondem por 95,2% das ocorrências.

No PP, temos 364 ocorrências de “esse/isso” e 211 de “este/isto”. Ou seja, embora de modo menos patente que no PB, as formas de segunda pessoa também predominam no uso endofórico da amostra do PP, já que “esse/isso” correspondem a 63,3% das ocorrências.

No entanto, é importante destacar que no PP, diferentemente do que verificamos no PB, as formas de primeira pessoa, sobretudo as variáveis, apresentam uma frequência de uso significativa: temos 9,4% de “isto” e 27,3% de “este”.

Além da divisão dos dados segundo os usos exo- e endofórico, a fim de termos condições de fazer uma análise mais sofisticada das ocorrências dos pronomes demonstrativos em nosso *corpus*, estabelecemos uma subdivisão em tais usos, seguindo a discussão que elaboramos nas seções de 6.2. a 6.3.5. desta pesquisa.

Assim, de acordo com os quatro tipos de dêiticos considerados em nosso estudo, chegamos a seguinte distribuição de usos:

Tabela 6. Distribuição das formas **este**, **esse**, **isto**, **isso** segundo a tipificação dêitica, no PB e no PP

	PB		PP		PB		PP	
	ESTE	ESSE	ESTE	ESSE	ISTO	ISSO	ISTO	ISSO
Dêixis Temporal	9	1	13	1	-	-	-	-
Dêixis Espacial	20	11	3	-	-	-	-	-
Dêixis de memória	8	20	19	56	-	1	2	1
Dêixis Textual	6	-	1	-	-	-	-	-
TOTAL	43	32	36	57	1	1	2	1

Como já havíamos observado na tabela 4, os usos dêiticos com as formas invariáveis são pouco expressivos em nosso *corpus*, tanto no PB quanto no PP. Além disso, é importante observar que a dêixis textual também se mostra pouquíssimo produtiva entre nossos dados, aparecendo apenas sob a forma de “este”, tanto no PB

– seis ocorrências -, quanto no PP - uma ocorrência. No entanto, tal fato não nos surpreende. Pelo contrário. Já esperávamos esta baixa frequência de uso em nossas amostras, dado o caráter menos formal e aos traços de oralidade presentes nas cartas das leitoras das revistas **Capricho** e **Ragazza**. A dêixis textual é bastante freqüente em textos escritos mais formais, como em artigos científicos, por exemplo. A baixa frequência deste tipo de dêixis entre nossos dados só vem confirmar o caráter menos formal da “língua oral-escrita” presente em nosso *corpus*.

A dêixis mais expressiva em nossos dados é a de memória: das 77 ocorrências exofóricas no PB, 37,6% são de dêixis de memória e, no PP, o percentual de ocorrências chega a 81,2%. Cabe observar que este tipo de dêixis se mostra mais produtiva sob a forma de 2ª pessoa em ambas as variedades do Português. Talvez a preferência pela forma “esse”, esteja relacionada justamente ao caráter referencial “menos marcado” da dêixis de memória, afinal é inegável que a “carga” dêitica presente nas formas de 1ª pessoa é muito “mais marcada” do que nas de 2ª.

Já no PB, por exemplo, se considerarmos apenas as ocorrências dos demais tipos dêiticos, as quais totalizam 48 dados, perceberemos que destes, 36 ocorreram sob a forma de “este”, o que representa 75% dos usos. É interessante observar também que no PB, o segundo típico dêitico mais usado é a “dêixis espacial”, cujo número de ocorrências no PP é irrisório: apenas três casos foram registrados.

Em tal uso, no PB, a forma “esse” se mostrou consideravelmente expressiva, embora não de forma predominante: 64,5% das ocorrências foram realizadas com “este” e 35,5%, com “esse”. Acreditamos que essa frequência, relativamente “robusta”, do demonstrativo “esse”, esteja vinculada a um uso bastante peculiar da “dêixis espacial”, na amostra do PB, tal como já havíamos observado em trabalho anterior (cf. MARINE, 2004).

Em nosso *corpus* há um maior uso de “imagens” (fotografias de objetos feitos pelas leitoras, que eram enviados à revista) junto à seção de cartas da revista **Capricho**, perfeitamente justificável por conta de uma promoção fomentada pela revista na década de 1990; as leitoras eram estimuladas a criar e a enviar para a redação um objeto qualquer utilizando o logotipo da revista, acompanhado por uma

carta, na qual argumentavam motivos que lhes fizessem merecedoras do prêmio: uma camiseta com o logotipo da “**Capricho**”²⁸.

As imagens dos objetos escolhidos pela revista sempre eram divulgadas por meio de fotografias, juntamente com pequenos trechos das cartas, acompanhados, na maioria das vezes, por breves comentários da revista a respeito das “obras de arte” e da criatividade de suas leitoras; o uso dêitico era muito comum nessas situações, já que servia como um verdadeiro “mostrador” das imagens, na revista.

Se a leitora enviava um porta-lápis, por exemplo, ela (na carta) ou a revista (na resposta à carta) poderiam fazer uma referência ao objeto por meio de “esse porta-lápis” ou “este porta-lápis”, sem, com isso, oferecer qualquer tipo de prejuízo para a compreensão do objeto de discurso referenciado, já que tal referência era reforçada pela fotografia.

Essas ocorrências, somadas ao pressuposto de que o sistema pronominal dos demonstrativos do Português é, de fato, binário, levaram-nos a estabelecer uma analogia entre a “dêixis espacial reforçada por imagem”, presente em nossa amostra do PB, com os usos dêiticos espaciais reforçados por advérbios locativos, tal como apontado por alguns estudos lingüísticos, como os de Câmara Júnior (1971; 1975), Castilho (1978, 1993), Pavani (1987) e Roncarati (2003), já abordado nesta pesquisa.

A seguir, ilustramos algumas ocorrências deste tipo peculiar de dêixis espacial, presentes na amostra do PB:



Fotografia 1. Pote de estrelas – Revista Capricho, num.8, Agosto de 1994, p.8.

²⁸ Essa camiseta era tão cobiçada e concorrida pelas leitoras que, anos mais tarde, a **Capricho** acabou se transformando em “marca”. Hoje é possível comprar materiais escolares, camisetas e até mesmo perfumes da marca **Capricho**.



Fotografia 2. Palhaço²⁹ - Revista Capricho, num.8, Agosto de 1994, p.8.



Fotografia 3. Rolo - Revista Capricho, num.11, Novembro de 1994, p.12.

²⁹ Apenas o primeiro “esse” da figura representa um uso dêitico; a segunda ocorrência é anafórica.



Fotografia 4. Pijama - Revista Capricho, num.8, Agosto de 1994, p.8.



Fotografia 5. Cesta - Revista Capricho, num.11, Novembro de 1994, p.12.

Em relação à penúltima fotografia, podemos observar uma característica muito interessante: na fotografia 4, os usos dêiticos simulam um “tempo presente”, a fim de “mascarar” o intervalo espaço-temporal entre o envio da carta e do pijama (um “aqui” e um “agora” do passado), o recebimento, a tiragem da fotografia, a resposta dada pela revista (um “aqui” e um “agora” do passado também) e a publicação da revista em si.

Dessa forma, utilizando-se do demonstrativo e da fotografia, a revista estabelece uma estratégia discursiva que “une” esses dois momentos, dando a “impressão de proximidade”, de um “aqui” e de um “agora” marcados pelo “tempo presente” (forjado), disponibilizado pela cena enunciativa de um tipo de carta que mais parece uma “conversa entre amigas”.

Quanto à frequência de uso da dêixis temporal, percebemos que, entre as duas variedades do Português, há quase uma equivalência percentual nos usos de “este” e “esse”, com predominância da forma de 1ª pessoa: 90% de “este” no PB e 93% no PP; 10% de “esse” no PB e 7% no PP. Em ambas as variedades, o uso da dêixis temporal está ligado às menções ao mês, ano, estação do ano e ao próprio momento em que as leitoras estão quando escrevem a carta. Abaixo, apresentamos alguns exemplos:

(171) Adoro este espaço da revista pois é aqui que posso soltar a minha imaginação, e por isso uso e abuso mesmo. **Desta vez** caprichei na jogada. Eudóxia Polessa, 18 anos.

(**Capricho**, Fevereiro de 1996).

(172) [...]. De cara participei do 6º. Campeonato de Velocidade, que aconteceu em julho **deste ano**, em São Paulo, e ganhei as três medalhas de bronze da categoria. [...].

(**Capricho**, Novembro de 2003).

(173) **Este Verão**, enquanto a minha melhor amiga passava férias no Algarve, saí montes de vezes com o namorado dela e apaixonei-me. [...].

(**Ragazza**, Setembro de 1998).

(174) **Este** ano fui para uma escola nova. No início, tudo correu bem, apesar de ter saído com pessoas um bocado esquisitas de que não gosto muito. [...].

(*Ragazza*, Abril de 2000).

Cabe ressaltar que essas “menções”, por sua vez, estão invariavelmente vinculadas a “localizações” – referências - do tempo presente. Há de se destacar que este “tempo presente” ao qual nos referimos, pertence à realidade do discurso da carta, construída pela interlocução estabelecida entre as leitoras e a revista.

Além disso, não podemos nos esquecer de que, por este tipo de carta ser um gênero secundário, seguindo a concepção bakhtiniana (cf. BAKHTIN, 2003), a partir do momento em que a carta é publicada, há uma “absorção” dos traços de uma escrita menos formal e de uma oralidade, dita “do cotidiano”, transpostas para uma outra realidade discursiva que, de acordo com Bakhtin (2003), compõe um novo tipo de gênero – o gênero secundário – “mais elaborado e complexo”.

Voltando nossa atenção ao uso endofórico, separamos as 500 ocorrências do PB e as 575 do PP, de acordo com os cinco tipos de anáfora que observamos em nosso *corpus*, chegando, assim, aos seguintes dados:

Tabela 7. Distribuição dos demonstrativos segundo a tipificação anafórica no PB e no PP

	PB		PP		PB		PP	
	ESTE	ESSE	ESTE	ESSE	ISTO	ISSO	ISTO	ISSO
Ana. Fiel	2	27	9	39	-	-	-	-
Ana. Infiel	6	36	21	34	-	-	-	-
Ana./ Nomeação	6	104	101	114	1	223	53	162
Ana./ Memória	4	46	2	5	-	6	-	-
Ana/ Elipse	5	34	25	10	-	-	-	-
TOTAL: 1075	23	247	158	202	1	229	53	162

Observando os dados acima, todos em números absolutos, percebemos que, à exceção da anáfora por nomeação, os pronomes demonstrativos em uso anafórico são mais expressivos nas formas variáveis do que nas invariáveis. Talvez isso ocorra

pelo fato das formas invariáveis terem assumido destaque como formas cristalizadas, na função de conectivos, tal como já apresentamos na tabela 1.

Cabe ressaltar que duas das formas que apresentamos como “cristalizadas”, a saber: “por isso” e “além disso”, que se mostraram como as mais expressivas dentre as formas cristalizadas por nós consideradas, possuem uma carga anafórica evidente, já que “por isso” estabelece conexão textual por inferência e “além disso” por adição. Vale lembrar que cerca de 90% das ocorrências das “formas demonstrativas cristalizadas” do PB se deram por meio de “por isso” e “além disso” e, no PP, o percentual chegou aos 97,5%.

É interessante notar também que tanto as anáforas fiéis quanto as infiéis só podem se realizar pelas formas variáveis, visto que, necessariamente, só ocorrem em função adjetiva, ou seja, como determinantes; ambas, nas duas variedades do Português, mostraram-se mais expressivas no uso de “esse”: 93% de ocorrências de anáforas fiéis no PB e 81% no PP e, 86% de ocorrências no PB e 62% no PP de anáforas infiéis.

Já nas anáforas por nomeação, percebemos que são bastante produtivas, tanto nas formas variáveis quanto nas invariáveis nas duas variedades da língua, com predominância das formas de 2ª pessoa. No entanto, no PP não identificamos uma expressão tão patente das formas de 2ª pessoa como a observada no PB. Nesta variedade do Português, temos quase 95% de frequência de uso de “esse” e praticamente 100% de “isso”.

No PP, embora as 430 ocorrências de anáfora por nomeação se encontrem exatamente divididas em 215 ocorrências de formas variáveis e 215 de formas invariáveis, percentualmente só é possível identificar um uso mais equilibrado entre os demonstrativos variáveis: temos 53% de ocorrências com “esse” e 47% com “este”. Já entre os invariáveis, verificamos 75,3% de ocorrências com “isso” e 24,7% com “isto”.

Já as anáforas de memória não foram muito produtivas no PB. Com diferenças muito sutis em relação à dêixis de memória – visto que enquanto esta resgata um “acontecimento” no passado, aquela referencia um assunto, compartilhado ou inferível entre os interlocutores sem que, para tanto, tal assunto tenha sido mencionado anteriormente -, fica-nos evidente que nosso *corpus* favoreceu a utilização da dêixis de memória, ao invés da anáfora de memória, ao menos no que se refere às formas

de 1ª e 2ª pessoas dos demonstrativos. Tivemos 10% de freqüência de uso deste tipo anafórico no PB e 2% no PP.

Quanto às anáforas por elipse, no PB se privilegia a forma “esse” com uma freqüência que beira os 90%. No PP também identificamos uma percentual expressivo: quase 72%. Acreditamos que, neste caso, a predominância do demonstrativo “esse” esteja relacionada ao fato de que o que está elíptico na maioria dessas anáforas é, justamente, uma anáfora por nomeação, ou seja, não apenas um “nome”, mas toda uma idéia anteriormente apresentada. E, como a forma predominante nas anáforas por nomeação é o pronome demonstrativo relativo à 2ª pessoa, logo, as anáforas por elipse, quando “escondem” uma anáfora por nomeação, tendem, também, a privilegiar o demonstrativo “esse”. Vejamos alguns exemplos:

(175) [...]. Embora possas pensar isso, a tua decisão não se baseou exclusivamente no facto de o veres a beijar um homem, pois há diferentes maneiras de enfrentar uma situação tão complicada quanto **essa**. [...].

(**Ragazza**, Setembro de 1995).

(176) [...]. O mais certo é que ele parta do princípio que todas as miúdas gostam que estejam em cima delas constantemente e que ache que **essa** é a melhor forma de te mostrar o seu carinho e amor. [...].

(**Ragazza**, Abril de 1998).

(177) Sou contra esse negócio de tatuar o nome do namorado ou namorada. Não interessa se você está há um ano, dois ou cinco com alguma pessoa. Não acho que uma relação ou o amor que temos por alguém possa ser considerado suficiente para tatuar um nome no corpo. Eu pessoalmente jamais faria uma coisa **dessas**. [...].

(**Capricho**, Novembro de 2002).

(178) Estudo no colégio Mackenzie e não acho certo colocar meninas com o uniforme da escola dizendo que são fúteis e interesseiras. Se **essa** é a imagem que querem passar, problema delas. [...].

(**Capricho**, Março de 2003).

Além de tipificarmos os usos endo- e exofórico dos pronomes demonstrativos, dividimo-los segundo às funções adjetiva e substantiva, considerando seus usos dêiticos e anafóricos. Começando pela análise destes últimos, apresentamos a seguinte tabela:

Tabela 8: Função adjetiva e substantiva das formas anafóricas **este, isto, esse, isso** no PB e no PP³⁰

	PB		PP	
	DETERMINANTE	PRONOME	DETERMINANTE	PRONOME
Este/ Isto	22	2	134	77
Esse/ Isso	247	229	196	168
TOTAL	269	231	330	245

Das 500 ocorrências de uso anafórico no PB, temos 53,8% na função adjetiva, e 46,2% na função substantiva; no PP, 57,4% estão relacionadas à função substantiva e, 42,6% à função substantiva, o que evidencia o quanto essas funções em usos anafóricos são bastante produtivas entre os pronomes demonstrativos nas duas variedades do Português.

Para aprofundarmos mais a análise de nossos dados, verificamos as ocorrências dos pronomes demonstrativos “este/isto” e “esse/isso” de acordo com os tipos de anáfora abordadas em nosso estudo, considerando as funções adjetiva e substantiva de tais demonstrativos, respectivamente:

³⁰ Cabe observar que as formas demonstrativas não flexionáveis em gênero e número isto e isso só ocorrem em função substantiva.

Tabela 9: Distribuição anafórica das formas **este** e **esse** no PB e no PP em função adjetiva

	PB		PP	
	Este	Esse	Este	Esse
Anáfora fiel	2 (7%)	27 (93%)	9 (18%)	42 (82%)
Anáfora infiel	6 (14%)	36 (86%)	23 (41%)	33 (59%)
Anáfora por nomeação	6 (5,5%)	104 (94,5%)	102 (47%)	113 (53%)
Anáfora de memória	4 (8%)	46 (92%)	4 (33%)	8 (67%)
Anáfora por elipse	4 (10,5%)	34 (89,5%)	1 (33%)	2 (67%)
TOTAL GERAL	22 (8,2%)	247 (91,8%)	139 (41,3%)	198 (58,7%)

Os dados acima demonstram de modo evidente que as formas “esse/isso” são muito mais utilizadas que suas concorrentes “este/isto”, sobretudo no PB, já que temos quase 92% de freqüência de uso das formas demonstrativas anafóricas de segunda pessoa, em função adjetiva. No PP, a predominância das formas “esse/isso” beira aos 60%.

Já na tabela 10, podemos observar a ocorrência das formas demonstrativas de 1ª e 2ª segunda pessoas do discurso, segundo a função substantiva, em cada tipo de anáfora:

Tabela 10: Distribuição anafórica das formas “este, isto, esse, isso” no PB e no PP em função substantiva

	PB		PP	
	Este/Isto	Esse/Isso	Este/Isto	Esse/Isso
Anáfora fiel	-	-	-	-
Anáfora infiel	-	-	-	-
Anáfora por nomeação	1 (0,5%)	223 (99,5%)	54 (24%)	170 (76%)
Anáfora de memória	-	6 (100%)	2 (33%)	1 (67%)
Anáfora por elipse	1 (100%)	-	25 (78%)	7 (22%)
TOTAL GERAL	2 (100%)	229 (100%)	81 (100%)	178 (100%)

Analisando a tabela anterior, percebe-se que é nulo o uso pronominal dos demonstrativos nas anáforas *fiel* e *infiel* na variedade portuguesa e brasileira do Português, afinal tais anáforas só podem se realizar na função adjetiva. Todavia, cabe ressaltar que as anáforas fiéis podem estar “escondidas” (elípticas) na forma de anáforas por elipse, tal como as anáforas por nomeação, como já mencionamos anteriormente - e que, inclusive, são as que mais comumente estão associadas com as por elipse. Ilustramos, abaixo, alguns exemplos em que a anáfora por elipse está “escondendo” uma anáfora *fiel*:

(179) A-do-rei o baú de coisas maravilhosas do "Capricho escolheu" - Capricho, dezembro - para o ano que vem. Tomara que todos esses desejos se realizem, pois **esses** que vocês escolheram eu não tiro nem um acento. Luísa N. Serralvo, 15 anos.

(**Capricho**, Fevereiro de 1996).

(180) Quero começar a ter relações sexuais com o meu namorado e queria saber quais são as posições mais recomendáveis e as que os rapazes gostam mais. Devo mudar o jeito de posição na primeira noite? Cátia-Ermesinde/ Embora ouças as pessoas a falar **desta** ou daquela posição, não faças caso. [...].

(**Ragazza**, Março de 1999).

Já na anáfora por nomeação, observamos grande produtividade dos demonstrativos em função substantiva e, neste caso também, com uma freqüência de uso muito maior das formas “esse/isso”: praticamente 100% dos usos no PB – 223 ocorrências de um total de 224 – e 76% no PP – 170 de um total de 224 ocorrências.

Nossos dados demonstram, cada vez de modo mais evidente, que as formas “esse/isso” têm se mostrado muito mais produtivas que suas concorrentes “este/isto” em ambas as variedades do Português, ao menos em nosso *corpus*. Também apontam para o fato de que a predileção pelo uso de “esse/isso” na função anafórica está mais fortemente marcada no PB.

Quanto ao uso pronominal da anáfora de memória em função substantiva, percebemos um uso “tímido” em nossos dados, em ambas as variedades do Português, já que, em nosso *corpus*, tal anáfora é muito expressiva na função adjetiva, tal como já podemos observar. No PB, as seis ocorrências de anáfora de

memória ocorrem por meio de “esse/isso” e, no PP, temos uma ocorrência de “esse/isso” e duas de “este/isto”. Em seguida, apresentamos dois exemplos:

(181) Essa é a loja da Capricho, mas não tem a camiseta. Dá pra quebrar **ESSA?**/ Karen e Raquel Schneider, 12 e 13 anos.

(**Capricho**, Agosto de 1994).

(182) [...]. Lembra-te que por muito difícil que seja, não há ninguém inconquistável; se embarcares **nesta**, pisa com segurança no acelerador e verás como cairá na tua rede!

(**Ragazza**, Novembro de 1995).

Por fim, algo que nos chamou bastante a atenção diz respeito ao uso pronominal das anáforas por elipse no PP, visto que neste tipo anafórico, diferentemente dos demais, o uso pronominal dos demonstrativos foi marcado pela predominância das formas “este/isto”.³¹ Como pode ser observado na tabela 10, das 32 ocorrências de anáforas por elipse em função substantiva, 25, ou seja, 78% dos dados se realizaram por meio das formas “este/isto”.

Considerando, ainda, as funções adjetiva e substantiva dos pronomes demonstrativos no PB e no PP, e lançando nosso olhar para o uso dêitico de tais pronomes, verificamos que tanto os pronomes demonstrativos de 1^a, quanto os de 2^a pessoa são pouco produtivos em nosso *corpus* em função substantiva, tanto no PB quanto no PE, visto que o número absoluto de ocorrências é bastante baixo: duas no PB e quatro no PP. Já na função adjetiva, os pronomes demonstrativos – evidentemente os variáveis – exofóricos, mostram-se mais expressivos: 75 ocorrências no PB e 92 no PP, distribuídos de acordo com os seguintes tipos dêiticos:

³¹ Os dados do PB, neste caso, não são significativos, já que constatamos apenas uma ocorrência.

Tabela 11: Tipos dêiticos das formas “este” e “esse” em função adjetiva

	ESTE		ESSE	
	PB	PP	PB	PP
Dêixis temporal	9	13	1	1
Dêixis espacial	20	3	11	-
Dêixis de memória	8	19	20	56
Dêixis textual	6	1	-	-
TOTAL	43	36	32	57

Com a observação da tabela acima, percebemos que afirmar, simplesmente, que no PB, os dêiticos em função adjetiva são predominantemente marcados por “este”, e no PP, por “esse”, é estabelecer uma afirmação, no mínimo, “precipitada”. Afinal, com a divisão dos dêiticos de acordo com os diferentes tipos de dêixis que consideramos em nosso estudo, observamos que tanto no PB quanto no PP, é o demonstrativo “este” que marca predominantemente o uso dêitico em três tipos de dêixis: a temporal, a espacial e textual.

No entanto, o tipo dêitico evidentemente mais expressivo em nosso *corpus* do PP, é a dêixis de memória: das 93 ocorrências exofóricas no PP, 75, ou seja, 80,6% dos dados são de dêixis de memória e, neste tipo dêitico, não só no PP, como também no PB, tende-se a usar mais o demonstrativo “esse”. Constatamos uma frequência de uso de 71,5% no PB e 75,6% no PP de “esse” como dêixis de memória. Esses resultados são muito reveladores, pois sugerem que o uso dêitico tende a preservar a o demonstrativo de 1ª pessoa, exceto quando o caráter eminentemente “localizador” do demonstrativo, mostra-se “menos marcado”, influenciado pela imprecisão da memória. Afinal, a dêixis de memória procura resgatar um momento, um lugar ou um acontecimento na memória do falante; ou seja, mesmo que “aponte” para algo, esse “apontamento” não possui a precisão do tempo presente. Vejamos alguns exemplos deste tipo de dêixis:

(183) David e eu namorávamos há seis meses e, embora nos déssemos bastante bem, tínhamos tido uma grande discussão, porque ele é muito ciumento. Não gostava que eu falasse com outros rapazes ou que vestisse mini-saias para sair

à noite, porque olhavam muito para mim. E estava sempre com a mesma conversa: a pergunta se eu ia trocá-lo por outro. A verdade é que, às vezes, chateava-me imenso. O que acontece é que ele tinha um grupo de amigos com quem saíamos muitas vezes e divertíamos-nos à brava. Um deles, o Sérgio, estava sempre a falar comigo. A princípio não ligava muito porque o conhecia há muito tempo e nunca pensei que se fosse atirar a mim e muito menos à frente do David. Mas, pouco a pouco, fui percebendo que o Sérgio era muito amável comigo e o pior é que isso começava a agradar-me. Com certeza era porque, ao contrário do David, o Sérgio nunca me chateava e dizia-me sempre que eu estava lindíssima, fosse com ou sem mini-saia. Bem, não sei muito bem como foi, mas o que é certo é que eu comecei a interessar-me por ele. Tudo aconteceu num dia em que o grupo todo foi ao cinema ver o *Scream*. Quando chegamos fiz tudo para ficar ao lado do Sérgio, embora soubesse que não podia acontecer nada porque do outro lado estava David. O filme começou e como assustava toda a gente, entre gritinhos e cenas de suspense, começámos a tocar-nos casualmente e, de vez em quando, agarrava-mos. O David, que estava muito concentrado no filme, nem percebeu. Mas nós saímos do cinema com um sorriso de cumplicidade... estava o caldo entornado! Disso eu estava certa. O que eu não tinha a certeza era se queria, mesmo, ter alguma coisa com ele. Até **esse momento** nunca tinha posto em causa a minha relação com o David.[...].

(**Ragazza**, Abril de 1998).

(184) Ana, 15 anos, Cuiabá. Fui a um forró com as minhas amigas e ninguém chamava a gente para dançar. Quando nós decidimos dançar juntas, do nada chegaram dois caras e puxaram a gente para a pista. O menino que me puxou era ridículo, indecente, magro. Eu sentia os ossos dele quando coloquei a mão no seu ombro. Ainda por cima ele não sabia dançar, era meio manco. Daí eu inventei uma desculpa e saí. No outro dia a gente foi assistir um jogo e eu estava na arquibancada contando o desastre para minha prima. Usei todos os adjetivos malignos e quando olho para o lado, ele estava lá. E tinha escutado tudo o que falei. **Nesse momento** pedi para o chão se abrir. [...].

(**Capricho**, Outubro de 2004).

Outro fator de análise que consideramos na pesquisa foi a ausência ou presença de matiz afetivo, pois, dado o caráter sócio-discursivo da análise, julgamos

importante verificar se havia alguma relação entre o uso das formas variáveis e invariáveis dos pronomes demonstrativos com a ausência ou presença de matiz afetivo.

A princípio, antes mesmo de termos concluído o levantamento dos nossos dados, acreditávamos, baseadas em Cunha (1986), que os demonstrativos invariáveis seriam as formas mais propensas à matização, já que, segundo o estudioso, quando aplicados a pessoas, os neutros “isto”, “isso” e “aquilo” têm, em geral, sentido fortemente depreciativo.

Porém, embora não tenha se mostrado muito expressiva em nosso *corpus*, sobretudo no PP (6,5%) – no PB esse número sobe para 19% -, as formas matizadas são predominantemente marcadas pelas formas variáveis dos demonstrativos. No PB, das 111 ocorrências matizadas, 83% se deram por meio das formas “este/esse” e, no PP, das 44 ocorrências, quase 73% foram marcadas também pelas formas variáveis.

Diante dessas informações, resolvemos verificar as formas matizadas de acordo com a função de determinantes e de pronomes. Estabelecendo tal distribuição, chegamos aos seguintes dados que apresentamos na tabela abaixo:

Tabela 12: Distribuição das formas matizadas “este” e “esse em função adjetiva e substantiva

	PB		PP	
	F. ADJETIVA	F. SUBSTANTIVA	F. ADJETIVA	F. SUBSTANTIVA
ESTE	12 (14,8%)	2 (6,7%)	6 (20%)	10 (71,4%)
ESSE	69 (85,2%)	28 (93,3%)	24 (80%)	4 (28,6%)
TOTAL	81 (100%)	30 (100%)	30 (100%)	14 (100%)

Como pode ser observado, fica claro que nas duas variedades do Português, as formas variáveis matizadas são mais usuais na função adjetiva, respondendo por 73% das ocorrências no PB e, 68% no PP. Os dados apontam também para uma predileção pelo uso de “esse” nas duas variedades do Português nesse tipo de referência, tal como apresentamos na tabela acima – 85, 2% no PB e, 80% no PP.

Portanto, percebemos que, em nosso *corpus*, as formas matizadas – não apenas negativamente, mas também positivamente -, diferentemente do que afirma

Cunha (1986), estão muito mais atreladas às formas variáveis do que com as invariáveis dos pronomes demonstrativos, sobretudo as de 2ª pessoa (“esse”), em função adjetiva. Isso está relacionado ao fato de que o que vai ser responsável pela matização de uma dada referência por pronome demonstrativo, não é a forma demonstrativa em si – variável ou invariável -, mas o nome que ela acompanha. Assim, nossos dados vão, parcialmente, ao encontro do que já afirmava Neves (2000) quanto ao valor matizado de algumas referências estabelecidas pelos pronomes demonstrativos.

Parcialmente porque, assim como a pesquisadora, verificamos que os demonstrativos, ao lado de adjetivos qualificadores disfóricos, matizam a referência, especialmente num registro mais popular, porém, não apenas de maneira desairosa, tal como propõe Neves (2000). Em nossos dados, constatamos também que, na maioria das formas matizadas, o matiz não estava ligado a alguém, mas a algo, daí o fato de termos observado que a maioria das anáforas matizadas eram anáforas por nomeação, tal como ilustramos por meio de alguns exemplos que seguem abaixo:

(185) Uma amiga minha fez um aborto há meio ano. Quando o fez não tinha dúvidas nenhuma, mas agora diz que tem saudades do filho e que quando vê um bebé se sente muito mal. Socorro! Anónima-Lisboa/ Não te preocupes, é uma coisa que acontece a algumas raparigas que passam por **essa terrível experiência**. [...].

(*Ragazza*, Abril de 1999).

(186) Enquanto as minhas amigas andavam a curtir, eu tive de fazer uma dieta para emagrecer 15 quilos. Também comecei a mostrar-me cada vez mais carinhosa e simpática, e acabei por ter sucesso junto dos amigos do meu primo. Em apenas um ano – entre os 15 e os 16 – curti com mais de dez rapazes e meti-me na droga – de vez em quando ainda tomo pastilhas. Mas agora mudei de bairro e quero perder a fama de atiradiça com os rapazes e também deixar as pastilhas. O que é posso fazer? Anónima-Lisboa/ Parabéns! Estás no caminho certo para conseguires dar à tua vida o empurrão de que precisa. Agora que estás decidida, verás como vais ser capaz de ter a vida que queres. Afasta-se de todos os teus vizinhos que se metam com pastilhas. Por muita força de vontade que tenhas, depois de uma noite de borgas há sempre o perigo de voltares a **essa vida**. [...].

(*Ragazza*, Novembro de 2000).

(187) Quando eu estava no primeiro ano do ensino médio, fiz amizade com umas meninas que tinham o costume de roubar umas coisinhas em lojas e supermercados. Depois de um bom tempo praticando esses pequenos roubos, fomos pegas. [...].

(*Capricho*, Setembro de 2001).

(188) Vivo como uma jovem normal de minha idade. Quem pensa que gordinho não tem agilidade está enganado. Apesar desses quilinhos a mais, tenho muita disposição para praticar esportes, principalmente o surfe, que eu amo. [...].

(*Capricho*, Novembro de 2004).

7.4. Os usos de “aquele” e “aquilo” no PB e no PP

De nossa amostra do PB e do PP, composta por 201 ocorrências de pronomes demonstrativos de terceira pessoa, nas suas formas variáveis e invariáveis, 90 são do PB e 111 do PP.

Nosso primeiro critério de análise para os pronomes de terceira pessoa foi dividi-los em formas variáveis e invariáveis e, com isso, percebemos que, de modo geral, no PB o uso de “aquele” é predominante, visto que quase 88% das ocorrências da amostra do PB se deram por meio das formas variáveis. No PP, porém, verificamos uma distribuição mais equilibrada entre “aquele” e “aquilo”, 55% e 45%, respectivamente.

Também observamos o comportamento desses pronomes segundo as funções exo- e endofórica, o que nos permitiu verificar que, nas duas variedades do Português, o uso anafórico é predominante: 58 ocorrências no PB, o que significa 64,5% dos dados, e no PP, 93 ocorrências, isto é, quase 84% da amostra.

A partir disso, dividimos as ocorrências exofóricas e endofóricas de acordo com a mesma distribuição tipológica que utilizamos para a análise dos demonstrativos variáveis e invariáveis de 1ª e 2ª pessoas. Começando pelos usos dêiticos, é importante destacar que não registramos nenhum caso de dêixis espacial, temporal e textual, o que significa que 100% das ocorrências dêiticas em nosso *corpus* foram

realizadas por meio da dêixis de memória. Esse tipo dêítico, nas duas variedades da língua, manifestou-se, quase absolutamente, na forma de “aquele”, em função adjetiva: no PB, todos os seus usos e, no PP, 17, das 18 ocorrências, ou seja, 94,4% das ocorrências.

Abaixo, apresentamos alguns exemplos:

(189) Namorávamos há oito meses. Já tínhamos tentado transar, mas eu sempre ficava com medo. Até que um dia pensei: é hoje. Fomos para minha casa e aos 14 anos, perdi a virgindade. Tínhamos combinado de nos encontrar na praia no dia seguinte. Até ele chegar, tive calafrios. Assim que nos vimos, me tranqüilizei. Ele me abraçou, me beijou. Resolvemos não dividir pelo menos naquele momento nossa experiência com ninguém. Ursula Decker, 17 anos.

(**Capricho**, Novembro de 1994).

É interessante observarmos que, tal como já mencionado neste trabalho, diferentemente do que observamos no uso da dêixis de memória pelas formas de 1ª e 2ª pessoas, a forma de 3ª pessoa procura localizar um determinado “acontecimento” no passado e mantê-lo “lá”, ou seja, em um tempo e em um espaço marcados no passado.

A própria leitora começa sua carta utilizando o verbo no passado e, esse tempo verbal se mantém até o final de sua “narrativa”. Percebemos, então, que a dêixis de memória resgata um “evento” do passado, sem a intenção de “presentificá-lo”. É interessante destacar que percebemos, também, que na dêixis de memória realizada pelas formas de 3ª pessoa, o “tópico” das cartas diz respeito a assuntos “mais íntimos” e, por vezes, até mesmo traumáticos para a leitora. Em geral, essa dêixis está associada a cartas que mais parecem depoimentos e, neste caso, a partir da relação de amizade criada entre leitora e revista, serve como uma espécie de “desabafo”,

Cabe ressaltar que os assuntos considerados “íntimos” são os mais freqüentes no tipo de carta que compõem nosso *corpus* e, isso, inclusive, é o que confere a menor formalidade na relação leitora-revista e vice-versa, repercutindo numa linguagem peculiar, caracterizadora do material lingüístico que utilizamos como corpus de análise para este estudo. No entanto, acreditamos que o “teor” do assunto que é resgatado pela leitora, quando esta faz uso da dêixis de memória por meio das

formas de 3ª pessoa, está relacionado a algo, cuja lembrança não é agradável para a leitora e, por isso, ao resgatá-lo com o demonstrativo de terceira pessoa, consegue preservar o acontecimento no passado, mantendo-se distante dele. Abaixo apresentamos dois exemplos:

(190) Há uns meses fui a uma festa, bebi de mais e curti com um rapaz que se aproveitou da minha inexperiência e fez comigo **aquilo** que quis. Eu pedi-lhe para parar, mas ele nem ligou e eu não tinha forças para o afastar. [...]. Anônima-Lisboa/ Não nos dizes até que ponto ele chegou, nem aquilo que te obrigou a fazer. Isso é importante, porque se lê te forçou a ter sexo trata-se de uma coisa muito séria. [...].

(**Ragazza**, Setembro de 1998).

(191) Não pude acreditar quando peguei aquele exame com resultado positivo nas mãos. Minha mãe disse que eu poderia fazer o que quisesse, mas eu deveria ter em mente que continuar grávida significaria o fim do casamento dela com o meu pai. Depois dessa conversa, minha mãe nunca mais falou no assunto comigo. Talvez por imaturidade ou pressão da família acabei optando por não ter aquele bebê. Em janeiro, três meses depois daquele pesadelo, minha menstruação atrasou. Eu nem me preocupei, mas fui ao médico. Não pude acreditar, estava grávida de novo. O choque foi tão grande que fiquei anestesiada. Só que desta vez eu não tive coragem de contar para ninguém da minha família e voltei na mesma clínica, que desta vez me cobrou R\$900. No caminho de volta para a minha cidade, vim pensando em deixar todo esse pesadelo para trás, mas não pude. **Aquelas paredes rosas** não saem da minha cabeça. [...].

(**Capricho**, Julho de 2001).

Quanto aos usos anafóricos, registramos 58 ocorrências no PB e 93 no PP, distribuídas da seguinte maneira:

Tabela 13. Distribuição das formas “aquele” e “aquilo”, segundo a tipificação anafórica

	PB		PP	
	AQUELE	AQUILO	AQUELE	AQUILO
Anáfora fiel	2 (100%)	-	4 (100%)	-
Anáfora infiel	3 (100%)	-	5 (100%)	-
Anáfora por nomeação	1 (12,5%)	7 (87,5%)	14 (30,5%)	32 (69,5%)
Anáfora de memória	28 (87,5%)	4 (12,5%)	10 (37%)	17 (63%)
Anáfora por elipse	13 (100%)	-	11 (100%)	-

Como podemos observar, as anáforas fiéis e infiéis não foram muito produtivas em nosso *corpus*, representando apenas 8,6% das ocorrências no PB, e 9,7% no PP. Com isso, percebemos que tais tipos anafóricos estão mais vinculados aos usos das formas de 1ª e 2ª pessoas, visto que, tal como pode ser verificado na tabela 7 da seção 7.2., as anáforas fiéis e infiéis realizadas com as formas de 1ª e 2ª pessoas, corresponderam a 14,2% dos usos anafóricos no PB e 18% no PP. Todavia, é notório que, de modo geral, esses dois tipos anafóricos não se mostraram muito produtivos em nosso *corpus*.

Já a anáfora por elipse apresentou uma freqüência de uso um pouco maior: 22,4% no PB e 15% no PP e, nessas anáforas, percebemos que estão “escondidas” – assim como ocorre nas referências por elipse com as formas de 1ª e 2ª pessoas – anáforas fiéis e anáforas de memória, porém não registramos nenhum caso em que a anáfora por elipse estivesse “escondendo” uma anáfora por nomeação. Isso nos parece muito interessante, pois, quando analisamos as formas de 1ª e 2ª pessoas, constatamos que, nas anáforas por elipse, o termo elíptico, na maioria das ocorrências era, justamente, uma anáfora por nomeação.

Quanto à anáfora por nomeação, verificamos uma freqüência de uso de quase 14% no PB e de 49% no PP. Nas duas variedades da língua, percebemos que tal tipo anafórico, costuma ser mais produtivo com as formas invariáveis, sobretudo, no PB, onde constamos 87,5% de “aquilo” nas anáforas por nomeação. No PP, a predominância de “aquilo” foi de 69,5%.

Comparando esses resultados com os que obtivemos em relação às formas variáveis e invariáveis dos demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, verificamos que no PB,

as anáforas por nomeação realizadas com “este”, “isto”, “esse” e “isso” tendem a se realizar com as formas invariáveis – 67% das ocorrências –, tal como constatamos para as formas demonstrativas de terceira pessoa. Já no PP, diferentemente da supremacia constatada para as formas invariáveis de 3ª pessoa, há um equilíbrio de usos entre as formas variáveis e invariáveis de 1ª e 2ª pessoas: 50% de frequência para cada uma delas.

Em relação às anáforas de memória, percebemos que elas compuseram o tipo anafórico mais produtivo entre os pronomes demonstrativos de 3ª pessoa em nosso *corpus*, chegando a representar 55% das ocorrências anafóricas do PB e 29%, no PP. Esses resultados nos chamaram a atenção, principalmente pelo fato de a anáfora de memória ter tido pouco expressividade nas formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas, conforme já descrito. Parece-nos, então, que a realização deste tipo anafórico está relacionada com a escolha do pronome demonstrativo que, no caso, realiza-se predominantemente com “aquele”, no PB – 87,5% das ocorrências –, e com “aquilo” no PP – 63%.

A princípio, quando tínhamos realizado apenas as análises das formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas, achamos “estranha” a baixa incidência deste tipo de anáfora, dada a natureza de nosso *corpus*, cujo conhecimento compartilhado entre as leitoras e a revistas é marcante. Dada a relação de amizade por elas construída, nossa expectativa era a de que tal anáfora tivesse se mostrado com destaque em nosso *corpus*.

Entretanto, as formas de 3ª pessoa vieram confirmar nossa expectativa e, mais do que isso, chamar-nos a atenção para a necessidade de se estudar as três formas demonstrativas que compõem o sistema pronominal dos demonstrativos, percebendo que, ao desempenhar as mesmas funções referenciais – dêiticas e anafóricas – que “este/isto” e “esse/isso”, existem situações discursivas em que as formas de terceira pessoa competem com as de 1ª e 2ª e, outras, nas quais são protagonistas. Da mesma forma, existem situações discursivas cuja referenciação é protagonizada ora por “este/isto”, ora por “esse/isso”.

Em seguida, apresentamos dois exemplos de dêixis de memória:

(192) As aulas estão a começar e tu... feita num oito! Caras novas, toda a gente na maior e... **aquele borrachão** ao teu lado que te põe louca! Que corte! [...]

(*Ragazza*, Outubro de 1997).

(193) Tenho vergonha até de ligar para minhas amigas. [...] / Como assim, vergonha de ligar para suas amigas? Claro que nem todas as pessoas precisam ser extrovertidas, mas você não pode se privar desta diversão. Quando **aquela mulher de telemarketing** ligar querendo empurrar algum produto, converse com ela. Mas não se ache esquisita só porque não faz amigos pela rede. [...].

(Capricho, Dezembro de 2001).

Levando em consideração, também, a distribuição de “aquele” e “aquilo” segundo as funções adjetiva e substantiva no PB e no PP, considerando, evidentemente, que “aquilo” só é gramaticalmente realizável em função substantiva, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 14. Distribuição das formas “aquele” e “aquilo” de acordo com as funções adjetiva e substantiva

	PB		PP	
	FUNÇÃO ADJETIVA	FUNÇÃO SUBSTANTIVA	FUNÇÃO ADJETIVA	FUNÇÃO SUBSTANTIVA
AQUELE	64 (100%)	15 (58%)	42 (100%)	19 (28%)
AQUILO	-	11 (42%)	-	50 (72%)
TOTAL	64 (100%)	26 (100%)	42 (100%)	79 100%)

Observando a tabela 14, percebemos que, em função substantiva, no PP “aquilo” predomina com uma freqüência de 72% das ocorrências, já no PB são as formas variáveis que predominam, já que registramos 58% de ocorrências de “aquele” em função substantiva.

Nas análises, consideramos, também, a questão do matiz afetivo, ora mais, ora menos marcado, e percebemos que, diferentemente do que observamos para os pronomes demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas, este fator se mostrou bastante significativo entre os pronomes demonstrativos de 3ª pessoa, sobretudo no PB

Dos 90 dados que compõem a amostra do PB, 35,5% eram matizadas, e sua produtividade está ligada às formas variáveis, já que 91% das ocorrências foram realizadas por “aquele” – todas em função adjetiva. No PP, registramos 16,2% de

pronomes matizados, dos quais 78% se realizaram pelas formas variáveis, em função adjetiva. Esses resultados, somados às ocorrências matizadas das formas de 1ª e 2ª pessoa que verificamos no PB e no PP - mesmo que pouco expressivas -, e que também foram marcadas pelas formas variáveis em função adjetiva, comprovam que, ao menos em nosso *corpus*, quando se quer matizar o referente utilizando um pronome demonstrativo, privilegiam-se as formas variáveis em função adjetiva, já que nesta função, o falante pode atribuir os mais diversos juízos de valor ao seu objeto de discurso.

Por fim, cabe ressaltar que 85% das formas matizadas eram anafóricas e, para fechar esta seção, apresentamos alguns exemplos do que classificamos como referências matizadas:

(194) Ele era irmão de um dos meus melhores amigos, andava comigo na ginástica desportiva e tinha mais sete anos do que eu, que na altura tinha 16. Era um rapaz incrível! Decidi conquistá-lo e todos os meus amigos tentaram dissuadir-me, dizendo-me que ele não me ia ligar nenhuma. Mas quando eu meto uma coisa na cabeça movo o céu e terra para a conseguir e lá acabei por sair duas vezes com ele. Comecei então a perder amigos e amigas, não sei se por inveja... O namoro não durou muito – porque eu só queria provar que conseguia conquistar **aquele pão** – e chegámos a um ponto em que ele começou a tratar-me com indiferença. [...]. Madalena-Portimão. [...].

(*Ragazza*, Outubro de 1996).

(195) Despedires-te da malta, depois de teres passado com ela as 24 horas do dia, durante um mês inteiro, torna-se difícil. Quase que morri. Era o último dia do acampamento no qual fui monitora. Fizemos uma festa de despedida e, em vez de uma grande borgia, **aquilo** mais parecia um funeral. [...]. Carla-Réguia. [...].

(*Ragazza*, Setembro de 1997).

(196) Um dia eu estava em casa e resolvi arrumar o cabelo com a escova da minha mãe. Mas a escova ficou presa nos fios. Liguei para minha mãe e ela sugeriu que eu fosse a um cabeleireiro, a duas quadras de casa. Como não queria ir para a escola com uma escova na cabeça, pus um casaco com capuz e saí correndo pela rua, com **aquela pequena saliência** na testa. As pessoas olhavam com uma cara

estranha, mas fazer o quê? No fim, as funcionárias do salão tiraram a escova do meu cabelo. B.S., 13 anos, São Paulo (SP). [...].

(Capricho, Abril de 2002).

7.5. Uso catafórico das formas demonstrativas variáveis e invariáveis de 1^a, 2^a e 3^a pessoas

O termo “endofórico”, de acordo com Halliday e Hasan (1976), tal como já mencionado neste estudo, contempla casos de anáfora e também de catáfora – menção ao que será dito em seguida.

Todavia, como percebemos que esse uso não foi muito recorrente em nosso *corpus*, optamos por separar as catáforas das demais ocorrências endofóricas, contabilizando-as à parte. No *corpus* do PB, verificamos 23 ocorrências, das quais 7 se deram por meio de “isso”, 6 através de “este”, 3 de “esse” e 7 de “aquele”. No PP, as ocorrências foram ainda mais baixas: apenas 6, sendo 3 com formas variáveis (duas com “este” e uma com “esse”) e 3 com invariáveis (duas com “isto” e uma com “isso”).

Embora as ocorrências sejam, de fato, pouco expressivas, tal como pôde ser observado, é interessante notar que neste uso, a norma gramatical é bastante categórica ao afirmar que, invariavelmente, os casos catafóricos são realizados pelas formas de primeira pessoa, o que não se confirmou em nossa pequena amostra.

No PB, 100% das ocorrências catafóricas com demonstrativos invariáveis se realizaram com a forma “isso” e, entre as variáveis, o percentual de frequência de “esse” foi significativo, correspondendo por 34,4% das ocorrências. Já no PP, apesar da amostra ser praticamente irrisória, os poucos dados que obtivemos apontam para um percentual, tal como no PB, de 34,4% de frequência de “esse”; percentual este que se repete em relação à frequência de uso de “isso”. Abaixo, apresentamos alguns exemplos:

(197) Tenho 14 anos meço 1,50 metros. Ainda não uso *soutien* e, ainda por cima, todas as minhas amigas estão superdesenvolvidas. O que eu posso fazer para ser uma mulher mais completa, como as minhas amigas? Júlia-Bragança/ Primeiro,

pára de te queixares e de te deprimires por nada. Faz uma alimentação saudável, pratica desporto e dorme o suficiente. Isso ajuda sempre a que teu corpo se desenvolva sem problemas. Nós também odiamos **essa frase** típica das mães de ‘não te preocupes, logo cresces’. Claro, para elas é muito fácil porque não têm de se comparar com a Helena, que já usa um *soutien* de tamanho 34 e deixa todos os rapazes a olharem para ela. Tira partido dos teus pontos fortes e dá-te a conhecer.

(**Ragazza**, Abril de 1996).

(198) Eu e Sofia andávamos no 8º ano quando decidimos fazer uma espécie de festa de Natal. O espetáculo ia ser apresentado pelo rapaz dos meus sonhos – o João – e a sua namorada. E, sem eu perceber bem porquê, a Sofia disse a uma amiga da namorada do João que eu afirmara que pretendia roubar-lhe o rapaz. Já sabem como são **estas coisas**: a notícia foi-se espalhando rapidamente, toda a gente ouviu falar da história e começaram a meter-se comigo. [...].

(**Ragazza**, Novembro de 1997).

(199) A minha irmã Ana é uma coscuvilheira e a sua antena parabólica capta qualquer conversa que eu tenha em casa. Por isso, mais cedo ou mais tarde, **isto tinha de acontecer**... Eu andava com o Marco há um mês, mas ninguém sabia. Um dia, perguntei à minha mãe se podia levar lá a casa um colega para ele me ajudar nuns exercícios de matemática e ela disse que sim. Mas a asquerosa da minha irmã estava atrás da porta e topou o meu objectivo. Quando o Marco chegou, fomos para o meu quarto, fechámos a porta e começámos a curtir. Mas, de repente, abriu-se a porta do armário e caiu uma coisa no chão. Era a Ana! Começou a gritar de tal forma que a minha mãe foi ver o que se passava e armou uma bronca incrível. Mas eu ainda me vou vingar! Luísa-Porto.

(**Ragazza**, Março de 1998).

(200) Toda vez que tiro o sapato é aquela reclamação. Não agüento mais. Por que a gente tem chulé, hein?! Aline, S., 14 anos./ [...]. Para acabar com o chulé antes que ele acabe com você, se ligue **nestas dicas**: não use um sapato duas vezes seguidas... você pode dar uma mãozinha para o seu pé usando um **desses produtos**: Talco para os Pés, Dr. Scholl [...].

(**Capricho**, Agosto de 1994).

(201) [...]. O Claudio contou que estava com AIDS. Não acreditei quando ouvi aquilo. Em abril, um mês depois de me contar tudo, ele me deu uma aliança de compromisso. Hoje meu dilema é **este**: não consigo terminar com ele, não quero parecer preconceituosa, e mesmo gostando também não consigo transar com ele. [...].

(**Capricho**, Outubro de 2001).

(202) Tenho 15 anos e sou BV. Me acho bonita, atraente e já tive muitas oportunidades de ficar com garotos bem bonitinhos. Mas na hora H sempre fico com medo de fazer algo errado ou de pagar algum mico na frente do garoto e acabo não ficando com ele. Queria tanto beijar, mas assim não largo essa vida de BV nunca. Veronica, por email./ A única resposta para **isso** é: se joga. Afinal, cada vez que você arremessa uma oportunidade dessas no lixo, vai criando um mito em torno desse bendito primeiro beijo. [...].

(**Capricho**, Julho de 2005).

(203) [...]. Antes de se queixar dos fabricantes, é bom verificar se vocês estão usando a camisinha direito. É **aquela coisa**: não chame o técnico para consertar a televisão sem conferir se o fio está ligado na tomada. Confira as instruções da caixinha. Estes são os mandamentos de quem quer evitar furos e estouros.

(**Capricho**, Abril de 1994).

(204) É verdade que se uma menina transar uma duas vezes e parar por mais de um ano, volta a ser virgem? / Não tem jeito de voltar a ser virgem: ou você já transou ou nunca transou. É **aquela história**: se ela transa e por alguma razão seu hímen não é rompido, ela pode dizer que continua virgem? [...].

(**Capricho**, Novembro de 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da abordagem do que entendemos como “língua” - ou seja, uma realidade dinâmica e multifacetada, que não pré-existe, mas, sim, que se realiza em situações concretas de uso – e “linguagem” – o uso da língua para fins sociais, isto é, uma espécie de instrumento envolvido numa atividade social -, nossa pesquisa procurou fazer um estudo descritivo-comparativo do sistema contemporâneo dos pronomes demonstrativos variáveis (**este/ esse/ aquele**) e invariáveis (**isto/ isso/ aquilo**), nas variedades portuguesa (doravante PP) e brasileira (doravante PB) do Português.

Teoricamente amparada por uma visão sócio-discursiva e interacionista da linguagem, analisamos as relações de referenciação estabelecidas pelos pronomes demonstrativos nos seus usos exofórico (dêitico) e endofórico (anáfora/ catáfora), a partir de uma amostra de dados composta por cartas de leitoras de duas revistas femininas – a brasileira, **Capricho**, e a portuguesa, **Ragazza** – no período que vai de 1994 a 2005.

É importante destacar que, por coadunarmos com Sinclair (1991), acreditamos que o uso de *corpus* favorece as pesquisas lingüísticas, pelo fato de sua utilização proporcionar a realização de descrições lingüísticas de base empírica, permitindo, desse modo, a reflexão sobre questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua. No entanto, acreditamos também que o lingüista que compõe o seu próprio *corpus* – como é o nosso caso -, deve conhecer muito bem o tipo de texto e o gênero textual com o qual pretende trabalhar, pois esse conhecimento conduzirá o pesquisador a um caminho mais adequado no tratamento do texto utilizado na pesquisa, garantindo, assim, uma análise mais fiel de seu objeto.

Este estudo seguiu, também, o modelo teórico-metodológico da Sociolingüística Laboviana, não só pelo nosso entendimento de língua como fato social, mas, e principalmente, por não acreditarmos na existência de um sistema pronominal terciário bem marcado, baseado nas três pessoas do discurso (eu/ tu (você)/ ele), tal como propõem as gramáticas normativas da Língua Portuguesa. Acreditamos, sim, num uso binário de tais pronomes que se mostra bastante produtivo há tempos em nossa língua, característica que, provavelmente, herdamos do Latim e que se manifesta no uso da língua desde o Português Arcaico.

Outra característica que merece destaque neste estudo diz respeito ao tipo de *corpus* que utilizamos, ou seja, cartas de leitoras de revistas femininas, tal como já mencionamos. Embora este estudo tenha seguido parcialmente o modelo teórico-metodológico de Labov (1994; 2001; 2008), não trabalhamos com a modalidade falada da língua, modalidade esta, geralmente utilizada nos estudos de variação e mudança de viés laboviano.

Considerando a oralidade e a escrita como práticas e usos da língua com características próprias, mas não opostas a ponto de caracterizarem dois sistemas lingüísticos ou uma dicotomia, e que, portanto, constituem um *continuum* marcado por pólos prototípicos da realização da oralidade e da escrita, ao longo do qual se situam diversos tipos de interação verbal, utilizamos como *corpus* um gênero discursivo “misto”, tal como propõe Marcuschi (2007a). No nosso caso, este gênero misto se caracteriza por sua concepção oral e meio gráfico, ou seja, por constituir-se como um texto escrito marcado por traços da oralidade.

Partindo desse conceito de gênero misto, acreditamos que as cartas que utilizamos em nosso estudo possuem características muito especiais que se enquadram no que Marine (2004; 2008) denomina como “língua oral-escrita”, ou seja, textos escritos marcados não só por uma linguagem menos formal, como também por traços da oralidade menos formal. E, diante de tais características, optamos por estudar o comportamento dos pronomes demonstrativos nessa modalidade da escrita, por acreditarmos que um *corpus* caracterizado pela “língua oral-escrita” se mostre bastante eficiente para diversos estudos variacionistas de cunho laboviano; se o pesquisador puder observar variações lingüísticas nesta modalidade da língua, isso demonstrará que aquele dado fenômeno pesquisado está em um estágio avançado de variação, visto que já está “se mostrando” no universo do texto escrito.

Feitas tais considerações, podemos nos encaminhar aos “resultados” da presente pesquisa.

Em nosso estudo analisamos 1248 ocorrências de pronomes demonstrativos relativos às 1ª e 2ª pessoas do discurso (**este/ isto**; **esse/ isso**) e 201 relativos à terceira (**aquele/ aquilo**), chegando a um total de 1449 ocorrências, das quais 667 compuseram a amostra de dados do PB, e 782, do PP.

Nossas análises demonstraram que, de modo geral, as formas variáveis dos pronomes demonstrativos “este”, “esse” e “aquele” apresentaram maior número de ocorrências, tanto no PB quanto no PP. No PB tivemos uma freqüência de uso das

formas variáveis de 1ª e 2ª pessoas de quase 60% e no PB, de 67%. Em relação às formas de 3ª pessoa, no PB o percentual de ocorrência de “aquele” foi patente: quase 90%, porém no PP, embora “aquele” tenha sido predominante em relação à “aquilo”, a distribuição das formas se mostrou mais equilibrada: registramos 55% de ocorrências de “aquele” e 45% de “aquilo”.

Percebemos, também, que, ao distribuímos os pronomes demonstrativos de acordo com a função adjetiva e substantiva, nas duas variedades do Português, prevaleceu de maneira expressiva o uso das formas “esse/isso”, tanto no PB quanto no PP. Já a pesquisa de Pereira (2005) constatou um aumento de “este” em função substantiva, no PB e no PP.

Ainda quanto à predominância das formas variáveis em nosso *corpus*, cabe ressaltar que, em relação às formas de 1ª e 2ª pessoas, contabilizamos, à parte, algumas formas demonstrativas invariáveis que sempre que se apresentavam em nosso *corpus*, mostravam-se por meio de uma “forma fixa” estabelecendo a função de um conectivo textual. Tais formas – **por isso, além disso, isto é** –, as quais denominamos como “expressões cristalizadas”, foram bastante recorrentes em nosso *corpus*, especialmente no PP, onde registramos 205 ocorrências, das quais quase 81% corresponderam a “por isso”. Cabe observar que esta forma fixa também foi a mais expressiva no PB, representando cerca de 65% de um total de 66 das ocorrências.

É interessante observar, também, que “por isso” estabelece uma conexão textual por inferência, o que lhe confere uma carga referencial anafórica muito intensa. Diante disso, acreditamos na hipótese de que as formas demonstrativas invariáveis de 1ª e 2ª pessoas tendem a ser mais utilizadas em expressões deste tipo, ou seja, em expressões fixas (“cristalizadas”) que se gramaticalizam na função de conectivos com alta carga de informação anafórica.

Uma análise mais geral dos dados demonstrou que o uso anafórico foi predominante em nosso *corpus*, representando 86% das ocorrências de “este/isto” e “esse/isso” no PP e 87% no PB. Nas formas de 3ª pessoa o uso anafórico também foi predominante: 64,5% no PB e quase 84% no PP.

Isso, evidentemente, demonstrou que nosso *corpus* não favoreceu o uso de dêiticos, mas, por outro lado, os poucos dados que registramos nos mostraram situações dêiticas muito interessantes que só foram possíveis de serem observadas a partir de uma distribuição tipológica que estabelecemos em nosso estudo para a

análises dos usos exo- e endofóricos; consideramos quatro tipos dêiticos – **dêixis temporal, textual, espacial e de memória** – e cinco tipos anafóricos – **anáfora fiel, infiel, por nomeação, de memória e por elipse** -, o que, somado aos outros fatores lingüísticos por nós considerados nas análises (função adjetiva e substantiva dos pronomes e “matização” nas referências), apontaram para o quão importante é a abordagem sócio-discursiva no estudo dos fenômenos de referência.

No entanto, antes de apresentarmos os resultados estatísticos, as discussões e as hipóteses a que chegamos por meio da análise dos dados, é importante destacar que dada a postura teórico-metodológica que adotamos em nosso estudo, cuja abordagem do fenômeno lingüístico foi estabelecida a partir de um “olhar” sócio-discursivo, em que os “sentidos”, os “significados” são sempre construídos a partir de fatores que extrapolam os limites puramente lingüísticos, o conhecimento do gênero textual com o qual trabalhamos foi de importância capital para as análises.

As cartas das leitoras das revistas femininas, sobretudo as que se destinam ao público jovem, tais como as que utilizamos, possuem características peculiares, como pôde ser observado nas seções 5.3 a 5.4.1. deste estudo. O conhecimento de tais características foi fundamental para a compreensão do tipo de interlocução estabelecido entre revista-leitora e vice-versa; como elas se vêem, que tipo de linguagem utilizam, de que assuntos tratam, quais os conhecimentos que compartilham, entre outros. A observação de todos esses fatores foi bastante relevante para que pudéssemos compreender as estratégias de referência identificadas e, assim, buscar descrever o comportamento dos pronomes demonstrativos do Português, comparando as variedades portuguesa e brasileira da língua.

Ao observarmos as formas demonstrativas variáveis e invariáveis de 1ª e 2ª pessoas, verificamos que o uso de “esse/isso” é mais expressivo que “este/isto”, tanto no PP quanto no PB. Pereira (2005) afirma que, em sua pesquisa, o uso de “este” aumenta nos gêneros discursivos caracterizados por um maior controle das revisões gramaticais, no PP e no PB. Tal constatação pode ser considerada como mais um indício da baixa formalidade presente em nosso *corpus*.

Além disso, considerando que a maior parte de nosso *corpus* – quase 85% - foi composta por referências anafóricas e que “esse/isso” foram os demonstrativos mais registrados entre as formas demonstrativas variáveis e invariáveis de 1ª e 2ª pessoas no uso anafórico – 95% no PB (476 das 500 ocorrências) e 63% no PP (364

de 575 ocorrências) -, isso, por si só, sobretudo no PB, já corrobora o que algumas pesquisas relacionadas ao sistema pronominal dos demonstrativos têm observado: um sistema binário e, não, ternário, tal como descreve a norma culta da língua (cf. Nascentes, 1965; Câmara Jr. 1970, 1971, 1975; Castilho, 1978, 1993; Cid, Costa e Oliveira, 1986; Pavani, 1987; Roncarati, 2003; Marine, 2004; Pereira, 2005).

Embora o uso dêitico não tenha se mostrado muito expressivo em nosso *corpus*, como já mencionamos, ao distribuir suas ocorrências de acordo com os tipos de dêixis que consideramos neste estudo, verificamos que uma das dêixis mais produtivas entre os pronomes demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas - no PB, só “perdendo” para a dêixis espacial e, no PP representando 81% das ocorrências – foi a dêixis de memória. Cabe ressaltar que este foi o tipo dêitico que correspondeu a 100% dos usos no PB e quase 95% no PP, entre os pronomes de 3ª pessoa. Esses dados são muito interessantes porque demonstram o quanto é forte o caráter interlocutório presente em nosso *corpus* e, principalmente, comprovam a relação de amizade construída entre a revista e suas leitoras. Tais “informações” enfatizam a importância de se conhecer o gênero discursivo com o qual se trabalha.

O caráter interlocutório fica em especial evidência tanto na dêixis de memória quanto na anáfora de memória, para qual dedicaremos alguns comentários posteriormente. Como se sabe a dêixis de memória ocorre quando um sintagma nominal faz uma referência *in absentia*, ou seja, na ausência de qualquer designação antecedente de seu referente e sem que este esteja presente na situação enunciativa, pressupondo, assim, conhecimento compartilhado entre os interlocutores ou “pistas” para inferências por parte do ouvinte.

Outra característica deste tipo dêitico que merece destaque é o fato de que acreditamos que mais que fazer uma espécie de localização *in absentia*, o seu uso está vinculado à intenção do ouvinte em tentar remeter o interlocutor a um momento, situação ou acontecimento do passado, a fim de “presentificar” o que é referenciado, tornando o “objeto de discurso” próximo dos interlocutores. Acreditamos, também, que é justamente por conta dessa característica que os dêiticos de memória, nas realizações com os demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas do discurso, privilegiem as de 2ª, já que estas possuem um caráter menos marcado em comparação com “este/isto”, cuja marcação espaço-temporal tende a ser mais expressiva por se centrar no eixo do falante, e não no do ouvinte.

Por outro lado, analisando o comportamento das formas demonstrativas de 3ª pessoa nas referências por dêixis de memória, percebemos que, diferentemente do que observamos para as formas de 1ª e 2ª pessoas, o pronome demonstrativo relativo à 3ª pessoa – especificamente “aquele”, visto que todos os usos se deram por meio da forma demonstrativa variável no PB, e no PP registramos apenas uma ocorrência de “aquilo” - procura localizar e manter um determinado “acontecimento” no passado. Ou seja, diferentemente da intenção de “presentificação” de um evento do passado, estabelecido pelas formas de 1ª e 2ª pessoas – sobretudo pelas de 2ª, como já mencionamos -, a dêixis de memória, por meio do demonstrativo “aquele”, simplesmente “resgata um evento” do passado.

Dessa forma, a leitora se mantém estrategicamente “distante” do que “conta”; “estrategicamente” porque percebemos que, em geral, esse tipo dêitico está associado a cartas que mais parecem depoimentos, uma espécie de “desabafo” a respeito de recordações relacionadas a situações nada agradáveis à leitora, que encontra na revista uma amiga em quem pode confiar. Portanto, se por um lado a dêixis de memória realizada por “aquele” tem a intenção de “resgatar” - *in absentia* - um dado acontecimento do passado e mantê-lo por “lá”, distante da leitora e da revista, por outro, quando a dêixis de memória é estabelecida pelas formas de 1ª e 2ª, têm-se a intenção de aproximar o evento do passado, ao presente.

Ainda em relação ao uso exofórico, cabe ressaltar que sua produtividade está atrelada à função adjetiva nas duas variedades da língua e, de modo geral, “este” foi a forma mais utilizada no PB - 57,3% - já no PP, foi “esse” que predominou – 60%.

Voltando aos demais tipos dêiticos, outro uso bastante peculiar, que já havíamos verificado em trabalho anterior (cf. Marine, 2004), é o da dêixis espacial, cuja expressividade se encontra apenas nos dados do PB – e isso tem a ver com uma característica que identificamos especialmente na **Capricho** - e que se realiza, predominantemente com “esse”. Cabe destacar que acreditamos que houve um motivo extralingüístico influenciando as referências dêiticas espaciais. Em nossa amostra do PB houve um maior uso de “imagens” vinculadas à seção de cartas, isto é, fotografias tiradas pela revista, de objetos feitos pelas leitoras que eram publicadas na seção de cartas da **Capricho**, por conta de uma promoção fomentada pela revista na década de 1990. Essas fotografias eram publicadas juntamente com pequenos trechos das cartas, acompanhados, geralmente, por breves comentários da revista a respeito das “obras de arte” de suas leitoras. Ora nos textos das leitoras, ora nos da

revista, o uso dêitico era muito comum, já que servia como um “mostrador” do objeto referenciado, representado na fotografia.

Nesses usos, era muito comum as formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas variarem, já que, pelo fato da referência dêitica ser reforçada pela “imagem”, independentemente da forma demonstrativa escolhida pelo falante, a compreensão do “objeto de discurso” se dava, sem nenhum prejuízo de sentido.

Essas ocorrências, somadas à hipótese de que o sistema dos pronomes demonstrativos do Português é um sistema binário, levaram-nos a estabelecer uma analogia entre a “dêixis espacial reforçada por imagem”, presente em nossa amostra do PB, com os usos dêiticos espaciais reforçados por advérbios locativos, tal como apontado em outros estudos lingüísticos, como os de Câmara Júnior (1971; 1975), Castilho (1978, 1993), Pavani (1987) e Roncarati (2003), discutidos na seção 3.4.2. deste trabalho.

Cabe destacar que, como os usos exofóricos que mais nos chamaram a atenção neste estudo se caracterizaram por traços muito particulares, em que fatores extralingüísticos foram de importância capital para a compreensão das referências estabelecidas por esses dêiticos – as fotografias, no caso da dêixis espacial, e o conhecimento compartilhado e as “pistas para inferências”, na dêixis de memória – acreditamos na hipótese de que o uso dêitico, quando se realiza em situações discursivas em que o caráter eminentemente “localizador” do demonstrativo se mostra “menos marcado”, tende a se realizar pelas formas de 2ª pessoa. Por outro lado, como as formas de 1ª pessoa ainda se mostraram predominantes em nosso *corpus*, em situações dêiticas cujo caráter “localizador” era “mais marcado”, especialmente no PB, não acreditamos que possamos afirmar, a partir das análises de nossos dados, que o sistema pronominal do Português está se caracterizando por um binarismo marcado por um processo de substituição de formas, em que “esse” assumiria para si as funções de “este”, tal como propõe Pereira (2005).

Como já mencionamos, algumas pesquisas afirmam que a associação de reforços adverbiais locativos relacionados às três pessoas do discurso dariam conta de “ajustar” a precisão das referências marcadas por um sistema binário marcado pela oposição de “esse vs aquele”, todavia, como não registramos nenhuma ocorrência de tais advérbios em nosso *corpus*, não podemos corroborar, nem refutar tal hipótese.

Acreditamos, também, que o uso exofórico deve levar em consideração suas diversas facetas – afinal, existem diferentes maneiras de estabelecer o uso dêitico -, bem como os tipos e gêneros discursivos em que se realizam, tanto na fala quanto na escrita.

Por outro lado, nossas análises também não confirmam o que verificamos para o PB em pesquisa anterior (cf. Marine, 2004), isto é, um processo de especialização de formas, em que a oposição “este vs aquele” marcaria o uso dêitico e “esse vs aquele”, o anafórico. Apesar de termos registrado em números percentuais que no uso dêitico predomina a forma “este” e no anafórico, “esse”, consideramos que nosso *corpus* não favoreceu uma freqüência expressiva do uso dêitico que nos permitisse hipotetizar processos de “especialização” ou de “substituição” de formas no sistema pronominal dos demonstrativos. Por isso, não lançaremos afirmações que podem se mostrar precipitadas a respeito da configuração do sistema dos pronomes demonstrativos.

O que podemos afirmar, sim, é que o sistema pronominal do PB está se portando de modo binário, já que, como mencionamos anteriormente, nosso *corpus* favoreceu o uso endofórico (85% das ocorrências) e, em tal uso, “esse/isso” têm se apresentado com uma freqüência de 95% no PB.

Quanto ao PP, acreditamos que o binarismo tende a se confirmar em tal variedade da língua, diferentemente do que propõe Pereira (2005, p.6), que afirma que “os portugueses, no entanto, mantêm o sistema ternário, ainda ancorado na questão espacial/ no campo de interlocução, tanto na fala como na escrita”. Como pôde ser observado, registramos 63% de ocorrências da forma “esse/isso” em situações anafóricas em um *corpus* constituído por referências eminentemente endofóricas. Todavia, como o percentual de freqüência de “este” foi relativamente “robusto” na amostra do PP (37%), acreditamos que o sistema dos pronomes demonstrativos do PP está passando por um processo de variação, em que o esquema ternário tende a dar espaço a um sistema binário, tal como no PB.

Cabe observar que nossos dados também se mostraram contrários aos de Pereira (2005) no que diz respeito à produtividade da forma “este” no PP. Embora o pesquisador tenha apontado para um ternarismo na configuração pronominal dos demonstrativos no PP, o pesquisador afirma também que, de modo geral, o PP apresenta uma distribuição que prioriza a forma “este”, diferentemente de nossos dados que apontam para o uso expressivo de “esse”. Há de se destacar que, assim

como ocorreu em nosso *corpus*, nos *corpora* utilizados por Pereira (2005), o uso endofórico foi notoriamente mais produtivo.

Focando nossas discussões para os usos anafóricos, embora as anáforas mais tradicionais – a saber: as fiéis e infiéis – tenham se mostrado relativamente produtivas em nosso *corpus* – representando 14% dos usos endofóricos no PB e 18% no PP -, marcadas predominantemente pelo uso de “esse” nas duas variedades da língua, a anáfora mais produtiva em nosso *corpus*, entre as formas de 1ª e 2ª pessoas, foi a anáfora por nomeação. Cabe ressaltar que, considerando as referências estabelecidas por tais tipos anafóricos por meio da forma “esse”, no PB constatamos uma frequência de uso de 95% e, no PP, 53%. No entanto, ao considerarmos as formas demonstrativas invariáveis de 1ª e 2ª pessoas, no PP a frequência de uso da forma de 2ª pessoa aumenta expressivamente, já que “isso” corresponde a 75% das ocorrências; no PB a tendência por marcar o uso endofórico pelas formas de 2ª pessoa se confirma, visto que registramos praticamente 100% das ocorrências estabelecidas por “isso”.

Observando o comportamento das formas demonstrativas de 3ª pessoa no uso endofórico, percebemos que as anáforas fiéis e infiéis não foram muito produtivas, representando menos de 10% dos usos, tanto no PB quanto no PP. Já as anáforas por nomeação, foram os tipos endofóricos mais expressivos no PP, respondendo por 49% dos usos anafóricos. Cabe ressaltar que “aquilo” foi o pronome mais utilizado nessas referências, apresentando uma frequência de uso de 87,5%. Já no PB, as anáforas por nomeação representaram apenas 14% das ocorrências endofóricas, porém, tal como no PP, o uso de “aquilo” se mostrou como forma demonstrativa predominante neste tipo anafórico, correspondendo a cerca de 70% das ocorrências.

Em relação às anáforas por elipse, percebemos que as realizações com “aquele” apresentaram uma frequência de uso de 22,4% no PB e 15% no PP. Já em relação às formas variáveis de 1ª e 2ª pessoas, constatamos uma frequência de uso baixa nas duas variedades da língua: 8% no PB e 6% no PP. Porém, o que nos chamou a atenção nessas anáforas foi que percebemos que nelas estão “escondidas” outros tipos anafóricos. As anáforas por elipse realizadas com “este” e “esse” tendem a “esconder” as anáforas por nomeação, tanto no PB quanto no PE, e nesta variedade da língua, privilegia-se o uso “este”, já no PB, ao contrário, opta-se por “esse”.

Diferentemente do que observamos para as formas “este” e “esse”, nas anáforas por elipse realizadas com “aquele” não registramos nenhuma ocorrência em que tal anáfora estivesse “escondendo” uma anáfora por nomeação. Neste caso, as anáforas “escondidas” eram as fiéis e as de memória.

Quanto às anáforas de memória, percebemos que foram pouco expressivas entre as formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas, sobretudo no PP, onde sua frequência de uso foi quase nula: apenas 1%. No PB registramos 11% de uso dessas anáforas. A princípio achamos “estranha” a baixa incidência deste tipo de anáfora, dada a natureza de nosso *corpus*, cujo conhecimento compartilhado entre as leitoras e a revistas é marcante; considerando a relação de amizade por elas construída, nossa expectativa era a de que tal anáfora tivesse se mostrado com destaque em nosso *corpus*.

No entanto, ao analisarmos as formas de 3ª pessoa, verificamos que, entre tais formas, as anáforas de memória se mostraram bem mais produtivas, chegando a responder por 55% dos usos anafóricos no PB e quase 30% no PP. Diante disso, parece-nos, então, que a realização deste tipo anafórico está relacionada com a escolha do pronome demonstrativo que, no caso, realiza-se predominantemente com “aquele”, no PB – 87,5% das ocorrências –, e com “aquilo” no PP – 63%.

Observando a questão da “matização” nas referências, ora mais, ora menos marcada – seja positiva ou negativamente –, percebemos que, embora este fator não tenha sido muito expressivo na análise das formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas, tanto no PB quanto no PP, sempre que as referências eram matizadas, esse fator estava fortemente atrelado às formas variáveis – sobretudo “esse” – na função adjetiva. É nesta função o falante pode atribuir os mais diversos juízos de valor ao seu “objeto de discurso”, visto que não é a forma demonstrativa, em si, a responsável pela matização, mas sim, o nome que ela acompanha.

Já nas formas demonstrativas de 3ª pessoa, percebemos que a matização se mostrou consideravelmente expressiva, sobretudo no PB: quase 40% das referências eram matizadas e associamos sua produtividade às formas variáveis, já que 91% das ocorrências foram realizadas por “aquele” – todas em função adjetiva. No PP, registramos 16,2% de pronomes matizados, dos quais 78% se realizaram também pelas formas variáveis, em função adjetiva.

Esses resultados, somados às ocorrências matizadas das formas de 1ª e 2ª pessoa que verificamos no PB e no PP, que também foram marcadas pelas formas

variáveis em função adjetiva, comprovam que, ao menos em nosso *corpus*, quando se quer matizar o referente utilizando um pronome demonstrativo, privilegiam-se as formas variáveis em função adjetiva.

É importante destacar que a análise dos pronomes demonstrativos de 3ª pessoa nos chamou a atenção para a necessidade de se estudar as três formas demonstrativas quando se objetiva descrever o sistema em que se configuram tais pronomes. Isso porque, na medida que as formas de 3ª pessoa desempenham as mesmas funções referenciais – dêiticas e anafóricas – das formas demonstrativas de 1ª e 2ª pessoas, percebemos que existem situações discursivas em que as formas de 3ª competem com as de 1ª e 2ª e, outras, nas quais são protagonistas. Da mesma forma, existem situações discursivas cuja referenciação é protagonizada ora por “este/isto”, ora por “esse/isso”.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para o comportamento dos demonstrativos nas referenciações catafóricas. Como se sabe, a norma gramatical é bastante categórica ao afirmar que, invariavelmente, os casos catafóricos são realizados pelas formas de primeira pessoa, o que não se confirmou em nossa pequena amostra. Embora seu uso não tenha sido muito recorrente em nosso *corpus*, verificamos que, tanto no PB, quanto no PP, praticamente 100% das ocorrências catafóricas ocorreram predominantemente com as formas “esse” e “isso”. Além disso, no PB, registramos também, embora com baixa frequência de uso, catáforas realizadas por “aquele”.

Concluir um estudo nunca é fácil, sobretudo uma “tese”. Concluir significa “terminar”, mas geralmente as “conclusões” apontam para o contrário, para a certeza de que o “fim” não chegou. Por isso, chegamos ao fim (deste trabalho) com a sensação de que o estudo dos pronomes demonstrativos parece ser inesgotável e necessita de novos estudos, novos enfoques, enfim, de novos olhares. Porém, esperamos que este estudo possa contribuir para algumas discussões, reflexões e para o entendimento “desses pronomes” tão fascinantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. L. da C. V. de O. O Gênero Carta: estratégias lingüísticas e interação social. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Elza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (orgs). **Para a história do Português Brasileiro**. Vol I, Tomo II. Salvador: EDUFBA, 2006. p.8-13.

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: **Referenciação**. CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.), São Paulo: Contexto, 2003, p.53-84.

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico - o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra do título em russo Estetika sloviésnova tvórtchestva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.261-306.

BARBOSA, J.B.; MARINE, T. de C. O uso das cartas como corpus: uma nova possibilidade às Ciências Humanas. In: V Encontro de Lingüística de Corpus, 2007, São Paulo. **Anais do V Encontro de Lingüística de Corpus**, 2007, p.01-18.

BARROS, J. de. **Gramática da Língua Portuguesa**. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BAUER, C. **Breve História da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BAZERMAN, C. **Escrita, Gênero e Interação Social**. São Paulo: Cortez. 2007.

BECHARA, E. A sintaxe dos demonstrativos em: a mulher do vizinho. **Littera**, Bonn, n.5, maio-ago.1972, p.58-67.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. (edição revista e ampliada).

BENTES, A.C. & RIO, V.C. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: BENTES, A.C., KOCH, I.V. & MORATO, E.M. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

BENTES, A.C. & RIO, V.C. Introdução. In: BENTES, A.C., KOCH, I.V. & MORATO, E.M. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral**. Tradução de M.G. Novak e L. Néri. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BENVENISTE, E. **O homem na linguagem**. Col. Linguística. Lisboa : Edições Vega, 1992.

BERLINCK, R. de A. ; BARBOSA, J.B. ; MARINE, T. de C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. **Revista da ABRALIN**, v. 7, 2008, p. 53-79.

BERNARDES, A.; VIEIRA, P. M. No discurso produzido em salas de bate-papo da Internet, a descoberta de um novo espaço de formação e produção de linguagem. **Relatório de pesquisa**. CNPq, jul. 2001.

BEZERRA, M. A. Padrões de oralidade presentes na explicação de textos na sala de aula. **Linguagem & Ensino**. vol.1, n.2, 1998, p.27-38.

BLANCHE-BENVENISTE, C. **Syntaxe, choix de lexique et lieu de bafouillage**. In: DRALAV ,1987, p.123-157.

BOSCH, P. **Agreement and Anaphora. A Study of the Role of Pronouns in Syntaxe and Discourse**. Londres: Academic Press, 1983.

BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (orgs). **Gramática descriptiva de la lengua española**. vol 1. Madrid: Espasa, 1999. Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa (CLUL).

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANCO, L. C. **Escrita feminina**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRANDÃO, C. **Sintaxe Clássica Portuguesa**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

BRÉAL, M. **Essai de Sémantique: science des significations**. 3.ed. França: Hachette, 1992 [1897].

BÜHLER, K. K. **Sprachtheorie**. Frankfurt/Berlin: Ullstein, 1978.

BUIN, E. Aquisição da escrita: coerência e coesão. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.6, n.2, jul./dez. 2003. São Paulo: Contexto, 2002, p.191-230.

BUITONI, D. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

- CÂMARA JR., J.M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- _____. **Dicionário de lingüística e gramática**. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARDOSO, S. H. B. **A Questão da Referência**. São Paulo: Autores Associados, 2003.
- CARVALHO, J. H. **Teoria da linguagem**. 2. ed. Coimbra: Atlântida, 1973.
- CASTILHO, A. T. de. **Análise preliminar dos demonstrativos na norma culta de São Paulo**. Anais de Seminários do GEL, 1978, p.30-35.
- CASTILHO, A. T. de. Os mostrativos do português falado. In: **Gramática do Português Falado**. Campinas: As abordagens, v. 3, 1993, p.119-145.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Del tratado a la práctica epistolar. **Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro**. Madrid: Akal, 2006, p.19-57.
- CHAFE, W. L. Integration and Involvement in Speaking, Writing and Oral Literature. In: **Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy**, Norwood, ed. by D. Tannen, Norwood, New Jersey, Ablex, 1982. p. 35-54.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: Lane, S.T.M., CODO, W. (Orgs). **Psicologia Social - O homem em movimento**. São Paulo: Brasilienses, 1994.
- CIPRO NETO, P. & INFANTE, U. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2002.
- CLARK, H. **Using Language**. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.
- CONTE, M. E. Deissi testuale ed anafora. In: **Sull'anafora**. Atti Dell seminário, Accademia della Crusca, 14-16 dic., 1981.
- CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: **Referenciação**. CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003, p.177-190.
- CORNISH, F. Anaphoric pronouns: under linguistic control or signaling particular discourse representations? **Journal of semantics**, vol. 5, 1987, p.233-260.
- CORNISH, F. Anaphore pragmatique, reference, et modèles du discours. Kleiber & Tyvaert (dir.) **L'anaphore et ses domaines, Reserches Linguistiques XIV**, Paris: Klincksieck, 1990, p.63-80.

- CORNISH, F. **Anaphora, discourse and understanding. Evidence from english and french.** Oxford: Clarendon Press, 1999.
- COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história:** o problema da mudança lingüística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/ São Paulo: EDUSP, 1979.
- COUTINHO, I. L. **Gramática histórica.** 19.ed. Rio de Janeiro: Editora ao livro técnico, 2005.
- CUNHA, C. **Gramática da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Feriame, 1986.
- DIAS, A. E. da S. **Sintaxe histórica portuguesa.** 5.ed. Lisboa: Liv. Clássica, 1970.
- DONELLAN, K.S. **Reference and definite descriptions.** Philosophical Review, 75; 1966, p.281-304.
- DONELLAN, K.S. Speaker reference, descriptions and anaphora. In: **Cole**, 1978, p.47-68. Doutorado. São Paulo: UNICAMP/IEL, 1999.
- DRUMMOND, C. **A rosa do povo.** 37ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice.** Oxford: Blackwell, 2000.
- EPSTEIN, I. **O signo.** 6.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FARACO, C. A. **Lingüística histórica.** São Paulo: Ática, 1991.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARIA, I. H. O uso da linguagem. In: Mira Mateus, M. H. et ali. (orgs.). **Gramática da Língua Portuguesa.** Lisboa: Caminho, 2003. p.57-84.
- FILLMORE, C. J. **Les règles d'inférence dans une théorie sémantique.** Cahiers de Lexicologie, v.19, n.2, 1971. p.3-24.
- FILLMORE, C. J. Frame semantics and the nature of language. In: HARNARD, S. R. et all (ed.) **Origins and evolution oh language and speech.** New York: New York Academy of Science, 1976. p.20-32.
- FONSECA, F. I. "Deixis e pragmática lingüística", In: **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**, Org. de Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, Carlos A.M.Gouveia, Lisboa: Ed. Caminho, 1996. p.437-445.

FRAGA, R. M. O envolvimento na linguagem jornalística do século XIX- cartas de leitores. In: PESSOA, M. de B. (org.) **Língua, textos e história**: manuscritos e impressos na história do português brasileiro. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005. p.63-86.

GIBELLI, A. Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (Org). **La conquista del alfabeto: escritura y clases populares**. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p.189-223.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P. e MORGAN, J. L. (ED.). **Syntax and semantics**. New York: Academic Press, 1975.

GUILLÉN, C. L. Escritura feliz: literatura y epistolaridad. **Múltiples moradas**. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.

GUMPERZ, J. **Contextualization Revisited**. In: Auer e Di Luzio (orgs.), 1992, p.39-53.

HALLIDAY, M.A.; HASAN, R. **Cohesin in English**. London: Longman, 1976.

HAWKINS, J. **The pragmatics of definititeness**. Part I. Linguistische Berichte, vol. 47, 1977, p.1-27.

HEATH, S. B. **Ways with words**: language, life, and work in communities and classrooms. New York: Cambridge University Press, 1983.

HILGERT, G. A construção do texto “falado” por escrito na Internet. In: Dino PRETI (org.). **Fala e escrita em Questão**. (Projetos Paralelos – NURC/SP - Núcleo USP – Vol. 4). São Paulo, Humanitas, 2000. p.17-55.

ILESCU, M. **Considérations sur le système des démonstratifs déictiques dans les langues Romanes**. Estudos Romaines, Societè – Roumaine de Linguisti. Bucarest.

INFANTE, U. **Curso de Gramática Aplicada aos Textos**. São Paulo: Scipione, 2002.

JUNGBLUTH, K. O uso dos demonstrativos em textos semi-orais: o caso dos folhetos nordestinos do Brasil. In: GROBE, S. e ZIMMERMANN, K. (eds). **“Substandard” e mudança no português do Brasil**. Frankfurt: TFM, 1998, p. 328-355.

JUNGBLUTH, K. Two and three-dimensional deitic systems between speech and writing: Evidences from the use of demonstratives in romanes languages. 1999. Disponível em <[http:// www.lili.uni-bielefeld.de/~deixis/rader/node15.html](http://www.lili.uni-bielefeld.de/~deixis/rader/node15.html)>. Acesso em 13 dez 2002.

- KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.
- KLEIBER, G. **Déictiques, embrayeurs, “token-reflexives”, symbols indexicaux, etc.: Comment les définir?** L'information grammaticale 30, 1986, p.3-22.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A.**, v. 14: número especial, 1998. p.169-190.
- KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, I.V. & TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- KOCH, I.V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- LABOV, W. **Principles of linguistic change**, vol. 1: Internal factors. Oxford: Blackwell. 1994.
- LABOV, W. **Principles of linguistic change**, Vol. 2: Social factors. Malden, MA: Blackwell, 2001.
- LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LAHUD, M. **A propósito da noção de dêixis**. Ensaios 61. São Paulo: Ática, 1979.
- LAKOF, G. e JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LANE, Silvia T. M. **O que é psicologia social?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasilienses, 2004.
- LEECH, G. Corpora and theories of linguistic performance. In: J. SVARTVIK (org.). **Directions in Corpus Linguistics**. Proceedings of Nobel Symposium 82, Stockholm, 4-8 August 1991. Berlin, New York: De Gruyter, 1992.
- LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LEVINSON, S.C. **Pragmática**. 1. ed, São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LISPECTOR, C. **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LOPES, T. R. Redacção: As Cartas. In: **Correspondências 1**, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p.197-199.

LYONS, J. **Semantics**. v.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LYONS, J. **Linguagem e Lingüística**: uma Introdução. Rio de Janeiro: LCT-Livros técnicos científicos S.A., 1981.

LYONS, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Gugliano; CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002. v. 2. p.165-202.

MARÇALO, M. J. **Fraseologia e Paremiologia no ensino de Português Língua Materna e Português Língua Estrangeira**: um estudo contrastivo. Évora: Universidade de Évora, 1994. <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/F/fraseologia.htm>. Acesso em 16/10/2006

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5.ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2003.

MARCHUSCHI, L. A. O léxico: Lista, rede ou cognição social. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, M. J. (orgs.). **Sentidos e Significação em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004, p.263-284.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARINE, T. C. **O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele?**, 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2004.

MARINE, T. C. **Os pronomes demonstrativos nos anúncios dos jornais do século XIX**. Relatório de Iniciação Científica. Bolsista CNPq, 2001. 55p.

MARINE, T.de C. Língua oral-escrita: as cartas das leitoras de revistas femininas nos estudos variacionistas. In: II CONALI (Congresso Nacional de Linguagens em Interação), 2008, Maringá (PR). **II Congresso Nacional de Linguagens em Interação**, 2008. v. 2. p.2749-2758.

MARINE, T.de C. O sistema dos pronomes demonstrativos no português do Brasil: uma especialização das formas. **Revista do GEL** (Araraquara), v. 2, 2005, p. 39-53.

MARTINET, A. **Elementos de lingüística geral**. Lisboa: Sá da Costa, 1970.

- MARTINET, A. **Fonction et dynamique des langues**. Paris, Armand Colin, 1989.
- MARTINS, A. C. S. "O lugar da deixis na descrição da língua.", **Forum Media 2, Revista do Curso de Comunicação Social**, 2000, ISPV: 86-95.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MATTOS E SILVA, R.V. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. São Paulo: Vozes, 1989.
- MAURER, T. H. J. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1959.
- MEILLET, A. **Linguistique historique générale**. Paris: Honoré Champion, 1965 [1921].
- MELO, C.T. V. de. **Cartas à redação: uma abordagem discursiva**. Tese (doutorado) – UNICAMP. Campinas, SP. 1999.
- MELO, M. S. de S. A representação da mulher em revistas femininas. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. ano 4, n.6, mar. 2006.
- MILNER, J. "Reflexões sobre a referência e a correferência". In: CAVALCANTE, M.M. et alii (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MIRA, M. C. **O leitor e banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'água/ FAPESP, 2001.
- MONDADA, L. (1998). De l'analyse des représentations à l'analyse des activités descriptives en contexte. **Cahiers de praxématique**, 31, p.127-147.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: **Referenciação**. CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: Koch, I.V., Morato, E.M. & Bentes, A.C. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- NASCIMENTO, M. F. B. *O lugar do corpus na investigação lingüística*. Lisboa: 2002. Disponível em <http://www.clul.ul.pt/equipa/fbacelar/apl_2002_nascimento.pdf> Acesso em 15 fev. 2007.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo, EDUNESP, 2000.

NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**, 6.ed. Lisboa, Livraria Clássica, 1960.

OLIVEIRA, M. S. de. Como nasceram as expressões populares. In: **Recanto das Letras**, 2008. Disponível em <<http://recantodasletras.uol.com.br/cronicas/1231469>> Acesso em 20 out. 2008.

OLSON, D. A escrita e a mente. In: WERTSCH, James et al. (Orgs.). **Estudos socioculturais da mente**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PAVANI, S. **Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto de São Paulo**, 1987. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1986, 90 p.

PEIRCE, C. S. **La ciencia de la semiótica**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

PEREIRA, H. B. **“Esse” versus este no Português Brasileiro e Europeu**. 2005. 110f. (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, São Paulo, 2005.

PESSOA, M. de B. Da carta a outros gêneros textuais. In: LAMOGLIA, Maria Eugênia & CALLOU, Dinah et. al. (orgs.). **Para a história do Português brasileiro. Notícias de corpora e outros estudos – vol. IV**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002. p.197-205.

PETRUCCI, A. Escritura y epistolografia. In: **Cultura escrita e sociedad**. nº 2. Gijon: Ediciones TREA, 2006.

PINTO, E.P. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos. 1820/1920, fontes para a teoria e a história**. São Paulo: EDUSP, 1978.

PONTES, E. **O "Continuum" língua oral e língua escrita: por uma nova concepção do ensino**. Trab.Ling.Apl. Campinas, (12):101-107, jul./dez. 1988.

PORTELLI, A. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. In: **Historia y fuente oral: historia oral?** n. 1. 1989, p.02-33.

POSSENTI, S. De que falamos quando falamos em referência. In: **A Questão da Referência**. CARDOSO, S. H. B. São Paulo: Autores Associados, 2003.

PRINCE, E.F. Toward a Taxonomy of given - new information. In: **Radical Pragmatics**. COLE, Peter. (Org.). New York, Academic Press, 1981.

RASTIER, F. **Sens et textualité**. Paris: Hachette, 1989.

REINHART, T. **Anaphora and Semantic Interpretation**. London: Croom Helm, 1986.

RODRIGUES, A. D. **Os demonstrativos do português**: descrição morfológica sincrônica e superficial. VII Anais de Seminários do GEL: 64-66. Mogi das Cruzes, 1978.

RONCARATI, C. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.) **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Liv., 2003.

SABINO, F. **A mulher do vizinho**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 1962.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7.ed. Rio de Janeiro, 1964.

SAITO, C. L. N. ; NASCIMENTO, E. L. Preservação da face e estratégias de polidez: um jogo de sedução nas interações face a face. **Diritto & Diritti**, v.1, p.6, 2005.

SAMPAIO, J. S.; BAPTISTA, O. P. **Gramática da língua portuguesa**. 4.ed. Lisboa: Porto editora, [s/d].

SANTOS, C. F. **A Escrita Feminina e Guerra Colonial**. Lisboa: Vega Editora. 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1916.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. São Paulo, SP: Contexto. 2004.

SCHÖNFELD, D. Corpus Linguistics and cognitivism. **International Journal of Corpus Linguistics**, 4.1: 1999, p. 137-172.

SILVEIRA BUENO, F. **Gramática da língua portuguesa**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1958.

SINCLAIR, J. **Corpus, Concordance, Collocation**. Oxford: Oxford, University Press, 1991.

SOTO, U. **Cartas através do tempo**: o lugar do outro na correspondência brasileira. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

STUBBS, M. **Language and Literacy**: the sociolinguistics of reading and writing. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.

SULLEROT, E. **La presse féminine**. Paris: Armand Colin, 1963.

TANNEN, D. The Oral/Literate Continuum in Discourse. In: Tannen, D. (ed.) **Spoken and Written Language**. New Jersey: Ablex, 1982.

VIOLI, P. Cartas. In: Van Dijk, T. **Discurso y literatura?**. Madri: Visor, 1999, p. 181-203.

VIVES, L. **Epistolário**. Madri: Editora Nacional, 1978.

WARTBURG, W.; ULMANN, S. **Problemas e métodos da lingüística**. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. Versão francesa de Pierre Maillard do original alemão. São Paulo: Difel, 1975.

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. São Paulo: Parábola, 2006.